

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE MINAS
BACHARELADO MODALIDADE PRESENCIAL
VIGÊNCIA A PARTIR DE 2021/1**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
JANAÚBA - MINAS GERAIS
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Reitor:

Janir Alves Soares

Vice-Reitor:

Marcus Henrique Canuto

Chefe de Gabinete da Reitoria:

Fernando Borges Ramos

Pró-Reitora de Graduação:

Orlanda Miranda Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Thiago Fonseca Silva

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Marcus Vinicius Carvalho Guelpeli

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis:

Jussara de Fatima Barbosa Fonseca

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento:

Antônio Carlos Guedes Zappalá

Pró-Reitor de Administração:

Alcino de Oliveira Costa Neto

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Maria de Fátima Afonso Fernandes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
JANAÚBA - MINAS GERAIS
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IECT
ENGENHARIA DE MINAS

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Diretor:

Thiago Franchi Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Karla Aparecida Guimarães Gusmão Gomes

Coordenadora do Curso:

Bárbara Gonçalves Rocha

Vice coordenador do Curso:

Leonardo Azevedo Sá Alkmin

Secretaria do Curso:

Alessandra Xavier Aguiar

Marta Nêris de Almeida

Núcleo Docente Estruturante

Alex Joaquim Choupina Andrade Silva

Bárbara Gonçalves Rocha (Presidente)

Emily Mayer de Andrade Becheleni

Jacqueline Andrade Nogueira

Jônatas Franco Campos da Mata

Leonardo Azevedo de Sá Alkmin

Leonardo Frederico Pressi

Luana Alves Lima



ÍNDICE

1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	7
2. BASE LEGAL DE REFERÊNCIA	8
3. APRESENTAÇÃO	12
4. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	15
4.1 O <i>Campus</i> Janaúba	17
5. JUSTIFICATIVA	18
5.1 Tendências Mundiais da Educação Superior e o Momento das IFES no Brasil	21
5.2 O Histórico e as Demandas Regionais Tangentes À Engenharia de Minas	22
5.3 Aspectos Gerais do Curso de Engenharia de Minas e seu Impacto no norte de Minas Gerais	24
6. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	26
6.1 Objetivo Geral	26
6.2 Objetivos Específicos	27
7. METAS	27
8. PERFIL DO EGRESSO	28
9. COMPETÊNCIAS	29
9.1 Eixo 1 – Pessoal e Social	40
9.2 Eixo 2 – Comunicação e Gestão	42
9.3 Eixo 3 – Conhecimento	45
10. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL	48
11. PROPOSTA PEDAGÓGICA	49
11.1 A Engenharia de Minas	51
11.2 O Trabalho de Campo e a Visita Técnica	52
11.3 Interdisciplinaridade e Transversalidade	54
11.4 Metodologias de Ensino	55
11.4.1 – Tecnologias da Informação e Comunicação	63
11.5 Sustentabilidade e Educação Ambiental	64
11.6 Educação Empreendedora	66



11.7 Tendências Tecnológicas	67
11.8 Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana	68
11.9 Educação em Direitos Humanos	70
11.10 A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	71
11.11. Apoio ao discente	73
11.11.1 Programa de Assistência Estudantil	74
11.11.2 Benefícios ao Discente	74
11.11.3 Programa de Monitoria	75
11.11.4 Programa de apoio ao ensino de Graduação – PROAE	75
11.11.5 Programa de apoio à participação em eventos – PROAPE	76
11.11.6 Programa de apadrinhamento de estudantes	76
11.11.7 Programa institucional de bolsas de extensão – Pibex	77
11.11.8 Programa institucional de bolsas de iniciação científica – Pibic	77
11.11.9 Atendimento aos estudantes com necessidades especiais	78
12. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	80
12.1 Princípios da Organização Curricular	81
12.2 Conteúdos Curriculares	85
12.3 Atividades de Extensão	88
12.4 Fluxograma da Matriz Curricular	90
12.5. Matriz Curricular	91
12.6 Ementário e Bibliografia Básica e Complementar	95
12.7 Estágio Supervisionado	154
12.8 Atividades Complementares	155
12.9 Projeto de Conclusão de Curso – PCC	156
13. Avaliação do Processo de Ensino/Aprendizagem	159
14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO	165
15- ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	167
15.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	167



15.2 Colegiado de Curso	167
15.3 Coordenação do Curso	168
15.4 TRANSIÇÃO CURRICULAR	168
16. OUTROS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O PROJETO PEDAGÓGICO	173
16.1 Infraestrutura	173
16.1.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	173
16.1.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador	173
16.1.3 Salas de Aula	174
16.1.4 Laboratórios de Informática	174
16.1.5 Laboratórios Didáticos para o Curso	174
16.1.6 Biblioteca	175
16.1.7 Outros	175
16.1.8 Laboratórios Necessários	175
16.2 Corpo Docente	176
16.3 Corpo Técnico Administrativo	179
17. REFERÊNCIAS	181
ANEXO I – PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO	185
ANEXO II – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR	187
ANEXO III – PROJETOS DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO	188
ANEXO IV – RESOLUÇÃO DO ESTÁGIO	192
ANEXO V – RESOLUÇÃO ATIVIDADES COMPLEMENTARES	210
ANEXO VI – RESOLUÇÃO TRABALHO DE CAMPO E VISITAS TÉCNICAS	222
ANEXO VII – FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	237
ANEXO VIII – PROGRAMA DE ACOLHIMENTO AO DISCENTE	253
ANEXO IX – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO	257
ANEXO X – RESOLUÇÃO DO PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PCC) DA ENGENHARIA DE MINAS	261
ANEXO XI – REFERENDO DO EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO NDE DA ENGENHARIA DE MINAS	274



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
JANAÚBA - MINAS GERAIS
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA





1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Instituição	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Endereço	Av. um, 4.050, Cidade Universitária
CEP/Cidade	39.447-790 / Janaúba
Código da IES no INEP	596
DADOS DO CURSO	
Curso de Graduação	Engenharia de Minas
Área de conhecimento	Engenharias
Grau	Bacharelado
Habilitação	Bacharel em Engenharia de Minas
Modalidade	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Formas de ingresso	Transição pós-BC&T Transferência <i>ex-officio</i> Processos seletivos na forma do regulamento dos cursos de graduação da UFVJM
Número de vagas oferecidas	40
Turno de oferta	Integral
Carga horária total	3750 horas
Tempo de integralização	Mínimo: 5 anos Máximo: 7,5 anos
Local da oferta	<i>Campus</i> Janaúba/MG
Ano de início do Curso	2019/1



Ato de criação do Curso	Resolução N°10 – CONSU, de 06 de setembro de 2013.
-------------------------	--

2. BASE LEGAL DE REFERÊNCIA

CF/88, arts. 205, 206 e 208, na NBR9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, na Lei 13.146/2015, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003. Prevê as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

CF/88, art. 207; Lei nº 9394/96 - Princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação 2014/2024 – Meta 12 – Estratégia: 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. – Curricularização da Extensão;

Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes;

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 – regulamenta o exercício da profissão de engenheiro.



Lei 13.425/2017, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público.

Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

Resolução CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;

Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Resolução CNE/CP nº. 2, de 15 de junho de 2012. Parecer CNE/CP nº 14/2012.- Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

Resolução nº. 1, - CONAES de 17 de junho de 2010. Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

Resolução CONFEA nº 218 de 19 de junho de 1973 - que discrimina atividades das diferentes modalidades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Resolução CONFEA nº 1010, de 22 de agosto de 2005 – define as atribuições e atividades das diferentes modalidades de Engenharia.

Resolução CNE/CES nº 02, de 24 de abril de 2019 - instituiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia”.



Resolução CNE/CES nº01, de 26 de março de 2021 – Altera o art 09, §1º da resolução CNE/CES nº02/2019.

Parecer CNE/CES nº 01, de 23 de janeiro de 2019 – Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia no país.

Parecer CNE/CES nº 948/2019 – Alteração da resolução CNE/CES nº2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado e alteração da resolução CNE/CES nº2, de 24 de abril de 2019, que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em engenharia.

Resolução nº 11, CONSEPE, de 11 de abril de 2019. - Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM;

Resolução nº 04, CONSEPE, de 10 de março de 2016. Institui o NDE nos Cursos de Graduação da UFVJM;

Resolução nº 5 CONSEPE, de 23 de abril de 2010. Regulamenta as Atividades Complementares - AACC no âmbito da UFVJM;

Resolução nº 22 CONSEPE, de 16 de março de 2017. Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM;

Resolução nº. 21, CONSEPE, de 06 de dezembro de 2011, alterada pelas resoluções nº 29, CONSEPE, de 28 de abril de 2016 e nº. 39, CONSEPE, de 21 de junho de 2017, que estabelecem as normas para transição de estudantes dos Cursos de Bacharelado em Ciência e Tecnologia-BCTs para os Cursos de formação específica pós-BCT da UFVJM;



Resolução nº 21, CONSEPE, de 25 de julho de 2014. Estabelece as normas de Estágio dos Discentes dos cursos de Graduação da UFVJM.

Resolução nº 17- CONSEPE, de 24 de agosto de 2016. Revoga, ad referendum do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da resolução nº 21 CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e dá outras providências;

Resolução nº. 06, CONSEPE, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre a Política de Extensão da UFVJM;

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quadriênio 2017-2021;

Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFVJM, constante do PDI.



3. APRESENTAÇÃO

A UFVJM é uma universidade *multicampi*, com sede em Diamantina (*campus I e campus JK*) e possui *campi* avançados em Teófilo Otoni (*campus Mucuri*), em Unaí (*campus Unaí*) e Janaúba (*campus Janaúba*). O curso de Engenharia de Minas é ministrado no *campus* de Janaúba, localizado no norte de Minas Gerais, no município de Janaúba.

O primeiro Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Engenharia de Minas foi elaborado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) propostas na resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002 e no parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003. Esse projeto, elaborado por uma comissão pro tempore, delineou os princípios, fundamentos, condições e procedimentos para a formação de um engenheiro generalista, humanístico, crítico e reflexivo, capaz de ocupar seu nicho profissional em âmbito nacional. Neste primeiro projeto foram enfatizadas a matriz curricular e as competências almejadas na formação do perfil do egresso de Engenharia de Minas, bem como a consolidação do curso na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) no campus Janaúba.

As diretrizes curriculares, no entanto, são o reflexo do momento histórico em que são propostas e as necessidades daquele tempo. Dessa maneira, o entendimento organizacional de um curso em uma Instituição de Educação Superior (IES) acompanha a fluidez das inovações e novas tendências mundiais, tanto na área da educação como nas relações de trabalho. Mediante a evolução deste entendimento, novas diretrizes curriculares nacionais (DCNs) são propostas quando aquelas em vigor se tornam anacrônicas. O presente projeto pedagógico se pauta na resolução CNE/CES n. 2 de 24 de abril de 2019 e na resolução CNE/CES nº01 de 26 de março de 2021.

Reconhecendo a necessidade imperativa de capacitar profissionais em diversificadas áreas do conhecimento, com formação adequada à solução de problemas, observando as novas diretrizes curriculares nacionais, o avanço científico e tecnológico e, por fim, o impacto que as constantes revoluções



digitais promovem nas interações interpessoais, de trabalho e de aprendizado, o curso de Engenharia de Minas da UFVJM firma o compromisso de formar egressos habilitados para atuar com visão holística no seu *loco* profissional, preocupados com as consequências de suas ações sobre o meio físico e sobre as pessoas e comunidades ao seu redor.

A UFVJM, conforme definido em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), pauta-se em princípios pedagógicos que valorizam estruturas curriculares flexíveis e que atendam tanto as demandas de uma sociedade tecnológica moderna quanto uma formação focada na cidadania. O ensino, na visão da instituição, deve estar integrado ao mundo do trabalho e articulado com a realidade da prática profissional de seus egressos, capacitando-os para acompanhar as mudanças contínuas do exercício profissional e estimular a investigação, o conhecimento e o atendimento das demandas, em particular as nacionais e regionais.

Desta forma, visando implementar essa flexibilidade nas matrizes curriculares dos cursos e mantendo o compromisso com a excelência da qualidade de ensino, a UFVJM se compromete a reorganizar a estrutura acadêmico-curricular e renovar seus paradigmas de caráter epistemológico e metodológico, incumbindo-se de acompanhar a evolução das necessidades que o meio acadêmico e profissional apresentam.

Pensando principalmente nessa flexibilidade do currículo, a UFVJM oferta cursos de engenharias em dois ciclos: um inicial, focado nos conhecimentos e competências básicos e outro ciclo terminal, focado nos conhecimentos e competências específicos da engenharia. O primeiro ciclo é ofertado no modelo de Bacharelado Interdisciplinar. Para cursar uma engenharia, o discente deve concluir previamente esse bacharelado interdisciplinar denominado Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T). Após concluir o BC&T, que dura no mínimo 3 (três) anos, o estudante é diplomado como bacharel em Ciência e Tecnologia e tem a possibilidade de realizar uma transição para o segundo ciclo, que é um curso de engenharia. A engenharia escolhida, por sua vez, dura, no mínimo, 2 (dois) anos. Considerando a



diplomação de engenheiro, o tempo de permanência total do discente desde sua entrada na universidade até que ele se torne um egresso do curso de engenharia é de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

O curso de Engenharia de Minas da UFVJM tem duração total de 3750 (três mil setecentos e cinquenta) horas, considerando que parte dessas horas são cursadas durante o primeiro ciclo, o BC&T. As disciplinas são ministradas em período integral, ofertadas nos turnos da manhã e tarde e exigem, dessa forma, que o discente disponha de mais de 6 (seis) horas diárias durante a maior parte da semana. As aulas ocorrem geralmente entre 8 (oito) e 12 (doze) horas no turno da manhã e entre 13 (treze) e 17 (dezessete) horas no turno da tarde, podendo haver ajustes semestrais para adequar melhor o calendário acadêmico. Além da carga horária prática e teórica, que são ministradas no *campus* Janaúba, o curso de Engenharia de Minas também conta com trabalhos de campo. Estas são atividades que ocorrem externamente ao *campus*, com programações definidas no início do semestre no plano de ensino do componente curricular pertinente e regidas por documento próprio.

O presente Projeto Pedagógico foi elaborado em consonância com a missão apresentada no Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, levando em conta as demandas regionais e seu empenho em facilitar à população das regiões de sua área de abrangência o acesso ao nível superior de escolarização, considerando as particularidades dessas regiões: Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais. A UFVJM consolida dessa forma sua participação e importância no desenvolvimento científico-tecnológico e seu papel social, garantindo excelência em qualidade de ensino para o egresso do curso de Engenharia de Minas.



4. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem sua história iniciada com a fundação da Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD), por Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela Lei Estadual nº 990, de 30 de setembro de 1953. Em 17 de dezembro de 1960, foi transformada em Faculdade Federal de Odontologia (Fafeod). Pautada na busca pela excelência em ensino e apoio à comunidade regional, a Fafeod tornou-se Faculdades Integradas de Diamantina (Fafeid) no dia 4 de outubro de 2002, ofertando, além de Odontologia, cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia.

Em 8 de setembro de 2005 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 11.173, que transformou a Fafeid em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Esse marco histórico e a implantação do *campus* Mucuri em Teófilo Otoni representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, contribuindo para que a maioria dos jovens fossem inseridos na universidade e pudessem prosseguir com sua formação acadêmica.

Ainda expandindo a disseminação de conhecimento através do ensino superior, a UFVJM decidiu, em reunião de seu Conselho Superior, criar dois *campi*: Unai e Janaúba, ambos localizados em cidades homônimas. Dessa forma, a UFVJM expandiu sua atuação nos territórios da metade setentrional do Estado, inserindo-se em quatro mesorregiões de Minas Gerais, a saber: Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste e Norte de Minas. Essa região é considerada uma das mais carentes de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em Diamantina, a UFVJM conta com dois *campi*: I e JK. O *campus* I situa-se à Rua da Glória, número 187, Centro, enquanto o *campus* JK situa-se à Rodovia MG 367 – KM 583, nº 5000, no Alto da Jacuba. Há, atualmente, seis unidades acadêmicas em Diamantina, sendo elas: Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Faculdade de Ciências Biológicas (FCBS), Faculdade de



Ciências Exatas e Tecnológicas (FACET), Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), Faculdade de Medicina de Diamantina (FAMED) e Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT).

Na cidade de Teófilo Otoni, situa-se o *campus* avançado do Mucuri, localizado na Rua do Cruzeiro, nº 1, no bairro Jardim São Paulo. O *campus* do Mucuri conta com três unidades acadêmicas, a saber: a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), a Faculdade de Medicina do Mucuri (FAMMUC) e o Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (ICET).

No município de Unaí está localizado o *campus* avançado homônimo à cidade, o *campus* Unaí. Esse *campus* situa-se na Avenida Universitária, nº 1000, no bairro Universitários e comporta o Instituto de Ciências Agrárias (ICA).

O *campus* avançado de Janaúba é o quinto *campus* da UFVJM, localizado na cidade de Janaúba. Esse *campus* situa-se na Avenida Um, nº 4050, na Cidade Universitária e abrange o Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT).

A UFVJM conta, ainda, com cursos na modalidade de Ensino à Distância (EaD), disseminados em diversos polos espalhados no estado de Minas Gerais, oferecendo Licenciaturas em Matemática, Química, Física, Pedagogia e Bacharelado em Administração Pública.

Além dos cursos de graduação, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri desenvolve diversos projetos e programas de extensão e cultura, regidos pela Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e de pesquisa, administrados pela Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). Os projetos de extensão e cultura têm por objetivo dialogar diretamente com a comunidade onde os *campi* estão inseridos, sendo o público-alvo das atividades principalmente o da comunidade externa à universidade. Os projetos de pesquisa por sua vez têm a finalidade de expandir os conhecimentos científicos e tecnológicos, focados no aprimoramento do saber e contribuindo para o avanço nacional e regional.



4.1 O *Campus* Janaúba

A implantação do *campus* de Janaúba ocorreu mediante a aprovação do Conselho Universitário (CONSU) da UFVJM em sua 69ª Sessão. A UFVJM realizou, em 2012, sessões públicas em Janaúba, para discutir com a comunidade local e regional opções de oferta de cursos no novo *campus*. Nestas sessões participaram o Reitor, os pró-reitores de graduação e de pesquisa e pós-graduação, docentes da UFVJM, lideranças locais e regionais, políticos e a população em geral. Após levantar as demandas da comunidade, o Reitor nomeou uma Comissão formada por diretores e pró-reitores da UFVJM para discutir tais demandas. A Comissão formulou uma proposta, indicando a criação do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, como curso inicial e os cursos de Engenharias de Minas, de Materiais, Física, Metalúrgica e Química Industrial, como cursos terminais decorrentes. Esta proposta foi aprovada e publicada por meio da Resolução Nº. 010 – CONSU, de 06 de setembro de 2013.

A Comissão verificou que todos os cursos sugeridos correspondiam a demandas regionais, que há interação com cursos existentes nos demais *campi* da UFVJM e que o investimento em infraestrutura era compatível com os recursos previstos pelo MEC à época. O *campus* Janaúba teve inicialmente funcionamento em espaço provisório, no prédio do CAIC (Centro de Atenção Integral a Criança), localizado à rua Manoel Bandeira, nº 460, bairro Veredas. Sua mudança para o espaço definitivo ocorreu no dia 17 abril de 2019. A nova infraestrutura aprimorou o aproveitamento do espaço, permitindo a criação de novas áreas para se desenvolver atividades de pesquisa e extensão, bem como implementar novos laboratórios didáticos. Não obstante, a nova locação, situada na Avenida Um, nº 4050, na Cidade Universitária, também permitiu novas dinâmicas para uso de espaços coletivos e individuais, como salas de estudos, salas de reuniões, espaço de convivência, salas de aulas mais bem estruturadas e um auditório. As obras dos prédios do *campus* Janaúba ainda não estão terminadas e aguardam investimentos futuros para garantir sua conclusão,



colaborando para o aprimoramento e consolidação da Universidade e consequentemente para o desenvolvimento regional.

5. JUSTIFICATIVA

O século XX foi marcado por um rápido desenvolvimento nas áreas de ciência e tecnologia, estimulando a busca pela especialização. Esse movimento surgiu como resposta ao conhecimento enciclopédico, do saber de tudo e sobretudo, notavelmente a partir do século XVIII.

A partir da segunda metade do século XX, o modelo especialista mostrou-se limitado para conceber o conhecimento sobre questões complexas que envolviam diversas especialidades, sem necessariamente pertencer a alguma específica.

Mudanças tecnológicas ampliaram as expectativas da vida humana e o conhecimento tornou-se um fator crítico de independência. Entretanto, as reformas educacionais ocorridas ao longo do século XX ficaram aquém dos desafios e necessidades que o conhecimento criou. Daí a intensificação, neste alvorecer do novo século, da busca de novos modelos educacionais que preparem as pessoas para participar das difíceis decisões que deverão conformar o futuro.

O conhecimento científico e tecnológico está no âmago das novas reformas educacionais, seja pela centralidade que ele adquiriu na vida moderna, seja pelas transformações que vem sofrendo em decorrência do aprofundamento da sua própria dinâmica.

O tempo que se vive, além disso, é de grandes mudanças, de transformações no conhecimento, no mundo do trabalho e da instituição universitária. Por isso, um tempo que se apresenta como um desafio à criatividade, uma oportunidade de inovar, exige um esforço de antecipação do que será o ensino superior no próximo século, de modo a atender às exigências do mesmo e das instituições diante da realidade do século XXI. Por isso, faz-se necessário refletir sobre quais seriam as tendências deste século, como elas



afetam e afetarão a ciência, a tecnologia, a sociedade e, especialmente, o ensino superior.

Uma das tendências é a integração do conhecimento, garantida através da perspectiva de agregar várias dessas especialidades, constituindo-se assim uma nova abordagem na busca de caminhos para o desenvolvimento científico. Surge, assim, a interdisciplinaridade e a visão sistêmica, em que o todo se sobressai em relação às suas partes, apontando na direção de uma sociedade mais justa e humana.

Em contraponto ao conhecimento cumulativo do século XIX, a inovação tecnológica constante e em ritmo acelerado alterou as perspectivas profissionais. Assim sendo, o profissional passou a necessitar da constante renovação do seu conhecimento ao longo da carreira, para enfrentar problemas advindos de um frenético desenvolvimento tecnológico, com a finalidade de manter a sua empregabilidade. Isso leva a uma nova tendência: o processo contínuo de renovação, conhecido como educação continuada. Daí a ênfase absoluta na preparação focada em conceitos básicos e postura científica, mais próxima da interdisciplinaridade, mediada por visão humanística abrangente e aplicada, voltada para o enfrentamento de problemáticas novas, e não num conhecimento acabado para ser aplicado em situações repetitivas.

Complementando, a globalização econômica e as grandes mudanças no mundo da produção e do trabalho, provocadas pela integração de mercados, meios de comunicação e transportes e a aceleração das inovações tecnológicas vêm impondo rearranjos de empregos e de funções, num quadro de precariedade das relações entre o trabalho e o capital.

O próprio envelhecimento da população mundial e brasileira, com o prolongamento da vida economicamente ativa, exige um possível redirecionamento de atividades profissionais ao longo da vida e uma necessidade de maior participação cidadã na solução de problemas. A Universidade deve estar comprometida com ações voltadas para a inclusão social, que tenham por objetivo assegurar que todos os segmentos da sociedade estejam nela representados. Ainda, necessita-se ressignificar a ocupação do



cidadão formado no ensino superior, para que seu conhecimento não se restrinja a uma percepção monótona e fria do seu objeto de estudo, mas sim, dinâmica e mutável de acordo com a necessidade que cada problema possa apresentar.

Entremeio às incertezas surgidas do impetuoso avanço da tecnologia, encontra-se um indivíduo que se vê obrigado a disputar empregos com atividades clássicas com máquinas que as fazem cada vez com mais precisão e exatidão. Surge um novo nicho nas relações de trabalho, o que não significa a extinção das profissões, mas a busca pelo equilíbrio entre as atividades meio e fins, apoiadas e aliadas à essa tecnologia em prol de um resultado progressivamente mais eficaz.

Não se pode deixar de mencionar ainda o desafio ecológico que exige soluções e adequações tecnológicas, para práticas cada vez mais sustentáveis visando ao ecodesenvolvimento, como resultado de escassez de recursos naturais e crescimento de demanda oriunda de padrões insustentáveis de consumo.

Essas tendências levam a repensar o conteúdo do ensino, seus métodos e práticas, caracterizando-se por:

- Abordar o ensino de modo multi e interdisciplinar;
- Integrar a questão de processos voltados para a inovação e que ofereça aos formandos os instrumentos para a sua compreensão e envolvimento na criação de novos produtos;
- Antecipar a universalização do uso de ferramentas informáticas associadas ao ensino e simulação de fenômenos;
- Incorporar a preocupação cidadã como parte da formação do estudante;
- Incorporar a dimensão da integração social, da diversidade e da convivência pacífica entre os diferentes;
- Dialogar, criticamente, com a globalização cultural, tecnológica, econômica e social, abrindo-se a novas culturas emergentes na área tecnológica.



5.1 Tendências Mundiais da Educação Superior e o Momento das IFES no Brasil

As Universidades, em todo o mundo, passaram e passam por desafios que refletem a aceleração das mudanças sociais, científico-tecnológicas, políticas e econômicas. A partir dos anos 1980, mudanças significativas e reformas universitárias que já refletiam esse quadro de questionamento.

O descompasso entre a nova base do conhecimento e os modelos tradicionais, vem suscitando projetos que buscam renovar e ampliar o sistema universitário em diversos países.

Eis, pois, algumas tendências mundiais do ensino superior que, em dimensões diversas, atingem o Brasil: o aumento do número de alunos matriculados em Universidades, como resultado de antiga meta educacional em décadas anteriores nos países desenvolvidos e a busca de maior eficiência do sistema de ensino. Há ainda a colocação de novas metas de eficiência do sistema, ao mesmo tempo em que se trata de uma reestruturação e expansão; a integração de sistemas regionais e a disputa por uma presença internacional, buscando um novo modelo de Universidade, mais flexível, mais interdisciplinar, menos profissionalizante no seu período inicial, juntamente com a preocupação com o intercâmbio entre sistemas universitários.

As novas bases do conhecimento, calcadas na interdisciplinaridade, foram inseridas em um momento em que as Universidades brasileiras discutiam a necessidade de ampliação do acesso a uma parcela maior da população – de acordo com dados do Ministério da Educação apenas 10% dos jovens brasileiros conseguiram ingressar na educação superior.

O Brasil, portanto, situa-se entre os países que passam por significativas mudanças no sistema educacional superior, especialmente em nível federal. No tocante à estruturação do ensino superior de graduação, surgem novas propostas e novas experiências, ocorrem mudanças em diversas universidades, seja na organização do ensino, ou na estrutura administrativa (UFABC, UFRN, UFSJ – *campus* Alto Paraopeba, UNIFAL, UFAc, UFVJM). As



diretrizes traçadas para reformular suas estruturas de formação educativa no nível superior parecem responder a uma grande parcela das necessidades de adequação ao panorama que se apresenta.

Podemos destacar algumas tendências no Brasil, entre aquelas que defendem uma reestruturação do ensino superior e das instituições universitárias: a defesa de uma reestruturação do ensino no sentido da crescente multidisciplinaridade e interdisciplinaridade do conhecimento; o reconhecimento de que o mercado de trabalho, hoje, é muito fluido, com exigências de adaptação dos profissionais a novas funções, o que exige uma constante capacidade de atualização, inclusive de mudanças profissionais ao longo da vida; a crítica à escolha precoce da profissão; a defesa de um sistema de ciclo básico ou de bacharelado intermediário, que anteceda à profissionalização, ou que permita um adiamento na decisão da escolha profissional e, por fim, a crítica à estrutura administrativo-acadêmica das Universidades Federais, que dificultaria a interdisciplinaridade. Daí os novos arranjos administrativos, centrados nos fins (cursos, projetos), e não nos meios (departamentos, unidades).

5.2 O Histórico e as Demandas Regionais Tangentes À Engenharia de Minas

A mesorregião do norte de Minas é uma dentre as doze do estado de Minas Gerais, com área de 128.451 km² e população estimada em 1.610.456 habitantes (IBGE, 2016). A região é historicamente conhecida por ter sido ocupada até o século XVI por índios tapuias e, posteriormente pelos povos colonizadores, havendo assim uma miscigenação desses índios com escravos negros fugidos de fazendas dos arredores. Essa nova população sobrevivia da pesca, do cultivo de algodão e da criação de porcos e recebeu o nome de “gorutubanos”, por viverem próximos à região do rio Gorutuba. O município de Janaúba só foi criado em dezembro de 1948, pela Lei n° 336 e instalado em janeiro de 1949 e é, portanto, um município relativamente novo.

Segundo relatos locais, a porção setentrional de Minas Gerais recebeu as primeiras expedições da coroa portuguesa, ainda no século XVI, em busca



por riquezas. A região foi efetivamente ocupada e colonizada apenas a partir do século XVIII, em função do extrativismo de minerais preciosos, como o diamante e outras gemas. Em decorrência a essa atividade mineira, iniciou-se a migração e fixação de indivíduos e a consequente formação dos primeiros centros urbanos.

Apesar de ter sido foco de interesse econômico com viés minerário, os principais empreendimentos do ramo voltaram sua atenção para o sudeste do estado, para uma região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, famosa por abranger depósitos minerais de escala global, com alta tonelagem de produção. Durante muito tempo, as jazidas conhecidas no norte de Minas foram negligenciadas. Entretanto, com a progressiva extração das commodities minerais e consequente exaustão das principais minas, somadas aos modelos ultrapassados de extração e descarte dos rejeitos minerais de tais empreendimentos, as reservas minerais no norte do estado, relativamente pouco exploradas, tornaram-se novamente interessantes.

A pesquisa mineral e o crescente consumo de metais não ferrosos, como alumínio, cobre, chumbo, estanho e zinco, bem como a necessidade de se descobrir novas fontes para metais clássicos, como ouro e ferro, têm despertado o interesse de exploração na região norte de Minas Gerais.

Além do foco extrativista, essa mesorregião apresenta outras demandas pertinentes ao curso de Engenharia de Minas. Atualmente, a agropecuária e o plantio de fruticulturas, notadamente a banana, desempenham forte papel no desenvolvimento econômico regional. O clima da mesorregião, entretanto, é enquadrado no semiárido brasileiro, em uma área conhecida como "Polígono da Secas". Sendo assim, o uso e monitoramento das águas realizado por engenheiros de minas ou geólogos, tanto para consumo humano e animal quanto para aplicação nas culturas, é de extrema relevância. O controle de qualidade e de quantidade dessa água, bem como o seu uso em práticas sustentáveis é essencial para atender as necessidades básicas das comunidades do Vale do Grotuba e, ao mesmo tempo, o funcionamento das



atividades agropecuárias que impulsionam a região, evitando sua exaustão pelo uso indevido e descontrolado.

5.3 Aspectos Gerais do Curso de Engenharia de Minas e seu Impacto no norte de Minas Gerais

A Engenharia de Minas é a parte da engenharia que cuida da descoberta (prospecção), da extração dos minérios (lavra) e da separação de matérias-primas úteis daquelas sem aproveitamento econômico (beneficiamento). A mineração é uma das atividades mais importantes para o homem e dela dependem direta ou indiretamente grande parte dos aspectos ligados ao cotidiano. Os bens minerais, disponibilizados por meio das atividades minerárias, são imprescindíveis no âmbito da qualidade de vida, pois estes suprem as necessidades básicas como alimentação, moradia e vestuário.

A essência da extração de minérios é a escavação desde a superfície até um depósito mineral. A mineração pode acontecer operada em superfície (lavra a céu aberto) ou através de aberturas subterrâneas (lavra subterrânea). Os detalhes do procedimento, planejamento e equipamento (na sua maioria máquinas de grande porte) são distintos para cada um dos métodos e objetos de estudo do curso de Engenharia de Minas. A aplicação de cada metodologia está balizada por circunstâncias geológicas, físicas, ambientais, de segurança, econômicas e legais pertinentes a cada depósito a ser lavrado.

O norte de Minas, além de ser um laboratório natural de fácil acesso para as demonstrações dos processos minerais e ocorrências geológicas é uma região atraente para o empreendimento mineiro por abrigar importantes jazidas de minérios de ferro, calcário, zinco, manganês e ouro, bem como minerações em plena atividade. Além disso, como supracitado, a região por apresentar clima tropical semiárido e conseqüente diminuição da oferta de recursos hídricos superficiais em períodos menos chuvosos, apresenta significativa demanda por pesquisa de prospecção de águas subterrâneas e conseqüentemente instalação de poços artesianos nos aquíferos locais. O referido curso, além de capacitar profissionais altamente qualificados para lidar com as demandas regionais,



permite o desenvolvimento de parcerias com entidades públicas e/ou privadas a fim de aprimorar as técnicas implementadas nas extrações minerais, através do aproveitamento inteligente desses recursos naturais, bem como sua busca e manutenção.

O curso de graduação em Engenharia de Minas da UFVJM é único em formar estes engenheiros na mesorregião do Norte de Minas Gerais e está entre as quatro Universidades Federais que oferecem essa modalidade de bacharelado no estado.

O impacto do egresso na região é direto, uma vez que grande parte dos engenheiros formados na UFVJM têm a intenção de permanecer na mesorregião do norte de Minas. Dessa forma, o profissional formado no campus Janaúba, que é um profissional altamente qualificado para lidar com a resolução de problemas, contribui para o planejamento e aproveitamento do espaço na busca e exploração dos seus recursos naturais, de forma arguciosa e respeitosa para com o meio ambiente, principalmente levando-se em consideração a escassez de água, característica da região. Não obstante, por ter formação multidisciplinar, o Engenheiro de Minas da UFVJM é capaz de liderar equipes e projetos de caráter generalista em obras de engenharia, fazendo uso de capacidades e competências desenvolvidas ao longo de sua formação continuada.

A massa crítica de pessoas capacitadas, refletidas nos egressos do campus Janaúba, representa um grande diferencial para o desenvolvimento de novas indústrias e mercados de ponta regionais. A grande ênfase dada ao desenvolvimento humano e interpessoal, às competências básicas e específicas, à abordagem multidisciplinar, ao empreendedorismo e à preocupação com o meio ambiente e uso sustentável dele, faz com que o curso de Engenharia de Minas da UFVJM, seja na forma dos projetos desenvolvidos durante o mesmo ou de seus engenheiros diplomados, tenha grande potencial para encabeçar o avanço da região. Avanço esse na exploração e exploração dos recursos naturais ainda intocados na porção setentrional de Minas Gerais de maneira responsável, sustentável e eficiente. Há ainda o esforço coletivo no sentido de



se tornar um polo de referência para o ensino superior e para o desenvolvimento tecnológico e de profissionais de ponta para o norte de Minas e para o Brasil.

6. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

6.1 Objetivo Geral

O objetivo do curso de Engenharia de Minas da UFVJM é formar profissionais aptos para atuarem de forma multidisciplinar e holística, capazes de propor soluções para problemas diversos no âmbito da engenharia. Esse egresso altamente qualificado deverá ser capaz de elaborar projetos e implementá-los, na busca pela excelência do trabalho que desenvolvem. Essas características deverão impulsionar o desenvolvimento local, ampliando a densidade de talento da mesorregião do norte de Minas Gerais.

Além disso, o futuro profissional formado no IECT deverá ser capaz de reconhecer as necessidades da localidade em que se insere, em especial o norte de Minas Gerais, e deverá ser capaz de formular, analisar e resolver, de forma criativa, os desafios da vida profissional. Esses futuros engenheiros deverão adotar perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática; considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais; atuar com isenção e comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

Em especial, esses futuros engenheiros terão ainda um diferencial na indústria de mineração nas atividades de pesquisa, lavra e beneficiamento de bens minerais, de acordo com padrões de qualidade, normas de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente, contribuindo para o avanço tecnológico e comprometido com sua eficiência, qualidade e produtividade em todas as áreas de conhecimento envolvidas na formação e atuação de um engenheiro de minas.



6.2 Objetivos Específicos

Formar profissionais competentes capazes de:

- I. Planejar e supervisionar a prospecção, exploração, lavra e o beneficiamento dos bens minerais;
- II. Executar a avaliação técnica e econômica do empreendimento mineiro;
- III. Adquirir uma formação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar;
- IV. Avaliar todos os riscos inerentes ao trabalho no setor mineral;
- V. Estimular o desenvolvimento de valores éticos e humanistas;
- VI. Desenvolver habilidades e conhecimentos teóricos e práticos para serem aplicados na análise, concepção e execução de projetos de engenharia;
- VII. Adquirir uma base de conhecimento técnico e científico sólida, com habilidade para o pensamento crítico, que estimule um aprendizado contínuo ao longo da vida profissional;
- VIII. Estimular a habilidade de comunicação técnica/profissional efetiva nas formas escrita, oral, visual e gráfica;
- IX. Estimular o desenvolvimento de projetos adequados à diversidade humana;
- X. Enfatizar a prática de avaliação de impacto ambiental e desenvolvimento sustentável do planeta.

7. METAS

Esta versão do Projeto Pedagógico de Curso para a Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia da UFVJM apresenta como metas do curso:

- Adequar o Projeto Pedagógico às novas Diretrizes Curriculares Nacionais dentro do prazo estabelecido pelo CNE/CES;



- Melhorar a estrutura dos laboratórios necessários às aulas práticas do curso de Engenharia de Minas;
- Complementar o quadro docente do curso;
- Ampliar parcerias com empresas do setor mineral que favoreçam as relações de estágios;
- Ampliar a visibilidade do curso na região através de ações de divulgação buscando a maior ocupação de vagas.

8. PERFIL DO EGRESSO

O engenheiro de minas é um profissional generalista que convive em um ambiente de integração que articula diversos setores da indústria. Empresas de vários ramos estão inseridas nesse empreendimento auxiliando na execução das demandas da mineração. Este profissional transita no meio comunitário do município onde está situada a mineradora em que são estabelecidas políticas de convivência e ações de preservação ambiental voltadas para a sustentabilidade e mitigação de impactos, sem privar dos avanços tecnológicos disponibilizados, buscando aprender continuamente.

O perfil do egresso do curso de engenharia de minas está em concordância com o estabelecido na resolução CNE/CES nº 02 de 24 de abril de 2019, uma vez que a formação proposta deve compreender uma forte formação técnica, com visão holística e humanista, crítica, reflexiva, criativa, cooperativa e ética; além disso, o egresso deverá estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora. Ser um profissional generalista capaz de operar em um empreendimento mineiro com habilidade podendo atuar em todas as áreas com desenvoltura, garantindo a interação entre elas, com formação científica sólida capaz de desenvolver e aprimorar conhecimentos técnicos, estando apto a avaliar os riscos existentes. Pautará o trabalho com base nos valores éticos e humanistas, nos conhecimentos teóricos e poderá desenvolver, analisar e executar projetos de



engenharia. Terá pensamento crítico buscando o aprendizado contínuo, novas tecnologias e dominará a comunicação técnico/profissional efetiva.

Por fim, deverá ser capaz de reconhecer as necessidades dos usuários, formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de Engenharia; adotar perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática; considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho; atuar com isenção e comprometimento com responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

9. COMPETÊNCIAS

Competência diz respeito a saber fazer bem o dever (MOROSINI, 2006). Diz respeito também ao conjunto de saberes necessários para execução sob demanda e implica em um posicionamento diante daquilo que se apresenta como desejável e necessário (MOROSINI, 2006). O conceito foi inicialmente introduzido no âmbito profissional e, posteriormente, migrou para a esfera acadêmica. No âmbito educacional, competência pode ser definida como a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada por conhecimentos chaves, mas sem necessariamente estar limitada a eles, de modo a articular a consciência e recursos cognitivos com saberes, capacidades, atitudes, informações e valores, tudo isso de maneira rápida, criativa e conexa (PERRENOUD, 1999).

O curso de Engenharia de Minas concebe as competências para a formação de seus egressos com base na Resolução CNE/CES Nº 02 de 24 de abril de 2019 e sob a ótica de que o desenvolvimento da capacidade de interagir com os conteúdos aprendidos ao longo da trajetória acadêmica seja o mais importante. Portanto, o seu desenvolvimento está atrelado às metodologias de ensino desde o início do curso.

As competências abordadas no presente PPC foram divididas em três eixos, a saber: (1) Pessoal e Social, (2) Comunicação e Gestão e (3)

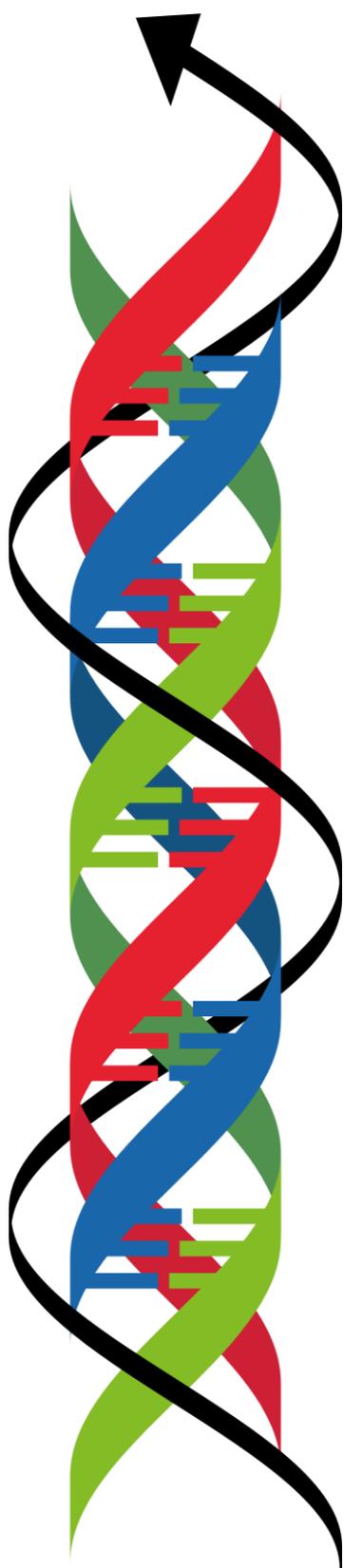


Conhecimento. Cada eixo representa uma vertente de habilidades em um departamento cognitivo, mas que não podem ser entendidas sob uma ótica individualista. Essas habilidades se entrelaçam e se conectam e formam o “DNA” do perfil do egresso do curso de Engenharia de Minas, um engenheiro multidisciplinar, comunicativo, com alto conhecimento técnico e sensível ao mundo e às pessoas a sua volta (figura 1). Essas competências possuem múltiplos níveis de aprimoramento e evoluem de forma helicoidal, iniciando a partir de um perfil básico até alcançarem o patamar mais alto.

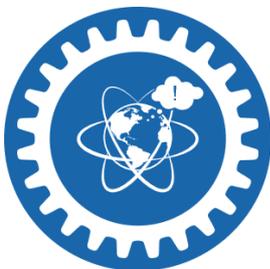
Cada novo semestre representa um novo patamar de desenvolvimento e deve prover aos discentes oportunidades adequadas para que estes aprimorem as competências pertinentes. A avaliação dessa dinâmica é feita de maneira personalizada para cada discente, em cada disciplina, e é acompanhada pela coordenação do curso (ver item 10.9 - Avaliação do processo de ensino/aprendizagem). Dessa forma, o acompanhamento e direcionamento tanto do corpo discente quanto docente permite adereçar os pontos chaves de melhorias necessárias para se aprender as competências almejadas, através de um sistema de feedback que retroalimenta as práticas e métodos adotados.

A figura 1 traz uma abordagem visual e simplificada de cada eixo de competências e mostra como eles estão intrinsecamente associados, formando uma relação de dependência para que cada um se apoie no outro. Da mesma forma, o discente do curso de Engenharia de Minas estabelece conexões fortes dentre as competências e habilidades desenvolvidas em cada eixo, de forma espiralada e em constante aprimoramento, visando atingir o perfil do egresso proposto. Em suma, o eixo 1 (Pessoal e Social) trata da percepção do mundo; o eixo 2 (Comunicação e Gestão) trata da forma de interação dos indivíduos e o eixo 3 (Conhecimento) trata dos conteúdos e da reflexão. O que torna o desenvolvimento de competências uma experiência aprimorada e desafiadora é o enfoque dado às pessoas e aos relacionamentos interpessoais, evitando o excesso de objetividade e objetificação das dinâmicas sociais.

Figura 1 - Representação helicoidal das competências do curso de Engenharia de Minas do IECT. Cada eixo é representado por uma cor e por um símbolo: **(1)** Pessoal e Social – cor azul; **(2)** Comunicação e Gestão – cor verde e **(3)** Conhecimento – cor vermelha. A seta preta indica a evolução das competências a partir de um nível basal para uma posição mais elevada.



1. PESSOAL E SOCIAL



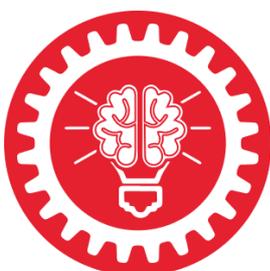
É o conjunto de práticas e habilidades que se referem a como o indivíduo percebe o mundo ao seu redor e os outros indivíduos. Competências do eixo Pessoal e Social são aquelas as quais os discentes necessitam aprimorar para compreender mais sobre si mesmos e sobre os demais. São elas que contribuem para se definir objetivos de vida e senso de propósito e responsabilidade.

2. COMUNICAÇÃO E GESTÃO



É o conjunto de práticas e habilidades que dizem respeito sobre a forma que um indivíduo interage com os demais e com as situações do cotidiano pessoal e de trabalho. Competências do eixo Comunicação e Gestão estão atreladas às capacidades de bolar estratégias de comunicação, transformando ideias e informações para partilhá-las com outras pessoas. Elas contribuem para traçar os métodos de interação interpessoal e planos de trabalho.

3. CONHECIMENTO



É o conjunto de práticas e habilidades que tratam das faculdades cognitivas e do conteúdo aprendido ao longo do curso. Competências do eixo Conhecimento envolvem a racionalização dos demais eixos, atribuindo para o pensamento crítico e reflexivo sobre todo o processo, levando-se em conta o aprendizado cumulativo e continuado dos conteúdos. Esse eixo contribui para que o indivíduo aprenda a aprender.

9.1 Eixo 1 – Pessoal e Social

Esse eixo de competências permeia três subníveis de conhecimento: **(1)** autoconhecimento e responsabilidade, **(2)** normas e diversidade sociocultural e **(3)** espaço, meio ambiente e sustentabilidade. As competências desse eixo estão listadas na figura 2.

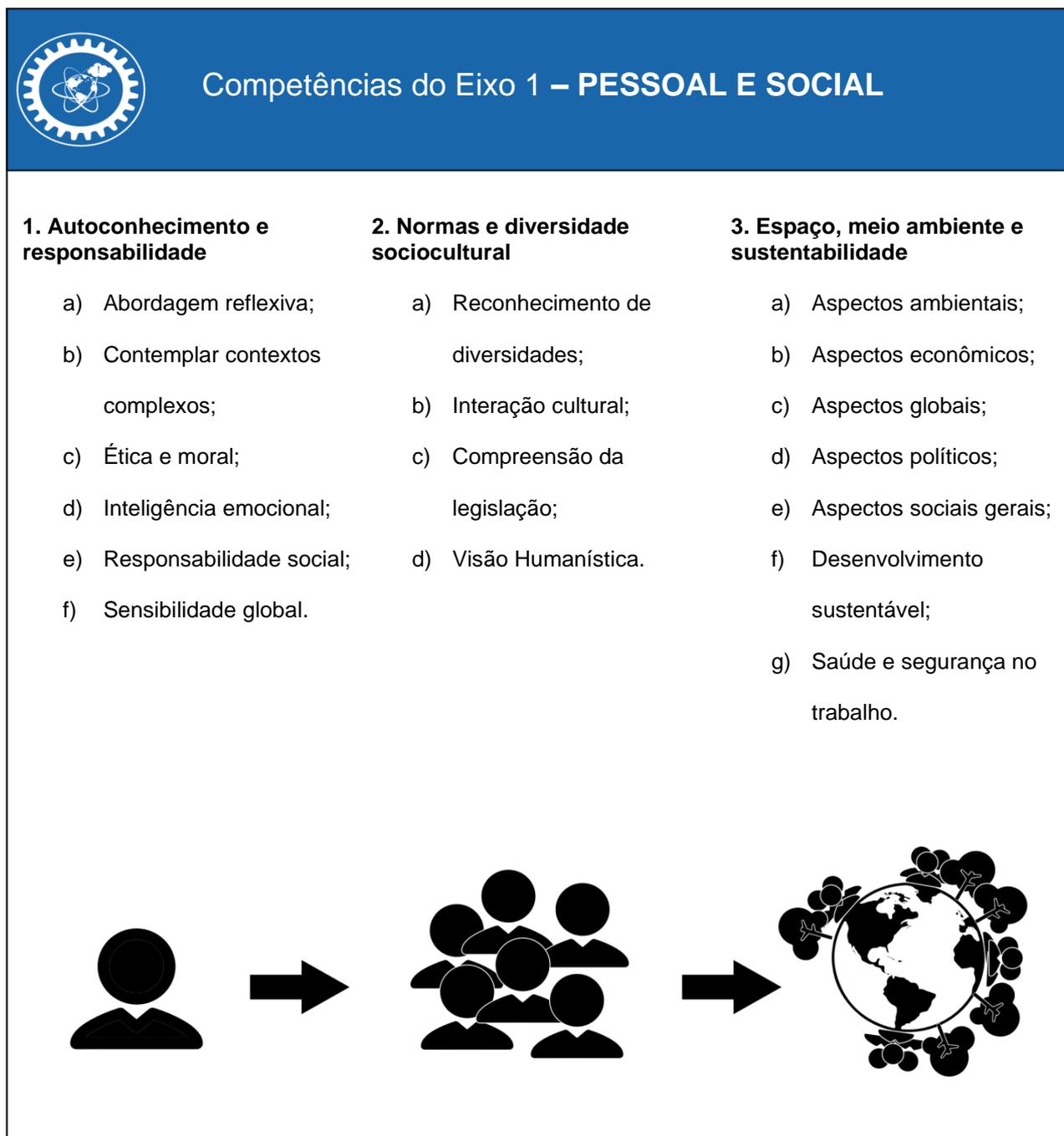
O eixo Pessoal e Social diz respeito ao autoconhecimento, a assumir responsabilidade por seus atos e manter uma postura de respeito perante a si mesmo e à sociedade. Diz respeito a aceitação e diversidade como pilares para atingir a harmonia pessoal e coletiva em prol de um objetivo comum. Pode ser sintetizado em “aceitar a si e aos outros”.

O primeiro passo para entender o outro é entender a si mesmo. É através dessa percepção que o discente se torna capaz de identificar o seu lugar e seu papel como indivíduo, bem como assumir suas responsabilidades como parte integrante da sociedade. Esse reconhecimento é importante para que os futuros engenheiros descubram o prazer nas atividades do cotidiano e a relevância de seu próprio bem-estar. O autoconhecimento e a responsabilidade são desenvolvidos através da inteligência emocional, da abordagem reflexiva, da ética, da responsabilidade social, da concepção de contextos complexos no âmbito individual, na sensibilidade global. Essas competências são desenvolvidas através das metodologias propostas, na forma de conteúdo e nas vivências do curso, através de seminários, *workshops*, rodas de conversa e mesas redondas.

Uma vez estabelecida a dimensão individual, é necessário integrar-se à dimensão social, reconhecendo a diversidade de indivíduos com características variadas, o que torna a sociedade um conjunto rico. É através do respeito e valorização dessa diversidade que o discente consegue desenvolver visão humanística e incorporar a variedade cultural que existe no mundo. Essas competências são desenvolvidas através das metodologias do curso e especificamente nas disciplinas. Há também o aspecto sociocultural abordado nos projetos de extensão (Anexo III), que permite que o discente se

aproxime da comunidade não acadêmica, estabelecendo uma relação de coparticipação, onde ambas as partes trabalham para alcançar um objetivo

Figura 2 – Quadro ilustrativo das competências do Eixo 1 - Pessoal e Social. As competências encontram-se listadas em (3) colunas, cada qual expandindo a compreensão dessa temática e dessas habilidades em subníveis: (1) autoconhecimento e responsabilidade, (2) normas e diversidade sociocultural e (3) espaço, meio ambiente e sustentabilidade.





comum. Além dessas competências, são aprendidas também as normas e a legislação vigente para a execução das atividades profissionais gerais e pertinentes ao curso de Engenharia de Minas, através dos conteúdos específicos propostos nas unidades curriculares.

Por fim, existindo um senso de coletivo social, é necessário extrapolar essa percepção para uma compreensão mais ampla da sociedade e do espaço que ela ocupa. Dessa forma, os estudantes são instigados a definir os impactos que as atividades inerentes à engenharia causam, sejam eles de cunho social, ambiental, político, econômico ou global. Havendo visão holística das questões sociais e pessoais, o indivíduo é estimulado a desenvolver práticas e comportamentos sustentáveis, preocupando com sua saúde e segurança e dos demais. Ainda, cabe ressaltar a abordagem dos impactos nas atividades minerárias no meio ambiente e social. Essas competências são abordadas através dos conteúdos específicos das unidades curriculares e encorajadas a serem trabalhadas por meio dos projetos de extensão (Anexo III).

9.2 Eixo 2 – Comunicação e Gestão

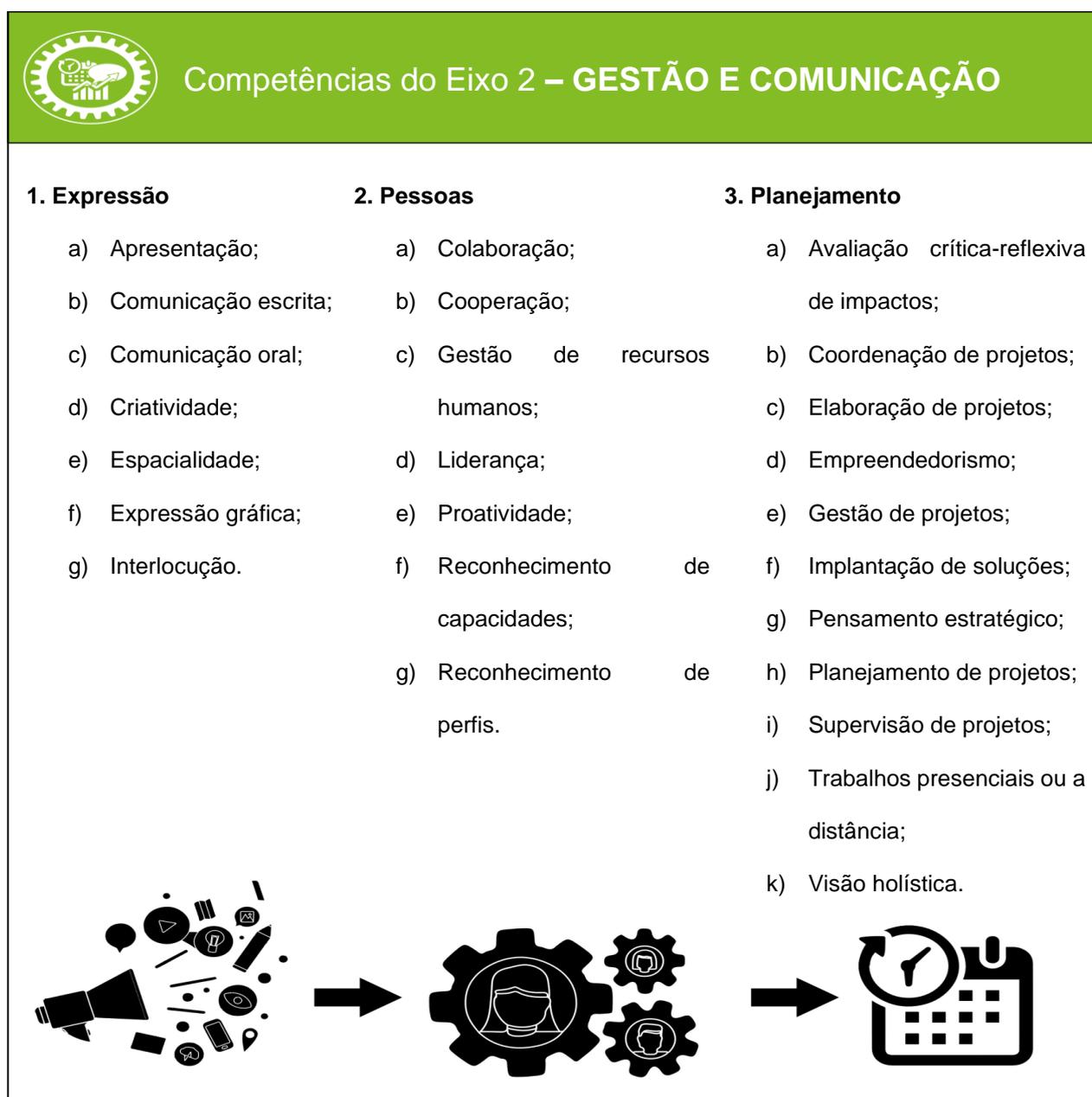
O eixo 2 de competências também compreende três subníveis de conhecimento: **(1)** expressão, **(2)** pessoas e **(3)** planejamento. As competências desse eixo estão listadas na figura 3.

O segundo eixo diz respeito às práticas e habilidades que o discente deve desenvolver para lidar com o mundo ao seu redor e, principalmente, com as pessoas. É por ele que se desenvolvem as vivências sociais e o senso de trabalho em equipe, bem como as dinâmicas de comunicação. O aluno faz-se entender em diferentes esferas de trabalho e relações pessoais. Sua máxima encontra-se na frase: “por pessoas, para pessoas”.

O primeiro subnível desse eixo compreende a capacidade do indivíduo de formular ideias e transmiti-las para outros indivíduos. Para tal é necessário que as ideias estejam claras e consolidadas. É nessa esfera de competências que se desenvolvem as capacidades de comunicação através da escrita, da expressão gráfica e por meio oral. A criatividade é estimulada durante todo o

processo, buscando maneiras mais inteligentes e eficientes de se transmitir ideias. O principal objetivo dessas competências é estabelecer um diálogo entre os interlocutores, garantindo que haja entendimento mútuo e, por fim, que se haja um alinhamento de diálogos. Essas competências são desenvolvidas através das metodologias e conteúdo específicos das disciplinas do curso. As

Figura 3 – Quadro ilustrativo das competências do Eixo 2 – Gestão e Comunicação. As competências encontram-se listadas em (3) colunas, cada qual expandindo a compreensão dessa temática e dessas habilidades em subníveis: (1) expressão, (2) pessoas e (3) planejamento.





formas de expressão são também tratadas em seminários, workshops e nos projetos.

Já no subnível 2, “Pessoas”, há uma preocupação em se fazer entender. Não basta apenas ter diálogos alinhados, deve-se buscar alinhamentos de ideias e de ações. Sendo assim, o discente é incentivado a estabelecer relações interpessoais durante as atividades e vivências acadêmicas. Esse subnível de comunicação e gestão é bastante importante, uma vez que os ambientes de trabalho e de relações interpessoais são compostos, essencialmente, de pessoas. Através das oportunidades criadas em salas de aula e fora delas, os futuros engenheiros são expostos a metodologias que busquem desenvolver a colaboração e cooperação entre os participantes, o reconhecimento das qualidades e capacidades dos outros indivíduos, a proatividade e a liderança. Essas competências são desenvolvidas essencialmente através de metodologias ativas.

O último subnível desse eixo de competências reflete a ocupação de um engenheiro: planejamento. A maior parte do tempo dedicado na implementação de projetos de engenharia deve ser focada em seu planejamento, evitando ao máximo que aconteçam quaisquer imprevistos. Dessa maneira, os futuros engenheiros são treinados para planejar, tendo foco na elaboração de projetos. Através dessas competências, os discentes são encorajados a problematizar situações reais e hipotéticas e desenvolver as melhores estratégias para solucionar o proposto. Sendo assim, é desejável que o discente aprenda a avaliar crítica e reflexivamente os impactos de suas atividades, elabore projetos pertinentes para solucionar um problema real, tenha visão holística de todas as dinâmicas e seja capaz de coordenar e gerir esses projetos durante todas suas fases. Além disso, a problematização das situações pode gerar oportunidades de ação e de negócio, estimulando-se a inovação e o empreendedorismo. As competências necessárias para atingir-se excelência em planejamento são desenvolvidas através das metodologias e dos conteúdos específicos nas disciplinas deste projeto pedagógico. Além disso, os discentes são estimulados a participar de eventos, empresas júniores, seminários,



workshops, congressos para que possam expandir seu entendimento na área e aproveitar as oportunidades surgidas.

9.3 Eixo 3 – Conhecimento

O eixo 3 é dividido em três subníveis de conhecimento: **(1)** intelectual e técnico, **(2)** reflexivo e **(3)** aprendizagem continuada. As competências desse eixo estão listadas na figura 4.

O terceiro eixo diz respeito às faculdades mentais que o indivíduo deve desenvolver para ter conhecimento técnico-científico, analisar informações com percepção crítica, ser capaz de raciocinar de maneira integrada e manter-se sempre atualizado das práticas e conhecimentos no seu meio de trabalho. A síntese do eixo Conhecimento encontra-se na máxima: “aprender a aprender”.

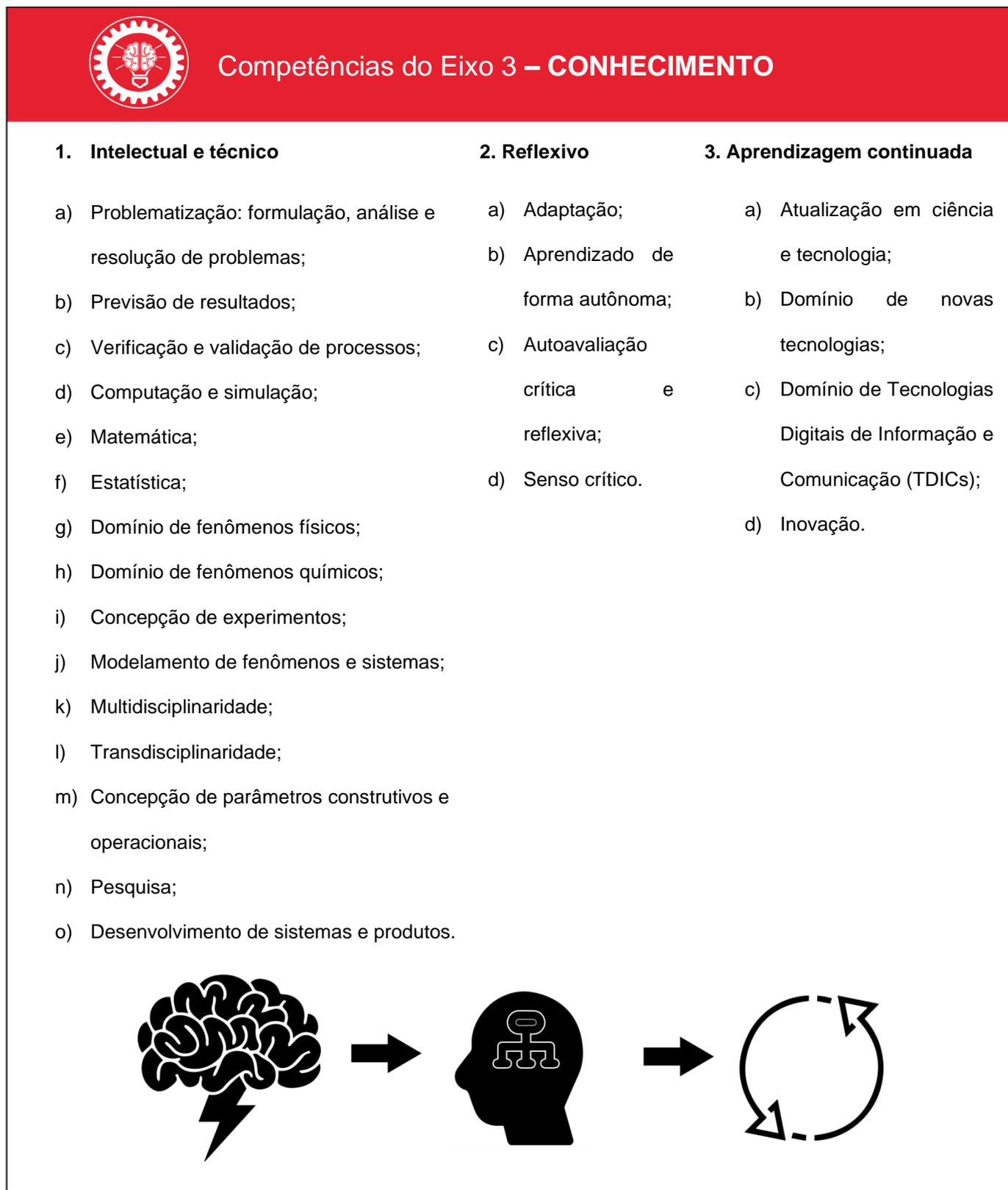
O primeiro subnível trata do conhecimento intelectual e técnico. Ele engloba os saberes de conteúdos e é desenvolvido principalmente em consonância com a organização curricular do curso. Envolve a capacidade do indivíduo em sintetizar suas ideias de forma lógica e coerente, em concordância com os conceitos e conteúdos programáticos. É por meio dessas competências que o discente consegue conceber, verificar e prever modelos e experimentos. Esse subnível está associado às metodologias científicas e está amplamente conectado com as atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento. É através dessas experiências e das atividades multi e transdisciplinares que o futuro engenheiro consegue estabelecer conexões e identificar as melhores soluções que atendam suas demandas. O desenvolvimento desse subnível se dá por meio das metodologias ativas e pelos conteúdos específicos associados às disciplinas da matriz curricular. Além disso, a vivência das atividades de pesquisa e ensino também proporcionam o aprimoramento intelectual e técnico. (ANEXO III – PROJETOS DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO).

O segundo subnível do eixo 3 trata da reflexão e do senso crítico, da capacidade de avaliar todas as etapas das atividades e projetos desenvolvidos e de refletir sobre seus resultados, seus impactos e sua eficiência, propondo melhorias e soluções pertinentes. Trata da capacidade do indivíduo de se



adaptar às situações reais do cotidiano, buscando aplicar todos seus conhecimentos e demais competências para alcançar sempre melhores resultados. O subnível reflexivo lida também com a autocrítica, a autoavaliação e a aptidão do discente de observar suas ações e decisões sem atribuir-lhes valor pessoal e, dessa forma, reconhecer seus acertos e erros, aperfeiçoando sua abordagem. O subnível reflexivo é desenvolvido principalmente por meio das metodologias, pela vivência das demais competências e por meio da avaliação de aprendizagem e ensino (ver item 10.9 - *Avaliação do processo de ensino/aprendizagem*). O terceiro e último subnível das competências relacionadas ao Conhecimento é o aprendizado continuado. Essas competências dizem respeito a constante necessidade de renovação e atualização dos profissionais e indivíduos. O mundo e as relações de trabalho estão em constante evolução e, portanto, requerem que as pessoas acompanhem esse dinamismo. Para isso, o discente deve sempre estar inteirado das tecnologias e práticas mais modernas disponíveis no mercado. Devem sempre alimentar seu próprio conhecimento e se permitir renovar suas práticas e competências quando essas não corresponderem mais ao cenário atual. Essas competências são desenvolvidas através dos conteúdos específicos das disciplinas e das metodologias.

Figura 4 – Quadro ilustrativo das competências do Eixo 3 –Conhecimento. As competências encontram-se listadas em (3) colunas, divididas em 3 subníveis: (1) intelectual e técnico, (2) reflexivo e (3) aprendizagem continuada.





10. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

Minas Gerais é um dos estados com maior representatividade no setor mineral brasileiro. Segundo o Anuário Mineral Brasileiro (BRASIL, 2020), o estado contribuiu com cerca de 46% da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) arrecadada no ano de 2018, além de perfazer 40,84 % do valor financeiro da produção mineral comercializada no país.

O Engenheiro de Minas faz parte de uma lista de profissões em que não existe saturação de empregos no Brasil. As maiores empresas mineradoras do país – entre elas, muitas das principais do mundo – absorvem com relativa facilidade os profissionais dessa área. Seu campo de atuação é amplo e envolve toda a tecnologia mineral, desde a prospecção mineral (procura de depósitos minerais), passando pela exploração mineral (estudo detalhado dos depósitos minerais) e pela lavra (planejamento de mina e extração do minério), até o beneficiamento mineral (processamento, separação e/ou concentração do material extraído para adequá-lo às especificações de mercado). Ele também é responsável pelas atividades que envolvem águas subterrâneas e atua, igualmente, nas áreas de geotecnia (projetos de execução de barragens, estradas, túneis, taludes em solos e em rochas) e de meio ambiente.

O campo de atuação profissional abrange:

- Empresas mineradoras;
- Empresas de consultoria e/ou de prestação de serviços;
- Centros de pesquisa científica e/ou tecnológica;
- Órgãos governamentais e;
- Instituições de ensino.

O engenheiro de minas atua, ainda, em perícias, na emissão de pareceres técnicos, na fiscalização de projetos de mineração, na pesquisa e desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos para a mineração.

O curso de Engenharia de Minas da UFVJM, localizado no *campus* Janaúba, tem particularidades muito importantes, como a inter e multidisciplinaridade conseguida através do BC&T. A principal área de influência do curso é a mesorregião norte de Minas Gerais, a qual contempla 89 municípios



distribuídos em uma área de 128.454,108 km². Atualmente, a UFVJM abrange o único curso de Engenharia de Minas situado em universidade pública desta mesorregião. Esse fato gera mão de obra qualificada para suprir a busca por Engenheiros de Minas em outras instituições de ensino superior e oferece oportunidades de estudo e trabalho principalmente para a região de abrangência.

11. PROPOSTA PEDAGÓGICA

O curso de Engenharia de Minas do IECT da UFVJM é um curso terminal com transição a partir de um bacharelado na modalidade interdisciplinar em ciência e tecnologia para o discente que tenha concluído o ciclo básico de engenharia.

Existem variadas linhas de abordagens pedagógicas acerca de como os adultos aprendem, como a andragogia (KNOWLES, 1980), a aprendizagem experiencial (KOLB, 1984) e a aprendizagem transformacional (MEZIROW *et al.*, 1990). Nota-se uma particularidade no aprendizado dos adultos que é a autogestão. Adultos tendem a ser resistentes quando apresentados com ordens e novos direcionamentos por terceiros. Eles precisam que lhes seja apresentada a necessidade de se aprender um determinado conteúdo, sempre justificada e, ainda, manter-se motivados e engajados nessa busca por novos conhecimentos. Além disso, quando sua experiência pessoal pode ser associada aos novos conceitos, a compreensão do tema torna-se mais clara e sedimenta-se de maneira mais eficiente (GAMA E SILVEIRA, 2003).

A revolução tecnológica colocou, em cheque, as tradicionais formas de ensino-aprendizagem dos cursos de engenharia no Brasil e no Mundo. O ensino compartimentado em conteúdos estanques, sem interrelação entre si, não é mais factível. Da mesma forma, a visão de que o professor é dono do conhecimento e os alunos devem absorvê-lo, sem alterar sua essência, tornou-se um conceito obsoleto. Cada vez mais, os discentes participam ativamente da criação e aprimoramento de novas metodologias de ensino, e o docente tem



exercido o papel de orientador e facilitador dos processos de aprendizagem (BARROS e SANTOS, 2003).

O desafio nos cursos de engenharia é oferecer aos alunos situações e vivências de ensino onde eles possam ser protagonistas, construindo o conhecimento de forma continuada ao invés de absorvê-lo exclusivamente pela exposição de conteúdo. É nesse contexto que metodologias ativas encontram destaque e auxiliam a construção do perfil do egresso desejado, com as competências necessárias para alcançar êxito na vida profissional e em um formato que propicie o aprendizado de adultos. As metodologias abordadas no curso de Engenharia de Minas podem ser: aprendizagem baseadas em problemas, aprendizagem baseada em projetos, trabalhos em equipe, *design thinking*, educação *maker*, ensino híbrido, *gamificação*, elaboração de histórias e mapas mentais. Essas abordagens têm sido eficientes quando aplicadas no ensino superior, em especial no ensino de engenharias (ex.: BARROS e SANTOS, 2003; CASTRO, 2015; SOUZA e FRANÇA, 2015).

Neste início do século XXI, os cursos de engenharia precisam desenvolver, cada vez mais, determinadas competências chaves, citadas a seguir: inovação e pensamento estratégico; aprendizado ativo; criatividade e iniciativa; pensamento crítico; planejamento e *design* de tecnologia; solução de problemas complexos; liderança; inteligência emocional; raciocínio lógico; análise e avaliação de sistemas (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018). O perfil esperado do engenheiro, neste contexto, pode ser sintetizado nos aspectos seguintes: formação multidisciplinar; visão aberta para quebra de paradigmas; capacidade de adaptação a novos cenários; busca constante por aperfeiçoamento e autoaprendizagem; capacidade de relacionamento com equipes diversas; curiosidade e inovação.

As abordagens educacionais do presente curso estão voltadas para a formação de profissionais com habilidades necessárias no atual contexto mundial, como formação interdisciplinar, porém com habilidades técnicas especializadas em tecnologias de ponta; relacionamento humano sólido, centrado em atitudes éticas e liderança na condução de equipes; visão ambiental



consistente, onde as práticas sustentáveis sejam entendidas como parte integrante de todas as atividades. (SCOBLE e LAURENCE, 2008).

A proposta do curso valoriza o aluno como protagonista na construção do conhecimento e busca estimular o desenvolvimento de competências que permitam uma formação técnica sólida aliada a uma formação humanística, empreendedora e atenta a inovações. Nessa perspectiva, faz-se importante a articulação entre a organização curricular, as práticas metodológicas e os processos de avaliação de aprendizagens, para que se atinjam os objetivos de formação propostos pelo curso. Nesse contexto, o papel do docente é fundamental não como um mero transmissor de conhecimentos, mas como um orientador e estimulador de aprendizagens. Uma vez que está claro que o simples acúmulo de informações não é capaz de atender aos desafios de uma formação que atenda às necessidades da sociedade moderna.

11.1 A Engenharia de Minas

A Engenharia de Minas tem suas particularidades, pois apesar de ser um curso de engenharia e contemplar a formação plena de um engenheiro, tem como objeto de estudo as formações naturais encontradas no planeta. Por isso, a escala de trabalho dos projetos na Engenharia de Minas tende a superar aquelas representadas em ambientes controlados de sala de aula e laboratorial. A interação do discente com o meio físico e a avaliação dimensional das estruturas naturais é de suma importância para que ele seja capaz de associar a teoria com a prática e a complementação destas linhas de aprendizado.

Sendo assim, para atender a presente proposta pedagógica e formar um Engenheiro de Minas competente sob a ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e do Conselho Regional de Engenharia (CREA), órgão que regulamenta a profissão, é essencial que o futuro profissional deste curso esteja familiarizado com seu objeto de trabalho. Tal reconhecimento deve ser feito *in situ*, sendo necessária a visita técnica aos ambientes geológicos naturais e aos empreendimentos minerários.



11.2 O Trabalho de Campo e a Visita Técnica

As atividades de campo são muito importantes para que o discente internalize o conhecimento teórico aprendido e desenvolva as competências necessárias. No curso de Engenharia de Minas essas atividades são realizadas por meio do Trabalho de Campo e da Visita Técnica, que são distintos.

O trabalho de campo em cursos que se atentam às ciências da Terra apresenta uma particularidade, pois muito além de uma visita técnica para ver a teoria aplicada na prática, essas atividades são parte também das aulas teóricas. Define-se trabalho de campo como instrumento didático usado para associar teoria e prática nos moldes de um trabalho de pesquisa e Visita Técnica como contato entre os visitantes – docentes, servidores e discentes - e o local visitado, visando avaliar, observar e participar das atividades práticas desenvolvidas por entidades públicas ou privadas, complementares ao conteúdo da Unidade Curricular, proporcionando assim uma visão do mundo do trabalho, suas relações e seu cotidiano.

A Resolução nº 3, de 03 de julho de 2020 do colegiado do curso, estabelece as normas de realização de visita técnica e trabalho de campo da Engenharia de Minas. Nesta ambos são definidos como:

“Art. 1º Visita Técnica (VT): Atividade complementar dos componentes curriculares do curso de Engenharia de Minas oferecido pelo IECT/UFVJM, caracterizada pelo contato entre os visitantes – docentes, servidores e discentes - e o local visitado, visando avaliar, observar e participar das atividades práticas desenvolvidas por entidades públicas ou privadas.

Art. 2º Trabalho de Campo (TC): Instrumento didático usado para associar teoria e prática nos moldes de um trabalho de pesquisa. É a atividade investigativa e exploratória que ocorre fora do ambiente acadêmico, visando o estudo de determinado fenômeno no local onde ele ocorre naturalmente.”

O Engenheiro de Minas lida com formações naturais de larga escala, desde alguns metros até algumas dezenas de quilômetros. A grande



heterogeneidade dessas unidades ocasiona em variações composicionais e mecânicas ao longo das ocorrências e o estudo destas características *in situ* fornecem as informações necessárias para o avanço de um empreendimento mineiro. Ademais, a posição espacial que essas estruturas ocupam e suas orientações também influenciam na abordagem dos trabalhos, desde como serão estudados os corpos ricos em minério até como serão posteriormente lavrados.

A reprodução em menor escala dos afloramentos naturais até pode ser feita em laboratório com certo grau de satisfação, atendendo critérios didáticos para se isolar variáveis específicas de estudo (ex.: direção, magnitude de força aplicada, zonas de oxidação e redução em corpos mineralizados, dissociação de partículas etc.). Entretanto, o valor didático de se observar afloramentos reais e minas em operação é imensurável, pois apenas nestas atividades o discente é capaz de se debruçar sobre o grau de influência, dimensionamento e posicionamento espacial de cada particularidade estudada em sala de aula ou ambiente controlado.

As atividades de campo para discentes do Curso de Engenharia de Minas são fundamentais tanto no processo de aprendizado de conteúdos quanto no desenvolvimento de competências e habilidades por parte dos discentes. Essas características estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Engenharia (Resolução CNE/CES Nº 2, de 24 de abril de 2019).

Os trabalhos de campo estão inseridos nos conteúdos programáticos das unidades curriculares que os contemplam, assim como a carga horária destinada a esta atividade. As visitas técnicas ocorrem de acordo com a disponibilidade das empresas e podem acontecer visitas em empresas distintas ao longo dos semestres. Estas visitas são formalizadas com antecedência pelo docente da unidade curricular e agendada para o período letivo. No item 11.3 que trata da interdisciplinaridade e transversalidade estão descritas várias atividades de campo realizadas pelo curso de Engenharia de Minas.



Atualmente, atividades de campo estão regulamentadas para os cursos de Engenharia Geológica e Geologia pela Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de janeiro de 2015 e pela Resolução Nº 70 do CONSEPE, de 19 de dezembro de 2017, no âmbito do Curso de Engenharia Geológica da UFVJM. Não há uma definição específica para a Engenharia de Minas, que se enquadra atualmente no grupo de Engenharias. Entretanto, entende-se que por partilhar matrizes curriculares de conteúdos iguais ou semelhantes aos cursos supracitados e a necessidade de se observar as operacionalizações práticas da atividade extrativista, as atividades de campo devem ser tratadas como essencial para cumprir-se a meta almejada na descrição do perfil do egresso proposto por este Projeto Pedagógico de Curso.

O Colegiado do Curso de Engenharia de Minas entende que as atividades de campo (trabalhos de campo e visitas técnicas) implicam em uma série de riscos para os discentes e, por tanto, aprovou a Resolução nº 03 de 03 de julho de 2020, que estabelece as normas de realização de Visita Técnica e Trabalho de Campo do curso (Anexo VI).

11.3 Interdisciplinaridade e Transversalidade

O curso de Engenharia de Minas do IECT propõe que os componentes curriculares pertencentes à matriz curricular sejam transversais e interdisciplinares, a fim de se construir o melhor percurso para atingir o perfil do egresso desejado.

A transversalidade, na prática didática, consiste na possibilidade de se instituir uma analogia de integração de temas do cotidiano com temas das áreas convencionais, ou seja, aprender os conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real (MENEZES E SANTOS, 2020; MEC, 2020).

No âmbito da transversalidade, os componentes curriculares, visam a construção de um alicerce firme na busca de uma educação voltada para um olhar ético e humanitário. A importância da transversalidade, no ensino superior, se dá devido à necessidade de apreensão da realidade que cerca o discente,



abrangendo o saber em seu todo e em suas partes, através de sua própria complexidade. Ainda, ao que tange ao desenvolvimento de uma didática que possa despertar no discente não somente uma perspectiva, mas sim a prática de uma convivência ética e humanitária (TREVISAM *et al.*, 2016).

Os temas transversais que norteiam a construção da cidadania e a democracia, segundo o MEC (2020), são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. A seguir, citam-se alguns aspectos associados as respectivas habilidades que o discente pode desenvolver.

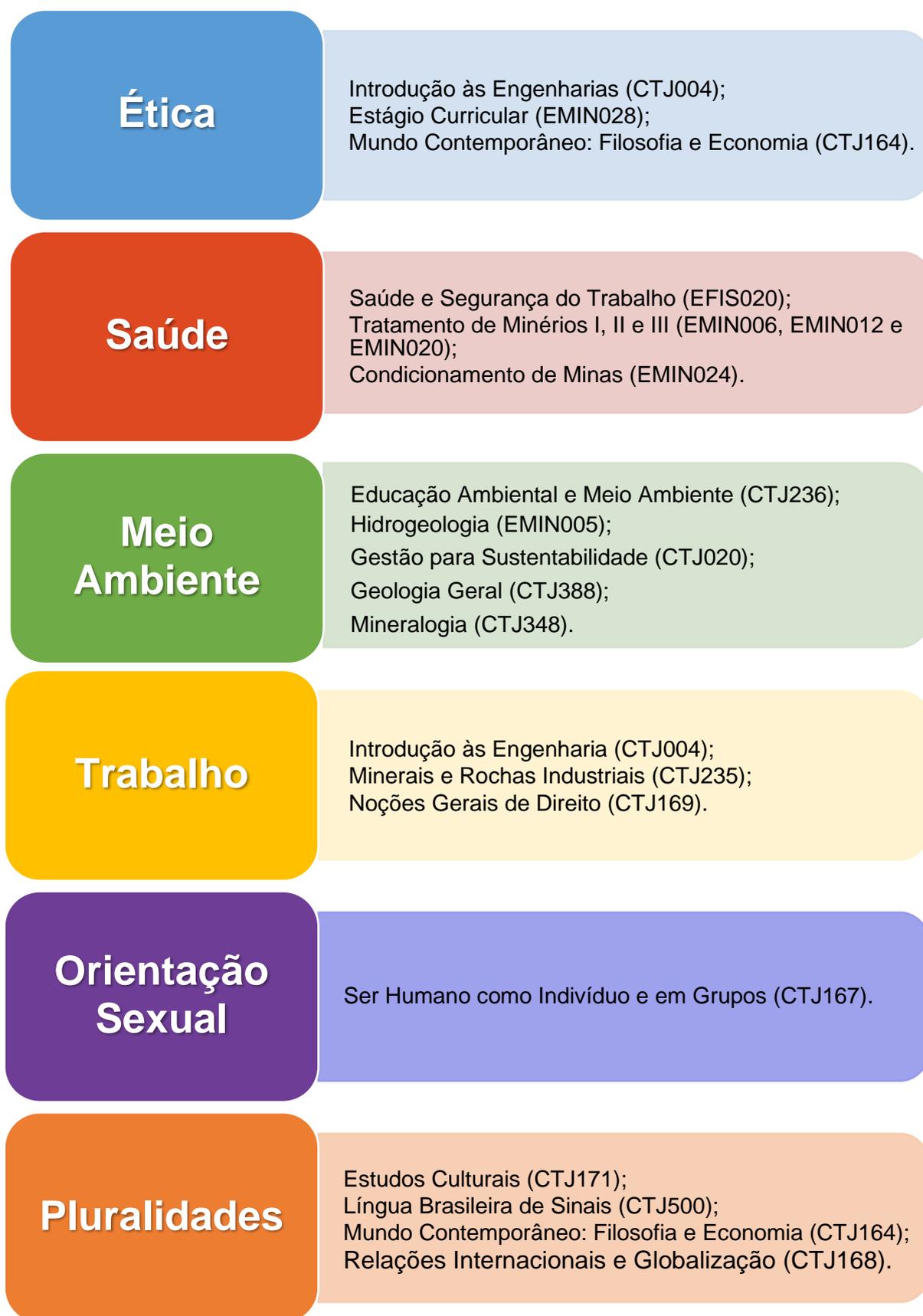
- **Ética** – saber ouvir e conduzir a palavra de forma respeitosa, dialogar e ser solidário com os outros, ter senso de justiça, identificar os valores, conhecer e seguir as normas, dentre outros;
- **Saúde** – motivar e capacitar para o autocuidado, assim como compreender a saúde física e mental como direito e responsabilidade pessoal e social;
- **Meio Ambiente** – compreender as modificações ambientais, os modos de comunicação com a natureza e com os outros, o crescimento cultural, a qualidade de vida, o equilíbrio ambiental, dentre outros;
- **Trabalho** – atualizar-se da situação de mercado, demanda regional, áreas de atuação, abordagem empreendedora, dentre outros;
- **Orientação Sexual** – entender os diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros, igualdade de gêneros, dentre outros;
- **Pluralidade** – superar a discriminação e reconhecer a riqueza representada pela diversidade étnico cultural brasileira, valorizar a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade (incluindo os estrangeiros) e a cultura. Atuar na inclusão social promovendo a acessibilidade dos indivíduos com necessidades especiais (transtorno do espectro autista, surdo, cego, dentre outros).

Os temas da transversalidade são trabalhados no curso de Engenharia de Minas do IECT, em salas de aulas, onde o professor pode mediar as relações interpessoais pontualmente, caso necessário; por meio de palestras como as



ministradas pela Polícia Militar sobre “Educação no Trânsito”; além de debates tais como o realizado sobre o tema Orientação Sexual abordando especificamente o assunto igualdade de gêneros, intitulado como “Violência Contra a Mulher”. Em tais ações, os discentes são orientados a terem uma conduta de relação interpessoal respeitosa, correta, justa, solidária e inclusiva. A figura 5 lista algumas unidades curriculares nas quais as habilidades transversais são desenvolvidas no curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM.

Figura 5 - Habilidades transversais e as unidades curriculares do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM associadas.

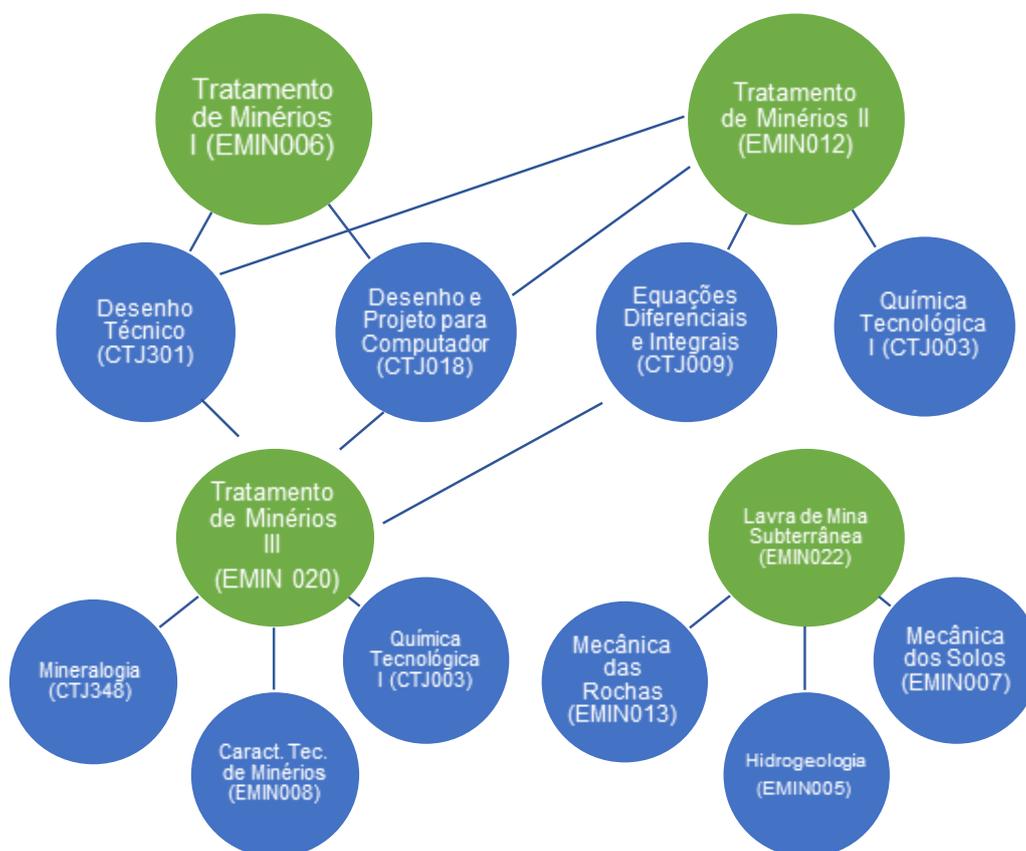




A interdisciplinaridade, diferente da transversalidade, refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles. Ademais, questiona a maneira como os componentes curriculares foram historicamente estruturadas nas universidades. Logo, a relação entre os componentes curriculares da atual matriz curricular do curso se fundamenta na interdisciplinaridade.

Diversos componentes curriculares específicos do curso de Engenharia de Minas são interdisciplinares, pois, abordam temas de um conjunto de outros componentes curriculares. Os diagramas da figura 6, ilustram exemplos da relação entre alguns componentes curriculares do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM.

Figura 6 - Relações interdisciplinares de alguns componentes curriculares que compõem a matriz curricular do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM.



Verifica-se, na figura 6, quatro exemplos de como os componentes curriculares se relacionam. Tratamento de Minérios I (EMIN006), II (EMIN012) e III (EMIN020) se relacionam com Desenho Técnico (CTJ301) e Desenho e Projeto para Computador (CTJ018) uma vez que o dimensionamento e projeto dos equipamentos industriais da mineração são realizados por meio de desenhos gráficos e respectivos cálculos. Tratamento de Minérios II (EMIN012) e III (EMIN020) se relacionam ainda com Química Tecnológica I (CTJ003) e Equações Diferenciais e Integrais (CTJ009), pois, estas últimas contemplam as interações químicas, cinética e os modelos matemáticos das reações que possivelmente ocorrem nos processos, como no espessamento, na filtração e na flotação. Tratamento de minérios III (EMIN020) ainda se relaciona com Mineralogia (CTJ348) e Caracterização Tecnológica de Minérios (EMIN008), pois, o conhecimento dos tipos de minerais que compõem certo minério, e suas características, permite projetar o circuito do processo, além de definir e controlar



a unidade de concentração deste. Já a unidade curricular Lavra de Mina Subterrânea (EMIN022) se relaciona com Mecânica das Rochas (EMIN013), Hidrogeologia (EMIN031) e Mecânica dos Solos (EMIN007) devido a importância de se conhecer a geotecnia, o comportamento do solo e das rochas, além dos fluxos de água subterrânea para realizar a abertura subterrânea necessária. Ademais, diversas outras relações interdisciplinares também ocorrem na estrutura curricular do curso de Engenharia de Minas.

Diversos projetos de extensão, pesquisa e ensino, desenvolvidos e/ou em desenvolvimento no IECT, apresentam caráter interdisciplinar e transversal. A seguir, tem-se a descrição de três projetos com as respectivas interdisciplinaridades e/ou transversalidades. No Anexo III encontra-se uma tabela descrevendo outros projetos nos quais tanto os docentes quanto os discentes do curso de Engenharia de Minas estão envolvidos.

O projeto de extensão/ensino intitulado como “Mini-planta de Beneficiamento de Minérios da UFVJM”, tem como objetivo final a construção de uma mini planta contendo cinco unidades operacionais pertencentes ao beneficiamento de minérios, que opera com minério real (parte 1), e a utilização desta mini-planta de beneficiamento de minérios para divulgação do curso de Engenharia de Minas aos estudantes do ensino médio e à comunidade acadêmica (parte 2). Neste projeto, os discentes trabalham em grupos, sendo que cada grupo é responsável por uma mini-unidade operacional da mini-planta. Os discentes planejam, projetam e constroem as mini-unidades operacionais buscando reaproveitar materiais de forma criativa e baseando-se na economicidade. Para realização das atividades propostas, os discentes contam com o apoio e orientação dos docentes de diversas unidades curriculares, tais como da área da Engenharia de Materiais (Soldagem e Ciências dos Materiais), da Engenharia Física (Eletrotécnica), do Bacharelado em Ciências e Tecnologia (Desenho técnico e Desenho e Projetos para Computador) da Engenharia de Minas (Tratamentos de Minérios I, II e III), confirmando o caráter interdisciplinar desta atividade e permitindo a ampliação da visão holística do tema. A parte 2 deste projeto, permite ainda que os discentes desenvolvam os aspectos da



transversalidade, por meio do conhecimento do contexto social, adequação da oratória (o uso de vocabulário técnico para ouvintes acadêmicos, ou popular para comunidade), trabalho em equipe, liderança, ética e valores no desenvolvimento do trabalho, dentre outros.

O projeto de pesquisa intitulado “Diagnóstico da Sustentabilidade Ambiental das Atividades Minerárias nos Municípios de Janaúba e Nova Porteirinha e Proposições de Melhores Práticas de Reabilitação Ambiental” tem como objetivo caracterizar as atividades de mineração dos municípios selecionados, visando avaliar as condições de reabilitação ambiental das áreas impactadas pela mineração para otimizar a sustentabilidade das operações produtivas e a recuperação das áreas degradadas. No contexto deste projeto, os discentes têm oportunidade de aplicar conhecimento adquirido nos diferentes componentes curriculares do curso de Engenharia de Minas, tais como, Gestão para a Sustentabilidade (CTJ020), Desenvolvimento de Mina (EMIN015), Lavra a Céu Aberto (EMIN019), Planejamento de Mina (EMIN035) e Engenharia Ambiental (EMIN032). Ainda, proporciona habilidades para o discente diagnosticar o meio ambiente de ação do trabalho e o contexto social das comunidades envolvidas.

Além dos projetos citados anteriormente, no projeto de extensão “Se liga nessa”, os discentes são estimulados a estudar temas diversos da matriz curricular do curso de Engenharia de Minas e do contexto social, debater e entender a fundo o conteúdo para transformar toda a informação em um vídeo curto e dinâmico de fácil acesso e entendimento de todos da comunidade. Os vídeos produzidos são disponibilizados gratuitamente em plataformas de compartilhamento de vídeos. Nesse projeto, os discentes são estimulados a trabalhar em grupo, desenvolver sua expressão criativa, usar equipamentos eletrônicos variados, desenvolver habilidades de apresentação e síntese, e aumentar a interlocução com a comunidade, contemplando tanto os aspectos da interdisciplinaridade como da transversalidade.

As atividades de campo do curso de Engenharia de Minas do IECT também apresentam caráter interdisciplinar. Como exemplo, tem-se que os



trabalhos de campo dos componentes curriculares Mecânica dos Solos, Mecânica das Rochas, Estabilidade de Taludes, Hidrogeologia e Desenvolvimento de Mina podem ser realizados juntos, mostrando aos discentes como estas unidades curriculares estão interligadas. Como exemplo, tal integralização possibilita ao discente visualizar um talude, perceber a necessidade de se manter a estabilidade deste, suas litologias, seus acessos, coletar amostras e identificar como os corpos hídricos se apresentam na localidade.

11.4 Metodologias de Ensino

Considerando a presente proposta pedagógica para o curso de Engenharia de Minas e o cenário educativo atual, onde o acesso a um conteúdo diversificado é cada vez maior, fazem-se necessárias adequações às práticas e metodologias de ensino. O ensino tradicional na modalidade expositiva, onde o docente é responsável por explicar e transmitir o conteúdo para os discentes deixa de ser a metodologia preferencial.

Metodologias ativas e projetos de extensão ganham espaço nessa nova proposta didática, bem como estratégias que tragam dinamismo às aulas expositivas. O foco do protagonismo deve ser centrado no discente, que atua como participante ativo na construção e consolidação de seu próprio conhecimento.

Dentre as abordagens utilizadas incluem-se o ensino baseado em problemas, aprendizagem focada em projetos, trabalhos em equipe, *design thinking*, educação *maker*, ensino híbrido, gamificação, foco em competências, elaboração de histórias e mapas mentais. O docente atua como mediador do conhecimento e orientador dos alunos, facilitando a avaliação crítica pelos discentes de todo conteúdo apresentado durante o decorrer das unidades curriculares e que possa ser encontrado fora da sala de aula.

O ensino baseado em problemas e a aprendizagem baseada em projetos enseja utilizar situações reais do cotidiano das engenharias para gerar uma demanda e entrega. Essa metodologia propõe que os discentes estudem



casos reais em detrimento de problemas hipotéticos. Esses problemas podem ser estudados previamente e discutidos no formato da sala de aula invertida ou, quando possível, trazidos por empresas ou entidades que estejam buscando melhorias em algum produto ou serviço. A interação com a comunidade externa fomenta a criação de projetos de extensão e promovem que as atividades didáticas sejam executadas fora do espaço físico da universidade, fornecendo um retorno direto à comunidade em que se encontra.

A metodologia da problematização, baseada no arco de Charles Maguerez, é uma metodologia reflexiva e construtiva. Segundo Berbel (1998), este método inicia-se com a observação da realidade, por diversos ângulos, identificando-se os problemas existentes. Após a seleção do problema, tem-se a etapa de teorização, na qual estuda-se as características de tal problema e busca-se as soluções possíveis baseadas em pesquisas científicas. Estas três primeiras etapas servem de base para a transformação da realidade. Em sequência, criam-se hipóteses de soluções, indicando o que fazer para solucionar o problema. Nesta etapa, o discente tem a oportunidade de desenvolver, principalmente, sua criatividade e originalidade. A última etapa consiste na aplicação à realidade, possibilitando a prática de situações vinculadas a solução do problema analisando fatores como exequibilidade e prioridade. No final do processo, o discente tem o comprometimento de retornar à mesma realidade, transformando-a de certa forma. Nesta metodologia, os resultados são diversos e o mais valorizado é o processo desenvolvido pelo discente, como prática social e não individual (BERBEL, 1998; COLOMBO, BERBEL, 2007).

O uso de situações reais promove também o *design thinking*. Essa metodologia, com origem no design e amplamente difundida na prática empresarial, diz respeito a pensar soluções talhadas para cada problema apresentado. Dessa maneira, os discentes podem focar todas as áreas do conhecimento que adquiriram, de forma multidisciplinar, para propor ideias que solucionem as demandas apresentadas.



A educação *maker* diz respeito a aprender fazendo. Para tanto, o curso de Engenharia de Minas, além de propor as metodologias supracitadas, dispõe de laboratórios especializados em áreas relevantes, como o Laboratório de Tratamento de Minérios e o Laboratório de Petrografia e Mineralogia, por exemplo. Além disso, a UFVJM promove visitas a laboratórios de outras Instituições de Ensino Superior (IES), quando necessário, estreitando o vínculo com tais IES. As atividades podem ser desenvolvidas, ainda, no próprio ambiente empresarial, através de parceiras e projetos de extensão, pesquisa ou ensino. Um exemplo prático da educação *maker* é a construção de protótipos (figura 7).

Figura 7 - Protótipos construídos pelos discentes da Engenharia de Minas da UFVJM. Britador de rolos (A), Moinho de bolas (B), Hidrociclone (C) e Célula de Flotação (D).



As metodologias utilizadas no curso de Engenharia de Minas incentivam, além do aprendizado em várias esferas, o desenvolvimento das competências nas dimensões pessoal e social, de comunicação e gestão e do conhecimento. Somadas a essas metodologias dispostas, encontra-se o trabalho em equipe. Esse, por sua vez, tem o objetivo de estimular a troca de conhecimentos e o dinamismo de grupos com competências diversas, considerando que cada indivíduo se desenvolve de maneira diferente aos demais. Essa diversidade acrescenta pontos de vistas variados que podem



otimizar o trabalho como um todo e estimular o desenvolvimento de uma competência latente nos colegas.

Uma outra metodologia abordada no curso é o da criação de mapas mentais e contação de histórias. O principal ponto que influencia o desenvolvimento dos discentes é a organização de suas ideias. A organização do pensamento e do conteúdo aprendido é mais relevante que a retenção do conteúdo em si. As conexões entre as unidades curriculares e entre as competências devem ser trabalhadas a todo momento. A criação de mapas mentais auxilia nessa organização de ideias e é feito escrevendo-se uma palavra (ideia) central e anexando a ela subníveis de informações relacionadas, cada um alocado em uma subárea de cor diferente. A contação de histórias lida com a transmissão oral dessas ideias. Além de organizá-las, o discente deve ser capaz de transmitir a outras pessoas seu raciocínio. Estimula-se que o estudante seja capaz de transmitir qualquer conteúdo de forma simples, imaginando que o está fazendo para uma criança. Dessa forma, o discente se compromete em aprender verdadeiramente um conteúdo para, então, ter a capacidade de explicá-lo a terceiros.

Considerando ainda a efetividade na transmissão de conhecimentos para os alunos, o curso promove o uso de games e gamificação. Assim como crianças, adultos também aprendem se divertindo, desde que entendam o objetivo da dinâmica. Portanto, utilizar de jogos didáticos que promovem uma competência ou conteúdo previstos neste documento são incentivados entre as turmas. A gamificação de atividades, por sua vez, propõe transformar atividades cotidianas e muitas vezes entediadas em dinâmicas interessantes. O uso de *quizzes* é um exemplo de como a gamificação de questionários cria uma dinâmica nas atividades, estimula a competitividade entre os participantes e desperta um maior interesse em acertar todas as perguntas. Elementos de jogos podem ser trazidos em todas as escalas para as atividades durante as unidades curriculares, como a competição, premiação, recompensa, desafio e elementos aleatórios.



A Engenharia de Minas, tendo em vista o avanço digital, incentiva o uso de tecnologias de informação e dispositivos móveis, como celulares, notebooks e tablets, desde que todos os discentes da unidade curricular já tenham acesso às essas tecnologias ou a universidade possa provê-las aos estudantes. Tais instrumentos podem fornecer possibilidades de integração entre os alunos e permitem o desenvolvimento da criatividade para facilitar o aprendizado, conectando diretamente com as metodologias supracitadas e com as demandas atuais do mercado de trabalho, dinâmica inovadora e interessante. Ressalta-se que as metodologias aplicadas a dispositivos móveis exigem um prévio planejamento e capacitação do docente, para garantir sua eficiência em sala de aula, não caracterizando-se como atividades de ensino a distância.

Destaca-se ainda a relevância de todas as metodologias que possam ser implementadas ou surgir com a evolução dos métodos de ensino-aprendizagem. As aulas expositivas, apesar de não serem o foco principal da dinâmica do curso, têm um papel fundamental nas unidades curriculares.

A construção do perfil do egresso almejado neste projeto depende ainda de atividades práticas, onde os discentes deverão obter as habilidades técnicas para seu campo de trabalho. Tais atividades práticas são divididas em aulas de laboratório, atividades de campo e visitas técnicas. Ao final das aulas práticas e dos trabalhos de campo, os discentes devem elaborar relatórios técnicos sobre os conteúdos trabalhados e entregá-los ao docente responsável para avaliação sobre os aspectos.

As aulas de laboratório são realizadas em espaços específicos, possuindo os equipamentos respectivos às práticas de cada componente curricular que prevê aulas de laboratório na ementa. As práticas laboratoriais são previamente agendadas e orientadas segundo um roteiro que contenha a descrição do procedimento e os cuidados com a segurança individual e coletiva. Ademais, todos os discentes devem ser cobertos por seguro específico, quando pertinente e o Conselho Superior julgar necessário. Os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) devem ser utilizados em todas as aulas de laboratórios, havendo um prévio treinamento dos discentes na utilização destes.



Atualmente, os trabalhos de campo são planejados para atender a demanda de múltiplos componentes curriculares e permitem uma abordagem generalista.

Os trabalhos de campo, segundo a Resolução N°03 de 03 de julho de 2020 do Colegiado do Curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM, que estabelece normas de realização de Trabalho de Campo e Visita Técnica do curso de Engenharia de Minas da UFVJM, é o instrumento didático usado para associar teoria e prática nos moldes de um trabalho de pesquisa. Contempla atividade investigativa e exploratória que ocorre fora do ambiente acadêmico, visando o estudo de determinado fenômeno no local onde ele ocorre naturalmente. Podem ser realizados na investigação de formações geológicas, afloramentos, minas em atividade, pátios industriais, museus, dentre outros, previamente agendados e orientados segundo um roteiro e cuidados com a segurança.

Os trabalhos de campo do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM devem ocorrer em conformidade com a Resolução supracitada. Os componentes curriculares onde os trabalhos de campo são fundamentais são, a saber: Petrografia Macroscópica, Geologia Estrutural, Geologia Econômica, Pesquisa Mineral I, Pesquisa Mineral II, Tratamento de Minérios I, Tratamento de Minérios II, Tratamento de Minérios III, Minerais e Rochas Industriais, Perfuração e Desmonte de Rochas, Estabilidade de Taludes, Lavra de Mina a Céu Aberto, Lavra de Mina Subterrânea, Estabilidade de Escavações Subterrâneas e Planejamento de Mina. Durante os trabalhos de campo, os discentes serão acompanhados pelo docente, tendo a oportunidade de aprofundar os conhecimentos e relacioná-los aos conteúdos ministrados na unidade curricular.

A produção dos relatórios, previstos nas avaliações das aulas de laboratório e dos trabalhos de campo, atende as ementas dos componentes curriculares que possuem estas aulas práticas. Tais relatórios promovem a interação dos docentes de períodos diferentes e de discentes com formação multidisciplinar, enriquecendo a discussão dos temas propostos.



As visitas técnicas, segundo a Resolução N°03 de 03 de julho de 2020, consistem em atividades complementares dos componentes curriculares do curso de Engenharia de Minas oferecido pelo IECT/UFVJM. Estas são caracterizadas pelo contato entre os visitantes (docentes, servidores e/ou discentes) e o local visitado, visando avaliar, observar e participar das atividades práticas desenvolvidas por entidades públicas ou privadas. Contemplam o desenvolvimento de habilidades práticas, restringindo-se a observação da técnica, consulta documental e a entrevista com profissionais e usuários/frequentadores do serviço.

A formação do Engenheiro de Minas pelo IECT/UFVJM, apesar de contar com diversos dispositivos e facilidades, que podem ser acessadas remotamente, é construída em caráter exclusivamente presencial. Atualmente, não há a flexibilização da modalidade Ensino a Distância (EaD) para nenhuma das unidades curriculares do curso Engenharia de Minas. Esta linha de trabalho se justifica devido a um grande volume de atividades práticas e de raciocínio abstrato, sendo necessário um acompanhamento mais próximo do discente, visando assegurar seu sucesso futuro.

A fim de viabilizar a proposta, o curso de Engenharia de Minas do IECT apresenta algumas estratégias que valorizam o aluno como protagonista na construção do conhecimento. São elas:

I. Incentivar o universitário a estabelecer contato, por meio de trabalhos de pesquisa e extensão, com professores e alunos de outros cursos de graduação e pós-graduação desta e de outras instituições de ensino e pesquisa; criar programas de incentivos à pesquisa e inovação por meio de eventos científicos, semanas acadêmicas, Empresa Júnior, atividades culturais e científicas (feiras, gincanas e outras);

II. Incentivar os alunos a criarem diretório acadêmico e grupos de estudo e a desenvolver trabalhos de extensão por meio de cursos e formação continuada;

III. Desenvolver um programa de incentivo à criação de novos produtos tecnológicos, bem como, apresentar os resultados das pesquisas e ainda, do



trabalho de conclusão do curso à sociedade, visando estabelecer parcerias e proporcionar o desenvolvimento do comércio local. Esta atividade proporciona ao aluno trabalhar em equipe, instigar suas habilidades técnicas, sua criatividade, o que certamente refletirá positivamente nos aspectos sociais e culturais da região;

IV. Incentivar os alunos a aplicar seus conhecimentos em benefício da sociedade, visando principalmente contribuir para o crescimento sócio, psíquico, econômico e cultural. Esta atividade pode ser contemplada por meio do trote solidário, realização de curso de alfabetização para adultos, cursos de apoio ao jovem vestibulando, dentre outros;

V. Preparar o aluno para enfrentar e solucionar problemas reais, transcendendo os limites acadêmicos, seguindo os preceitos éticos e morais. Esta atividade pode ser cumprida oferecendo aos alunos aulas teóricas com forte enfoque prático, realizações de minicurso e estágios em empresas e em indústrias da área;

VI. Incentivar a participação em atividades complementares que valorizem a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos inovadores;

VII. Estimular o aluno a participar do Programa Institucional de Mobilidade Estudantil - PME - o qual possibilitará aos acadêmicos cursarem unidades curriculares em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) conveniadas, sem perder o vínculo de origem.

As diretrizes acadêmicas têm como base o compromisso da comunidade universitária com a formação de indivíduos capazes de uma ação interativa e responsável na sociedade.

11.4.1 – Tecnologias da Informação e Comunicação

A reorganização sistêmica do mundo do trabalho e sua flexibilização, trazem novas exigências ao processo formativo. O domínio de conhecimentos gerais passa a ter mais relevância, acompanhado da desvalorização precoce da especialização rígida. Assim, o empenho em preparar pessoas para enfrentar problemas da realidade dinâmica e concreta, de forma crítica e transformadora,



deve ser orientado para a formação social e integral do cidadão para a sociedade. O uso de tecnologias da informação e ferramentas de comum acesso da sociedade são incentivados, de modo que haja o alinhamento da tecnologia do cotidiano com a de ensino. Desse modo, espera-se facilitar o aprendizado dos discentes e despertar a curiosidade sobre os diversos temas que perfazem o estudo das *comodities* minerais. O uso de celulares, computadores e o acesso a aplicativos e sites de domínio comum agilizam o processo da troca de informações. Na Engenharia de Minas da UFVJM os discentes são estimulados a buscar variadas fontes de conhecimento para que possam construir uma base de raciocínio lógico e crítico, partindo da teoria e acrescentando sua experiência letiva.

11.5 Sustentabilidade e Educação Ambiental

A preocupação com a sustentabilidade e educação ambiental está claramente expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM. No âmbito do curso de Engenharia de Minas reitera-se tal preocupação, tendo em vista que vivemos em um planeta com recursos minerais finitos e que, portanto, devem ser racionalmente geridos. Só assim, torna-se possível garantir as necessidades da sociedade atual, sem comprometer a necessidade das gerações futuras. Vale destacar também que a engenharia de minas pode contribuir direta ou indiretamente com todos os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) nas áreas onde os projetos de mineração são conduzidos.

Na Engenharia de Minas da UFVJM existe uma disciplina específica sobre educação ambiental, intitulada Educação Ambiental e Meio Ambiente (CTJ236), que além de conteúdos teóricos, visa estimular os discentes a realizarem ações práticas, em que devem propor e executar atividades ou projetos junto à comunidade. A sustentabilidade e educação ambiental são trabalhadas em diversas disciplinas do 4º ao 10º semestre do curso, adquirindo assim, um caráter transversal. A abordagem é feita tanto através de aulas teóricas, como atividades em laboratório, aulas de campo e visitas técnicas a



empresas de mineração. Ressalta-se que estes temas são relevantes em todas as etapas da atividade minerária, devido aos inerentes impactos da mineração ao meio ambiente.

Sustentabilidade e educação ambiental são também trabalhadas de forma complementar através dos projetos de Extensão e projetos de Pesquisa. Tal possibilidade justifica-se, considerando que o aspecto social é um dos componentes essenciais para se alcançar o desenvolvimento sustentável, representando um de seus tripés, junto com os aspectos ambiental e econômico. Justifica-se também pelo conteúdo da Resolução CNE/CP Nº 02/2012 ao propor que a educação ambiental: “... se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;”. Assim sendo, os projetos de extensão e pesquisa configuram-se uma excelente ferramenta tanto de formação dos discentes, como também uma possibilidade do curso de Engenharia de Minas contribuir com a sociedade onde a UFVJM está inserida.

Em tais projetos, especialmente nos de extensão, objetiva-se que os discentes consolidem os conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares, através da interação com a comunidade. Onde a troca com a sociedade permite a reflexão sobre as temáticas ambiental e social, o que implicará em futuros profissionais com mais apurado senso crítico. Neste sentido, já existem projetos em andamento, além de outros em fase de elaboração.

O Projeto intitulado “Reciclagem de resíduos sólidos na UFVJM, visa implementar a coleta seletiva no Campus de Janaúba, além de capacitar a Associação de Catadores do Município, bem como realizar ações de educação ambiental junto à comunidade janaubense.

Sobre a preocupação com a gestão dos recursos hídricos, tão relevante para o norte de Minas Gerais, é conduzido o projeto “A água é uma só: o ciclo hidrológico”, que visa conscientizar, nas escolas, com ênfase no ensino



fundamental, a importância da água e que ela participa de um ciclo interligado que chega até nós. O Projeto “Amigos da Natureza” visa desenvolver atividades de educação ambiental, relacionados ao plantio e manutenção de árvores em locais públicos.

Já o projeto “Mini-planta de Beneficiamento de Minérios da UFVJM” tem como um de seus objetivos divulgar o curso de Engenharia de Minas junto aos discentes do ensino médio de Janaúba e municípios vizinhos. A sensibilização da comunidade externa sobre sustentabilidade e educação ambiental também é possível através do Projeto “Se liga nessa”, onde os discentes elaboram vídeos para serem veiculados nas redes sociais e plataformas digitais.

Com relação aos projetos de Pesquisa, merece destaque o projeto intitulado “Diagnóstico da Sustentabilidade Ambiental das Atividades Minerárias nos Municípios de Janaúba e Nova Porteirinha e Proposições de Melhores Práticas de Reabilitação Ambiental”, que possibilita aos discentes da Engenharia de Minas aplicarem e aprimorarem os conhecimentos adquiridos nas disciplinas referentes ao impacto ambiental da mineração e as técnicas adequadas para mitigação e recuperação destes. De igual relevância tem-se o projeto “Uso de imagens de satélite e geotecnologias para avaliação da qualidade da Sub-bacia do rio Gortuba”, que se destina a diagnosticar a qualidade das margens e cabeceira da sub bacia hidrográfica do rio Gortuba, ao longo do tempo, estimando possíveis déficits hídricos e indicando prováveis causas de alteração antrópica através de processamento digital de imagens de satélite da região em ambiente computacional de sistemas de informação geográfica.

11.6 Educação Empreendedora

A formação de um profissional de qualidade na concepção moderna não pode ignorar as tendências e transformações rápidas que o mundo enfrenta, desde o dinamismo social até a interação com grandes equipamentos. Entender esse contexto e saber onde investir tempo e recursos físicos e humanos é essencial para se obter sucesso. Vivemos hoje em uma sociedade capitalista



democrática e tal aspecto não deve ser negligenciado durante a construção do perfil do egresso.

Esse enlace entre Engenharia de Minas e Empreendedorismo pode ser visto em algumas disciplinas do núcleo profissionalizante do curso, onde o discente é colocado diante de uma situação-problema real a ser resolvida dentro de um prazo estipulado (em geral, o prazo é colocado como o período de duração da disciplina no referido semestre). Além disso, o discente é incentivado em disciplinas que abordam os aspectos mercadológicos das *comodities* minerais, como “Pesquisa Mineral I”, “Pesquisa Mineral II” e “Geologia Econômica”, que contribuem com o debate e a partilha de conhecimentos da mineração, às vezes, expondo problemas reais de projetos de pesquisa mineral da região para o discente buscar a melhor solução e desenvolver competências. Nesse contexto, estimula-se o gerenciamento do seu percurso profissional, adotando atitude empreendedora e atuando como profissional inovador que mobiliza tecnologias e recursos para a realização de seus projetos.

Em caráter complementar, o curso de Engenharia de Minas tem instigado seus discentes a fundar uma empresa júnior, tendo em vista demandas locais e regionais que já foram pontuadas e propostas ao curso. Essa atividade encontra-se atualmente em fase de desenvolvimento e elaboração.

11.7 Tendências Tecnológicas

O fim da segunda e início da terceira década do século XXI tem sido marcado pela crescente presença de tecnologias e *hardwares* capazes de se comunicarem sem exigir a interação direta com uma pessoa. Essa nova interação homem *versus* máquina tem promovido uma adaptação das atividades clássicas nos mais diversos campos profissionais. Na Engenharia de Minas, isso se traduz em operações de grandes máquinas realizadas de maneira remota, onde os equipamentos e rotinas de risco não precisem de um operador presente no campo. Esse tipo de tecnologia garante a maior segurança dos trabalhadores e reduz o tempo ocioso do equipamento.



Essa nova dinâmica onde há uma maior aproximação dos meios mecânico, digital e biológico tem sido considerada uma nova revolução industrial e tem sido chamada de “Indústria 4.0”. Essas inovações já estão cada vez mais presentes no cotidiano e serão parte integrada das dinâmicas de trabalho para os engenheiros formados na vigência do presente documento. Posto isso, os docentes do curso têm promovido o diálogo com os docentes do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia envolvidos no ensino, na pesquisa e na extensão relacionados às disciplinas de Programação e Inteligência Artificial, a fim de elaborar a melhor maneira de instruir os discentes deste curso. Além disso, realiza visitas técnicas nas minerações que já utilizam essa tecnologia, como exemplo a Vale Brucutu.

Atualmente, a Indústria 4.0 é discutida de forma complementar às disciplinas do curso, inseridas em artigos científicos, estudos de caso, visitas técnicas e através de grupos de estudo e atividades de pesquisa e ensino complementares. Incentiva-se o discente a explorar de forma individual o universo digital por meio de jogos que simulam o ambiente operacional de uma mineração.

11.8 Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Os currículos contêm narrativas nacionais, étnicas e raciais (SILVA, 1999). Em termos de representação étnico-racial, a tendência tradicional é que o texto do currículo conserve, de forma evidente, marcas da herança colonial. Em geral, as narrativas do currículo tradicional confirmam o privilégio das identidades dominantes e relegam as identidades dominadas ao lugar do exótico ou do folclórico. Logo, a questão étnico-racial assume grande importância no currículo, pois interfere na construção das identidades dos discentes, na valoração de seus conhecimentos tradicionais e em suas perspectivas de atuação humana e profissional.

No que diz respeito à educação das relações étnico-raciais, o PDI da universidade expõe como um de seus princípios o “compromisso com a



construção de uma sociedade justa, plural e livre de formas opressoras e discriminatórias”. Tendo isso em vista, o Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Engenharia de Minas busca lidar com a diversidade étnico-racial como uma questão histórica e política de construção da diferença. A sua estratégia para trabalhar as relações étnico-raciais é a reflexão, a indagação e a discussão das causas institucionais, históricas e discursivas do racismo, colocando em questão os mecanismos de construção das identidades nacionais e étnico-raciais, com ênfase na preocupação com as formas pelas quais as identidades nacionais e étnico-raciais dos discentes estão sendo construídas.

Na unidade curricular, Estudos Culturais, a identidade, a diferença e a diversidade de gênero, raça e classe no Brasil, bem como concepções de cultura; o discurso minoritário, as políticas culturais e a educação para as relações étnico-raciais; o Pós colonialismo e descolonização do pensamento e, por fim, as políticas de reconhecimento e os direitos humanos são trabalhados de forma aplicada, através de reflexões de situações reais e atuais.

Na unidade curricular, O Ser Humano como Indivíduo e em Grupos, são abordados temas como fatores sociais e divisão social do trabalho, sistemas econômicos e classes sociais, além da cidadania e desigualdade, permitindo empreender na educação das relações étnico-raciais na sociedade e fortalecer o processo de identidades.

De forma análoga, na unidade curricular, Questões de Sociologia e Antropologia da Ciência, etnografias de laboratórios e controvérsias científicas, perspectivas construtivistas da organização social da ciência trazem reflexões de gêneros e raciais aos discentes.

Dessa forma, a abordagem étnico-racial deste currículo almeja superar a simples operação de adição de informações multiculturais na estrutura curricular e evitar tratar da discriminação étnico-racial de forma simplista.



11.9 Educação em Direitos Humanos

No ano de 2012 foi publicada pelo Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CP nº 01/2012, que visa incluir nos currículos da educação básica e superior a educação em direitos humanos.

Considerando o Estado democrático de direito, fez-se necessário uma educação capaz de promover por meio do conhecimento e da prática dos direitos e deveres reconhecidos como humanos, a formação de sujeitos ativos participantes da democracia.

A Declaração universal dos direitos humanos, instituída no ano de 1948, celebra um compromisso entre vários povos em favor dos direitos e liberdades fundamentais. Apesar de não ser suficiente para consolidar direitos, a Declaração tem grande importância por expressar o compromisso de várias nações na defesa dos direitos humanos. Diante desse contexto de respeito aos valores humanos, é abordado o direito à educação afirmando em seu art. XXVI:

§ 2º. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

O Brasil assume o compromisso com a defesa dos direitos humanos, como bem expressado pela Constituição Federal de 1988, nos princípios que regem suas relações internacionais. Assim, a inserção da educação em direitos humanos nos currículos, constitui uma das ações concretas na busca por uma sociedade melhor.

A UFVJM consciente de que os cursos deverão formar cidadãos comprometidos com o respeito aos direitos de todos, prezando por uma sociedade mais justa e democrática, orienta a promoção de uma educação pautada na tolerância e guiada por valores humanísticos de respeito ao outro. Daí a importância de os currículos prezarem pela construção de conhecimentos reforçados pela educação em direitos humanos.



O presente projeto pedagógico se compromete a adotar a educação em direitos humanos como ferramenta, para que os discentes sejam capazes de se reconhecerem como sujeitos de direitos e de responsabilidades, na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização do currículo da Engenharia de Minas, é realizada de maneira combinada, ou seja, aliando transversalidade, através de temas relacionados aos Direitos Humanos, sendo tratados interdisciplinarmente.

Nessa concepção, os discentes serão os sujeitos ativos que participarão de forma reflexiva nas discussões com seus pares, com os docentes e sociedade do entorno, na própria realidade cotidiana do mundo em que vive. Trata-se da construção da cidadania dos futuros engenheiros de minas como autores do conhecimento e não meros reprodutores daquilo que a sociedade decide que deva aprender.

Mais do que abordar o tema em unidades curriculares específicas, o desenvolvimento dos Direitos Humanos é tratado rotineiramente em todas as atividades do curso. Os estudantes são convidados a avaliar de forma crítica e reflexiva os impactos de suas ações e decisões nas comunidades, pessoas e ambientes em seu entorno. Dessa forma, todas as unidades curriculares contribuem para trabalhar essa temática, que deve ser abordada em conjunto com as práticas da engenharia de minas.

11.10 A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão compreende a interação do saber (figura 8), tendo como resultado um enriquecimento como prática acadêmica, da formação profissional do discente e da sociedade com a qual a universidade dialoga. Nesse sentido, o futuro engenheiro de minas da UFVJM precisa compreender a pessoa na sua relação com o meio ambiente, com a sociedade e no seu contexto social. Fortalecer essa compreensão na nova organização curricular foi uma prioridade considerando a importância de



aproximar o estudante das reais necessidades básicas da sociedade na qual ele se insere.

Para fins de entendimento, o ensino é a transmissão de conhecimentos teóricos, técnicos, profissional e, quando possível, prática de determinados assuntos, feitas por um docente. A pesquisa é um produto natural do amadurecimento do ensino, nascido da busca por soluções, da busca pelo novo, do gosto pela investigação, pela descoberta. Por fim, a extensão é o processo educativo, cultural e científico obtido nas fases do ensino e pesquisa que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

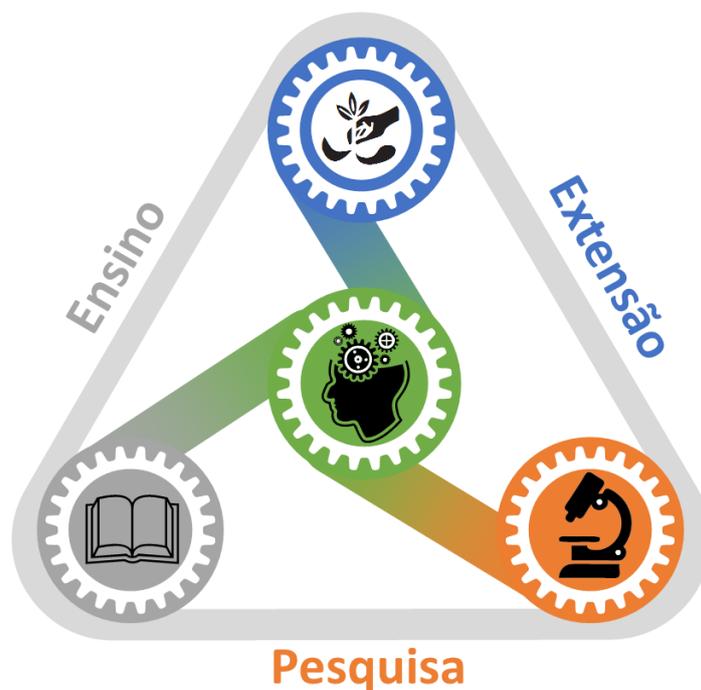
A elaboração de diferentes projetos ao longo do curso, tais como projetos de pesquisa e de extensão e projetos desenvolvidos em disciplinas específicas (tais como as atividades desenvolvidas em unidades curriculares integradoras – ex. Tratamentos de Minérios I, II e III), viabiliza a construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, já que os conteúdos estudados nas disciplinas (ensino) são aplicados nos diferentes projetos desenvolvidos (pesquisa e extensão) e estes conteúdos realimentam as atividades de ensino que, continuamente, refletem-se nos projetos de pesquisa e de extensão, em um ciclo contínuo.

Diversos projetos desenvolvidos ao longo do Curso de Engenharia de Minas por alunos e sob orientação dos docentes (ver item 11.3), tendo em vista a indissociabilidade, bem como o cumprimento dos objetivos do curso e o alinhamento ao perfil de egresso desejado, refletem, compreendem e articulam-se em projetos ligados ao ensino, à pesquisa e/ou à extensão, muitas vezes perpassando mais de um destes pilares simultaneamente. Cabe ressaltar que nas atividades extensionistas, destaca-se a articulação entre teoria e prática, estimulando a formação profissional dos acadêmicos de forma articulada com a comunidade, o que pode ser realizado por meio das atividades desenvolvidas em parceria com instituições públicas e/ou particulares da região.

Assim, observando que a legislação brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996), bem como as Diretrizes Curriculares instituídas por meio da Resolução

CNE/CES N° 02, de 24 de abril de 2019 para os cursos de engenharias, priorizam não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do cidadão, o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Minas busca, preponderantemente, a garantia da flexibilidade curricular, da formação integral do cidadão, da interdisciplinaridade, da articulação entre teoria e prática, e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Figura 8 – A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca a sincronização do saber, proporcionando formação técnica, científica e humana para atuar nas diversas áreas da engenharia de minas.



11.11. Apoio ao discente

A UFVJM e o curso de Engenharia de Minas no intuito de acolher o estudante e contribuir com sua permanência e com seu pleno desenvolvimento durante sua passagem pela academia, dispõem de uma série de políticas e programas que visam dar suporte, orientação e apoio ao discente, relatados nos tópicos a seguir. Entre esses programas estão incluídos orientação pedagógica,



acompanhamento psicológico, tecnologias de acessibilidade, atendimento para pessoas com necessidades especiais e programas de bolsas.

11.11.1 Programa de Assistência Estudantil

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFVJM (Resolução CONSU nº 18, de 17/03/2017) tem como finalidade garantir aos estudantes o direito às condições necessárias à sua vida acadêmica e êxito no processo educativo dos discentes devidamente matriculados nos cursos de graduação, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O PAE é mantido pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 do Ministério da Educação, podendo ainda receber recursos da própria UFVJM, dentro da disponibilidade orçamentária da Instituição e da autorização do Conselho Universitário. O PAE da UFVJM será definido pelo Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis da PROACE (Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis).

Os benefícios do PAE são destinados a estudantes de cursos presenciais da UFVJM, regularmente matriculados e frequentes, que necessitam de condições favoráveis à permanência dos discentes na Universidade.

A habilitação do discente ao PAE ocorre por meio da avaliação socioeconômica realizada pelo Serviço Social da PROACE. Após avaliação socioeconômica e aprovação realizadas pela PROACE, os estudantes terão acesso aos programas, de acordo com seu nível de classificação.

11.11.2 Benefícios ao Discente

Aos discentes habilitados ao PAE estarão disponíveis os seguintes benefícios:

- Auxílio-Creche: concessão de auxílio financeiro para custeio parcial das despesas com os dependentes legais do beneficiário, até o limite de idade de quatro anos incompletos;
- Auxílio-Emergencial: Concessão excepcional de auxílio para custeio parcial de alimentação e transporte. Será concedido pelo tempo máximo



correspondente ao período compreendido entre a solicitação do discente e o resultado do próximo edital de seleção do PAE, cabendo ao discente comprovar situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

- Auxílio-Material Pedagógico: concessão, em sistema de empréstimo, de instrumental específico de alto custo exigido às atividades práticas nos cursos de graduação ao discente vulnerável socioeconomicamente.
- Auxílio-Manutenção: concessão de auxílio financeiro a ser utilizado para custeio parcial das despesas com alimentação e transporte, concedido em quatro parcelas semestrais.
- Bolsa Integração: concessão de uma bolsa mensal, com o objetivo de despertar vocações para atividades de ensino, pesquisa, extensão/cultura e, ou administrativas, contribuindo para melhoria da qualidade da formação dos discentes, com vigência semestral.

11.11.3 Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria visa proporcionar aos discentes a participação efetiva e dinâmica em projeto acadêmico de ensino, no âmbito de determinada unidade curricular, sob a orientação direta do docente responsável. O monitor terá seu trabalho acompanhado por um professor-supervisor. A monitoria poderá ser exercida de forma remunerada ou voluntária. O Programa é gerido pela Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD). Mais informações podem ser encontradas no portal da PROGRAD (<http://www.ufvjm.edu.br/prograd/programa-de-monitoria>) e divulgadas nos murais dos *campi*.

11.11.4 Programa de apoio ao ensino de Graduação – PROAE

O Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (Proae) é um programa regulamentado pela Resolução nº. 12 CONSEPE, de 09 de fevereiro de 2012 e visa estimular e apoiar a apresentação de projetos que resultem em ações concretas para a melhoria das condições de oferta dos cursos e componentes curriculares de graduação, intensificando a cooperação acadêmica entre



discentes e docentes através de novas práticas e experiências pedagógicas e profissionais.

O programa tem o objetivo de: incentivar o estudo e a apresentação de propostas que visem o aprimoramento das condições de oferta do ensino de graduação da UFVJM; ampliar a participação dos alunos de graduação no processo educacional; estimular a iniciação à pesquisa no ensino; contribuir com a dinamização do processo de ensino, sua relação com o conhecimento e com a produção de aprendizagens e promover a socialização de experiências em práticas de ensino na Instituição.

As atualizações, editais e formulários do PROAE podem ser acessados no portal da PROGRAD, através do *link*:

- <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/proae.html>.

11.11.5 Programa de apoio à participação em eventos – PROAPE

O Proape - Programa de Apoio à Participação em Eventos é um programa da Prograd de fomento à participação de discentes dos cursos de graduação em eventos acadêmicos-científicos-culturais, nacionais e internacionais, como congressos, simpósios, seminários e similares, considerados importantes para a integração do ensino, pesquisa e extensão. O Proape é regido pela Resolução N^o. 23 do CONSEPE, de 13 de setembro de 2012. Entretanto, o programa encontra-se temporariamente suspenso, de acordo com a Resolução N^o.40 do CONSEPE de 21 de junho de 2017.

Os informativos acerca do PROAPE podem ser encontrados no portal da PROGRAD, através do *link* <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/proape.html>.

11.11.6 Programa de apadrinhamento de estudantes

A UFVJM dispõe de um programa de apadrinhamento de estudantes. O programa ocorre ao início de cada ciclo letivo. Por meio deste, os docentes que se cadastram no programa recebem um ou um grupo de discentes do seu curso para orientar durante seu primeiro semestre. Objetiva-se, dessa forma, que um atendimento personalizado para um ou um grupo menor de discentes seja mais



efetivo e que estes possam sanar as mais variadas dúvidas com o docente responsável. Essas instruções podem ser de cunho acadêmico, administrativo ou de outra natureza, evitando que restem dúvidas aos alunos e que os mesmos não se sintam inibidos de perguntar, além de se sentirem mais bem acolhidos e orientados pela instituição.

11.11.7 Programa institucional de bolsas de extensão – Pibex

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) destina-se ao oferecimento de bolsas de extensão a discentes da UFVJM vinculados a Projetos de Extensão Universitária. Os objetivos do programa são: 1) Estimular a participação da comunidade universitária em ações de extensão; especialmente, a participação de discentes; 2) Possibilitar a aprendizagem em métodos e processos de extensão universitária; 3) Incentivar a integração entre docentes, discentes e técnicos-administrativos na realização de ações de extensão universitária; 4) Promover a interação da comunidade universitária com a comunidade externa na resolução de problemas, superação de dificuldades, intercâmbio de conhecimentos, saberes e serviços; 5) Contribuir com a formação dos discentes a partir da interação com a realidade da população brasileira – em especial, a das regiões de abrangência da UFVJM e 6) Qualificar os discentes para os desafios enfrentados no mundo atual em relação à atuação profissional e ao exercício da cidadania.

Os informativos do Pibex podem ser encontrados na página eletrônica da Proexc (http://www.ufvjm.edu.br/proexc/proext/cat_view/17-proexc/12-pibex.html) e os editais são atualizados na página do portal do Edital de Bolsas (<http://www.ufvjm.edu.br/proexc/editaisdebolsas.html>).

11.11.8 Programa institucional de bolsas de iniciação científica – Pibic

O Pibic é regido pela Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). Ele é voltado para os discentes de graduação da UFVJM e está



subordinado à Comissão de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT). Os objetivos do programa são:

1. Contribuir para a formação de talentos humanos para a pesquisa e inovação;
2. Possibilitar maior interação entre a educação básica, a graduação e a pós-graduação;
3. Qualificar discentes para ingresso nos programas de pós-graduação;
4. Estimular pesquisadores a engajarem discentes de graduação no processo investigativo, otimizando sua capacidade de orientação;
5. Estimular o aumento da produção científica;
6. Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre discentes da Educação Básica e graduação mediante envolvimento em projetos de pesquisa;
7. Proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos científicos;
8. Estimular o desenvolvimento do pensamento científico, criativo e crítico.

11.11.9 Atendimento aos estudantes com necessidades especiais

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NACI da UFVJM, criado pela Resolução Nº 19 do CONSU, de 04 de julho de 2008 e reestruturado pela Resolução Nº 11 do CONSU, de 11 de abril de 2014, é um espaço institucional de coordenação e articulação de ações que contribuem para a eliminação de barreiras impeditivas do acesso, permanência e usufruto não só dos espaços físicos, mas também dos serviços e oportunidades oferecidos pela tríade Ensino - Pesquisa - Extensão na Universidade (UFVJM, 2012, p.77).

O NACI identifica e acompanha semestralmente, o ingresso de discentes com necessidades educacionais especiais na UFVJM, incluindo o transtorno do espectro autista, no ato da matrícula e/ou a partir de demandas espontâneas dos próprios, ou ainda, solicitação da coordenação dos cursos e docentes. A partir dessa identificação, são desenvolvidas ações para o seu atendimento.



As ações direcionadas ao atendimento dos estudantes com necessidades especiais tem-se a realização de reuniões no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI) com esses(as) alunos(as), com a finalidade de acolhê-los na Instituição, conhecer suas necessidades especiais para os devidos encaminhamentos; com as coordenações de cursos, com o objetivo de científicá-las do ingresso e das necessidades especiais desses(as) alunos(as), tanto no âmbito pedagógico, quanto de acesso a equipamentos de tecnologia assistiva, bem como propor alternativas de atendimento e inclusão; com os setores administrativos da Instituição para adequação de espaços físicos e eliminação de barreiras arquitetônicas, visando o atendimento às demandas dos(as) alunos(as) e ou servidores.

Além das reuniões, faz-se empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva, disponibiliza-se tradutor e intérpretes de LIBRAS para os alunos surdos e a instituição oferece disciplina de Libras, como disciplina obrigatória, nos currículos dos cursos de Licenciaturas e, como optativa, aos currículos dos cursos Bacharelados.

Nesse sentido, compete à coordenação deste Curso, juntamente com os docentes e servidores técnico-administrativos que apoiam as atividades de ensino, mediante trabalho integrado com o NACI, oferecer as condições necessárias para a inclusão e permanência com sucesso dos discentes com necessidades especiais.



12. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Engenharia de Minas é dividida de acordo com os ciclos formativos. Para graduar-se em Engenharia de Minas na UFVJM, o discente deverá cumprir os requisitos exigidos para sua graduação no primeiro ciclo, o que significa graduar-se no curso do BC&T, para então cursar o segundo ciclo, específico – no caso, Engenharia de Minas.

De acordo com o projeto pedagógico do curso de ciência a tecnologia (BC&T) da UFVJM do campus de Janaúba (UFVJM, 2014), o primeiro ciclo é composto pelas unidades curriculares denominadas básicas, em que o discente deve cursar as disciplinas obrigatórias, ou de formação geral, que têm o objetivo de proporcionar conhecimentos básicos e essenciais a todas as áreas das Ciências Exatas. A partir do quinto semestre do BC&T, o discente terá a possibilidade de direcionar a sua escolha acadêmica para cursos profissionais, através de unidades curriculares de opção limitada (com o objetivo de permitir experimentação por parte do discente) e unidades curriculares de livre escolha (buscam uma formação mais autônoma e que contemple os reais interesses do discente).

O conjunto de unidades curriculares de opção limitada é constituído por disciplinas específicas e fundamentais das áreas de Engenharia, entre as quais o discente deve escolher 4 disciplinas, selecionadas em um grupo pré-determinado. As disciplinas de livre escolha, também de formação específica, devem cobrir as áreas de interesse do discente no que se refere à seleção de disciplinas e deve ser acompanhada pela cuidadosa orientação dos docentes. Tais disciplinas, gradativamente, modificam seu status de formação básica da área pretendida, para se configurarem como disciplinas necessárias à profissionalização do segundo ciclo. Devem ser selecionadas 6 disciplinas, escolhidas também de um grupo pré-determinado.

Por fim, o segundo ciclo que abrange as unidades curriculares específicas do curso de Engenharia de Minas está organizado em turmas, cujas aulas ocorrem em períodos matutinos e vespertinos, exigindo do discente a



disponibilidade de mais de 6 horas diárias durante a maior parte da semana. São oferecidas 40 vagas semestrais.

Cabe salientar que, para ingressar no segundo ciclo, além de graduar-se no BC&T, o discente deverá atender aos critérios estipulados no Edital Interno de Transição, relativos ao curso de Engenharia de Minas.

O curso tem o tempo mínimo de integralização (BC&T + Engenharia de Minas) de 10 (dez) semestres letivos, sendo que 6 (seis) semestres foram integralizados no Curso de Ciência e Tecnologia (BC&T).

O tempo máximo para conclusão do curso de Engenharia de Minas é de 15 semestres letivos, dos quais até 9 semestres puderam ter sido utilizados para a integralização do BC&T.

Ressalta-se ainda a mobilidade discente, os estágios, a iniciação científica na área de interesse específico, buscando o aperfeiçoamento individual e o amadurecimento como um profissional especializado; a interdisciplinaridade não apenas com as áreas de conhecimentos básicos, mas, também, entre as diversas especialidades de engenharia.

A estrutura curricular é compatível com as exigências do BC&T, constituindo um diferencial para a formação dos engenheiros, a partir do qual os estudantes adquirem boa formação em ciências naturais e matemáticas, sem descuidar de aspectos sociais e filosóficos envolvidos no trabalho com mineração.

A disciplina de Libras encontra-se prevista no projeto da Engenharia de Minas como disciplina curricular optativa conforme prevê a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.

12.1 Princípios da Organização Curricular

Do ponto de vista do modelo pedagógico, o projeto da Engenharia de Minas se articula com o curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), com uma formação básica sólida e flexível.

As unidades curriculares organizam o conhecimento em eixos para fins didático pedagógicos. Quatro são característicos da formação científica e



tecnológica e o quinto refere-se à formação humanística indispensável a qualquer pessoa com formação superior. Os quatro primeiros eixos reúnem o conhecimento dentro de linhas que se inserem melhor na fronteira do conhecimento científico e tecnológico e respondem com maior motivação aos grandes temas em pauta no mundo moderno. Assim, o primeiro ciclo é estruturado em linhas de conhecimento, que são constituídas por unidades curriculares distintas que se completam:

- Linguagens Matemáticas e Computacionais - Agrupam unidades curriculares associadas às áreas da Matemática e Computação, constituindo, assim, uma base teórica e computacional para vários conteúdos científicos e tecnológicos;
- Ciências Naturais - Agrupam unidades curriculares associadas às áreas das ciências básicas, como a Química, Física e Biologia, que conduzem a uma ampla formação científica;
- Conhecimentos Tecnológicos Básicos - Incluem as unidades curriculares que agregam os conhecimentos introdutórios básicos para o amplo campo das técnicas e tecnologias;
- Conhecimentos Tecnológicos Específicos – Agrupam unidades curriculares de caráter profissionalizante ou de conhecimento específico, que podem subsidiar a formação do discente como Bacharel em Ciência e Tecnologia, assim como serem conteúdos necessários para uma posterior continuação de sua formação acadêmica, em um segundo ciclo de formação e;
- Humanidades e Projetos - Incluem as unidades curriculares de Humanidades e de Projetos Multidisciplinares, que proporcionam conhecimentos humanistas, socioculturais, organizacionais e melhor compreensão do processo científico-tecnológico e sua interação com aspectos do humanismo.

É esperado recuperar a função cultural da universidade através da introdução de disciplinas básicas, comuns a todas as engenharias, que expliquem os fenômenos da natureza, os novos conceitos de ciência, de homem



e de mundo, num contexto relacional, dinâmico e criativo, capaz de proporcionar uma formação sólida e versátil (PPC do BC&T – UFVJM, 2014)

Partindo desse pressuposto, a estrutura curricular do curso de Engenharia de Minas procura além de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais e as orientações do Conselho Nacional de Educação para os cursos de bacharelado em engenharia no país, atingir uma função institucional do ensino numa perspectiva dinâmica de continuidade da construção do conhecimento, fundada na integração entre os primeiro e segundo ciclo, na investigação e reflexão crítica sobre os problemas da realidade, de forma autônoma e responsável.

A Resolução CNE/CES Nº 2, de 24 de abril de 2019, que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em engenharia, define que os cursos de engenharia no país deverão contemplar conteúdos básicos, profissionais e específicos relacionados ao desenvolvimento das competências propostas pelo curso.

Os conteúdos básicos indicados na supracitada resolução, estão correlacionados com as unidades curriculares componentes da matriz curricular do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM, na Tabela 1. Nesta, verifica-se que cada conteúdo básico está presente em variados componentes curriculares específicos e profissionalizantes do curso, como esperado, tornando-os tão importantes quanto estas.

Tabela 1 - Conteúdos básicos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2019 e correspondentes unidades curriculares do curso de Engenharia de Minas do IECT.

Conteúdo Básicos	Matriz Curricular do Curso
Administração e Economia	Engenharia Econômica (CTJ381)
Algoritmos e Programação	Linguagens de Programação (CTJ008); Algoritmos e Programação (CTJ013)
Ciência dos Materiais	Mineralogia (CTJ348); Caracterização Tecnológica dos Minerais (EMIN008); Química Tecnológica I (CTJ003); Petrografia Macroscópica (CTJ353); Mecânica das Rochas (EMIN013); Perfuração e Desmonte de



	Rochas (EMIN016).
Ciências do Ambiente	Gestão para Sustentabilidade (CTJ020); Engenharia Ambiental (EMIN032); Educação Ambiental e Meio Ambiente (CTJ236).
Eletricidade	Eletrotécnica (CTJ314); Fenômenos Eletromagnéticos (CTJ015)
Estatística	Probabilidade e Estatística (CTJ014); Introdução a Geoestatística (EMIN017)
Expressão Gráfica	Desenho e Projeto para Computador (CTJ018); Desenho Técnico (CTJ301)
Fenômenos de Transporte	Fenômenos de Transferência (CTJ209); Fenômenos Térmicos e Ópticos (CTJ010)
Física	Fenômenos Térmicos e Ópticos (CTJ010); Fenômenos Eletromagnéticos (CTJ015); Mecânica Aplicada (EMIN010);
Informática	Linguagens de Programação (CTJ008)
Matemática	Álgebra Linear (CTJ002); Funções de uma Variável (CTJ001); Funções de Várias Variáveis (CTJ005); Equações Diferenciais e Integrais (CTJ009)
Mecânica dos Sólidos	Mecânica dos Sólidos (CTJ344)
Metodologia Científica e Tecnológica	Fundamentos e Técnicas de Trabalho Intelectual, Científico e Tecnológico (CTJ166)
Química	Química Tecnológica I (CTJ003); Físico-Química (CTJ014)
Desenho Universal	Geometria Descritiva (CTJ237), Topografia (CTJ374), Mecânica Aplicada (EMIN010), Desenvolvimento de Mina (EMIN015), Perfuração e Desmonte de Rochas (EMIN016), Lavra de Mina a Céu Aberto (EMIN019) e Saúde e Segurança do Trabalho



	(EFIS020)
--	-----------

12.2 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares são os conjuntos de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser transmitidos pelo docente ao discente, garantindo seu desenvolvimento, divididos em três núcleos: básico, profissionalizante e específico.

Os conteúdos do núcleo básico são trabalhados principalmente durante o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, abordados em unidades curriculares ministradas nos primeiros semestres do curso. Essas unidades curriculares fazem parte do núcleo de disciplinas básicas. Entretanto, alguns conteúdos básicos que exigem conhecimento por parte do discente são trabalhados em disciplinas profissionalizantes e/ou específicas, devido a sua complexidade e consonância com as temáticas dessas U.C. Esses conteúdos, adereçados estão contemplados na Tabela 1. Mais detalhamento desse conteúdo pode ser encontrado nas ementas das disciplinas.

Além das exigências das DCNs das engenharias no tocante aos conteúdos citados, no ciclo básico de formação o discente ainda encontra em sua matriz curricular disciplinas introdutórias, como “Introdução às Engenharias (CTJ004)” e disciplinas relacionadas com a temática de comunicação, linguagens, informação e humanidades, denominadas de eixo “CLIH”. Os conteúdos pertinentes às temáticas de direitos humanos e educação para as relações étnico raciais, o ensino de história e cultura afro brasileira, africana e indígena são abordados na unidade curricular “Estudos Culturais (CTJ171)”, que faz parte do núcleo CLIH citado. Além dessa temática, são abordadas questões de filosofia, sociologia e técnica de produção de textos. Para se alcançar o perfil do egresso proposto de um engenheiro generalista e multidisciplinar, é preciso que o discente tenha conhecimento de áreas diversas e que valorize os indivíduos, a sociedade e suas particularidades, evitando que se desconecte os impactos de seu trabalho com as comunidades ao seu redor. Por essa razão, a



matriz curricular da Engenharia de Minas contempla 3 (três) disciplinas do núcleo CLIH.

Os conteúdos profissionalizantes, são tratados nas seguintes disciplinas: “Algoritmos e Programação (CTJ013)”, “Físico-Química (CTJ016)”, “Geometria Descritiva (CTJ237)”, “Geologia Geral (CTJ388)”, “Mineralogia (CTJ348)”, “Eletrotécnica (CTJ314)”, “Petrografia Macroscópica (CTJ353)”, “Topografia (CTJ374)”, “Geologia Econômica (CTJ233)”, “Educação Ambiental e Meio Ambiente (CTJ236)”, “Minerais e Rochas Industriais (CTJ235)” e “Saúde e Segurança do Trabalho (EFIS020)”. Esses conteúdos têm por objetivo promover a noção de espacialidade e dimensionamento, bem como o caráter descritivo dos materiais. Essas unidades curriculares também contribuem para o aprimoramento de conhecimentos básicos que serão aplicados nas disciplinas específicas, norteando-as.

Por sua vez, os conteúdos específicos, que abrangem a dimensão do campo de atuação da Engenharia de Minas são contemplados nas unidades curriculares: “Introdução às Engenharias (CTJ004)”, “Tratamento de Minérios I (EMIN006)”, “Mecânica dos Solos (EMIN007)”, “Caracterização Tecnológica dos Minerais (EMIN008)”, “Mecânica Aplicada (EMIN010)”, “Pesquisa Mineral I (EMIN011)”, “Hidrogeologia (EMIN031)”, “Tratamento de Minérios II (EMIN012)”, “Mecânica das Rochas (EMIN013)”, “Pesquisa Mineral II (EMIN014)”, “Desenvolvimento de Mina (EMIN015)”, “Perfuração e Desmonte de Rochas (EMIN016)”, “Introdução à Geoestatística (EMIN017)”, “Estabilidade de Taludes e Escavações Subterrâneas (EMIN034)”, “Lavra de Mina a Céu Aberto (EMIN019)”, “Tratamento de Minérios III (EMIN020)”, “Geoprocessamento (EMIN033)”, “Lavra de Mina Subterrânea (EMIN022)”, “Condicionamento de Minas (EMIN024)”, “Projetos de Mineração (EMIN026)”, “Planejamento de Mina (EMIN035)”, “Pesquisa Operacional (CTJ352)”, “Engenharia de Ambiental (EMIN001)” e o “Projeto de Conclusão de Curso (EMIN036)”.

Além dessas unidades curriculares, a matriz da Engenharia de Minas ainda contempla o Estágio Curricular obrigatório de 165 (cento e sessenta e cinco) horas e Atividades Complementares de pelo menos 90 (noventa) horas,



ambos regidos por resoluções próprias (Anexo IV e Anexo V). A Tabela 2 apresenta os conteúdos bem como sua respectiva carga horária na matriz curricular do curso.

Tabela 2 - Carga horária e percentual de horas no curso de Engenharia de Minas.

Conteúdo	Horas (h)	Horas (%)
Básico	1350	36,0
Profissionalizante	720	19,2
Específico	1425	38,0
Atividades Complementares	90	2,4
Estágio Curricular	165	4,4
Total	3750	100

A ética profissional é um assunto importante e intrínseco ao aprendizado, as competências, habilidades e aos conteúdos propostos e, portanto, é tratada de maneira transversal em todas as unidades curriculares, não sendo desassociada das atividades e dinâmicas propostas ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

O fluxograma curricular da Engenharia de Minas, bem como as cargas horárias simplificadas de cada U.C. e a representação dos núcleos básico, profissionalizante e específico encontram-se discriminados no item 12.4 na Figura 9 – Perfil de formação do curso de Engenharia de Minas.

Este projeto pedagógico traz ainda abordagem nas temáticas de Desenho Universal e Educação Ambiental. O Desenho Universal é entendido nesse como o ensino da acessibilidade a todos, reproduzindo a ideia de que os conteúdos devem ser inclusivos e contemplar soluções e aplicações para todos os indivíduos, garantindo que restrições motoras, cognitivas ou de qualquer outra natureza não impeça que esses indivíduos tenham garantido acesso e equidade de oportunidade. Devido a sua relevância, estes conteúdos são abordados de forma transdisciplinar, ao longo de todo o curso de Engenharia de Minas, curricularizados nas ementas das unidades curriculares, mas não somente



restrito a elas. A saber, disciplinas que abordam diretamente a temática são: “Geometria Descritiva (CTJ237)”, “Topografia (CTJ374)”, “Mecânica Aplicada (EMIN010)”, Desenvolvimento de Mina (EMIN015)”, “Perfuração e Desmonte de Rochas (EMIN016)”, “Lavra de Mina a Céu Aberto (EMIN019)” e “Saúde e Segurança do Trabalho (EFIS020)”.

A Educação Ambiental, por sua vez, diz respeito a conscientização das comunidades sobre o ambiente, o impacto das atividades no mesmo e as relações entre si. Ela também é abordada de forma transdisciplinar e curricularizada nas ementas das unidades curriculares. Além disso, uma disciplina específica, a saber: “Educação Ambiental e Meio Ambiente (CTJ236)” aborda o tema de maneira direta. Por ser um conteúdo que depende da conscientização da sociedade, esta unidade curricular é voltada para o desenvolvimento e execução de projetos e ações que criem consciência ambiental na população das comunidades onde a UFVJM encontra-se inserida. Além dela, a temática é abordada nas unidades curriculares “Mineralogia (CTJ348)”, “Topografia (CTJ374)”, “Geologia Geral (CTJ388)”, “Geologia Econômica (CTJ233)”, “Minerais e Rochas Industriais (CTJ235)”, “Hidrogeologia (EMIN031)”, “Mecânica Aplicada (EMIN010)”, “Pesquisa Mineral I (EMIN014)”, “Desenvolvimento de Mina (EMIN015)”, “Perfuração e Desmonte de Rochas (EMIN016)”, “Lavra de Mina a Céu Aberto (EMIN019)”.

12.3 Atividades de Extensão

A Extensão Universitária é, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, “o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. A extensão é a ponte que estabelece o contato entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa e permite que os conhecimentos transcendam a dimensão teórica para se tornarem conhecimentos aplicados.



Considerando que a extensão é um dos pilares universitários e que a Resolução CNE/CES de 7 de dezembro de 2018 implementa que o discente deve cursar no mínimo o equivalente a 10% da carga horária total do curso em atividades de extensão, o NDE e o colegiado da engenharia de minas estão trabalhando em estratégias para promover a creditação da extensão. A inclusão de atividades de extensão nos componentes curriculares está sendo estudada como uma das estratégias do curso, uma vez que, está de acordo com as metodologias propostas para a formação do perfil do egresso almejado, focado em solução de problemas e outras metodologias ativas. Evidenciamos que a atual proposta do curso indica a UC “educação ambiental e meio ambiente” como uma unidade concebida para trabalhar a educação ambiental através de atividades de extensão.

O curso de engenharia de minas ciente da importância da extensão na formação dos discentes, compromete-se a estimular a participação desses em atividades extensionistas ao longo de sua trajetória acadêmica e realizar nova adaptação a essa proposta pedagógica dentro do prazo legal para atendimento a legislação do conselho nacional de educação.

12.4 Fluxograma da Matriz Curricular

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre	9º Semestre	10º Semestre
Funções de uma Variável CH: 75 Horas	Funções de várias variáveis CH: 75 Horas	Equações Diferenciadas e Integrais CH: 60 Horas	Geometria Descritiva CH: 60 Horas	Fenômenos de Transferência CH: 60 Horas	Tratamento de Minérios I CH: 60 Horas	Tratamento de Minérios II CH: 60 Horas	Introdução à Geoestatística CH: 60 Horas	Lavra de Mina Subterrânea CH: 60 Horas	Projeto de Conclusão de Curso CH: 30 Horas
Álgebra Linear CH: 75 Horas	Fenômenos Mecânicos CH: 75 Horas	Fenômenos Térmicos e Ópticos CH: 60 Horas	Fenômenos Eletromagnéticos CH: 60 Horas	Eletrotécnica CH: 60 Horas	Mecânica dos Solos CH: 60 Horas	Mecânica das Rochas CH: 60 Horas	Lavra de Mina a Céu Aberto CH: 60 Horas	Condicionamento de Minas CH: 60 Horas	Estágio Curricular CH: 165 Horas
Química Tecnológica I CH: 75 Horas	Algoritmos e Programação CH: 75 Horas	Físico-Química CH: 60 Horas	Mecânica dos Sólidos CH: 60 Horas	Petrografia Macroscópica CH: 60 Horas	Caracterização Tecnológica dos Minerais CH: 60 Horas	Pesquisa Mineral II CH: 60 Horas	Gestão para Sustentabilidade CH: 60 Horas	Projetos de Mineração CH: 60 Horas	Atividades Complementares CH: 90 Horas
Introdução às Engenharias CH: 60 Horas	Desenho e Projeto para Computador CH: 60 Horas	Cálculo Numérico CH: 60 Horas	Mecânica dos Fluidos CH: 60 Horas	Topografia CH: 60 Horas	Mecânica Aplicada CH: 60 Horas	Desenvolvimento de Mina CH: 60 Horas	Tratamento de Minérios III CH: 60 Horas	Planejamento de Mina CH: 60 Horas	
Programação CH: 75 Horas	Econômica CH: 60 Horas	Técnico CH: 60 Horas		Estrutural CH: 60 Horas	Pesquisa Mineral I CH: 60 Horas	Minerais e Rochas Industriais CH: 60 Horas	Geoprocessamento CH: 30 Horas	Pesquisa Operacional CH: 60 Horas	
	Fundamentos e Técnicas de Trabalho Intelectual, Científico e Tecnológico CH: 60 Horas	Probabilidade e Estatística CH: 60 Horas	Mineralogia CH: 60 Horas	Geologia Econômica CH: 60 Horas	Hidrogeologia CH: 60 Horas	Perfuração e Desmonte de Rochas CH: 60 Horas	Engenharia Ambiental CH: 45 Horas	Estabilidade de Taludes e Escavações Subterrâneas CH: 60 Horas	
		Comunicação, Linguagens, Informação e Humanidades I CH: 60 Horas	Comunicação, Linguagens, Informação e Humanidades II CH: 60 Horas	Educação Ambiental e Meio Ambiente CH: 60 Horas			Saúde e Segurança do Trabalho CH: 45 Horas		

Disciplinas			
Básicas		Específicas	
Profissionalizantes		Outras U.C.s	

12.5. Matriz Curricular

1º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod.	T	P	CH	Pré-req	Equiv.
CTJ001	Funções de uma Variável	O	Pres.	5	0	75	-	-
CTJ002	Álgebra Linear	O	Pres.	5	0	75	-	-
CTJ003	Química Tecnológica I	O	Pres.	4	1	75	-	-
CTJ004	Introdução às Engenharias	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ008	Linguagens de Programação	O	Pres.	3	2	75	-	-
Total				21	3	360		

2º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req	Equiv.
CTJ005	Funções de Várias Variáveis	O	Pres.	5	0	75	CTJ001	-
CTJ006	Fenômenos Mecânicos	O	Pres.	4	1	75	-	-
CTJ013	Algoritmos e Programação	O	Pres.	3	2	75	-	-
CTJ381	Engenharia Econômica	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ018	Desenho e Projeto para Computador	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ166	Fundamentos e Técnicas de Trabalho Intelectual, Científico e Tecnológico	O	Pres.	4	0	60	-	-
Total				23	4	405		

3º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req.	Equiv.
CTJ009	Equações Diferenciais e Integrais	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ010	Fenômenos Térmicos e Ópticos	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ016	Físico-Química	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ201	Cálculo Numérico	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ301	Desenho Técnico	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ014	Probabilidade e Estatística	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ--	Comunicação, Linguagens, Informação e Humanidades I	OL	Pres.	4	0	60	-	-
Total				26	2	420		

4º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req	Equiv.
CTJ237	Geometria Descritiva	O	Pres.	4	0	60	-	EMIN002
CTJ015	Fenômenos Eletromagnéticos	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ344	Mecânica dos Sólidos	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ017	Mecânica dos Fluidos	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ388	Geologia Geral	O	Pres.	4	0	60	-	CTJ331
CTJ348	Mineralogia	O	Pres.	3	1	60	-	-

CTJ--	Comunicação, Linguagens, Informação e Humanidades II	OL	Pres.	4	0	60	-	-
Total				26	2	420		

5º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req.	Equiv.
CTJ209	Fenômenos de Transferência	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ314	Eletrotécnica	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ353	Petrografia Macroscópica	O	Pres.	3	1	60	-	EMIN003
CTJ374	Topografia	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ389	Geologia Estrutural	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ233	Geologia Econômica	O	Pres.	4	0	60	-	-
CTJ236	Educação Ambiental e Meio Ambiente	O	Pres.	4	0	60	-	-
Total				24	4	420		

6º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req.	Equiv.
EMIN006	Tratamento de Minérios I	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN007	Mecânica dos Solos	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN008	Caracterização Tecnológica dos Minerais	O	Pres.	3	1	60	-	-
EMIN010	Mecânica Aplicada	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN011	Pesquisa Mineral I	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN031	Hidrogeologia	O	Pres.	3	1	60	-	EMIN005
Total				14	10	360		

7º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req.	Equiv.
EMIN012	Tratamento de Minérios II	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN013	Mecânica das Rochas	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN014	Pesquisa Mineral II	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN015	Desenvolvimento de Mina	O	Pres.	2	2	60	-	-
CTJ235	Minerais e Rochas Industriais	O	Pres.	3	1	60	-	-
EMIN016	Perfuração e Desmonte de Rochas	O	Pres.	2	2	60	-	-
Total				13	11	360		

8º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req.	Equiv.
EMIN017	Introdução a Geoestatística	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN019	Lavra de Mina a Céu Aberto	O	Pres.	2	2	60	-	-
CTJ020	Gestão para Sustentabilidade	O	Pres.	4	0	60	-	-
EMIN020	Tratamento de Minérios III	O	Pres.	2	2	60	-	-
EMIN033	Geoprocessamento	O	Pres.	1	1	30	-	EMIN021

EMIN032	Engenharia Ambiental	O	Pres.	3	0	45	-	-
EFIS020	Saúde e Segurança do Trabalho	O	Pres.	3	0	45	-	-
Total				17	7	360		

Tabela 3 - Unidades Curriculares de Comunicação, Linguagens, Informação e Humanidades.

9º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req.	Equiv.
EMIN022	Lavra de Mina Subterrânea	O	Pres.	3	1	60	-	-
EMIN024	Condicionamento de Minas	O	Pres.	3	1	60	-	-
EMIN026	Projetos de Mineração	O	Pres.	3	1	60	-	-
EMIN035	Planejamento de Mina	O	Pres.	3	1	60	-	-
CTJ352	Pesquisa Operacional	O	Pres.	4	0	60	-	EMIN025
EMIN034	Estabilidade de Taludes e Escavações Subterrâneas	O	Pres.	3	1	60	-	EMIN018 + EMIN023
Total				19	5	360		

10º Período Letivo								
Cód.	Componente Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Pré-req.	Equiv.
EMIN036	Projeto de Conclusão de Curso	O	Pres.	0	2	30	-	EMIN027
EMIN028	Estágio Curricular	O	Pres.	-	11	165	-	-
Total					13	195		

Cód.	Disciplina/Atividade	Tip	Mod	T	P	CH
EMIN029	Atividades Complementares	O	-	-	-	90

Cód.	Unidade Curricular	Tip	Mod	T	P	CH
CTJ160	Inglês Instrumental	OL	Pres	4	0	60
CTJ161	Filosofia da Linguagem e Tecnologia	OL	Pres	4	0	60
CTJ162	Leitura e Produção de Textos	OL	Pres	4	0	60
CTJ163	Questões de História e Filosofia da Ciência	OL	Pres	4	0	60
CTJ164	Mundo Contemporâneo: Filosofia e Economia	OL	Pres	4	0	60
CTJ165	Questões de Sociologia e Antropologia da Ciência	OL	Pres	4	0	60
CTJ167	Ser Humano como Indivíduo e em Grupos	OL	Pres	4	0	60
CTJ168	Relações Internacionais e Globalização	OL	Pres	4	0	60
CTJ169	Noções Gerais de Direito	OL	Pres	4	0	60
CTJ170	English for Academic Purposes	OL	Pres	4	0	60

CTJ171	Estudos Culturais	OL	Pres	4	0	60
--------	-------------------	----	------	---	---	----

Unidade Curricular Optativa							
Cód.	Unidade Curricular	Tip	Mod	T	P	CH	Equiv.
CTJ500	Libras	Op*	Pres.	4	0	60	LIBR001

*Disciplina optativa – Dec.5626/2005

Legenda:

T:	Aula Teórica	Tip:	Tipo
P:	Aula Prática	Mod.:	Modalidade
CH:	Carga Horária	Equiv.:	Equivalência entre UCs
O:	Unidade Curricular Obrigatória		
OL:	Opção Limitada		
Pres.:	Aula Teórica Presencial		

Tabela 4 - Resumo de Carga Horária do curso.

Período	Carga Horária			Total
	Unidades curriculares		Atividades	
	Semanal	Total		
1º	24	360	0	360
2º	27	405	0	405
3º	28	420	0	420
4º	28	420	0	420
5º	28	420	0	420
6º	24	360	0	360
7º	24	360	0	360
8º	23	360	0	360
9º	27	360	0	360
10º	2	30	0	30
Estágio Curricular	-	-	165	165
Atividades Complementares	-	-	90	90
Total				3750

12.6 Ementário e Bibliografia Básica e Complementar

As ementas e bibliografias das unidades curriculares que compõem o curso de Engenharia de Minas estão apresentadas a seguir. Todas as unidades curriculares obrigatórias são apresentadas por período, que corresponde ao semestre letivo, definido pelo CONSEPE. Ao final são apresentadas as unidades curriculares de Comunicação, Linguagens, Informação e Humanidades.

1º Período

Unidade Curricular: Funções de uma Variável (CTJ001)		
Período: 1º Período		Número de Créditos: 5
CH Teórica: 75 h	CH Prática: -	CH Total: 75 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há

Ementa:

Funções. Limites e continuidade. Derivada. Regras de derivação. Derivadas de funções notáveis. Aplicações da derivada. Integral. Teorema fundamental do cálculo. Técnicas de Integração. Aplicações da Integral.

Bibliografia Básica:

1. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001, v.1.
2. STEWART, J. Cálculo. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006, v.1.
3. THOMAS, G. B. Cálculo. 11.ed. São Paulo: Pearson/Addison Wesley, 2009, v.1.

Bibliografia Complementar:

1. ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S., Cálculo. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. v.1.
2. FLEMMING, D.M., GONÇALVES, M.B. Cálculo A. 6. Ed. Pearson. 2006.
3. LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994, v.1.
4. MEDEIROS, V. Z. (Coord.) et al. Pré-cálculo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
5. SIMMONS, G.F. Cálculo com geometria analítica. São Paulo: Pearson; Makron Books. 1987, v.1.

Unidade Curricular: Álgebra Linear (CTJ002)**Período:** 1º Período**Número de Créditos:** 5**CH Teórica:** 75 h**CH Prática:** -**CH Total:** 75 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há**Ementa:**

Sistemas de Equações Lineares: sistemas e matrizes; matrizes escalonadas; sistemas homogêneos; posto e nulidade de uma matriz. Espaço Vetorial: definição e exemplos; subespaços vetoriais; combinação linear; dependência e independência linear; base de um espaço vetorial e mudança de base. Transformações Lineares: definição de transformação linear e exemplos; núcleo e imagem de uma transformação linear; transformações lineares e matrizes; matriz mudança de base. Autovalores e Autovetores: polinômio característico; base de autovetores; diagonalização de operadores. Produto Interno.

Bibliografia Básica:

1. ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra linear com aplicações. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
2. CALLIOLI, C.A.; DOMINGUES, H.R.; COSTA, R.C. F. Álgebra linear e aplicações. São Paulo: Atual, 2003.

3. KOLMAN, B.; HILL, D. Introdução à álgebra linear: com aplicações, 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

Bibliografia Complementar:

1. ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S., Cálculo. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. v.1.
2. FLEMMING, D.M., GONÇALVES, M.B. Cálculo A. 6. Ed. Pearson. 2006.
3. LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994, v.1.
4. MEDEIROS, V. Z. (Coord.) et al. Pré-cálculo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
5. SIMMONS, G.F. Cálculo com geometria analítica. São Paulo: Pearson; Makron Books. 1987, v.1.

Unidade Curricular: Química Tecnológica I (CTJ003)		
Período: 1º Período		Número de Créditos: 5
CH Teórica: 60 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 75 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Matéria, medidas, átomos, moléculas e íons; funções inorgânicas; estequiometria, cálculos com fórmulas e equações químicas; estrutura eletrônica dos átomos; tabela periódica e propriedades periódicas dos elementos; conceitos básicos de ligação química, geometria molecular e teorias de ligação; soluções, concentração e diluições; cinética química; equilíbrio químico; eletroquímica.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ATKINS, P.; JONES, L., Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente, 5a Ed., Porto Alegre: Editora Bookman, 2011. 2. BROWN, T. L.; LEMAY, H. E.; BURSTEN, B. E., Química: a ciência central, 9a Ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 3. MAHAN, B. M.; MYERS, R. J. Química: Um Curso Universitário, 4a edição, São Paulo: Edgard Blucher, 1995. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRADY, J. E., SENESE, F., Química: A matéria e suas transformações, 5a Ed., Rio de Janeiro: LTC, 2009, vol. 1 e 2. 2. RUSSEL, J. B., Química Geral, 2a Ed., São Paulo: Editora Makron Books, 1994, vol. 1 e 2. 3. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M., Química e Reações Químicas, 1a Ed., Rio de Janeiro: Editora Cengage Learning, 2005, vol. 1 e 2. 4. ROZENBERG, I. M., Química Geral. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. 		

5. BROWN L. S.; HOLME T. A., Química geral aplicada à engenharia, 1a Ed., São Paulo: Editora Cengage Learning, 2009.SANTOS, N.M.

Unidade Curricular: Introdução às Engenharias (CTJ004)		
Período: 1º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Fornecer uma introdução às engenharias com ênfase nas engenharias oferecidas pela UFVJM: suas interconexões com a evolução da sociedade. Serão abordados temas que exibem a atuação profissional dos engenheiros com o enfoque no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Abordar as responsabilidades éticas e técnicas de engenheiros na prática profissional. Abordar a engenharia como um esforço individual e coletivo inter e multidisciplinar.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BAZZO, W.A.; PEREIRA, L.T. do Vale. Introdução à engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos. 2. ed. Florianópolis: UFSC. 2008. 2. BATALHA, M.O. Introdução à engenharia de produção. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008. 3. CONTADOR, J.C. Gestão de operações: a engenharia de produção a serviço da modernização da empresa. 2. ed. São Paulo: Fundação Vanzolini; Edgard. Blücher. 1998. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANEXOS da Resolução nº 1010 de 22/08/2010 do CONFEA. 2. BERLO, B.K. O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes. 1960. 3. CÔRREA, H. L.; CÔRREA, C. A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços - uma abordagem estratégica. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2006. 4. FERRAZ, H. A Formação do engenheiro: um questionamento humanístico. São Paulo: Ática. 1983. 5. NOVAES, A. G. Vale a pena ser engenheiro? São Paulo: Moderna. 1985. 		

Unidade Curricular: Linguagens de Programação (CTJ008)		
Período: 1º Período		Número de Créditos: 5
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 75 horas
Modalidade: Presencial		

Pré-Requisito: Não há

Correquisito: Não há

Ementa:

Conceitos introdutórios de computação: hardware e seus componentes, sistemas operacionais, linguagens de programação, representação e processamento da informação. Sistemas de numeração e sua aritmética básica. Noções de lógica matemática. Introdução à lógica de programação utilizando uma linguagem de programação real. Noções de algoritmo e sequenciação. Tipos de dados, definição de variáveis, constantes e identificadores. Operadores de atribuição, aritméticos, relacionais e lógicos, expressões aritméticas. Comandos de entrada e saída. Estruturas de controle: sequência, decisão, iteração.

Bibliografia Básica:

1. SCHILDT, H. C completo e total. 3 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997.
2. MEDINA, M.; FERTIG, C. Algoritmos e programação: teoria e prática. São Paulo: Novatec, 2005.
3. FEDELI, R.D.; POLLONI, E.G.; PERES, F.E. Introdução à ciência da computação. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

Bibliografia Complementar:

1. VELLOSO, F.C. Informática: conceitos básicos. 7. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
2. MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P.A., Informática: conceitos e aplicações. 3. ed., rev. São Paulo: Érica, 2008.
3. EVARISTO, J. Aprendendo a programar programando em C. Rio de Janeiro: Book Express, 2001.
4. FARRER, H. et al. Programação estruturada de computadores: algoritmos estruturados. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
5. DAMAS, L. Linguagem C. 10ª Edição, Editora LTC, 2007.

2º Período

Unidade Curricular: Funções de várias Variáveis (CTJ005)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 5
CH Teórica: 75 h	CH Prática: -	CH Total: 75 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: CTJ001		Correquisito: Não há
Ementa: Seções Cônicas e equações quadráticas. Sequências e séries infinitas. Vetores e geometria no espaço. Funções de Várias Variáveis. Derivadas parciais. Integrais Duplas e Triplas Integrais de Linha. Teorema da Divergência e de Stokes.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. THOMAS, G.B et al. Cálculo. 11 ed. Vol. 2. São Paulo: Addison Wesley, 2009.2. STEWART, J. Cálculo. 5 ed. Vol. 2. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.3. GUIDORIZZI, H.L. Um curso de cálculo. 5 ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2001.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S. Cálculo, um Novo Horizonte. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007, vol. 2.2. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo: Harbra, Vol. 2, 1984.3. SIMMONS, G.F. Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo: McGraw-Hill, Vol. 2, 1987.4. APOSTOL, T.M. Cálculo. 2.ed., Revert Brasil. 2008, vol. 2.5. ZILL, D.G.; CULLEN, M.R. Matemática Avançada para Engenharia. 3.ed., Bookman Companhia. 2009, vol. 2.		

Unidade Curricular: Fenômenos Mecânicos (CTJ006)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 5
CH Teórica: 60 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 75 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Grandezas físicas e sistemas de unidades; vetores; cinemática e dinâmica da partícula; leis de Newton e referenciais inerciais; trabalho e energia. Conservação da energia; conservação do momento linear; rotações; conservação do momento angular; atividades de laboratório.		

Bibliografia Básica:

1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física - Mecânica, 9ª ed., LTC, 2013.
2. CHAVES, A., SAMPAIO, J. F. Física Básica - Mecânica, 1ª ed., LTC, 2007.
3. TIPLER, P. A., MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros, 6ª ed., LTC. 2009, vol. 1.

Bibliografia Complementar:

1. NUSSENZVEIG, M. H., Curso de Física Básica - 1 Mecânica, 5ª ed., Edgard Blücher, 2013.
2. SEARS, F., YOUNG H. D., FREEDMAN, R. A., ZEMANSKY, M. W. Física 1 - Mecânica, 12ª ed., Addison Wesley, 2008.
3. HALLIDAY, D., RESNICK, R., KRANE, K. S., STANLEY, P. E. Física, 5ª ed., LTC, 2003, vol. 1.
4. FEYNMAN, R. P., Lições de Física de Feynman, Bookman. 2008, vol. 1.
5. KELLER, F. J., GETTYS, W. E., SKOVE, M. J. Física, Makron Books. Vol. 1. 1999.

Unidade Curricular: Algoritmos e Programação (CTJ013)**Período:** 2º Período**Número de Créditos:** 5**CH Teórica:** 45 h**CH Prática:** 30 h**CH Total:** 75 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há**Ementa:**

Introdução aos conceitos de modularização de programas, procedimentos, funções, passagem de parâmetros, variáveis locais e globais, recursividade. Aprofundamento nos conceitos de estruturas básicas de dados: vetores, matriz e *strings*, estruturas. Programação estruturada. Refinamentos sucessivos. Manipulação de arquivos.

Bibliografia Básica:

1. MEDINA, M.; FERTIG, C. Algoritmos e programação: teoria e prática. São Paulo: Novatec. 2005.
2. SCHILDT, H. C Completo e Total. 3.ed. São Paulo: Pearson Makron Books. 1997.
3. DAMAS, L. Linguagem C. 10ª Edição, Editora LTC. 2007.

Bibliografia Complementar:

1. ASCENCIO, A.F.G.; CAMPOS, E.A.V. Fundamentos da Programação de Computadores – Algoritmos, Pascal e C/C++, Prentice Hall. 2002.
2. SOUZA, M.A.F.; GOMES, M.M.; SOARES, M.V.; CONCÍLIO, R. Algoritmos e Lógica de

- Programação. Cengage Learning. 2006.
3. CORMEN, T.H. et al. Algoritmos: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier. 2002.
 4. EVARISTO, JAIME. Aprendendo a programar - programando em C. Rio de Janeiro: Book Express, 2001.
 5. FARRER, H. et al. Algoritmos estruturados. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Unidade Curricular: Engenharia Econômica (CTJ381)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Matemática Financeira: conceito de juros; relações de equivalência; taxas nominais e efetivas; amortização de dívidas (<i>Price</i>, SAC e Misto). Inflação e correção monetária. Análise econômica de investimentos: princípios e conceitos; VAUE, TIR e <i>Pay-back</i>; substituição de equipamentos; aluguel, leasing e financiamentos. Risco, incerteza e análise de sensibilidade. Calculadoras financeiras e planilhas.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PUCCHINI, Abelardo. Matemática financeira, objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2000. 2. HIRDFELD, Henrique. Engenharia econômica e análise de custos. São Paulo: Atlas, 1998. 3. HUMMEL, Paulo Roberto Vampre. Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos: engenharia econômica - teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PINDYCK, ROBERT S.; RUBINFELD, DANIEL, L. Microeconomia 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 2. HIRSCHFELD, H. Engenharia econômica e análise de custos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 3. ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 4. THUESEN, H.G.; FABRYCKY, W.J.; THUESEN, G.J. (1977). Engineering economy. New Jersey: Prentice-Hall, 1977. 5. FARO, C. Elementos de engenharia econômica. 3 ed. São Paulo: Atlas. 1979. 		

Unidade Curricular: Desenho e Projeto para Computador (CTJ018)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Introdução ao desenho técnico. Normatização em desenho técnico. Projeções e vistas ortográficas. Desenhos em perspectiva. Cortes e secções. Escalas e dimensionamento. Desenho assistido por computador (CAD) Modelagem básica de peças. Edição e alterações de projeto de peças. Configurações de peças e tabelas de projeto. Projeto de montagens.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. FRENCH, T.E.; VIERCK, C.J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 7. ed. São Paulo: Globo. 2002. 2. NEIZEL, E. Desenho técnico para a construção civil. São Paulo: EPU/EDUSP. 1974. 3. SILVA, A.; TAVARES, C.; LUIS, J. S. Desenho técnico moderno. Tradução: Antônio Eustáquio de Melo Pertence e Ricardo Nicolau Nassar Koury. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2006. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ESTEPHANIO, C. Desenho técnico: uma linguagem básica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 1996. 2. FREDO, B. Noções de geometria e desenho técnico. São Paulo: Ícone. 1994. 3. FRENCH, T.E. Desenho técnico. Porto Alegre: Globo. 1973. 4. RANGEL, A. P. Desenho projetivo: projeções cotadas. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC. 1971. 5. VENDITTI, M. Vinícius dos Reis. Desenho técnico sem prancheta, com AutoCAD. 2. ed. Florianópolis: Visual Books. 2007. 		

Unidade Curricular: Fundamentos e Técnicas de Trabalho Intelectual, Científico e Tecnológico - (CTJ166)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há

Ementa:

Ciência Moderna. Cânones da Ciência. Ciência e Tecnologia. Conhecimento Científico. Fundamentos da Metodologia Científica. Normalização do Conhecimento Científico. Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico. Elaboração de Relatórios Técnico-Científicos. Projetos de Pesquisa.

Bibliografia Básica:

1. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1996.
2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2005.
3. SEVERINO, A. Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

1. BARROS, A.J.S; LEHFELD, N.A. de S. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Makron Books. 2000.
2. CERVO, A.L; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall. 2002.
3. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 6a. ed. São Paulo: Atlas. 2005.
4. MARCONI, M. de A. Introdução à metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas. 1999.
5. MEDEIROS, J. Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas. 1991.

3º Período

Unidade Curricular: Equações Diferenciais e Integrais (CTJ009)		
Período: 3º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Equações diferenciais ordinárias. Introdução. Equações diferenciais ordinárias de primeira ordem. Equações diferenciais ordinárias de segunda ordem. Equações diferenciais ordinárias de ordem superior. Sistemas de equações diferenciais. Soluções em séries de potência para		

Equações lineares. Transformada de Laplace. Equações diferenciais parciais (elípticas, parabólicas e hiperbólicas).

Bibliografia Básica:

1. WILLIAM, E.B., RICHARD, C.D. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de Contorno, 8º Ed., Editora LTC. 2006.
2. ZILL, D.G.; CULLEN, M.R. Equações diferenciais, 3º Ed., São Paulo: Editora Pearson Makron Books. 2008, vol. 1.
3. SIMMONS, G.F.; KRANTZ, S. G. Equações diferenciais, Teoria, técnica e prática; Editora Mc Graw Hill, São Paulo. 2008.

Bibliografia Complementar:

1. ZILL, D.G.; CULLEN, M.R. Equações diferenciais, 3º Ed., São Paulo: Editora Pearson Makron Books. 2008, vol. 2.
2. ZILL, D.G. Equações diferenciais com aplicações em modelagem; São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2003.
3. IÓRIO, V. EDP: Um curso de graduação, 2º edição, Rio de Janeiro, IMPA. 2001.
4. DE FIGUEIREDO, D. Análise de Fourier e Equações diferenciais parciais, Projeto Euclides, 4º Ed., IMPA. 2003.
5. DOERING, C.I.; LOPES, A.O.L. Coleção Matemática Universitária, 3 ed. IMPA. 2008.

Unidade Curricular: Fenômenos Térmicos e Ópticos (CTJ010)		
Período: 3º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Gravitação: Lei da gravitação universal, energia potencial gravitacional, leis de Kepler, órbitas e energia de satélites; Fluidos: Fluidos em repouso, princípio de Pascal, princípio de Arquimedes, equação da continuidade, equação de Bernoulli; Oscilações: Movimento harmônico simples, movimento harmônico circular, oscilações forçadas e ressonância, ondas transversais e longitudinais, comprimento de onda e frequência, velocidade de uma onda progressiva, equação de onda, interferência, ondas estacionárias, velocidade do som, intensidade do som, batimento, efeito Doppler; Primeira lei da termodinâmica: lei zero da termodinâmica, medida de temperatura, dilatação térmica, temperatura e calor, calor e trabalho e enunciação da primeira lei; Teoria Cinética dos Gases; Segunda lei da Termodinâmica: Entropia e máquinas térmicas.		

Bibliografia Básica:

1. HALLIDAY, D., RESNICK, R. WALKER, J., Fundamentos de Física 2 – Gravitação, ondas e termodinâmica, 9a ed., LTC. 2012.
2. TIPLER, P. A., MOSCA, G., Física para cientistas e engenheiros, 6a. Ed., LTC. 2009, vol. 1.
3. NUSSENZVEIG, M. H., Curso de Física Básica – 2 Fluidos, oscilações e ondas e calor, 5ª ed., Edgard Blücher, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. SEARS, F., YOUNG H. D., FREEDMAN, R. A., ZEMANSKY, M.W., Física 2 – Termodinâmica e Ondas, 2 a. ed., Addison Wesley. 2008.
2. HALLIDAY, D., RESNICK, R., KRANE, K. S., STANLEY, P. E. Física, 5a ed., LTC. 2003, vol.2.
3. FEYNMAN, R. P. Lições de Física de Feynman, Bookman. 2008, vol. 1 e 2.
4. KELLER, F. J., GETTYS, W. E., SKOVE, M. J. Física, Makron Books. 1999, vol. 1 e 2.
5. CHAVES, A., SAMPAIO, J. F. Física Básica – Gravitação, fluidos, ondas, Termodinâmica, 1ª ED, LTC. 2007.

Unidade Curricular: Físico-Química (CTJ016)		
Período: 3º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Gases, Fases condensadas; energia, primeiro, segundo e terceiro princípios da termodinâmica. Sistema de composição variável, espontaneidade e equilíbrio químico. Soluções ideais e propriedades coligativas.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-química. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2012, v.1.2. CASTELLAN, G. Fundamentos de físico-química. Rio de Janeiro: LTC. 1986.3. PILLA, L.; SCHIFINO, J. Físico-Química I: termodinâmica química e equilíbrio químico. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2006.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-química. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2012, v.2.2. MOORE, WJ. Físico-química. Tradução: Helena Li Chun, Ivo Jordan, Milton Caetano		

- Ferreroni, Supervisão Ivo Jordan. São Paulo: Edgard Blücher. 1976, v. 1.
3. NETZ, P.A.; ORTEGA, G.G. Fundamentos da físico-química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. Porto Alegre: Artmed. 2002.
 4. BALL, DAVID W. Físico-química. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005, v.1.
 5. BALL, DAVID W. Físico-química. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2006, v.2.

Unidade Curricular: Cálculo Numérico (CTJ201)		
Período: 3º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Aritmética de ponto flutuante: Erros absolutos e relativos; Arredondamento e truncamento; Aritmética de ponto flutuante. Zeros de Funções Reais: Métodos de quebra; Métodos de ponto fixo – iterativo linear / Newton-Raphson; Métodos de Múltiplos passos – secantes. Resolução de Sistemas de Equações Lineares: Métodos diretos; Métodos iterativos – Jacobi / Gauss-Seidel. Ajustamento de Curvas pelo Método dos Mínimos Quadrados: Interpolação Polinomial; Estudo do erro. Integração numérica: Métodos de Newton-Cotes; Trapézios; Simpson; Estudo do erro. Solução Numérica de Equações Diferenciais Ordinárias.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BARROSO, L. Conceição et. al. Cálculo numérico com aplicações. São Paulo: Harbra, 1987. 2. BURDEN, Richard L.; FAIRES, J. Douglas. Análise numérica. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 3. RUGGIERO, M. A. Gomes; LOPES, V. L. da Rocha. Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Pearson Learning; Makron Books, 1998. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ALBRECHT, Peter. Análise numérica: um curso moderno. Rio de Janeiro: LTC, 1973. 2. ARENALES, Selma; DARENZZO, Artur. Cálculo numérico: aprendizagem com apoio de software. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 3. CAMPOS FILHO, Ferreira. Algoritmos numéricos. Rio de Janeiro: LTC: 2007. 4. FRANCO, N. M. B. Cálculo Numérico. São Paulo: Prentice-Hall Brasil, 2006. 5. SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; SILVA, L. H. Monken e. Cálculo numérico: características matemáticas e computacionais dos métodos numéricos. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 		

Unidade Curricular: Desenho Técnico (CTJ310)		
Período: 3º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Introdução ao Desenho Técnico. Normas Básicas da ABNT voltadas para o Desenho Técnico, Projeção Ortogonal. Perspectivas. Cortes e suas Representações. Cotagem. Desenho de objetos e/ou ambientes acessíveis.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SILVA, A.; RIBEIRO C.T., DIAS J. SOUSA, L. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 2. FRENCH, T. E.; VIERCK, C.J. Desenho técnico e Tecnologia Gráfica. 8 ed. São Paulo, 2005. 3. FREDO B. Noções de geometria e desenho técnico. São Paulo, 1994. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. DAGOSTINO, F. R. Desenho arquitetônico contemporâneo. São Paulo: Hemus, 2004. 2. NEIZEL. Desenho técnico para construção civil 1. São Paulo: EPU, 2006. 3. SILVA, E.O.; ALBIERO, E. Desenho técnico fundamental. São Paulo: E.P.U., 1972. 4. U. S. NAVY - Bureau of Naval Personnel. Training Publications Division. Construção civil: teoria e prática matemática, desenho, métodos, materiais e especificações. São Paulo: Hemus, 2005. 5. RIBEIRO, A. C.; PERE, M.P.; IZIDORO, N. Curso de desenho técnico e Autocad. São Paulo SP, Pearson, 2013, 362p. ISBN 9788584130843. 		

Unidade Curricular: Probabilidade e Estatística (CTJ014)		
Período: 3º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>O papel da Estatística em Engenharia. Estatística descritiva. Probabilidades: interpretações, probabilidade condicional e independência, Teorema de Bayes. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuições de probabilidades para variáveis aleatórias discretas e contínuas. Amostragem aleatória. Inferência estatística: distribuições amostrais, estimação pontual e por</p>		

intervalos de confiança. Testes de hipóteses para uma e duas amostras. Regressão linear simples e correlação.

Bibliografia Básica:

1. HINES, W.W. et al. Probabilidade e estatística na engenharia. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2006.
2. MONTGOMERY, D.C.; RUNGER, G.C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2009.
3. MORETTIN, L. G. Estatística básica, probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson; Prentice Hall. 2010.

Bibliografia Complementar:

1. CASELLA, G.; BERGER, L.R. Inferência Estatística. Tradução Solange Aparecida Visconde. São Paulo: Cengage Learning. 2010.
2. MEYER, P.L. Probabilidade Aplicações à Estatísticas. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC. 1995.
3. ALENCAR, M.S., Probabilidade e Processos Estocásticos: Erica. 2009.
4. JAMES, B.R. Probabilidade: um curso em nível intermediário. 3.ed. Rio de Janeiro: IMPA. 2008.
5. SILVA, E.M.; GONÇALVES, W.; SILVA, E.M.; MUROLO, A.C. Estatística para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2008.
6. SMAILES, J.; MCGRANER, A. Estatística aplicada à administração com Excel. São Paulo: Atlas. 2002.
7. TOLEDO, G.L.; Ovalle, I. I. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2008.
8. TRIOLA, M.F. Introdução à estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

4º Período

Unidade Curricular: Geometria Descritiva (CTJ237)		
Período: 4º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Expressão gráfica. Sistemas de representação gráficos. Métodos das projeções mongeanas. Estudos dos pontos, retas e planos. Orientação relativa de planos. Transposição de planos.		

Introdução às projeções estereográficas. Tópicos de estudo em desenho universal: acessibilidade em projetos.

Bibliografia Básica:

1. PRÍNCIPE JÚNIOR, Alfredo dos Reis. Noções de Geometria Descritiva, Ed. Nobel. 312p. 1983.
2. ASENSI, F. Geometria Descritiva. Madrid. 24ª ed. Editorial Dossat. 2000.
3. MONTENEGRO, Gildo A. Geometria descritiva. 2. São Paulo Blucher. 2016. Recurso online: ISBN 9788521209829.

Bibliografia Complementar:

1. CAVALLIN, José. Lições de Geometria Descritiva – Ed. Escola de Engenharia.
2. MACHADO, Ardevan. Geometria Descritiva – Ed. Mcgraw-Hill
3. MONTENEGRO, GILDO A. Inteligência visual e 3-D compreendendo conceitos básicos da geometria espacial. São Paulo Blucher 2005. Recurso online: ISBN 9788521214984.
4. Pinheiro Virgílio A. Noções de Geometria Descritiva - Ed. Ao Livro Técnico.
5. Coleção F. I. C. Elementos de Geometria Descritiva. Ed. F. Briguiet & Cia.

Unidade Curricular: Fenômenos Eletromagnéticos (CTJ015)		
Período: 4º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Cargas elétricas; campo elétrico; Lei de Gauss; energia e potencial eletrostático; condutores; dielétricos e capacitores; circuitos e correntes; campo magnético; Leis de Ampère e de Faraday; indutância; propriedades magnéticas da matéria; Equações de Maxwell; ondas eletromagnéticas; atividades de laboratório.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos de Física 3 - Eletromagnetismo, 9ª ed., LTC. 2013.2. CHAVES, A., SAMPAIO, J. F. Física Básica - Eletromagnetismo, 1a. ed., LTC. 2007.3. TIPLER, P. A., MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros, 6a. ed, LTC. 2009, vol. 2.		
Bibliografia Complementar:		

1. NUSSENZVEIG, M. H. Curso de Física Básica - 3 Eletromagnetismo, 5a. ed., Edgard Blücher. 2013.
2. SEARS, F., YOUNG H.D., FREEDMAN, R.A., ZEMANSKY, M.W. Física 3 - Eletromagnetismo, 12a. ed., Addison Wesley. 2008.
3. HALLIDAY, D., RESNICK, R., KRANE, K.S., STANLEY, P. E. Física, 5a ED., LTC, 2003, vol. 3.
4. FEYNMAN, R.P. Lições de Física de Feynman, Bookman, 2008, vol. 2.
5. KELLER, F. J., GETTYS, W. E., SKOVE, M. J. Física, Makron Books, vol. 2, 1999.

Unidade Curricular: Mecânica dos Sólidos (CTJ344)		
Período: 4º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Sistemas de forças. Componentes de uma força. Momento e binário de uma força. Resultante de forças em duas e três dimensões. Diagrama de corpo livre. Análise de esforços em estruturas: treliças, máquinas e pórticos. Forças distribuídas. Cálculo de centroides: linha, área e volume. Momento de inércia de figuras planas. Equilíbrio em vigas. Diagramas de esforço cortante e momento fletor. Esforços em cabos flexíveis. Problemas envolvendo atrito seco.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MERIAN, J. L.; KRAIGE, L. G. Mecânica para engenharia – estática. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 2. BEER, F. P. et al. Mecânica vetorial para engenheiros – estática. 7 ed. New York: McGraw-Hill, 2006. 3. HIBBELER, R C. Estática – mecânica para engenharia. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2011. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. UGURAL, A. C. Mecânica dos materiais. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 2. BEER, F. P. et al. Mecânica dos materiais. 5 ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2011. 3. BUDYNAS, Richard G.; KEITH Nisbett, J. Elementos de máquinas de Shigley: projeto de engenharia mecânica. 8 ed, Porto Alegre: Bookman, 2011. 4. SARKIS, M. Mecânica técnica e resistência dos materiais. 12 ed, São Paulo: Érica, 2001. 		

Unidade Curricular: Mecânica dos Fluidos (CTJ017)

Período: 4º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Propriedades dos fluidos. Estática dos fluidos. Leis básicas para sistemas e volumes de controle. Análise diferencial do movimento de fluidos. escoamento incompressível não-viscoso. Análise dimensional. escoamento viscoso incompressível. escoamento em canalizações. Teoria da camada limite. Resistência sobre corpos submersos.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> BRUNETTI, F. Mecânica dos Fluidos, 2a. ed., Prentice Hall. 2008. FOX, R., PRITCHARD, P. J., McDONALD, A.T. Introdução à Mecânica dos Fluidos. 8a. ed., LTC. 2014. AZEVEDO, N., et al. Manual da Hidráulica, 8a. ed., Edgar Blücher. 1998. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> ÇENGEL, Y., CIMBALA, J. Mecânica dos Fluidos: Fundamentos e Aplicações, McGraw-Hill. 2007. WHITE, F. M., Mecânica dos Fluidos, 4a. ed., McGraw-Hill. 2002. ASSY, T. M. Mecânica dos Fluidos: Fundamentos e Aplicações, 2a. ed., LTC. 2004. OLIVEIRA, L. A., LOPES, A. G., Mecânica dos Fluidos, 3a. ed., ETEP. 2010. VIANNA, M. R., Mecânica dos Fluidos para Engenheiros, 4a. ed., Imprimatur Artes. 2001. 		

Unidade Curricular: Geologia Geral (CTJ388)		
Período: 4º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Estrutura Interna da Terra. Tectônica de Placas. Terremotos e Vulcanismo. Minerais. Ciclo das Rochas. Rochas Ígneas. Rochas Metamórficas. Rochas Sedimentares. Princípios de Estratigrafia. Tempo Geológico. Introdução ao uso do GPS e da Bússola. Mapas Geológicos. Aplicação da Geologia na Engenharia. Recursos Minerais e energéticos. Geologia e meio ambiente. Geoconservação.</p>		

Bibliografia Básica:

1. TEIXEIRA, W.; TAIOLI, F.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. (Orgs.). Decifrando a Terra. Editora Oficina de Textos, São Paulo. 2009. 568 p
2. GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. Para Entender a Terra. 6 ed. Editora Bookman. 2013. 768p.
3. SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. 1 ed. Editora Edgard Blücher. 2003. 416 p.

Bibliografia Complementar:

1. POMEROL, C.; LAGABRIELLE, Y.; RENARD, M.; GUILLOT, S. Princípios de Geologia - Técnicas, Modelos e Teorias. 14 ed. Editora Bookman. 2013. 1052 p.
2. WICANDER, R. & MONROE, J. S. Geologia. Editora Cengage Learning. 2017. 464 p.
3. POPP, J. H. Geologia Geral. Rio de Janeiro. Editora LTC – Livros Técnicos e Científicos 2017. 352 p.
4. KEAREY, P.; KLEPEIS, K.A.; VINE, F.J. Tectônica Global. 3 ed. Editora Bookman. 2014. 436 p.
5. SUGUIO, K. & SUZUKI, U. A evolução geológica da Terra e a fragilidade da vida. Editora Edgard Blücher. 2003. 152p.

Unidade Curricular: Mineralogia (CTJ348)**Período:** 4º Período**Número de Créditos:** 4**CH Teórica:** 45 h**CH Prática:** 15 h**CH Total:** 60 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há**Ementa:**

Conceitos básicos. Processos de formação dos minerais. Cristalografia e simetria. Propriedades físicas e químicas dos minerais. Classificação e identificação dos minerais. Importância, impactos e uso dos minerais na sociedade. Tópicos em geologia médica. Patrimônio mineralógico *ex situ*.

Bibliografia Básica:

1. KLEIN, C. DUTROW, B. Manual de Ciência dos Minerais. 23ª Edição. 2012. Bookman. 724p.
2. HURLBUT, C. S.; SHARP, W. E. Dana's minerals and how to study them. 4th edition. New York: John Wiley & Sons, 1998.
3. PUTNIS, A. Introduction to mineral sciences. New York: Cambridge University Press, 1992.

Bibliografia Complementar:

1. DANA, J. D. Manual of mineralogy. New York: Merchant Books, 2008.
2. NESSE, W. D. Introduction to mineralogy. New York: Oxford University Press, 1999.
3. HANNA, J.E. Mineralogia: conceitos básicos. Ouro Preto. Editora UFOP. 2002.
4. PEREIRA, R.M.; ÁVILA, C.A.; LIMA, P.R.A. Minerais em grãos: técnicas de coleta, preparação e identificação. Oficina de Textos, São Paulo. 2005.
5. CANTARIN, C.; NARCISO, R.; CAPUTO, V.; BARBOSA, A. M. Minerais ao alcance de todos. Editora BEI. São Paulo. 2004.

5º Período

Unidade Curricular: Fenômenos de Transferência (CTJ209)		
Período: 5º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa:		
Introdução e conceitos básicos. Fundamentos da condução de calor. Condução de calor permanente e transiente. Fundamentos da convecção. Convecção forçada e natural. Trocadores de calor. Transferência de calor por radiação. Transferência de massa.		
Bibliografia Básica:		
1. INCROPERA, Frank P. ET AL. Fundamentos da transferência de calor e massa. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.		
2. BIRD, R. Byron; STEWART, Warren E; LIGHTFOOT, Edwin N. Fenômenos de transporte. 2. Ed. Rio de Janeiro:LTC, 2004.		
3. LIVI, C. P; Fundamentos de fenômenos de transporte; 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.		
Bibliografia Complementar:		
1. CENGEL, Yunus A. Transferência de calor e massa: uma abordagem prática. 3. Ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2009. 902 p.		
2. FOX, R, PRITCHARD, P.J, McDONALD, A.T. Introdução à mecânica dos fluidos, 8ª Ed, LTC,2014.		
3. MORAN, Michael J; SHAPIRO, Howard N. Princípios da termodinâmica para Engenharia. 6ª.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.		
4. ARAÚJO, Everaldo César da Costa. Trocadores de calor. São Carlos: Ed. UFSCar, 2002.		
5. CENGEL, Yunus A; BOLES, Michael A. Termodinâmica. 5.ed. São Paulo: Mc Graw Hill,		

2009.

Unidade Curricular: Eletrotécnica (CTJ314)		
Período: 5º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Introdução a NR - 10. Elementos de circuitos elétricos: resistores, indutores, capacitores e fontes. Leis básicas dos circuitos elétricos. Noções básicas de análise de circuitos de corrente contínua e alternada. Instrumentos de medições elétricas: amperímetros, voltímetros, ohmímetros e osciloscópios. Potência em circuitos decorrente alternada. Circuitos trifásicos. Noções de acionamento de motores elétricos. Noções de instalações elétricas residenciais.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. CREDER, H. Instalações elétricas. 15 ed., Rio de Janeiro, LTC, 2011.2. NEVES, Eurico G. C. Eletrotécnica geral. 2. Ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2005.3. SAY, M. G. Eletricidade geral: eletrotécnica. São Paulo: Hemus, 2004. Pertence e Ricardo Nicolau Nassar Koury. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2006.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. CAPUANO, F. G.; MARINO, M. A. M. Laboratório de eletricidade e eletrônica. 23 ed. São Paulo: Érica, 1998.2. COTRIM, A. A. M. B. Instalações elétricas. 2 ed., São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2002.3. CUNHA, Ivano. J. Eletrotécnica. São Paulo: Hemus, 1999.4. FILHO, J. M. Instalações elétricas industriais. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.5. FRANCHI, C. M. Acionamentos elétricos. Tatuapé: Érica, 2007.		

Unidade Curricular: Petrografia Macroscópica (CTJ353)		
Período: 5º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há

Ementa:

Sistema Terra e origem das rochas. Ciclo das rochas. Rochas ígneas: estruturas e texturas, nomenclaturas e petrografia descritiva das principais rochas. Rochas sedimentares: estruturas e texturas, nomenclaturas e petrografia descritiva das principais rochas. Rochas metamórficas: estruturas e texturas, nomenclaturas e petrografia descritiva das principais rochas. Prática de laboratório. Trabalho de campo.

Bibliografia Básica:

1. SGARBI G.N.C. Petrografia Macroscópica das Rochas Ígneas, Sedimentares e Metamórficas. Editora UFMG. 2012. 632 p.
2. JERRAM, D.; PETFORD, N. Descrição de Rochas Ígneas Guia Geológico de Campo. 2. ed. Editora Bookman. 2014. 280 p.
3. SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. 1 ed. Editora Blücher. 2003. 416 p.

Bibliografia Complementar:

1. GILL R. Rochas e Processos Ígneos: Um guia prático. Editora Bookman. 2014. 502p.
2. WINTER, J.D. An lntroduction to Igneous and Metamorphic Petrology. Upper Saddle River, USA. Editora Prentice Hall. 2001. 697 pp.
3. COSTA, A.G. Rochas Ígneas e Metamórficas, Texturas e Estruturas. 1. ed. Editora UFMG. 2013. 193 p.
4. PASSCHIER, C. W.; MYERS, J. S.; KRÖNER, A. Geologia de campo de terrenos gnáissicos de alto grau. Tradução: Mário C. H. Figueiredo. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP. 1993. 188 p.
5. BEST, M.G. Igneous and Metamorphic Petrology. 2 ed. Editora Malden Blackwell. 2003. 729 p.

Unidade Curricular: Topografia (CTJ374)**Período:** 5º Período**Número de Créditos:** 4**CH Teórica:** 30 h**CH Prática:** 30 h**CH Total:** 60 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há**Ementa:**

Fundamentos de Cartografia e Geodésia. Princípios da representação cartográfica. Introdução à Cartografia Temática. Conceitos fundamentais de topografia. Generalidades, escalas e equipamentos topográficos. Medidas diretas e indiretas de distâncias. Medidas de ângulos. Cálculo de coordenadas e áreas de terrenos. Nivelamento. Sistema Global de Posicionamento

por Satélites (GPS). Locação e levantamento expedido. Técnicas de levantamentos planimétricos e altimétricos. Topografia subterrânea. Acompanhamento da evolução de terrenos. Influência da topografia na formação de ambientes. Avaliação de projetos de acessibilidade universal por meio de plantas e perfis topográficos.

Bibliografia Básica:

1. TULER, Marcelo. Fundamentos de topografia. Porto Alegre SER - SAGAH 2016. Recurso online: ISBN 9788569726586.
2. TULER, Marcelo O. Manual de práticas de topografia. Porto Alegre Grupo A 2016 1 recurso online (Tekne): ISBN 9788582604274.
3. DAIBERT, João Dalton. Topografia: técnicas e práticas de campo. 2. São Paulo Erica 2015 1 recurso online: ISBN 9788536518817.

Bibliografia Complementar:

1. MENEZES, P.M.L.; FERNANDES, M.C. Roteiro de Cartografia. Editora Oficina de Textos, São
2. CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia Geral. 4. ed. Editora LTC. 2012. 220 p.
3. ROBINSON, A.H.; MORRISON, J.L.; MUEHRCKE, P.C.; KIMERLING, A.J.; GUPTILL S.C. Elements of Cartography. 6. ed. John Wiley & Sons, New York. 2009. 688 p.
4. SILVA, I.; SEGANTINE, P.C.L. Topografia para Engenharia, Teoria e Prática de Geomática 1. ed. Editora Campus & Elsevier. 2015. 432 p.
5. BORGES, Alberto de Campos. Topografia, v.2 aplicada à engenharia civil. 2. São Paulo Blucher 2013 1 recurso online ISBN 9788521207658.

Unidade Curricular: Geologia Estrutural (CTJ389)		
Período: 5º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa: Reologia, tensão e deformação (rúptil e dúctil) aplicados às formações geológicas. Caracterização, classificação e análise geométrica e cinemática das estruturas. Projeções estereográficas, métodos de representações gráficos e notações. Análise de mapas e perfis estruturais. Geologia estrutural aplicada à mineração e ao meio ambiente. Estudo de caso e aplicação prática. Trabalho de campo.</p>		

Bibliografia Básica:

1. FOSSEN, H. Geologia Estrutural. Editora Oficina de Textos. São Paulo. 584 p. 2012.
2. FIORI, Alberto Pio; WANDRESEN, Romualdo. Tensões e deformações em geologia. São Paulo, SP: Oficina de Textos, c2014. 255 p. ISBN 9788579751097.
3. HASUI, Y.; SALAMUNI, E.; MORALES, N. Geologia Estrutural Aplicada. Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental São Paulo. 2019. 480 p. ISBN: 978-85-7270-077-1.

Bibliografia Complementar:

1. DAVIS, George H.; REYNOLDS, Stephen J.; KLUTH, Charles F. Structural geology of rocks and regions. 3. ed. New York: J. Wiley, c2012. xiv, 839 p. 2011. ISBN 9780471152316.
2. MORAES, A. Mecânica do Contínuo para Geologia Estrutural. CENPES-PETROBRAS. 2000. 88 p.
3. LISLE, Richard J.; LEYSHON, Peter R. Stereographic projection techniques for geologists and civil engineers. 2nd. ed. -. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. viii, 112 p. ISBN 0521535824.
4. RAGAN, D.M. Structural Geology: an introduction to geometrical techniques. Cambridge University Press, Cambridge. 2009. 622 p.
5. Geologia USP. Série Científica. São Paulo: USP. ISSN: 2316-9095 versão online. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/guspssc>

Unidade Curricular: Geologia Econômica (CTJ233)**Período:** 5º Período**Número de Créditos:** 4**CH Teórica:** 45 h**CH Prática:** 15 h**CH Total:** 60 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há**Ementa:**

Natureza e morfologia dos depósitos minerais. Distribuição dos depósitos minerais na Terra. Classificação e principais processos formadores de depósitos minerais. Minerais metálicos. Minerais não metálicos. Depósitos minerais brasileiros. Geologia Econômica e seu Impacto Ambiental. Prática de laboratório.

Bibliografia Básica:

1. BIZZI, L.A., SCHOBENHAUS, C., VIDOTTI, R.M., GONÇALVES, J.H. Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil: texto, mapas e SIG. Brasília: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2003. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Recursos->

[Minerais/Apresentacao/Livro---Geologia%2C-Tectonica-e-Recursos-Minerais-do-Brasil-3489.html](http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-7006.pdf)

2. FIGUEIREDO, B. R. Minérios e ambiente. Editora da UNICAMP, 2000. 400 p. ISBN: 978-85-268-0878-2
3. MELFI, A. J., MISI, A., CAMPOS, D. D. A., CORDANI, U. G. Recursos Minerais no Brasil: problemas e desafios. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. 2016. 420p. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-7006.pdf>

Bibliografia Complementar:

1. BIONDI, J. C. Processos metalogenéticos e os depósitos minerais brasileiros. 2ª Edição. São Paulo: Oficina de Textos, 2016. 552 p.
2. DARDENNE, M. A., SCHOBENHAUS, C. Metalogênese do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 392 p. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/1291>
3. LUZ, A.B. da, LINS, F.A.F. Rochas & minerais industriais: usos e especificações. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2005. 867p.
4. ORE GEOLOGY REVIEWS. Londres: Elsevier. ISSN: 0169-1368 versão online. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/ore-geology-reviews>
5. SILVA, M. D. G. D., ROCHA NETO, M. B. D., JOST, H., KUYUMJIAN, R. M. Metalogênese das províncias tectônicas brasileiras. Belo Horizonte: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2014. 589 p. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/19389>

Unidade Curricular: Educação Ambiental e Meio Ambiente (CTJ236)		
Período: 5º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Introdução à educação ambiental. Modelos e concepções teóricas de educação ambiental no contexto contemporâneo. O papel da educação ambiental na formação do cidadão. Conflitos socioambientais. Transição para sociedades sustentáveis. Programas e Projetos de educação ambiental: estudos de casos. Experiências em educação ambiental nos diversos setores da sociedade. Atividades práticas de educação ambiental.		
Bibliografia Básica:		
1. DIAS, G.F. Educação Ambiental: Princípios e práticas. São Paulo: Gaia. 2004. 551p.		

2. LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca. São Paulo: Manole, 2012.
3. PHILIPPI JR, A, PELICIONI, M.C.F. Educação Ambiental e Sustentabilidade. São Paulo: Manole. 2004. 890p.

Bibliografia Complementar:

1. CAMARGO, A. L. B. Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios. Campinas: Papyrus, 2003. 159p. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 144p.
2. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 144p.
3. IBRAHIN, Francini Imene Dias. Educação ambiental estudo dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade. São Paulo: Erica 2014 128 p.
4. PAULA, J. C.; PEDRINI, A. G.; SILVEIRA, D. L. Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. 7 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
5. RUSCHEINSKY, Aloísio Educação Ambiental - Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Penso. 2012. 312 p.

6º Período

Unidade Curricular: Tratamento de Minérios I (EMIN006)		
Período: 6º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Teoria da amostragem, homogeneização e Quarteamento – Liberação – Peneiramento e Peneiramento Industrial - Quantificação de operações - Balanços de Massa, recuperação e rendimento no processamento - Cominuição: britagem e moagem. Verificação experimental dos princípios e preposições apresentados nos tópicos citados acima. Prática de laboratório.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. WILLS, B. A. Mineral Processing Technology, Burlington USA: Tim Napier Munn, 2006, 444p. 2. CHAVES, A. P. "Teoria e Prática do Tratamento de Minérios", 2V S. Paulo: Signus, 1996. 3. LUZ, A. B.; SAMPAIO, J. A.; ALMEIDA, S. L. M. Tratamento de Minérios. Rio de Janeiro: 		

CETEM, 2004.

Bibliografia Complementar:

1. BERALDO, J. L. Moagem de Minérios em Moinhos Tubulares. 1987
2. VALADÃO, G. E. S, ARAUJO, A.C., Introdução ao tratamento de minérios, editora UFMG, Belo Horizonte. 2007.
3. KELLY, E. G.; SPOTTISWOOD, D. J., "Introduction to Mineral Processing", N. York: J. Wiley& Sons, 1982. 75
4. AGRICOLA, G. "De Re Metálica", várias eds. Livro Histórico, 1o. tratado escrito sobre Minas e Metalurgia.
5. METSO MINERALS, Manual de Britagem, 6a. Edição. 2005.

Unidade Curricular: Mecânica dos Solos (EMIN007)		
Período: 6º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Introdução à Mecânica dos Solos. Origem e formação dos solos. Identificar, classificar e manusear solos, com base no conhecimento das suas principais propriedades. Composição química e mineralógica dos solos. Classificação dos solos. Propriedades das partículas sólidas do solo. Índices físicos. Estrutura dos solos. Plasticidade e consistência dos solos. Fenômenos capilares. Permeabilidade dos solos. Compressibilidade. Tensões e deformações. Elasticidade, plasticidade e reologia. Resistência ao cisalhamento dos solos. Compactação. Práticas de laboratório e visitas técnicas.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. CAPUTO, H. P. Mecânica dos solos e suas aplicações. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora LTC Livros Técnicos e Científicos, 2007. v. 1.2. FIORI, A. P.; CARMIGNANI, L. Fundamentos de mecânica dos solos e das rochas: aplicações na estabilidade de taludes. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 602p.3. PINTO, C. S. Curso básico de mecânica dos solos em 16 aulas. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. CRAIG, R. F. Mecânica dos solos. 7. ed. São Paulo: Editora LTC, 2007.		

2. BOSCOV, M. E. G. Geotecnia ambiental. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2008.
3. TEIXEIRA, W. et al. Decifrando a terra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
4. ALONSO, U. R. Exercícios de Fundações. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 1983.
5. FLORIANO, Cleber. Mecânica dos solos aplicada. Porto Alegre: Ser-Sagah, 2017.

Unidade Curricular: Caracterização Tecnológica de Minérios (EMIN008)		
Período: 6º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Importância da caracterização tecnológica de minérios para os processos. Métodos para Caracterização Física: densidade, umidade, tamanho de partículas (granulômetro a laser), área superficial e porosidade (BET); Caracterização Química: elementos químicos (EAA, ICP e FRX) e ligações químicas (EIV-TF) e Caracterização Mineralógica: composição mineralógica (DRX), microscopias óptica (MO), eletrônica de varredura (MEV/EDS). Resistência térmica (TG, DSC, DTA). Verificação experimental dos princípios e preposições apresentados nos tópicos citados acima.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SKOOG D. A., CROUCH S.R. e HOLLER F.J. Princípios de Análise Instrumental. Sexta edição, Bookman, 2009, 1054p. 2. SAMPAIO, J.A., 2007 – Tratamento de Minérios: Práticas Laboratoriais. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 559p. 3. LUZ, A. B.; SAMPAIO, J. A.; ALMEIDA, S. L. M. Tratamento de Minérios. Capítulo 3, Rio de Janeiro: CETEM, 2010, pp.57-66. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. JENKINS, R. X-Ray Fluorescence Spectrometry. John Wiley & Sons, Inc. New York, 1988, 175p. 2. KELLY, E.G. SPOTTISWOOD, D.J. Introduction to mineral processing. New York, John Wiley, 1982. 492p. 3. CRAIG, J.R., VAUGHAN, D.J. Ore Microcopy and Ore Petrography. John Wiley & Sons, Inc., 2nd edition, Inc. New York. 1994. 434p. 4. SMYKATZ-KLOSS. Differential Thermal Analysis Springer Berlin Heidelberg, 1974. ISBN (eletrônico): 978-3-642-65951-5. 		

5. ALLEN, T. Particle Size Measurement. Chapman London, 1981, 678 p. **ISBN (eletrônico):** 978-1-4899-3063-7.

Unidade Curricular: Mecânica Aplicada (EMIN010)		
Período: 6º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa: Cinemática aplicada às máquinas. Freios, cabos de aço. Transmissões por correias. Processos e fundamentos da usinagem dos Metais. Manutenção mecânica básica. Aspectos relativos à acessibilidade e sustentabilidade ambiental. Práticas de laboratório e/ou visitas técnicas.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> HIBBELER, R. C. Estática: mecânica para engenharia. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2011. xiv, 512 p. ISBN 9788576058151. MELCONIAN, Sarkis. Fundamentos de elementos de máquinas transmissões, fixações e amortecimento. São Paulo: Érica, 2015 1 Recurso online ISBN 9788536518558. NIEMANN, G. Elementos de máquinas. São Paulo E. Blucher: USP, 1971. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> BICALHO, F. S. Elementos orgânicos de máquinas. Vol. 1. ALMEIDA, Paulo Samuel de. Manutenção mecânica industrial conceitos básicos e tecnologia aplicada. São Paulo Érica 2015. ISBN 9788536519791. DRAPINSKI, J. Manual de manutenção mecânica básica. Vol. 1. HIBBELER, R. C. Dinâmica: mecânica para engenharia. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011. xvi, 591 p. ISBN 9788576058144. SILVEIRA FILHO, Elmo Souza Dutra da. Sistemas hidráulicos e pneumáticos. Porto Alegre SER – SAGAH 2018. ISBN 9788595025158. 		

Unidade Curricular: Pesquisa Mineral I (EMIN011)		
Período: 6º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há

Ementa:

Introdução à Pesquisa Mineral. Preço dos minérios no mercado internacional. Importância dos minérios na vida humana e seu uso sustentável. Introdução aos tipos de depósitos minerais. Critérios e etapas de prospecção. Prospecção geofísica. Prospecção geoquímica. Técnicas de amostragem. Métodos de sondagem. Trabalho de campo.

Bibliografia Básica:

1. PEREIRA, R. M. (2003). Fundamentos de prospecção mineral. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, c2012. 324 p. ISBN 9788571932968.
2. BIONDI, J. C. (2015). Processos metalogenéticos e os depósitos minerais brasileiros. 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos. 552 p. ISBN 9788579751684.
3. LICHT, OTÁVIO AUGUSTO BONI. (2007). Prospecção geoquímica: depósitos minerais metálicos, não-metálicos, óleo e gás. Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Brasileira de Geoquímica. 780 p. ISBN 9788574990576.

Bibliografia Complementar:

1. KEAREY, P.; HILL, I.; BROOKS, M. (2009). Geofísica de exploração. São Paulo: Oficina de Textos. 440 p.
2. MELFI, A. J., MISI, A., CAMPOS, D. D. A., & CORDANI, U. G. (2016). Recursos Minerais no Brasil: problemas e desafios. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 420p.
3. MOON, C. J., WHATELEY, M. K., & EVANS, A. M. (2006). Introduction to mineral exploration (No. Ed. 2). Blackwell publishing.
4. ROCHA, R., MAGNO, A., NETO, C., & DE OLIVEIRA, M. T. (2010). Noções de Prospecção e Pesquisa Mineral para Técnicos em Geologia e Mineração. Natal/RN: Editora do IFRN-RN, 2010. 267 p. ISBN 978-85-89571-52-4 Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1012?show=full>

Unidade Curricular: Hidrogeologia (EMIN031)**Período:** 6º Período**Número de Créditos:** 4**CH Teórica:** 45 h**CH Prática:** 15 h**CH Total:** 60 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há**Ementa:**

A água subterrânea, sua importância na vida humana e sustentabilidade. Ciclo hidrológico. Dinâmica dos sistemas aquíferos. Hidráulica de poços. Hidrogeoquímica aplicada. Prospecção

hidrogeológica. Hidrogeologia em ambiente de Mineração. Outorga de poços. Gestão de recursos hídricos. Visita técnica.

Bibliografia Básica:

1. FEITOSA, Fernando A. C., Hidrogeologia: conceitos e aplicações / 3. ed. Rio de Janeiro: CPRM: LABHID 2008. xxviii, 812 p. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Hidrologia/Mapas-e-Publicacoes/Livro-%22Hidrogeologia%3A-Conceitos-e-Aplicacoes%22-1130.html>
2. TODD, David Keith. Hidrologia de águas subterrâneas. Rio de Janeiro, RJ: Programa de Publicações Didáticas, 1967. 318 p.
3. SUGUIO, Kenitiro. Água. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2006. 248 p. ISBN 9788586699528.

Bibliografia Complementar:

1. DOMINGUES, A.F., BOSTON, P.H.G., ALÍPAZ, S. (orgs.). A gestão dos recursos hídricos e a mineração. Agência Nacional de Águas, Coordenação-Geral das Assessorias; Instituto Brasileiro de Mineração. Brasília. ANA, 334p. 2006. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2006/AGestaoDosRecursosHidricosEAMineracao.pdf>
2. REVISTA BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS. São Paulo: Associação Brasileira de Águas Subterrâneas. e-ISSN 2179-9784 versão online. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/index>.
3. MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.046, de 13 de Junho de 2005.** Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado. Disponível em : <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=4771>
4. FETTER, C. W., Applied hydrogeology / 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2001. 598 p.
5. KEVIN M. Hiscock and Victor F. Bense. Hydrogeology Principles and Practice (Second Edition). Blackwell, 564p. 2014

7º Período

Unidade Curricular: Tratamento de Minérios II (EMIN012)		
Período: 7º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há

Ementa:

Classificação - Concentração gravítica – Concentração magnética - Separação eletrostática. Balanços de Massa, recuperação e rendimento no processamento. Verificação experimental em laboratório dos princípios e proposições apresentados nos tópicos relacionados acima.

Bibliografia Básica:

1. CHAVES, A. P. "Teoria e Prática do Tratamento de Minérios", 2V S. Paulo: Signus, 1996.
2. LUZ, A. B.; SAMPAIO, J. A.; ALMEIDA, S. L. M. Tratamento de Minérios. Rio de Janeiro: CETEM, 2004.
3. VALADÃO, G. E. S, ARAUJO, A.C., Introdução ao tratamento de minérios, editora UFMG, Belo Horizonte. 2007.

Bibliografia Complementar:

1. BERALDO, J. L. Moagem de Minérios em Moinhos Tubulares. 1987
2. KELLY, E. G.; SPOTTISWOOD, D. J., "Introduction to Mineral Processing", N. York: J. Wiley & Sons, 1982. 75
3. AGRICOLA, G. "De Re Metálica", várias eds. Livro Histórico, 1o. tratado escrito sobre Minas e Metalurgia.
4. METSO MINERALS, Manual de Britagem, 6a. Edição. 2005.
5. WILLS, B. A. Mineral Processing Technology, Burlington USA: Tim Napier Munn, 2006, 444p.

Unidade Curricular: Mecânica das Rochas (EMIN013)**Período:** 7º Período**Número de Créditos:** 4**CH Teórica:** 30 h**CH Prática:** 30 h**CH Total:** 60 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há**Ementa:**

Propriedades mecânicas das rochas. Mecânica da deformação e ruptura das rochas. Massas rochosas: Comportamento, heterogeneidade e anisotropia. Critérios de resistência. Tensões naturais nos maciços rochosos. Tensões induzidas pelas escavações subterrâneas. Classificação dos maciços rochosos. Práticas de laboratório e visitas técnicas.

Bibliografia Básica:

1. FIORI, A. P.; CARMIGNANI, L. Fundamentos de mecânica dos solos e das rochas: aplicações na estabilidade de taludes. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 602p.
2. CAPUTO, H. P. Mecânica dos solos e suas aplicações. Vol 2. Mecânica das rochas, fundações e obras de terra. Rio de Janeiro: LTC. 2015, 498p.
3. DAS. BRAJA M. Fundamentos de engenharia geotécnica. São Paulo: Cengage Learning. 2015, 612p.

Bibliografia Complementar:

1. AADNOY, B.; LOOYEH, R. Mecânica de Rochas aplicada: perfuração e projeto de poços. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, 351.
2. OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. Geologia de Engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998, 587p.
3. AZEVEDO I. C. D. & MARQUES, E. A. G. (2002). Introdução à Mecânica das Rochas. Editora UFV, 361p.
4. BRADY, B. H. G.; BROWN, E. T. Rock mechanics for underground mining. 3rd edition. London: Editora Springer, 2007.
5. GOODMAN, R. E. Introduction to rock mechanics. 2nd edition. New York: Editora John Wiley & Sons, 1989.

Unidade Curricular: Pesquisa Mineral II (EMIN014)		
Período: 7º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Métodos diretos de investigação do subsolo. Amostragem e controle de qualidade. Análise estatística e geoestatística de dados geoquímicos. Classificação de reservas minerais. Avaliação econômico-financeira de um projeto mineral. Legislação mineral. Requerimento de pesquisa. Relatório final de pesquisa mineral. Recuperação Ambiental. Prática de laboratório, trabalho de campo e/ou visita técnica.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Anuário Mineral Brasileiro. ANM, Brasília. Disponível em: http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro 2. PEREIRA, R. M. Fundamentos de prospecção mineral. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 		

2003. 324 p. ISBN 9788571932968.

3. VIEIRA, J. L. Código de Mineração e Legislação Complementar. 2. ed. São Paulo: Editora Edipro, 2004. 208p. ISBN: 9788572834629.

Bibliografia Complementar:

1. CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL. Tendências Tecnológicas Brasil 2015: Geociências e Tecnologia Mineral. FERNANDES, F. R.C., LUZ, A. B., MATOS, G. M.M., CASTILHOS, Z. C. (Eds.). Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2007. 380 p. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/453>
2. CÓDIGO DE MINERAÇÃO E LEGISLAÇÃO CORRELATA. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 112 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496300/00096176_9.pdf?sequence=1&isAllowed=y
3. LANDIM, P. M. B. Análise estatística de dados geológicos. São Paulo: Editora Unesp, 2003. 256 p. ISBN: 8571395047
4. INTERNATIONAL JOURNAL OF MINING SCIENCE AND TECHNOLOGY. Londres: Elsevier. ISSN: 2095-2686 versão online. Disponível em: <https://www.journals.elsevier.com/international-journal-of-mining-science-and-technology>
5. ROCHA, R., MAGNO, A., NETO, C., DE OLIVEIRA, M. T. Noções de Prospecção e Pesquisa Mineral para Técnicos em Geologia e Mineração. Natal/RN: Editora do IFRN-RN, 2010. 267 p. ISBN 978-85-89571-52-4 Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1012?show=full>

Unidade Curricular: Desenvolvimento de Mina (EMIN015)		
Período: 7º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Preparação para a lavra de depósitos minerais. Aberturas de vias de acessos principais para lavra a céu aberto e para a lavra subterrânea. Abertura e infraestrutura de poços e galerias. Projeto e construção de barragens de rejeito. Aspectos de sustentabilidade ambiental e acessibilidade. Práticas de laboratório e/ou visitas técnicas.		
Bibliografia Básica: 1. Costa, W. D. Geologia de barragens. São Paulo: Oficina de Textos, 2012, 353p.		

2. RICARDO, H. S, CATALANI, G. Manual prático de escavação: terraplenagem e escavação de rocha. 3a. ed. São Paulo: Pini, 2007, 656p.
3. CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Publicações de mineração. Disponível em: <http://www.codemig.com.br/atuacao/mineracao/publicacoes/>.

Bibliografia Complementar:

1. ANM – Agência Nacional de Mineração. Estudos e publicações. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnmp/publicacoes/>.
2. CHIOSSI, N. J. Geologia de engenharia. 3a. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013, 424p.
3. IBRAM, Mineração e Meio Ambiente. Instituto Brasileiro de Mineração, Brasília, DF, 1992.
4. BICKEL, J. O; Kuesel, T. R. Tunnel engineering handbook. VNR. New York. 1982.
5. PFLEIDER, E. P. Surface Mining. The American Institute of Mining, Metallurgical and Petroleum Engineers, New York, 1972.

Unidade Curricular: Minerais e Rochas Industriais (CTJ235)		
Período: 7º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Definições e conceitos básicos. Classificação dos minerais e rochas industriais. Processos formadores de minerais e de rochas industriais. Características físicas, químicas e mineralógicas. Minerais industriais abrasivos. Tipos comerciais: minerais e rochas da indústria de cimento e da construção civil. Minerais da indústria química. Ambientes geológicos, tipos de depósitos, métodos de lavra e de beneficiamento. Questões ambientais relacionadas aos minerais e rochas industriais. Reservas mundiais e brasileiras. Produção, consumo e comércio exterior. Oportunidades de investimentos e a importância econômica dos commodities constituídos pelos minerais e rochas industriais.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. LUZ, A. B.; LINS, F. A. F. Rochas e minerais industriais: usos e especificações. 2. ed. Rio de Janeiro: CETEM – Centro de Tecnologia Mineral/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2009. 990 p. 2. VIDAL, F. W. H.; AZEVEDO, H. C. A.; CASTRO, N. F. (eds.) Tecnologia de rochas ornamentais: pesquisa, lavra e beneficiamento. Rio de Janeiro: CETEM/MCT– Centro de Tecnologia Mineral/Ministério da Ciência e Tecnologia. 2013. 700 p. 		

3. PEITER, C.C. Rochas ornamentais no século XXI: Bases para uma política de desenvolvimento sustentado das importações brasileiras. 1 ed. São Paulo: ABIROCHAS, 2001. 160 p.

Bibliografia Complementar:

1. KOGEL, J. E. et. al. Industrial minerals and rocks: commodities, markets and uses. 7th edition. New York: SME – Society for Mining, Metallurgy and Exploration, 2006.
2. TECNOLOGIA EM METALURGIA, MATERIAIS E MINERAÇÃO. ISSN 2176-1523. Periódico eletrônico. Disponível em www.tecnologiammm.com.br/
3. HARTMAN, H. L.; MUTMANSKY, J. M. Introductory Mining Engineering. 2002. John Wiley.
4. BISE. Mining Engineering Analysis. 2003.
5. VAZ, C. J. Planejamento de Mina Subterrânea. UFOP. 1997, 13 p.

Unidade Curricular: Perfuração e Desmonte de Rochas (EMIN016)		
Período: 7º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Perfuração das rochas. Teoria e efeito das explosões. Desmonte de rochas a céu aberto e subterrâneo com uso de explosivos comerciais. Estudos dos métodos de desmonte escultural. Extração de blocos de rochas ornamentais. Desmonte hidráulico. Estudo das vibrações provocadas pelas explosões. Sistemas diversos de transporte de rochas. Aspectos relativos à acessibilidade e sustentabilidade ambiental. Práticas de laboratório e/ou visitas técnicas.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. GUIMARÃES, N. Equipamentos de construção e conservação. Curitiba: UFPR, 2001, 360p. 2. CATALANI, G.; RICARDO, H. S., Manual prático de escavação, Editora MacGraw-Hill do Brasil Ltda, 1990. 3. Castro, Roberto Salinas de; PARRAS, Mauro Munhoz. Manual de ferramentas de perfuração. Rio de Janeiro, RJ: Fagersta Secoroc, 1986. 225 p. ISBN 8585112018 (broch.) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARSON, A. B., General excavation methods, New York, 1980. 2. REM – Revista Escola de Minas. International Engineering Journal. Acervo técnico de 		

artigos. Disponível em: <https://www.rem.com.br/>.

3. ABM - Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração. Acervo técnico de artigos da revista Tecnologia em Metalurgia, Materiais e Mineração – TMM. Disponível em: <https://www.abmbrasil.com.br/acervo-tecnico>.
4. HERMANN, C. Manual de perfuração de rochas, Editora Polígono, 2ª edição, São Paulo, 1972.
5. KÓHLER, J., MEYER R., Explosives, Editora VHC, Weinheim, Germany, 1993.

8º Período

Unidade Curricular: Introdução a Geoestatística (EMIN017)		
Período: 8º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Introdução à geoestatística. Métodos clássicos de estimação de reservas minerais. Estatística e probabilidades. Teoria das variáveis regionalizadas. Variância de dispersão e de estimação. Variogramas e análise estrutural. Krigagem. Variância de estimação global. Teoria transitiva. Noções de geoestatística não linear, não estacionária e de simulação de jazidas. Uso de rotinas SGems para fixação dos fundamentos teóricos. Prática de laboratório.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. ANDRIOTTI, J. L. S. Fundamentos de estatística e geoestatística. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2003. 165 p. ISBN 8574311715.2. MONTGOMERY, D.C.; RUNGER, G.C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 20093. YAMAMOTO, J. K., LANDIM, P. M. B., Geoestatística: conceitos e aplicações. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2013. 215 p. ISBN 9788579750779.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. ABZALOV, M. Introduction to Geostatistics. In: Applied Mining Geology. Modern Approaches in Solid Earth Sciences, vol 12. Springer, Cham, 2016.2. LANDIM, P. M. B. Análise estatística de dados geológicos. São Paulo: Editora Unesp, 2003. 256 p. ISBN: 8571395047.		

3. REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Teresa, Rio de Janeiro: IBGE. ISSN: 0034-7175 versão online. Disponível em: <http://www.rbes.ibge.gov.br/>
4. SOARES, A., Geoestatística para as ciências da terra e do ambiente. Instituto Superior Técnico. Lisboa, Portugal: Editora IST Press, 2000. 232 p. ISBN:978-972-8469-46-7
5. SPATIAL STATISTICS. Londres: Elsevier. ISSN: 2211-6753 versão online. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/spatial-statistics>

Unidade Curricular: Lavra de Mina a Céu Aberto (EMIN019)		
Período: 8º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa: Introdução à disciplina Lavra de Mina a Céu Aberto. Particularidades da Lavra de Mina a Céu Aberto. Métodos de Lavra de Mina a Céu Aberto. Aspectos relativos à sustentabilidade ambiental e acessibilidade. Práticas de laboratório e/ou visitas técnicas.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CURI, A. Lavra de Minas. São Paulo: Oficina de Textos, 2017, 464p. 2. CURI, A. Minas a céu aberto: planejamento de lavra. São Paulo: Oficina de Textos, 2014, 224p. 3. ABM - Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração. Acervo técnico de artigos da revista Tecnologia em Metalurgia, Materiais e Mineração – TMM. Disponível em: https://www.abmbrasil.com.br/acervo-tecnico. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SÁNCHEZ, L. H. Avaliação de impacto Ambiental: conceitos e métodos. 2a. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013, 584p. 2. MACDONALD, E. H. Alluvial mining the geology, technology and economics of placers. London: New York Chapman and Hall, 1983. 508p. 3. MERO, J. L. The mineral resources of the sea. Amsterdam: Elsevier, 1965. 311p. 4. RZHEVSKY, V. V. Opencast Mining unit operations Moscou: Mir Publishers, 1985. 479p. 5. REM – Revista Escola de Minas. International Engineering Journal. Acervo técnico de artigos. Disponível em: https://www.rem.com.br/ 		

Disciplina: Gestão para Sustentabilidade (CTJ020)		
Período: 8º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Visões do futuro. A perspectiva econômica. A perspectiva sociopolítica. Agricultura sustentável. Valoração do ambiente. Demografia, economia e ambiente natural. Análise do cenário atual e as tendências da sustentabilidade e responsabilidade corporativa, enfatizando as alianças estratégicas entre Estado, empresas e sociedade civil. Desenvolvimento de propostas de planejamento estratégico para a implantação de sistemas de gestão da sustentabilidade e da responsabilidade corporativa.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. AZEVEDO NETTO, J. Martiniano. Manual de hidráulica. São Paulo: Edgard Blücher. 1977. 2. MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: UFSC. 2008. 3. RICHTER, C. A.; AZEVEDO NETTO, J. M. Tratamento de água: tecnologia atualizada. São Paulo: Edgard Blücher. 1995. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. AZEVEDO NETTO, J. Martiniano et al. Planejamento de sistemas de abastecimento de água. Curitiba: UFPR. 1975. 2. BABBITT, H. E. Abastecimento de água. São Paulo: Edgar Blücher. 1976. 3. DACACH, N. Gandur. Saneamento básico. 2a. ed. Rio de Janeiro: LTC.1984. 4. FEITOSA, F.A.C.; FILHO, J. M. Hidrogeologia: conceitos e aplicações. Fortaleza: CPRM; Serviço Geológico Nacional. 2001. 5. VON SPERLING, M. Princípios de tratamento de águas residuárias: introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Belo Horizonte: DESA/UFMG. 1996, v.1. 		

Unidade Curricular: Tratamento de Minérios III (EMIN020)		
Período: 8º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		

Pré-Requisito: Não há	Correquisito: Não há
<p>Ementa: Flotação - floculação - espessamento - filtração e secagem –aglomeração, verificação experimental dos princípios e proposições apresentados nos tópicos acima. Prática de laboratório.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CHAVES, A.P. Teoria e prática do tratamento de minérios. 1. ed. São Paulo: Signus, 1996. 2v. 2. LUZ, A.B.; SAMPAIO, J. A. (Ed.); ALMEIDA, S. L. M. Tratamento de Minérios. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: CETEM/MCT, 2010. 965p. 3. CHAVES, A.P. (ed.) – Flotação: O Estado da Arte no Brasil – SIGNUS Editora, 2006. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MAVROS, P.; MATIS, K. A. Innovation in Flotation Technology Springer Netherlands, 1992. ISBN 9401126585. 2. LEJA, J. – Surface Chemistry of Froth Flotation – Plenum Press, 2004, 2aed. ISBN 9781475743029. 3. KENNETH J. I. The Scientific Bases of Flotation. Nato Asis Series ISBN 9789400969261. 4. BALTAR, C. A. M. Flotação no Tratamento de Minérios. 2.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. 5. FUERSTENAU, M.C.; JAMESON, G.; YOON, R. Froth Flotation: A Century of Innovation eBook. 904p. ISBN: 9780873352802 	

Unidade Curricular: Geoprocessamento (EMIN033)		
Período: 8º Período		Número de Créditos: 2
CH Teórica: 15 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 30 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa: Bases conceituais e teóricas. Definições e componentes de um Sistema de Informações Geográficas (SIG). Aplicação de imagens em estudos no campo com base nos fundamentos de SIG. Sensoriamento remoto. Utilização de VANT – Veículo Aéreo Não Tripulado na mineração.</p> <p>Bibliografia Básica:</p>		

1. CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M.V. (2001). Introdução à ciência da Geoinformação. São José dos Campos: INPE.p.16. Publicado como: INPE-8565-PRE/4309. Disponível na biblioteca digital URLib: <http://mtc-12.sid.inpe.br/rep/sid.inpe.br/sergio/2004/04.19.14.42>.
2. FITZ, P. R. (2011). Geoprocessamento sem complicação. São Paulo, SP: Oficina de texto. 160 p. ISBN 9788586238826.1. FONTANA, S. P. GPS: a navegação do futuro. 2. ed. Curitiba: Editora Mundo GEO, 2002.
3. IBRAHIN, F. I. D. (2014). Introdução ao geoprocessamento ambiental. São Paulo Erica. 1 recurso online ISBN 9788536521602.

Bibliografia Complementar:

1. DRUCK, S.; CARVALHO, M.S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A.V.M.(2004) Análise Espacial de Dados Geográficos. Brasília, EMBRAPA.ISBN: 85-7383-260-6. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/>
2. PRADO FILHO, AC (2010). Sensoriamento remoto para fins geológicos: noções teóricas e práticas [recurso eletrônico] /Antônio Conceição, organizador. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020. Disponível no Repositório Institucional (UFMS) ISBN 978-65-86943-03-0
3. BLASCHKE, T; KUX, H. (2007). Sensoriamento Remoto e Sig Avançados: novos sistemas sensores: métodos inovadores. 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos. 303 p. ISBN 9788586238574.
4. MOREIRA, M. A. (2011) Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. 4. ed. atual. e ampl. Viçosa: Ed. UFV, 422 p. ISBN 8572693813.
5. KENNEDY, M. (2009). Introducing geographic information systems with ARCGIS: a workbook approach to learning GIS. 2. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons. xli, 571 p. ISBN 9780470398173.

Unidade Curricular: Engenharia Ambiental (EMIN032)		
Período: 8º Período		Número de Créditos: 3
CH Teórica: 45 h	CH Prática: -	CH Total: 45 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Introdução a engenharia ambiental. Conceitos e definições básicas. Planejamento e instrumentos econômicos de gestão ambiental. Avaliação de impactos ambientais. Recuperação		

de áreas degradadas. Drenagem de minas a céu aberto e subterrânea. Controle de poluição das águas (superficiais e subterrâneas), do solo e do ar. Legislação ambiental vigente.

Bibliografia Básica:

1. MIHELICIC, James R. Engenharia ambiental: fundamentos, sustentabilidade e projeto. 2 ed. Rio de Janeiro, editora LTC. 2018
2. SANCHÉZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e métodos. São Paulo. Oficina de Textos, 2ª Ed. 2003. 584p.
3. SENGUPTA, M. Environmental Impacts of Mining, Monitoring, Restoration and Control. Lewis Publishers: London. 1993.

Bibliografia Complementar:

1. BRAGA, Benedito. Introdução à engenharia ambiental. 2 ed. São Paulo, editora Pearson Prentice Hall, 2005. 318 p
2. BARBOSA, R. P. Avaliação de risco e impacto ambiental. São Paulo, editora Erica 2014. 144 p.
3. SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: Teoria e prática. São Paulo, editora Oficina de Textos. 2004. 184 p.
4. NERI, A. C.; SÁNCHEZ, L. E. Guia de boas práticas de recuperação ambiental em pedreiras e minas de calcário. São Paulo, Associação Brasileira de Geologia de Engenharia Ambiental, 2012. 176 p.
5. Montibeller-Filho, G. O mito do desenvolvimento sustentável. 3 ed. Florianópolis, editora da UFSC. 2008. 316 p.

Unidade Curricular: Saúde e Segurança do Trabalho (EFIS020)		
Período: 8º Período		Número de Créditos: 3
CH Teórica: 45 h	CH Prática: -	CH Total: 45 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa: Legislação: normas regulamentadoras. Acidentes e doenças do trabalho: conceitos, estatísticas. Análises de acidentes. Avaliação de risco: abordagem qualitativa e quantitativa. Equipamentos de proteção. Causas das doenças do trabalho: agentes físicos, agentes químicos, agentes biológicos e agentes ergonômicos. Condições ambientais: padrões, medição, avaliação. Métodos de proteção: individual, coletiva. O ambiente industrial (iluminação, ventilação, acústica e ruído-vibrações). Desenho universal e NBR 9050. Primeiros socorros. Prevenção e combate a incêndio</p>		

e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público (Lei no 13.425 de 30 de março de 2017).

Bibliografia Básica:

1. BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do Trabalho: guia prático e didático. 2ª. edição. São Paulo: Érica/Saraiva, 2018. 320 p.
2. ROJAS, Pablo. Técnico em segurança do trabalho. Porto Alegre. Bookman, 2015. 185 p.
3. MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. 10ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 336 p.

Bibliografia Complementar:

1. JÚNIOR, Joubert Rodrigues dos Santos; BENATTI, André Luis. Gestão e indicadores em segurança do trabalho: uma abordagem prática. São Paulo: Érica, 2019. 144p.
2. KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p.
3. MARANO, Vicente Pedro. Doenças Ocupacionais. 2 ed. São Paulo: LTR, 2007.
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2007.
5. IIDA, I. Ergonomia: projeto e produção. 2. ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2005.

9º Período

Unidade Curricular: Lavra de Mina Subterrânea (EMIN022)		
Período: 9º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Conceitos de poços, túneis, galerias, seletividade, recuperação, diluição. Generalidades e princípios fundamentais sobre minas subterrâneas – considerações sobre os métodos de lavra e objetivos dessa seleção. Estudo de métodos de lavra subterrânea, vantagens, desvantagens e equipamentos de cada. Critérios para seleção de um método de lavra. Visita Técnica.		
Bibliografia Básica:		
1. GUIDICINI, G.; NIEBLE, C.M. Estabilidade de taludes naturais e de escavação. 6ª reimpressão, editora: E. Blucher, 2010.		

2. HARTMAN, H. L.; MUTMANSKY, J. M. Introductory Mining Engineering. John Wiley. 2002.
3. CURI, A. Lavra de minas. 1ª edição. 2017. 462p. ISBN: 978-85-7975-250-6

Bibliografia Complementar:

1. BISE, C. J. Mining engineering analysis. Littleton, Colo: Society of Mining Engineers, 1986.153p
2. HARTMAN, H. L. Mining Engineering Handbook. SME. 1992.
3. URBINA, F. P. O. Fundamentos de Laboreo de Minas. Madrid: FGP.1994.
4. VAZ, C. J. Planejamento de Mina Subterrânea. UFOP, 199713p.Anais de eventos. Congresso Brasileiro de Mina Subterrânea a partir de 2000.
5. HUSTRULID, W. A.; BULLOCK, R. L.. Underground Mining Methods. SME (Society of Mining, Metallurgy, and Exploration, inc.). 2001.

Unidade Curricular: Condicionamento de Minas (EMIN024)		
Período: 9º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Aspectos ambientais críticos em minas subterrâneas - Atmosfera e ventilação das minas subterrâneas. Condicionamento do ar nas minas. Cálculos e otimizações, higiene das minas e controle dos contaminantes. Iluminação mineira. Regime hidrológico e esgotamento das minas a céu aberto e subterrâneas.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. HARTMAN, H. L. Mine ventilation and air conditioning. New York: J. Wiley 1982. 791 p. 2. BOSSARD, F. C. A manual of mine ventilation design practices. Montana: Floyd C. Bossard and Associates, 1983. 3. MACINTYRE, A. J. Ventilação industrial e controle da poluição 2 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1990. 403p. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. VUTUKURI, V. S.; LAMA, R. D. Environmental engineering in mines. Cambridge University Press, 1986. 504p 2. HUSTRULID, W. A. Underground mining methods handbook New York: SME, 1982. 175p 3. TROTTER, D. A. The lighting of underground mines Houston: Gulf, 1982. 201p 4. Bucyrus. Guia de referência técnica para a indústria mineral subterrânea e superficial. Belo 		

Horizonte: Exposibram, 2009.

5. MISRA, G. B. Mine environment and ventilation. Calcutta: Oxford University Press, 1986.

Unidade Curricular: Projetos de Mineração (EMIN026)		
Período: 9º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Projeto das principais operações unitárias para minerações a céu aberto: dimensionamento dos equipamentos principais e auxiliares. Elementos de investimentos e custos de produção. Elaboração de um projeto completo baseado em parâmetros reais utilizando as operações unitárias de lavra mais importantes. Elaboração de documentos básicos de engenharia de minas: sumário de equipamentos, fluxogramas, balanços e desenhos de arranjo. Desenho do pit (cava final) de uma mina. Programação da produção. Noções de coordenação de projetos industriais com ênfase em projetos mineiros.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">HARTMAN, H. L. HARTMANN, H. L. Introductory mining engineering. 2th edition. New York: John Wiley and Sons, 2002.HUSTRULID, W. A.; KUCHTA, M. Open pit mine planning and design. 2th edition. London: Taylor and Francis, 2006. v. 1.KENNEDY, B. A. Surface mining. 2th edition. New York: SME – Society for Mining, Metallurgy and Exploration, 1990.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">BISE, C. J. Mining engineering analysis. 2th edition. New York: SME – Society for Mining, Metallurgy and Exploration, 2003.TAN, P. N.; STEINBACH, M.; KUMAR, V. Introdução ao data mining: mineração de dados. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2009.TATIYA, R. R. Surface and underground excavations: methods, techniques and equipment. London: Editora Taylor and Francis, 2005.PINTO, L. R. Metodologia de análise do planejamento de lavra de minas a céu aberto baseada em simulação das operações de lavra 1999. 180p.SOUZA, P. A. D.; HERRMAN, H. Avaliação econômica dos direitos minerários: documento preliminar Brasília, DF: MME/DNPM, 1980. 61p.		

Unidade Curricular: Planejamento de Mina (EMIN035)		
Período: 9º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos gerais de planejamento de mina. Otimização de cava e sequenciamento de lavra para métodos a céu aberto e subterrâneo. Planejamento de curto prazo, controle de lavra, aderência do planejamento de curto prazo ao planejamento de médio e longo prazo. Projetos de otimização de cava, cálculo de função - benefício, estimativa de recursos e reservas. Reconciliação de reservas. Aplicação prática com uso de <i>softwares</i> específicos. Visita Técnica.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CURI, A. Minas a Céu Aberto – Planejamento de Lavra. 1. Ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2017. 2. HISTRULID, W.; KUCHTA, M. Open pit mine planning and design. 2nd. ed. London: Taylor and Francis, 2006.v. 1: Fundamentals. 3. HARTMAN, H. L.; MUTMANSKY, J. M. Introductory Mining Engineering. John Wiley. 2002. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. HARTMAN, H. L. Mining Engineering Handbook. SME. 1992. 2. URBINA, F. P. O. Fundamentos de Laboreo de Minas. Madrid: FGP.1994. 3. VAZ, C. J. Planejamento de Mina Subterrânea. UFOP, 1997. 13p. Anais de eventos. Congresso Brasileiro de Mina Subterrânea a partir de 2000. 4. THUESEN, H.G.; FABRYCKY, W.J.; THUESEN, G.J. (1977). Engineering economy. New Jersey: Prentice-Hall, 1977. 5. FARO, C. Elementos de engenharia econômica. 3 ed. São Paulo: Atlas. 1979. 		

Unidade Curricular: Pesquisa Operacional (CTJ352)		
Período: 9º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há

Ementa:

Introdução: histórico, objetivos, restrições e modelos. Condições de otimalidade. Modelagem de problemas. Programação Linear: método *Simplex*, análise de sensibilidade e dualidade. Programação não-linear: modelos de programação não-linear. Programação Inteira: método *branch-and-bound*. Uso de pacotes computacionais.

Bibliografia Básica:

1. GOLDBARG, M. C.; LUNA, H. P. L. Otimização combinatória e programação linear: modelos e algoritmos. 2a edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. ISBN 8535215204.
2. TAHA, H. A. Pesquisa Operacional. 8a edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. ISBN 9788576051503.
3. YANASSE, H. H.; ARENALES, M.; MORABITO, R.; ARMENTANO, V. A. Pesquisa Operacional – Modelagem e Algoritmos. 1a edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. ISBN 8535214542.

Bibliografia Complementar:

1. BAZARAA, M. S.; JARVIS, J. J.; SHERALI, M. D. Linear programming and network flows. 4ª edição. New York: John Wiley, 2004. ISBN 9780471485995.
2. ANDRADE, E. L. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões. 3ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2004. ISBN 9788521614128.
3. VANDERBEI, R. J. Linear programming: foundations and extensions. 3ª edição. New York: Springer. 2008. ISBN 9780387743875.
4. LACHTERMACHER, G. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 4a edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. ISBN 9788576050933.
5. MACULAN, N.; FAMPA, M. H. C. Otimização linear. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. ISBN 8523009272.

Unidade Curricular: Estabilidade de Taludes e Escavações Subterrâneas (EMIN034)		
Período: 9º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há

Ementa:

Tipos de ruptura em taludes. Manutenção e estabilização de Taludes. Fluxo de águas subterrâneas. Redes de fluxo. Permeabilidade e Pressão. Movimento e abatimento de terrenos. Tensões induzidas em alargamentos. Suportes: madeiras, escoramento metálico, de alvenaria e mistos. Reforço dos terrenos, cavilhamento, revestimento. Princípios de estabilização. Classificação e caracterização de maciços rochosos. Práticas de laboratório e visita técnica.

Bibliografia Básica:

1. GERSCOVICH, D. M. S. Estabilidade de Taludes. São Paulo: Oficina de Textos. 2012, 166p.
2. DAS. BRAJA M. Fundamentos de engenharia geotécnica. Tradução da 7ª Ed. Americana. São Paulo: Cengage Learning. 2015, 612p.
3. FIORI A. P.; CARMEGIANI L. Fundamentos de mecânica dos solos e das rochas: aplicações na estabilidade de taludes. Curitiba: UFPR, 2009, 604p.

Bibliografia Complementar:

1. CAPUTO, H. P. Mecânica dos solos e suas aplicações. Vol. 2. Mecânica das rochas, fundações e obras de terra. Rio de Janeiro: LTC. 2015, 498p.
2. ALONSO, U. R. Rebaixamento temporário de aquíferos, Oficina de Textos, 2007, 152p.
3. AZEVEDO I. C. D.; MARQUES, E. A. G. Introdução à Mecânica das Rochas. Viçosa: UFV, 2002, 363p.
4. BRADY, B. H. G.; BROWN, E. T. Rock Mechanics for Underground Mining. London: George Allen & Unwin. 2006.
5. GUIDICINI. G.; NIEBLE. C. M. Estabilidade de taludes naturais e de escavação. São Paulo: Edgard Blücher Ltda. 1983, 196p.

10º Período**Unidade Curricular:** Projeto de Conclusão de Curso (PCC) (EMIN036)**Período:** 10º Período**Número de Créditos:** 2**CH Teórica:** 30 h**CH Prática:** -**CH Total:** 30 horas**Modalidade:** Presencial**Pré-Requisito:** Não há**Correquisito:** Não há

Planejamento do projeto. Escolha do tema e formulação do problema. Levantamento das hipóteses. Análise e interpretação dos dados. Aplicação dos procedimentos e estrutura do

projeto final de curso com base nas normas da ABNT sob a orientação e monitoramento do professor responsável pela unidade curricular e do professor orientador do aluno. Conclusão do PCC. Apresentação à banca examinadora e entrega do arquivo de PCC de acordo com as normas, critérios, e procedimentos estabelecidos na resolução específica do curso de Engenharia de Minas.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.
2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
3. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Bibliografia Complementar:

1. OLIVEIRA NETO, A. A. Metodologia da Pesquisa Científica. Florianópolis: Visual Books, 2008.
2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.
4. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1996.
5. BARROS, A.J.S; LEHFELD, N.A. de S. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Makron Books. 2000.

Unidade Curricular: Estágio Curricular - (EMIN028)		
Período: 10º Período		Número de Créditos: 11
CH Teórica: -	CH Prática: 165 h	CH Total: 165 horas
Modalidade: Prática		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>O Estágio Supervisionado do curso de Engenharia de Minas da UFVJM é uma atividade curricular obrigatória de treinamento profissional. A estrutura curricular do curso de Engenharia de Minas exige a realização de 165 horas de estágio supervisionado. Terá a supervisão de um professor da área de Engenharia de Minas e de um profissional de Engenharia da empresa que o contratar, sob supervisão direta da Instituição de Ensino, através da elaboração de relatórios técnicos e acompanhamento individualizado durante o período de realização da atividade.</p>		

Bibliografia Básica:

1. ANDRADE, A. M. O Estágio Supervisionado e a Práxis. 2005, p.2. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2013194041d9bb1407884cfa65784ee2e/Estgio_2.pdf
2. BERTHOLO, S. C. A Prática de Ensino. Piconez. 14.ed. São Paulo. 2007. 139p.
3. BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes, 2008, 2.164-41. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

Bibliografia Complementar:

1. Drumond, José Geraldo de Freitas. O cidadão e o seu compromisso social. Belo Horizonte, MG: Cuatira, 1993. 212 p.
2. Muylaert, Plínio. Ética profissional. Niterói, RJ: [s.n.], 1977. 281 p.
3. MIRANDA, M. I.(org.). Estágio supervisionado e prática de ensino. Araraquara, 2008. 178p.
4. Gomes, Antonio Máspoli de Araújo et al. Um olhar sobre ética e cidadania. São Paulo: Mackenzie, 2002. 142 p.
5. UFVJM, Resolução CONSEPE 02, de 26 de fevereiro de 2010. Estabelece as normas de Estágio dos Discentes dos cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/prograd/2016-10-21-18-14-17/doc_download/1127-.html

***UNIDADES CURRICULARES DE COMUNICAÇÃO, LINGUAGENS,
INFORMAÇÃO E HUMANIDADES**

Unidade Curricular: Inglês Instrumental - (CTJ160)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Leitura e interpretação de textos em inglês com conteúdo técnicos e de atualidade. Desenvolvimento do inglês para leitura. Estudo de textos, análise dos conteúdos textuais através de estratégias de leitura. Vocabulário e linguagem técnica.		
Bibliografia Básica: 1. THAINE, C; MCCARTHY, M., Cambridge Academic English: Intermediate. Cambridge:		

Cambridge University Press, 2012

2. LIMA, E.P. Upstream: Inglês Instrumental. Petróleo e Gás. Cengage, 2013.
3. MURPHY, Raymond. Essential Grammar in Use. Cambridge: CUP, 1988.

Bibliografia Complementar:

1. DIAS, R. Reading critically in English. 3.ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.
2. SWAN, Michael. Practical English Usage. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.
3. SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A.; DA COSTA, Gisele Cilli et al. Leitura em Língua Inglesa: uma Abordagem Instrumental. 2. ed. São Paulo: Disal, 2010.
4. AMORIM, José Olavo. Gramática escolar da língua Inglesa. Longman, 2005.
5. LONGMAN. Dicionário Longman Escolar para Estudantes Brasileiros. Português-Inglês/Inglês-Português. 2ª Edição: São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008. 1998.

Unidade Curricular: Filosofia da Linguagem e Tecnologia - (CTJ161)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: História da filosofia da linguagem e da tecnologia. Desenvolvimento das tecnologias humanas e desenvolvimento da linguagem humana. Revoluções tecnológicas e comunicacionais.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Mestre Jou. 1982.2. CARRILHO, M.M. O que é filosofia? Lisboa: Editora Difusão Cultural, 1994.3. GERALDI, J. W. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. 2003. In: FREITAS, M. T.; JOBIM E SOUZA, S.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. ARENDT, Hanna. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Ed. Universidade São Paulo. 1981.2. COVRE, A.; MIOTELLO, V. A Quarta Onda: observações sobre a revolução da informação. 2008. In: TASSO, I. (org.). Estudos dos Textos e do Discurso. Interfaces entre Língua(gens), Identidade e Memória. São Carlos: Clara Luz Editora.3. LÉVY, P. A inteligência coletiva. São Paulo: Edições Loyola. 1998.4. LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34. 1999.		

5. PASCAL, I. A arte de pensar. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

Unidade Curricular: Leitura e Produção de Textos - (CTJ162)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Introdução aos estudos da linguagem: conceitos básicos de comunicação linguística textual. Leitura e produção de textos. Leitura e redação de textos de maior complexidade. Categorização e prática textual. Relação texto e realidade social. Leitura: compreensão e análise crítica de um texto. Produção de texto: tipologias e gêneros textuais; coerência e coesão; adequação à norma culta da língua.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.2. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (orgs.). Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.3. COSCARELLI, Carla Viana. Oficina de Leitura e Produção de Textos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. ANTUNES, I. Lutar com as palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.2. FURLAN, Vera Irma. O estudo dos textos teóricos. In: Construindo o saber. Campinas, SP: Papyrus, 1987.3. HISSA, Cássio Eduardo Viana. O texto: entre o vago e o impreciso. In: A mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.4. KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.5. POSSENTI, Sírio. Índícios de autoria. In: Perspectiva. Florianópolis, v.1, p.105-124, jan/jun, 2002.		

Unidade Curricular: Questões de História e Filosofia da Ciência - (CTJ163)	
Período: 2º Período	Número de Créditos: 4

CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Discussão sobre os aspectos mais relevantes da história da ciência. Discussão sobre as principais reflexões filosóficas sobre ciência. Discussão sobre o que é ciência, seu alcance e suas limitações. A relação entre as ciências exatas e as ciências humanas. A ciência atualmente e no futuro: no mundo e no Brasil.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ALFONSO-GOLDFARB, A.M. O que é história da ciência. São Paulo: Brasiliense. 1994. 2. ALVES, R. Filosofia da ciência: Introdução ao jogo e a suas regras. 12. ed. São Paulo: Loyola. 2007. 3. CHASSOT, A.A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna. 1994. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. KOYRÉ, A. Estudos de história do pensamento científico. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1991. 2. KUHN, T.S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva. 1997. 3. MARTINS, R. de A. Universo: sobre sua origem e evolução. São Paulo: Moderna. 1994. 4. MATTAR, J. Introdução à filosofia da ciência. São Paulo: Pearson. 2010. 5. SILVA, C.C. (Org.). Estudos de história e filosofia das ciências: subsídios para aplicação no ensino. São Paulo: Livraria da Física. 2006. 		

Unidade Curricular: Mundo Contemporâneo: Filosofia e Economia - (CTJ164)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Introdução à lógica e à teoria do conhecimento como bases filosóficas para a fundamentação de uma reflexão sobre as Relações Internacionais. O processo histórico que caracterizou a formação da economia contemporânea sob o signo da industrialização e da Revolução Industrial.</p>		

O processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social, principais conjunturas que marcaram a economia mundial.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO, L. A. Introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. São Paulo: IOB. 2007.
2. CHAUÍ, M. Convite a filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática. 2003.
3. HUBERMAN, L. História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2010.

Bibliografia Complementar:

1. BOBBIO, N. O futuro da democracia. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.
2. BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva. 2007.
3. D'ARAÚJO, M.C. Capital social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
4. FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. 3. ed. Petrópolis: Vozes. 2000.
5. LÖWY, M. A teoria da revolução no jovem Marx. Petrópolis: Vozes. 2002.

Unidade Curricular: Questões de Sociologia e Antropologia da Ciência - (CTJ165)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Principais contribuições da sociologia e da antropologia ao estudo dos processos sociais implicados na produção, validação e circulação dos conhecimentos científicos e da tecnologia; contribuição das ciências sociais: desvendamento das relações sociais, dos valores compartilhados e da estrutura institucional da ciência; institucionalidade e legitimidade social da ciência; análise sociológica da produção do conhecimento científica; críticas ao modelo internalista/externalista; etnografias de laboratório e as controvérsias científicas; perspectiva construtivista da organização social da ciência.		
Bibliografia Básica:		
1. DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). Durkheim. São Paulo: Ática. 1988.		
2. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 2005.		

3. WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira. 1967.

Bibliografia Complementar:

1. ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, UNB. 1987.
2. LUNGARZO, Carlos. O que é ciência? São Paulo: Brasiliense. 1989.
3. MARX, K. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. Livro 1, v. 1.
4. SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 12. ed. Porto: Afrontamento. 2001.
5. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 14. ed. São Paulo: Cultrix. 2007.

Unidade Curricular: Ser Humano como Indivíduo e em Grupos - (CTJ167)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Emergência e identidade das Ciências Sociais. Conhecimento científico, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Fato social e divisão social do trabalho. Sistemas econômicos e classes sociais. Organizações modernas, racionalização e burocracia. Estrutura social, socialização e sociabilidade. Cultura e organização social. Sistemas simbólicos. Identidade Social e ação coletiva. Estado, mercado e sociedade. Cidadania e desigualdade. Desenvolvimento econômico e bem-estar social.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). Durkheim. São Paulo: Ática. 1988. 2. MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo. 2004. 3. MÉZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. Tradução brasileira de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo. 2006. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP. 2005. 2. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 2005. 3. LARAIA, R. de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2011. 4. SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 12. ed. Porto: Afrontamento. 2001. 		

5. SANTOS, J. Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense. 2006.

Unidade Curricular: Relações Internacionais e Globalização - (CTJ168)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: Evolução dos condicionantes materiais e tecnológicos das trocas entre Estados e nações – abordagem de longo prazo. Dimensões da globalização no mundo atual – abordagem contemporânea. Teorias da globalização. Introdução aos sistemas internacionais. Organismos multilaterais. Acordos internacionais. Reflexão sobre globalização e sistemas internacionais aplicada a temas contemporâneos.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 1999.2. FRIEDMAN, Thomas. O mundo é plano: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva. 2005.3. MAGNOLI, Demétrio. Relações internacionais. São Paulo: Saraiva. 2005.		
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. CARBAUGH, Robert J. Economia internacional. São Paulo: Thomson. 2004.2. CAVES, Richard E. Economia internacional: comércio e transações globais. São Paulo: Saraiva. 2001.3. CHEREM, M. T. Costa. Comércio internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Saraiva. 2004.4. STIGLITZ, Joseph E. Livre mercado para todos. São Paulo: Campus. 2006.5. DEVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. Conhecimento empresarial. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha. 1999.		

Unidade Curricular: Noções Gerais de Direito - (CTJ169)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		

Pré-Requisito: Não há	Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Pessoas. Bens. Fato Jurídico. Direito de vizinhança. A empresa. Registro do comércio. Nome comercial. Propriedade industrial. Sociedades comerciais. Títulos de crédito. Empregado. Empregador. Contrato de trabalho. Estabilidade e fundo de garantia do tempo de serviço. Segurança e medicina do trabalho. Previdência social. Legislação relativa aos profissionais da engenharia. CONFEA. CREA. Exercício profissional. Responsabilidade profissional. Registro de autonomia de planos e projetos. Remuneração profissional.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário: esquematizado. 4. ed. São Paulo: Método. 2010. 2. DELGADO, M. Godinho. Curso de direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr. 2010. 3. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 27. ed. São Paulo: Saraiva. 2010, v.1 e 2. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 16. ed. São Paulo: Saraiva. 2010. 2. CARVALHO FILHO, J. dos Santos. Manual de direito administrativo. 22. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 3. CAVALIERI FILHO, S. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas. 2012. 4. COELHO, F. Ulhoa. Manual de direito comercial. 22. ed. São Paulo: Saraiva. 2010. 5. OLIVEIRA, J. Eduardo. Código de defesa do consumidor. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2009. 	

Unidade Curricular: English for Academic Purposes - (CTJ170)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>A disciplina de English for Academic Purposes (Inglês para Fins Acadêmicos) destina-se a alunos já proficientes em Língua Inglesa e abrange as habilidades de fala, compreensão auditiva, escrita, e leitura nessa língua, especificamente no contexto acadêmico. O curso se propõe a ajudar os alunos a expandir o vocabulário e desenvolver o conhecimento em gramática, bem como promover o desenvolvimento de estratégias para a comunicação oral, apresentações, seminários, leitura e escrita de trabalhos acadêmicos.</p>		

Bibliografia Básica:

1. HEWINGS, M; MCCARTHY, M. Cambridge Academic English: Upper Intermediate. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
2. BURTON, Graham. Presenting: Deliver presentations with confidence. Collins, 2013.
3. AISH, Fiona; TOMLINSON, Jo. Lectures - Learn listening and note-taking skills. Collins, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. THAINE, C; MCCARTHY, M. Cambridge Academic English: Intermediate. Cambridge: Cambridge University Press, 2012
2. SWAN, Michael. Practical English Usage. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.
3. OSHIMA, A. & HOGUE, A. Writing academic English. White Pain: Pearson/Longman. 2006.
4. GEAR, Jolene; GEAR, Robert. Cambridge Preparation for the TOEFL Test. 4ed. Cambridge: Cambridge University Press.
5. SWALES, Jonh; FEAK, Christine. Academic Writing for Graduate students: Essential Tasks and Skills. Michigan: The University of Michigan Press, 2004.

Unidade Curricular: Estudos Culturais - (CTJ171)		
Período: 2º Período		Número de Créditos: 4
CH Teórica: 60 h	CH Prática: -	CH Total: 60 horas
Modalidade: Presencial		
Pré-Requisito: Não há		Correquisito: Não há
Ementa: A identidade, a diferença e a diversidade de gênero, raça e classe no Brasil. Concepções de cultura. O discurso minoritário, as políticas culturais e a educação para as relações étnico-raciais. Pós-colonialismo e descolonização do pensamento. As políticas de reconhecimento e os direitos humanos.		
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.2. HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.3. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São		

Paulo: Ed. 34, 2003.

Bibliografia Complementar:

1. ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Org.). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
2. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
3. MIGNOLO, Walter. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
4. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
5. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

Unidade Curricular: Língua Brasileira de Sinais (CTJ500)

Período:

Número de Créditos: 3

CH Teórica: 45 h

CH Prática: -

CH Total: 45 horas

Modalidade: Presencial

Pré-Requisito: Não há

Correquisito: Não há

Ementa:

Introdução à Educação de Surdos e às principais abordagens educacionais. Visões sobre os surdos e a surdez. Bilinguismo dos Surdos - aquisição da linguagem e desenvolvimento da pessoa surda; Libras como primeira língua e língua portuguesa como segunda língua. Inclusão educacional de alunos surdos. Noções básicas sobre as Libras. Desenvolvimento da competência comunicativa em nível básico, tanto referente à compreensão como à sinalização, com temas voltados a situações cotidianas vivenciadas na escola, em família e em outras situações. Desenvolvimento de vocabulário em Libras e reflexão sobre estruturas linguísticas.

Bibliografia Básica:

1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP. 2001. v.1 e 2.
2. BRITO, L. F. Integração social & educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel. 1993.
3. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

Bibliografia Complementar:

1. BRITO, L F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1995.
2. COUTINHO, D. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador. 2000.
3. QUADROS, R.M.; KARNOPP, L.B. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed. 2004.
4. Falcão, Luiz Albérico Barbosa. Aprendendo a libras e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. 2.ed.. Recife: Ed. do autor. 2007. ISBN 978-85-90593-84-3.
5. Lacerda, Cristina B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 2.ed. Porto Alegre: Mediação. 2009. ISBN 9788577060474.

12.7 Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é uma atividade obrigatória de treinamento profissional, que tem como objetivo geral complementar o ensino teórico-prático, proporcionando desta maneira um elo entre a Instituição de Ensino, geradora do conhecimento, e o mercado de trabalho.

Para o curso de Graduação em Engenharia de Minas da UFVJM, o estágio supervisionado compreende uma carga horária de 165 (cento e sessenta e cinco) horas, sendo supervisionado por um profissional da instituição concedente e orientado por um docente do curso. Essa atividade representa 4,5% da carga horária total do curso, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

A Lei 11.788/2008 (Lei de Estágio) preconiza no parágrafo segundo do artigo primeiro que o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Nesse sentido, o estágio permite o desenvolvimento do aluno por meio da aplicação prática de estudos teóricos. Através dessa relação próxima ao mercado de trabalho é que os alunos desenvolverão a maturidade necessária para enfrentar os desafios do cotidiano da profissão de engenheiro.

A Resolução nº 21 – CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e a resolução nº17 CONSEPE de 2016, estabelecem as normas gerais de estágio dos cursos da UFVJM. Em conformidade com a referida resolução, o Colegiado do Curso de

Engenharia de Minas elaborou as normas específicas de Estágio dos Discentes do curso (Resolução nº. 01, de 14 de maio de 2020). A avaliação é feita a partir de conceitos e observações estabelecidos por supervisores das instituições concedentes do estágio, em consonância com os parâmetros estabelecidos pelo Colegiado do Curso, bem como complementado pelo conceito atribuído pelo professor orientador ao relatório produzido ao final do estágio (Anexo IV). O estágio curricular, quando envolver instituição/empresa pública ou privada externa à UFVJM, deve ser firmado um termo de compromisso entre o discente, a concedente e a universidade, prevendo as condições para realização do estágio curricular em conformidade com a Lei 11.788/2008 e a resolução CONSEPE. O Estágio é regulamentado por normalização específica do curso de Engenharia de Minas.

O Estágio Não Obrigatório é uma modalidade de estágio extracurricular, desenvolvido como atividade opcional e de responsabilidade do discente, acrescida à carga horária de Atividades Complementares. Essa modalidade segue as mesmas normas do Estágio Curricular Supervisionado.

12.8 Atividades Complementares

Existe uma carência no mercado de trabalho de profissionais com visão crítica e ampla, tanto de sua área de atuação como de aspectos culturais gerais. Para atender essa necessidade, a realização de atividades complementares se mostra cada vez mais fundamental para a formação do profissional moderno.

De acordo com a Resolução nº 5 – CONSEPE/UFVJM, de 23 de abril de 2010, as Atividades Complementares - AC estão previstas como atividades obrigatórias, nas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Portanto, para o aluno obter o seu grau como engenheiro de minas, o mesmo deve cumprir 90 (noventa) horas de atividades complementares ao longo de sua graduação. Vale ressaltar que tais atividades realizadas em outro curso de graduação, incluindo o BC&T, não poderão ser aproveitadas para os alunos ingressantes no curso de Engenharia de Minas. Assim, os discentes terão a oportunidade de realizar atividades mais específicas para a sua área de formação.

As atividades complementares têm como objetivo promover e permitir uma maior interação entre o discente e outras áreas correlatas, sejam elas específicas com sua formação profissional ou não, dentre as quais se tem as atividades intelectuais, linguísticas, esportivas entre outras, sendo que a realização de tais atividades poderão ser por meio das áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Realizando tais atividades, os graduandos terão a oportunidade de se aprofundarem em temas e atividades que podem promover uma interdisciplinaridade, ampliando de forma satisfatória seus conhecimentos e, conseqüentemente, proporcionando uma formação diferenciada, formando profissionais mais capacitados para o mercado de trabalho.

As diversas atividades que os alunos terão oportunidade de realizar irão proporcionar o desenvolvimento de novas habilidades, promovendo uma maior capacidade de se desenvolver distintas tarefas. Busca-se também estimular o aluno a participar de atividades culturais e assistenciais favorecendo o seu contato em especial com a sociedade. Além disso, por meio da execução de atividades complementares, os alunos terão contato com profissionais e pesquisadores de diversas áreas o que lhes proporcionará uma maior visão de mercado. Dentre as atividades é importante citar: monitorias, iniciação científica, projetos de extensão, de treinamento profissional, participação em congressos, palestras, grupos de estudo, atividade acadêmica à distância, vivência profissional complementar, dentre outros.

As normas específicas que regulamentam as Atividades Complementares para o curso de Engenharia de Minas da UFVJM, bem como a tabela de equivalência de horas, foram propostas pelo NDE e aprovadas pelo Colegiado de Curso – Resolução N°02 de 14 de maio de 2020 (Anexo V) – ambas encontram-se disponíveis na página da Engenharia de Minas no portal da UFVJM (<http://portal.ufvjm.edu.br/a-universidade/cursos/emin>) e na secretaria do curso.

12.9 Projeto de Conclusão de Curso – PCC

Para conclusão do Curso, o discente irá elaborar um trabalho sob orientação docente, observadas as legislações pertinentes para cada área de formação. Deverá expor seus objetivos, carga horária, formas de apresentação,

orientação e coordenação, observando o que dispõe a Resolução Nº 22 do CONSEPE, de 16 de março de 2017.

O Projeto de Conclusão do Curso se caracteriza como uma atividade orientada que busca consolidar a integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como possibilitar a aplicação de conceitos e metodologias exigidas para o desenvolvimento de um projeto de Engenharia de Minas. Constitui-se em atividade obrigatória como requisito para concluir a graduação.

É o resultado de um trabalho de pesquisa teórica ou de uma implementação prática que deve ser apresentada pelos discentes - os quais são orientados por um professor de conteúdo específico ao tema da pesquisa - como parte dos requisitos obrigatórios para conclusão do seu curso.

Os temas abordados no projeto de conclusão de curso estabelecem a ligação entre a formação acadêmica e a prática profissional, com temática variável. O tema, bem como o trabalho desenvolvido é de autoria do acadêmico, em função de seu interesse e/ou aptidão por um setor específico da Engenharia de Minas, mas com possibilidades de vários enfoques que sintetizem os aspectos ligados ao processo e permitam conciliar a reflexão sobre o tema eleito, atestando as competências técnico-práticas adquiridas no decorrer do curso.

O objetivo de todo curso de graduação é a formação e capacitação de profissionais com competência para ingressar no mercado de trabalho. Como o foco e interesse da UFVJM é a formação de profissionais de Engenharia de Minas com tais características, é necessário que os alunos sejam avaliados ao final de sua graduação quanto ao seu perfil profissional, assimilação e aplicação dos conteúdos por eles estudados ao longo do curso. Uma das formas de avaliar se o aluno possui tais atributos é mediante a elaboração de um trabalho de conclusão de curso de acordo com as normas institucionais. No presente projeto, entende-se como PCC, a unidade curricular de Projeto de Conclusão de Curso, do 10º período com carga horária total de 30 horas-aula. Neste, o aluno desenvolverá um projeto na sua área de formação, com acompanhamento docente e posterior apresentação a uma banca para avaliação. Além de estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, o PCC tem como finalidade: desenvolver o poder de síntese do aluno, aprimorar sua capacidade de análise e resolução de problemas

recorrentes na sua área de competência e aperfeiçoar os conhecimentos básicos, profissionalizantes e específicos estudados ao longo do curso.

Ressalta-se que, mesmo sendo exigido o Trabalho de Conclusão de curso no BC&T (1º ciclo para ingresso na Engenharia de Minas) essa atividade não poderá ser aproveitada como critério de avaliação para a conclusão do curso de Engenharia de Minas desta Instituição.

Diante do exposto, fica clara a importância e necessidade do projeto de conclusão de curso para fins de avaliação do discente. As normas específicas que regulamentam o PCC foram definidas pelo Colegiado de Curso, ouvindo o NDE.

13. Avaliação do Processo de Ensino/Aprendizagem

O processo de ensino e aprendizagem do curso de Engenharia de Minas do IECT ocorre de forma continuada durante o desenvolvimento de todas as etapas e atividades previstas neste projeto pedagógico de curso. Ressalta-se a preocupação constante com o aperfeiçoamento do curso e a concepção de critérios e instrumentos que permitam avaliar a trajetória do discente durante este processo. Os principais norteadores de seu foco, neste ínterim, são as metodologias de ensino propostas e as competências descritas neste Projeto Pedagógico de Curso - PPC.

O alcance da efetividade do ensino/aprendizagem é uma atividade criteriosa e abrangente. Para alcançar o perfil do egresso proposto, é necessário que a avaliação do discente ocorra como mediadora, não atendo-se somente às notas atribuídas ao longo do semestre, mas baseando-se nas competências e habilidades desenvolvidas, além dos conteúdos curriculares abordados nas U.C. pertinentes (Perrenoud, 1999).

Tendo em vista a importância da avaliação em esferas múltiplas, os critérios avaliativos do curso de Engenharia de Minas fundamentam-se em três dimensões principais, a saber: diagnóstica; formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica fornece ao docente a noção de domínio dos conteúdos curriculares e competências que os discentes interiorizaram previamente ao início das aulas, permitindo dessa forma a realização de estratégias criteriosas de ensino, bem como um possível reforço, de acordo com as carências e necessidades de cada turma. A dimensão diagnóstica traz uma avaliação histórico-crítica do progresso do discente até o momento em que é realizada, bem como elucida os aspectos curriculares e comportamentais que o educando deverá se apropriar para inserir-se como sujeito crítico na sociedade (Luckesi, 2003). A avaliação diagnóstica deve ser realizada sempre ao se iniciar um novo ciclo de aprendizado, onde ocorrerá a mudança da temática central, com a finalidade de certificar que os conteúdos necessários para o completo entendimento do assunto a ser tratado a seguir, bem como as competências necessárias para tal, foram absorvidos. Em caráter regular, as avaliações diagnósticas são aplicadas em cada unidade curricular todo início de semestre. Entretanto, sempre que houver

necessidade, a avaliação diagnóstica poderá ser utilizada no decorrer do semestre letivo. Sua articulação e aplicação não devem ser feitas de forma isolada, pois objetiva-se consolidar a concepção progressista proposta por essa metodologia de avaliação (Luckesi, 2003). Segundo Bloom (1983), a avaliação diagnóstica permite, ao docente, definir pontos de partida para a utilização das estratégias corretas no processo de ensino-aprendizagem.

Para os discentes que fizeram, no início do presente ciclo, a transição do Bacharelado Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia (BC&T) e/ou discentes advindos de outros cursos e instituições de ensino, a avaliação diagnóstica deverá ser aplicada na forma de um questionário individual para cada um. Tal questionário será realizado durante a primeira semana de acolhimento do discente no curso de Engenharia de Minas e avaliará os conhecimentos do ciclo básico. Desta forma, o discente se integrará ao novo grupo de colegas, ao mesmo tempo em que a equipe de docentes terá acesso a informações importantes para a readequação das metodologias de ensino e aprendizagem a serem aplicadas, caso seja necessário. Para os discentes já anteriormente integrados à Engenharia de Minas da UFVJM, a avaliação diagnóstica será aplicada na primeira semana de aula e dirigida aos conteúdos curriculares ministrados no semestre anterior. O objetivo, neste caso, será identificar se há necessidade de revisão em determinados aspectos que serão fundamentais para o entendimento das unidades curriculares do semestre corrente.

Considerando ainda a dimensão diagnóstica, o curso de Engenharia de Minas concebe o Programa de Acolhimento ao Discente – “Entra, fique à vontade”, por meio do Programa de Apoio ao Discente (Anexo VIII). O programa visa oferecer atividades que promovam a integração dos discentes recém-chegados à universidade e aqueles ingressantes na Engenharia de Minas, criando condições de acesso e permanência dos discentes no curso e mecanismos de avaliação diagnóstica para embasar as atividades do NDE e colegiado da Engenharia de Minas.

A avaliação formativa fornece uma visão crítica do aprendizado dos discentes durante o processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de medir o êxito da trajetória dos discentes e suas necessidades individuais e coletivas. Os erros e as deficiências são entendidos como conflitos cognitivos, que podem ser

resolvidos através de intervenções pedagógicas (AMBRÓSIO, 2017). Tais eventos devem ser alvo de detecção e avaliação por parte do profissional responsável, exigindo um olhar aguçado sobre o desempenho dos discentes, bem como de todo o contexto processual de ensino (CARVALHO e MARTINEZ, 2005). Dessa maneira, o desnivelamento entre os discentes é mitigado, evitando que estes se sintam inibidos e diminuindo o risco de prejuízo no processo de aprendizagem (CARVALHO e MARTINEZ, 2005).

A avaliação formativa deve ser aplicada de forma continuada ao longo de todas as unidades curriculares e depende da percepção do docente à resposta dos aprendizes no cotidiano do ambiente de aprendizagem. Os dados coletados por meio dessa observação serão provenientes das vivências dos discentes ao realizarem atividades da universidade (ex.: exercícios individuais, em duplas ou em grupos, aferições orais, desenvolvimento de projetos, elaboração de mapas mentais, metodologia de contação de histórias, *brainstorms*, dentre outros). Os resultados destas avaliações deverão ser avaliados, de forma crítica, pelo docente das respectivas unidades curriculares, dando subsídios ao mesmo para melhorar as metodologias do ensino durante o ciclo. Gonçalves e Nascimento (2012) enfatizam a importância da avaliação formativa para permitir o nivelamento e acompanhamento da aprendizagem dos discentes.

A autoavaliação, segundo Francisco e Moraes (2013), é um tipo de avaliação formativa e possibilita, aos professores e à própria instituição de ensino, a obtenção de dados importantes sobre o processo de aprendizagem individual do discente e do grupo no qual está envolvido. Trata-se de um momento em que o sujeito é colocado como objeto de sua própria análise, provocando um olhar reflexivo de si mesmo, em múltiplas dimensões (QUEIROZ, 2011). Esta avaliação promove o autoconhecimento e o entendimento sobre si, pontuando as falhas e acertos do processo e da adaptação dos sujeitos nesta esfera. E seu resultado serve como ferramenta de diálogo entre os discentes e docentes e, também com as esferas de gestão do curso (coordenação e colegiado), instigando estes a buscarem sugestões que possam contribuir na melhoria do processo de ensino-aprendizagem das unidades curriculares. A autoavaliação deve ser aplicada de forma periódica em cada unidade curricular, de forma que o docente obtenha

“feedbacks” do nível de aprendizado dos discentes, bem como possíveis oportunidades de melhoria sejam identificadas e conduzidas em sua metodologia e recursos didáticos.

É importante ressaltar a importância da aplicação de instrumentos processuais de avaliação, os quais medem não somente os resultados do aprendizado, mas principalmente o processo de ensino e aprendizagem como um todo. Pode-se citar, neste íterim, o Portfólio, que é uma metodologia onde cada discente registra, sob a mediação do docente, o processo de aprendizado em determinados conteúdos e, ao final do ciclo ou período, permite a visualização e registro evolutivo dos conhecimentos gerados e adquiridos. Trata-se de um processo interativo, onde o principal protagonista é o discente, pois o mais importante é o desenvolvimento de processos metacognitivos e criativos a partir dos desafios iniciais, bem como as indagações e hipóteses levantadas.

O Portfólio deve registrar as principais atividades individuais ou em grupo, tais como práticas de laboratório, seminários, projetos e outros trabalhos realizados pelos discentes em determinada unidade curricular. Durante a sua elaboração, o discente deverá ter momentos avaliativos periódicos com o docente, havendo assim o “feedback” de mão dupla. Isto significa que o discente receberá uma avaliação e fará, também, uma avaliação de sua percepção do processo. A partir destes momentos de reflexão conjunta, poderá haver possibilidades de mudança negociada dos rumos metodológicos, trazendo assim crescimento para ambos os lados. A avaliação final do ciclo estará, portanto, embasada nas avaliações periódicas (AMBRÓSIO, 2017).

Dentro das modalidades de avaliação formativa, tem-se a Semana de Engenharia do IECT/UFVJM (SEMENG). Trata-se de uma semana, tradicionalmente realizada no Campus Janaúba no segundo semestre de cada ano, com atividades científicas e culturais, visando o aperfeiçoamento dos discentes em temáticas relacionadas aos cursos de Engenharia Física, de Minas e Materiais. Neste evento, os alunos participam de minicursos, palestras, apresentação de Pôsteres e outras atividades obtendo a oportunidade de desenvolver, em conjunto com docentes da UFVJM, pesquisas e/ou aprimorar conhecimentos específicos. Ao longo desta semana de estudos, o corpo docente tem a oportunidade de interagir

com os discentes e conhecer melhor suas potencialidades e habilidades, permitindo assim aperfeiçoar seus métodos de ensino e aprendizagem.

A dimensão somativa diz respeito à avaliação ao fim de cada ciclo de aprendizagem no intuito de mensurar a quantidade de conteúdos aprendidos, a fim de informar, situar e classificar o discente (MENEZES e SANTOS, 2001). O objetivo é atribuir valor à qualidade de ensino, refletida na capacidade dos discentes em assimilar o conteúdo trabalhado durante as unidades curriculares. Essa forma de avaliação, além de estar tipificada nas notas obtidas, fornece parâmetros para julgar se o nível de aprendizado foi considerado suficiente e se o discente desenvolveu os conhecimentos e competências necessários para avançar para um novo estágio de aprendizado. O resultado da avaliação somativa diz respeito também ao processo como um todo e pode servir de ferramenta diagnóstica para toda a estrutura de uma unidade curricular, refletindo de forma mais direta a efetividade do trajeto do discente e das metodologias aplicadas como um todo.

No momento de término de um ciclo, a avaliação somativa fornece “feedbacks” importantes tanto para o discente quanto para o docente. O crescimento é mútuo, pois o discente receberá informações importantes para o seu aperfeiçoamento ao longo dos próximos ciclos, e o docente receberá as ponderações dos discentes para que suas abordagens pedagógicas sejam aperfeiçoadas nos ciclos seguintes.

As três dimensões de avaliação abordadas neste projeto pedagógico de curso têm grande importância para manter o processo de aprendizado vivo e dinâmico, com o objetivo de aprimorá-lo sempre que for possível ou houver necessidade. Para quantificar essas avaliações que ocorrem no início, durante ou ao fim do ciclo de aprendizado, as unidades curriculares da Engenharia de Minas pontuam seus discentes entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos. A distribuição desses pontos é descrita nos planos de ensino, tendo os critérios para a avaliação das atividades estabelecidos no início do semestre letivo e divulgado para os discentes. O discente é considerado aprovado em uma unidade curricular se atingir pelo menos 60 (sessenta) pontos na avaliação.

Aos discentes que não atingirem pontuação satisfatória será garantida uma orientação de estudo complementar, que não se enquadra como exame final,

auxiliando a aquisição dos conhecimentos deficientes identificados ao longo do processo. Esta medida prevê o preenchimento de lacunas educacionais que não foram suficientemente trabalhadas e reforçando o processo de aprendizagem. É também uma medida de combate à evasão e retenção nas unidades curriculares e uma forma de suplementar as necessidades de aprendizado específico de cada aluno que possam, de alguma forma, terem sido observadas sem a devida prioridade.

Durante o semestre, sempre que um desnivelamento excepcional for identificado, além das medidas necessárias a serem tomadas pelo docente responsável durante as atividades da unidade curricular, este deverá comunicar a coordenação de curso, para efeito de acompanhamento e monitoramento do processo de aprendizagem dos discentes. Ademais, ao final do semestre, os docentes deverão reportar à coordenação do curso, de forma sucinta, o progresso dos discentes, salvo em casos especiais, que deverão ser detalhados.

A coordenação do curso fica responsável por auxiliar os docentes a elaborarem estratégias de trabalho específicas para os discentes matriculados em cada unidade curricular, recorrendo ao Colegiado de curso e aos órgãos competentes da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Fica responsável também por identificar, ao longo da integralização da matriz curricular, o perfil de aprendizado de cada discente, promovendo o diálogo com estes, em caráter exclusivo quando pertinente, a fim de escutar as demandas específicas de cada discente. Dessa forma, pretende-se construir um ambiente de aprendizado mais acolhedor e efetivo para se alcançar o perfil do egresso proposto, investindo na transparência com os graduandos e tornando-os parte efetiva da avaliação e melhoria de seu próprio ciclo de ensino-aprendizagem.

Além das metodologias de avaliação e das estratégias de acompanhamento deste processo, existe o Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE) instituído pela Resolução Nº 22 do CONSEPE de 25 de julho de 2014. Este instrumento é aplicado ao fim de cada semestre letivo e tem por objetivo identificar as condições de ensino, o andamento das ofertas dos cursos de graduação, de pós-graduação e da estrutura administrativa, com vistas à implantação de ações para a elevação de sua qualidade.

14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

O presente documento tem por objetivo pautar as normativas e bases filosóficas e epistemológicas para o curso de Engenharia de Minas. Este Projeto Pedagógico de Curso foi elaborado em uma época específica e considerando a constante evolução e mudanças dos sistemas de educação, do mercado de trabalho, da sociedade e das atividades inerentes à profissão, faz-se sempre necessária a revisão e atualização deste. Portanto, fica o NDE do curso de Engenharia de Minas responsável por analisar, revisar e propor mudanças a este documento ou a elaboração de um novo, quando pertinente, e submeter tais propostas ao Colegiado de Curso.

As revisões devem acontecer de forma continuada e, pelo menos uma vez ao ano, uma avaliação mais minuciosa deve ser feita, atentando-se à todas as novidades e normativas que possam ter sido publicadas. Para contribuir nesse processo, serão utilizados dados obtidos através do Instrumento de avaliação do ensino (IAE), que objetiva verificar as condições de ensino e oferta dos cursos de graduação da UFVJM, a fim de propor ações para elevar a sua qualidade. O resultado do IAE do semestre letivo vigente será discutido no NDE e, posteriormente, no Colegiado do curso, visando auxiliar no planejamento e tomadas de decisões no âmbito da gestão do curso.

Os relatórios de autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação - CPA que contribuem com informações que auxiliam no planejamento e na orientação de ações no curso, na busca pela melhoria contínua de sua qualidade, também servirão como parâmetro avaliativo para a efetividade da presente proposta pedagógica.

O Enade e seus resultados serão usados como referencial. Serão considerados ainda os apontamentos emitidos nos relatórios de avaliação de curso realizados pelo INEP. Os dados disponibilizados deverão ser analisados pelo NDE e pelo Colegiado de curso no intuito de implementar ações que visem superar fragilidades apontadas e fortalecer as potencialidades do curso.

A Engenharia de Minas propõe ainda, realizar a aplicação de formulários próprios para mapear as expectativas, os anseios, e promover o acompanhamento dos discentes ingressantes no primeiro ciclo (Bacharelado Interdisciplinar em

Ciência e Tecnologia), discentes que já realizaram a transição para o curso de engenharia de minas e dos egressos, através de um questionário após a conclusão do curso. O questionário deverá ser capaz de identificar se o projeto pedagógico do curso está de acordo com as demandas do mercado, garantindo condições de empregabilidade dos profissionais de forma sistemática. A avaliação do egresso também servirá de indicador da efetividade social e profissional adquiridos no período de formação.

Para coletar essa informação, o curso de Engenharia de Minas propõe a aplicação de 3 (três) formulários ao longo da vida acadêmica do discente e 1 (um) após a sua saída da universidade, com a finalidade de se estabelecer um acompanhamento do trajeto dos alunos formados pela universidade. Os formulários serão aplicados, a saber:

1. Formulário 1: aos alunos ingressantes no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, logo nas primeiras semanas (Anexo VII);
2. Formulário 2: aos alunos formados no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia que fizeram transição para a Engenharia de Minas, logo nas primeiras semanas (Anexo VII);
3. Formulário 3: aos alunos matriculados no último semestre do curso de Engenharia de Minas (Anexo VII);
4. Formulário 4: aos egressos do curso de Engenharia de Minas, que tenham se formado há, pelo menos, 1 (um) ano (Anexo VII).

Além dessas estratégias, o curso de Engenharia de Minas concebe o Programa de Acompanhamento ao Egresso – “Fica, vai ter bolo” por meio de resolução interna do colegiado (Anexo IX) com o objetivo de manter contato com os egressos do curso, bem como mapear a efetividade deste PPC. Dessa forma, o acompanhamento ao egresso, além de se mostrar uma prática salutar para os envolvidos, resulta em um aprimoramento das metodologias e conteúdos abordados nas atividades da Engenharia de Minas, promovendo um constante desenvolvimento das práticas acadêmicas.

15- ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

15.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A Resolução Nº. 04 do CONSEPE, de 10 de março de 2016, institui o Núcleo Docente Estruturante - NDE nos cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

O NDE da Engenharia de Minas integra a estrutura de gestão acadêmica do curso, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Ele é constituído pelo Coordenador de Curso (presidente) e, no mínimo, 4 (quatro) docentes que ministram disciplinas no curso. As especificações regimentais do NDE são estabelecidas pelo Colegiado de Curso. A vigência do mandato de cada membro do NDE é de 3 (três) anos.

15.2 Colegiado de Curso

O Colegiado do Curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT) tem por finalidade promover a coordenação didático-científica pedagógica desse curso, de acordo com o regimento geral da UFVJM. Ele é composto por membros do corpo docente e discente do curso de Engenharia de Minas. Suas reuniões ordinárias acontecem uma vez por mês e o órgão tem caráter deliberativo. O Colegiado de Curso da Engenharia de Minas é gerido por regulamento próprio.

15.3 Coordenação do Curso

A coordenação do curso de Engenharia de Minas é composta pelo coordenador e vice coordenador, eleitos dentre os docentes do respectivo curso com lotação no IECT por sufrágio secreto e universal com mandato de dois anos, permitida uma reeleição. O coordenador do curso desempenha um papel relevante frente à gestão do curso atuando como articulador e organizador na implantação do projeto pedagógico, de forma planejada com a equipe docente, buscando a integração do conhecimento das diversas áreas. Cabe à coordenação a gestão didático-pedagógica, juntamente ao Colegiado de curso. As competências dos coordenadores de curso na UFVJM estão regimentadas na Resolução Nº 09 CONSEPE de junho de 2009. O plano de ação da coordenação atual do curso está anexado neste documento (Anexo I).

15.4 TRANSIÇÃO CURRICULAR

O presente Projeto Pedagógico propõe mudanças em relação ao antigo PPC, vigente desde 2017. Essas mudanças têm o intuito de aprimorar o projeto pedagógico do curso e adequar o perfil do egresso às novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino para as Engenharias.

Diante disso, este projeto pedagógico passa a vigorar obrigatoriamente para todos os discentes que ingressarem no curso de Engenharia de Minas a partir do semestre seguinte à sua aprovação. Os discentes que ingressaram no curso em semestres anteriores terão garantido o direito de permanência no seu currículo de origem. No entanto, poderão optar pela migração para o novo currículo.

Considerando a transição curricular como o período temporal entre a implantação de uma nova matriz curricular e a extinção gradativa da matriz curricular vigente, o curso de Engenharia de Minas ofertará de maneira progressiva as unidades curriculares propostas na nova matriz curricular e, de maneira gradual, deixará de ofertar as unidades curriculares do currículo 2017.

Os discentes que optarem pela migração de currículo deverão formalizar o pedido à coordenação de curso através do formulário de migração de currículo

(Anexo II). A partir do preenchimento dos dados requeridos, será realizada a análise individual da situação curricular do proponente para fins de migração de currículo.

Visando favorecer esse processo, o curso de Engenharia de Minas apresenta algumas possibilidades de aproveitamentos entre a matriz curricular 2017 e a matriz curricular 2020. Destaca-se que haverá continuidade da maioria das unidades curriculares do currículo anterior na nova proposta. As ementas das unidades curriculares profissionalizantes e específicas pertinentes à Engenharia de Minas tiveram atualizações em seu conteúdo e em sua bibliografia, para melhor se adequar às constantes evoluções da contemporaneidade da área.

Unidades Curriculares que tiveram ementas alteradas, mas mantiveram 75% de compatibilidade de conteúdo e carga horária em relação à versão do PPC-2017 foram consideradas equivalentes e registradas na estrutura curricular 2021.

Tabela 5 – Equivalências entre unidades curriculares

CÓD.	Unidades curriculares da matriz curricular 2017	CH	CÓD.	Unidades curriculares da matriz curricular 2020	CH
EMIN003	Petrografia Macroscópica	60	CTJ353	Petrografia Macroscópica	60
EMIN005	Hidrogeologia	45	EMIN031	Hidrogeologia	60
EMIN025	Pesquisa Operacional Aplicada à Mineração	60	CTJ352	Pesquisa Operacional	60
CTJ331	Geologia Geral e Estrutural	60	CTJ388	Geologia Geral	60
EMIN0027	Trabalho de Conclusão de Curso	30	EMIN036	Projeto de Conclusão de Curso	30
EMIN001	Engenharia Ambiental	30	EMIN032	Engenharia Ambiental	45
EMIN030	Saúde e Segurança do Trabalho	30	EFIS020	Saúde e Segurança do Trabalho	45

Entre as principais modificações propostas, ressalta-se a mudança de nomenclatura da unidade curricular “Geologia Geral e Estrutural (CTJ331)” para “Geologia Geral (CTJ388)”, com atualização de conteúdo da ementa; alteração da carga horária da UC “Hidrogeologia (EMIN005)” de 45 horas para 60 horas; alteração da carga horária da UC “Geoprocessamento (EMIN021)” de 60 para 30 horas; equivalência entre as UCs “Pesquisa Operacional Aplicada a Mineração (EMIN025)” e “Pesquisa Operacional (CTJ352)”, levando em conta a semelhança de conteúdos abordados entre as duas UCs; alteração da nomenclatura da UC “Trabalho de Conclusão de Curso (EMIN027)” para “Projeto de Conclusão de Curso (EMIN036)”, aumentando a ênfase na metodologia de projetos e em concordância com a resolução interna que versa sobre o tema (Anexo X). Ressalta-se que a alteração do ementário, além da atualização do PPC, trata também de registrar a abordagem atual do curso, sendo que as unidades curriculares ministradas já abordam algumas temáticas incluídas no texto e que, agora, ficam em evidência nas ementas.

Além da atualização das ementas equivalentes, algumas mudanças mais profundas foram propostas para o novo PPC. Das Unidades Curriculares anteriores, 5 (cinco) foram excluídas e 7 (sete) incluídas

A unidade curricular “Fenômeno de Transporte (CTJ210)” foi excluída por possuir conteúdo redundante no novo PPC. As seguintes unidades curriculares foram excluídas, pois seus conteúdos já são contemplados em outras unidades do curso de Engenharia de Minas ou serão contemplados nas novas UCs propostas, a saber:

- “Prospecção Geofísica (EMIN009)” – Conteúdo incluído na UC de Pesquisa Mineral I (EMIN011);
- “Estratigrafia (EMIN004)” – Conteúdo incluído na UC “Geologia Geral (CTJ388);
- “Estabilidade de Taludes (EMIN018)” e “Estabilidade de Escavações Subterrâneas (EMIN023)” – Conteúdos incluídos na UC “Estabilidade de Taludes e Escavações Subterrâneas (EMIN034)”.

As unidades curriculares de Engenharia Ambiental (EMIN001) e “Saúde e Segurança do Trabalho (EMIN030)” tiveram suas cargas horárias aumentadas de

30 para 45 horas. Sendo assim, elas não podem ser consideradas como equivalentes no novo currículo. Entretanto, como o conteúdo abordado ainda é semelhante, o novo formato (de 45 horas) pode ser aproveitado como equivalente para as UCs correspondentes na versão do PPC de 2017.

As unidades curriculares “Engenharia Ambiental – EMIN032” e “Saúde e Segurança do Trabalho – EFIS020” deverão ser cursadas nos seus novos formatos para aqueles que desejarem fazer a migração de currículo, pois não atendem aos critérios de equivalência adotados na UFVJM.

As seguintes unidades curriculares foram incluídas no PPC da Engenharia de Minas, pois seus conteúdos ainda não são contemplados em outras unidades e a atual versão considera-os de grande relevância, a saber:

- “Fenômenos de Transferência (CTJ209)” – Conteúdo complementar às outras UCs do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia;
- “Fundamentos e Técnicas de Trabalho Intelectual, Científico e Tecnológico (CTJ166)” – Conteúdo básico incluído como obrigatório devido à sua relevância na formação de um engenheiro;
- “Comunicação, Linguagens, Informação e Humanidades I & II” Conteúdos incluídos como obrigatórios devido a sua importância na formação do perfil do egresso proposto;
- “Planejamento de Mina (EMIN035)” e “Geologia Estrutural (CTJ389)” – Conteúdos de grande importância acrescentados à matriz curricular;
- “Estabilidade de Taludes e Escavações Subterrâneas (EMIN034)” – associação das unidades curriculares “Estabilidade de Taludes (EMIN018)” e “Estabilidade de Escavações Subterrâneas (EMIN023)”;
- “Educação Ambiental e meio ambiente (CTJ236)” – Inclusão de uma UC que aborde a temática de Educação Ambiental de maneira particular e tenha enfoque na metodologia de projetos e atividades de extensão.

A migração de currículo poderá ser solicitada por qualquer discente. Recomenda-se optar pelo novo currículo devido ao acréscimo de conteúdos relevantes e a melhor adequação ao cenário profissional atual. Para os discentes cursando até o 9º semestre que tenham interesse em fazer a migração de currículo,

sugere-se conversar com a coordenação de curso para estabelecer um planejamento de estudos.

Caso as unidades curriculares “Estabilidade de Taludes (EMIN018)” e “Estabilidade de Escavações Subterrâneas (EMIN023)” já tenham sido cursadas, o conteúdo visto nas duas é suficiente para que se solicite aproveitamento de estudos em relação à nova UC “Estabilidade de Taludes e Escavações Subterrâneas (EMIN034)”.

Considerando que a maioria das situações estão contempladas neste plano de transição, os casos omissos não apreciados deverão ser apresentados à coordenação de curso e analisados pelo colegiado.

16. OUTROS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O PROJETO PEDAGÓGICO

16.1 Infraestrutura

O curso de Engenharia de Minas, vinculado ao Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia - IECT, *campus* Janaúba, necessitará de prédio próprio a ser construído, composto por salas de aulas, laboratórios para o desenvolvimento de aulas práticas e pesquisas e demais espaços físicos necessários ao curso e aos usuários.

16.1.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

Cada docente do curso de Engenharia de Minas possui sala própria, localizada no segundo andar do prédio da Biblioteca do Campus Janaúba da UFVJM. As salas dos docentes contam com escrivaninha, cadeira ergométrica, estante e cadeira para atendimento. São 63 (sessenta e três) espaços reservados individualmente para os docentes do IECT, totalizando cerca de 1378,28 m². Como o *campus* Janaúba ainda está em desenvolvimento, os ambientes disponibilizados aos docentes, coordenação e direção são provisórios, contudo, garantem a privacidade para planejamento e o bom desempenho das atividades acadêmicas. As instalações existentes possibilitam a guarda de materiais e equipamentos pessoais com segurança. Neste andar do prédio existem dois banheiros coletivos masculinos e dois banheiros coletivos femininos.

16.1.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador

A coordenação da Engenharia de Minas é exercida da sala do docente responsável. O espaço viabiliza ações acadêmicas e administrativas e permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade. O atendimento é de 20 (vinte) horas semanais, dispondo do suporte da secretaria dos cursos, mediante agendamento ou durante os horários disponibilizados e afixados na porta da sala de atendimento. A coordenação conta ainda com os espaços da sala da secretaria, da diretoria, sala de reuniões, sala de convivência, sala de impressão, acesso a impressoras, computadores e equipamento de digitalização de documentos que fornecem a infraestrutura tecnológica diferenciada, possibilitando formas distintas

de trabalho. Na sala das secretarias e da direção também existe um ramal em cada com disponibilidade de um telefone para ligações internas e externas.

16.1.3 Salas de Aula

O *campus* Janaúba dispõe de um pavilhão de salas de aulas: são 19 (dezenove) salas ao todo, com capacidade para 1080 (mil e oitenta) discentes por turno. As salas perfazem um total de 1506,06 m² e contam com tomadas, iluminação artificial, amplas janelas laterais, quadro branco, carteiras para destros e canhotos, cadeira e carteira do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI) visando acessibilidade e uma escrivaninha com cadeira para o professor. O espaço é satisfatório e permite configurações espaciais diferenciadas de acordo com as atividades propostas pelos docentes.

16.1.4 Laboratórios de Informática

Há um laboratório de informática especializado, localizado no 2º andar do pavilhão de aulas, na sala 206. O laboratório tem capacidade total de 58 alunos por turma. Os computadores são equipados com os *hardwares* e *softwares* prioritariamente para o ensino das disciplinas. O espaço também pode ser reservado para uso pelos docentes e discentes e, quando necessário, pode ser requisitada a instalação de novos *softwares*. Dentro desta sala há uma pequena sala anexa onde ficam os técnicos de informática que dão apoio às aulas e aos discentes.

16.1.5 Laboratórios Didáticos para o Curso

Existem 10 (dez) laboratórios/espacos reservados para a execução das aulas práticas. Entre esses laboratórios se encontram laboratórios de química, de biologia, de física, da engenharia física, da engenharia de materiais que possui um equipamento para prática de mecânica das rochas e da engenharia de minas. Atualmente, os laboratórios da Engenharia de Minas são o laboratório de tratamento de minérios onde também são realizadas práticas de mecânica dos solos e o laboratório de mineralogia e petrografia. Cada laboratório comporta até 25 (vinte e cinco) alunos simultaneamente.

16.1.6 Biblioteca

A biblioteca possui prédio próprio e está localizada no 1º andar do pavilhão deste prédio. Ela dispõe do acervo físico dos livros didáticos e de amplo espaço para estudos. Existem salas de estudos individuais e em grupo e computadores com acesso à internet que podem ser utilizados dentro do espaço da biblioteca. Dispõe também de uma sala do NACI onde há equipamentos adaptados e inclusivos. Além do acervo físico, a biblioteca dispõe de uma plataforma e acervo digital, que pode ser acessado mediante cadastro do usuário.

16.1.7 Outros

Além destes espaços, o *campus* Janaúba conta com área de convivência para os discentes, auditório com capacidade para até 100 pessoas, cantina/lanchonete, espaço para os funcionários terceirizados, salas para o desenvolvimento das atividades administrativas e espaço para atendimento ao discente.

16.1.8 Laboratórios Necessários

Considerando que o *campus* Janaúba foi inaugurado recentemente e a transição para o curso de engenharia de minas também, é necessária uma infraestrutura de laboratórios para as aulas práticas do curso. Esta estrutura está descrita nos itens abaixo.

- Laboratório de Tratamento de Minérios que atenda todas as demandas de aulas práticas para compreensão de todas as etapas de beneficiamento de minérios.
- Laboratório de Mecânica das Rochas e dos Solos onde as amostras de rochas e solos poderão ser analisadas proporcionando aos alunos um conhecimento do comportamento geomecânico das rochas.
- Laboratório de Mineralogia e de Petrografia com um maior acervo de minerais e rochas diversos, adequado às necessidades do curso.
- Laboratório de informática com capacidade para instalação de softwares de mineração e as suas respectivas licenças para auxiliar as aulas práticas de planejamento, desenvolvimento e lavra de mina.

Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

- Laboratório multidisciplinar que funcionará como uma incubadora de *startups*, o espaço conterà uma mesa de reuniões para dez pessoas, mesas redondas para quatro pessoas, uma pequena arquibancada de três ou quatro níveis, quadros para expor ideias, TV 51” para reuniões, computadores, iluminação adequada, enfim um espaço reservado para uso diverso onde serão desenvolvidas as demandas dos docentes e discentes. Também será utilizado para trabalhos com a comunidade. Enfim um espaço acolhedor e confortável que propicie o fluxo de ideias e a criatividade.

16.2 Corpo Docente

Com o objetivo de manter e cumprir a proposta de inter e multidisciplinaridade, formar alunos com base sólida de conteúdos voltados para Engenharia de Minas, dentro da atualidade, bem como, criar um curso que vise fortemente ensino, pesquisa e extensão, pretende-se obter no quadro de docentes, profissionais que busquem um aprimoramento constante voltado para áreas científicas, tecnológicas e de gestão. Almeja-se que tais profissionais sigam rigorosamente os preceitos éticos e que se envolvam em construir um curso de qualidade, integrando aulas teóricas e práticas, com base na atualidade e realidade da área de Engenharia de Minas. Espera-se ainda, docentes com interação e interesse em participar de cursos de pós-graduação.

O perfil de contratação de cada docente será adequado de acordo com as áreas de necessidade do curso, solicitadas por meio de concurso público, no qual constarão as possíveis disciplinas que ele deverá assumir. A seleção privilegiará doutores, no entanto, mestres não serão excluídos.

O quadro de docentes deverá possuir o número satisfatório de professores, para que esses ministrem aulas com carga horária compatível com a legislação vigente. O quantitativo docente foi estimado pela Resolução Nº 010 – Conselho Universitário, de 06 de setembro de 2013, em 14 (quatorze) professores, sendo preferencialmente doutores nas áreas de geologia, química, engenharia de minas e outras engenharias.

Salienta-se que o quadro docente relacionado a seguir (Tabela 3) apresenta todos os docentes que fazem parte do Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia – IECT.

Tabela 3 – Descritivo dos Docentes lotados no IECT/UFVJM.

Docentes	Titulação	Regime	Lattes	Área
Alex Joaquim Choupina Andrade Silva	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/6148360946272000	Geociências
Amós Magalhães de Souza	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/5003709985251101	Engenharia de Materiais
Ananias Borges Alencar	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/0338029083743246	Física
Antônio Carlos Guedes Zappalá	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/6903787887089389	Contabilidade
Bárbara Gonçalves Rocha	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/7316107942989770	Engenharia de Minas
Carlos Gabriel Pankiewicz	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/4603064604418042	Física
Carlos Henrique Alves Costa	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/3633779900302622	Matemática
Cláudio Eduardo Rodrigues	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/6818724610993301	Filosofia
Edson do Nascimento Neres Júnior	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/6071182225115070	Matemática
Elém Patrícia Alves Rocha	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/3713727892230251	Engenharia de Materiais e Metalúrgica
Emily Mayer de Andrade Becheleni	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/7569465189267984	Química Industrial
Erenilton Pereira da Silva	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/0205163199963051	Engenharia Mecânica/Materiais
Fabiano Alan Serafim Ferrari	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/5369635576164587	Física
Fabício Figueiredo Monção	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/1663075426710703	Matemática
Fernanda Guerra Lima Medeiros Borsagli	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/5443213142115433	Engenharia de Materiais
Fidel Edson de Souza	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/5100945342170544	Engenharia de Telecomunicações

Giovana Ribeiro Ferreira	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/0333567239874055	Química Industrial
Honovan Paz Rocha	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/0090181773824840	Computação
Jacqueline Andrade Nogueira	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/4057009531579401	Engenharia de Minas
Jáder Fernando Dias Breda	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/2362352881734156	Engenharia Elétrica
Jean Carlos Coelho Felipe	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/1513522824340750	Física
João de Deus Oliveira Júnior	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/2348581150435672	Matemática
Jônatas Franco Campos da Mata	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/8385118400138330	Engenharia de Minas
Karla Aparecida Guimarães Gusmão Gomes	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/1745415293235207	Química Industrial
Lázaro Chaves Sicupira	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/4218591985487979	Engenharia Metalúrgica e Química Industrial
Leila Moreira Bittencourt Rigueira	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/6516357282264186	Química Analítica
Leonardo Azevedo Sá Alkmin	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/1245730742641053	Geologia
Leonardo Frederico Pressi	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/5354883623347386	Geologia
Luana Alves de Lima	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/8848937012868572	Geologia
Luciano Pereira Rodrigues	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/4912314145214975	Química
Luiz Henrique Soares Barbosa	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/8474670025855236	Engenharia Metalúrgica
Luiz Roberto Marques Albuquerque	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/0313386502874839	Engenharia Química
Mário Fernandes Rodrigues	Mestre	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/6383419957265868	Letras (Português e Inglês)
Marlon Luiz Hneda	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/8644287449810948	Física
Max Pereira Gonçalves	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/8633949234760251	Biologia
Patrícia Nirlane da Costa Souza	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/2036556247586719	Microbiologia Agrícola

Paulo Alliprandini Filho	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/1104945271678096	Física
Rafael Lopes de Souza	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/1353591655858840	Física
Renata de Oliveira Gama	Doutora	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/4282690254797377	Engenharia de Materiais
Rogério Alves Santana	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/9009192033753429	Matemática
Silas Silva Santana	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/2742248161106428	Bioquímica
Thiago Franchi Pereira da Silva	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/6812943194514184	Física
Welyson Tiano dos Santos Ramos	Doutor	40 h /D.E.	http://lattes.cnpq.br/8706292517971000	Física

16.3 Corpo Técnico Administrativo

O quadro técnico administrativo relacionado a seguir (Tabela 4) apresenta os servidores que fazem parte do Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia – IECT e prestam apoio nas atividades de laboratório e secretarias.

A engenharia de minas não possui técnico administrativo exclusivo para auxílio nas práticas de laboratório das unidades curriculares específicas do curso. Tal necessidade já foi reportada a Reitoria da UFVJM.

Tabela 4 – Descritivo dos Servidores Técnicos Administrativos lotados no IECT/UFVJM.

Técnico Administrativo	Área
Marciene Lourenço Torres Soares	Técnico de laboratório de Física
Rossini Leite Oliveira	Técnico de laboratório - Eletrônica
Cláudia Maria Silva Morais	Técnico de laboratório - Química
Genilton Barbosa de Oliveira	Técnico de laboratório - Química
Sávio Eduardo Moreira Miranda	Técnico de laboratório - Química
Karla Taísa Pereira Colares	Técnico de laboratório - Biologia
Bárbhara Mota Marinho	Técnico de laboratório - Biologia
Alex Oliveira Santos	Técnico de laboratório – Informática
Warley Pereira de Oliveira	Técnico de laboratório – Informática

Wellen Quézia Bernardes Durães	Técnico de laboratório – Informática
Newton Kléber Machado Silva	Técnico em Tecnologia da Informação
Marta Nêris de Almeida	Secretária do Curso – Engenharia de Minas e BC&T
Alessandra Xavier Aguiar	Secretária Executiva - IECT

17. REFERÊNCIAS

AMBRÓSIO, M. Avaliação da aprendizagem e o uso do portfólio/webfólio na prática educativa. Ouro Preto: Departamento de Educação de Tecnologias/CEAD/UFOP/CAPES/UAB, 2017. 160p.

BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização: experiências com questões de ensino superior. Londrina: EDUEL, 1998a.

BLOOM, B. S., HASTINGS, J. T., MADDAUS, G. F. Manual de Avaliação Formativa e Somativa do Aprendizado Escolar, trad. Lilian Rochlitz Quintão; Maria Cristina Fioratti Florez; Maria Eugênia Vanzolini. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

BARROS, N., SANTOS, N. Engenharia Pedagógica: a Convergência Tecnológica da Engenharia com a Pedagogia. XXXI COBEMGE. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 01, de 30 de maio de 2012. Publicada no DOU nº 105, seção 1, p.48.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas. Brasília: ANM, 2020. 35 p.

CARVALHO, L. M. O., MARTINEZ, C. L. P. Avaliação Formativa: A auto-avaliação do aluno e a autoformação de professores. Ciência & Educação. v. 11, n. 1, p. 133-144, 2005.

CASTRO, R. N. A. A Teoria da Prática: A Aula de Engenharia. Revista Eletrônica Engenharia Viva (Online). Goiânia, v. 2, n. 1, p. 15-20, jan. / junho 2015.

COLOMBO, A. A., BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. Semana: Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, jul/dez, 2007.

CREA MG. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais. A Engenharia nos Empreendimentos. Anexo VII – Extração e Beneficiamento de Recursos Minerais e/ou Fósseis. Disponível em: <http://www.crea-mg.org.br/index.php/servicos/fiscalizacao/a-engenharia-nos-empreendimentos>. 2020.

FRANCISCO, J. G. G., MORAES, D. A. F. A Autoavaliação como Ferramenta de Avaliação Formativa no Processo de Ensino e Aprendizagem. XI Congresso Nacional de Educação. ECUCERE. Curitiba, 2013.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Artmed, 2000.

GONÇALVES, A., NASCIMENTO, E. L. Avaliação formativa: autorregulação e controle da textualização. Trabalhos em Linguística Aplicada, 2010.

KNOWLES, M. S. The modern practice of adult education: From pedagogy to andragogy. Englewood Cliffs, NJ: Cambridge Adult Education, 1980.

KOLB, D. A. Experiential learning: Experience as the source of learning and development. New Jersey: Prentice-Hall. 1984.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem...mais uma vez. nº 46. Disponível em: http://www.luckesi.com.br/artigos_abc_educatio.htm. Acesso em: 22 nov. 2016.

MENEZES, E. T., SANTOS, T. H. Verbete temas transversais. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/temas-transversais/>. Acesso em: 09 de jun. 2020.

MENEZES, E. T., SANTOS, T. H. Verbete avaliação somativa. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/avaliacao-somativa/>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

MEZIROW, J., & Associates. Fostering Critical Reflection in Adulthood: A Guide to Transformative and Emancipatory Learning. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1990.

MOROSINI, M. C. Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário. Vol. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MORIN, E. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999a. 183 p.

PERRENOUD, P. Construir competências é virar as costas aos saberes? In: Pátio – Revista Pedagógica, Porto Alegre, n. 11, p. 15-19, nov. 1999b. Disponível

em:www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1999/1999_39.html. Acesso em: 18 jun. 2020.

PERRENOUD, P. 10 Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Acessado em 27 de maio de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado em maio de 2018, pelo Conselho Universitário da UFVJM (CONSU), para o quadriênio 2017/2021.

QUEIROZ, K. C. A. L. Eu avalio, tu avalias, nós nos autoavaliemos?: uma experiência proposta pelo SINAES. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 223 p.

SCOBLE, M., LAURENCE, D. Future Mining Engineers: Educational Development Strategy. First International Mining Future Conference. Sidney, 2008.

SOUZA, M., FRANÇA, C. O que Explica o Sucesso de Jogos no Ensino de Engenharia de Software? Uma Teoria de Motivação. WEI - 24º Workshop sobre Educação em Computação, 2015.

TREVISAM, E., LEISTER, M. A., DICHER M. A transversalidade no ensino superior como via de reforma para uma educação ética e humanitária. 2016. Disponível em: http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38409-30032016-213523.pdf. Acessado em 27 de maio de 2020.

UFVJM. Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Química. Diamantina, 2011.

UFVJM. Projeto Pedagógico do Curso de Ciência e Tecnologia. Janaúba, 2014.

UFVJM. Plano de Desenvolvimento Institucional - 2012 – 2016. Diamantina, 2012.

UFVJM. Plano de desenvolvimento Institucional PDI– 2017-2021. Diamantina, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 2015. Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development: United Nations, Geneva, 2015. 35 p.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Future of Jobs Report. Centre for the New Economy and Society. Switzerland, 2018.

ANEXO I – PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Curso: BACHARELADO EM ENGENHARIA DE MINAS

Coordenadora: Bárbara Gonçalves Rocha

Vice coordenador: Leonardo Azevedo Sá Alkmin

2. APRESENTAÇÃO

O plano de ação contempla as atividades que serão desenvolvidas pela coordenação do curso, durante a gestão do coordenador e vice coordenador, no período de julho de 2019 a junho de 2021.

O presente documento visa planejar e documentar as atividades, organizando o trabalho da coordenação e facilitando a avaliação diagnóstica para melhorias constantes.

3. OBJETIVOS

O objetivo do curso de Engenharia de Minas é formar profissionais capazes de atuar nas mais diversas áreas do conhecimento, atuando no planejamento, análise, lavra de mina, beneficiamento de minérios, desenvolvimento de soluções utilizando modernas tecnologias, aliando a essas atividades a minimização do impacto ambiental. Além disso, busca-se incentivar o empreendedorismo nos discentes. Este plano de ação visa desenvolver atividades para garantir que os objetivos do curso sejam atendidos.

3.1 Objetivos específicos

- Desenvolver atividades para integração institucional;
- Reformulação do PPC do curso para adequá-lo as exigências do MEC, adequando-o as novas Resoluções, bem como as novas disciplinas, como Desenho Universal e Acessibilidade;
- Buscar o credenciamento do curso junto ao CREA;
- Busca por convênios de estágio para facilitar a inserção dos alunos no mercado de trabalho;
- Estimular visitas técnicas, participação em Congressos, Exposições e Feiras da área, visando complementar a formação dos alunos;
- Busca por parcerias em projetos de pesquisas junto a mineradoras, de preferência, da região onde se encontra o curso;
- Participação de ações de empreendedorismo junto aos discentes;
- Incentivar a adoção de metodologias ativas no aprendizado;
- Estimular projetos de extensão junto aos alunos;
- Implementar eventos regulares junto ao NDE da Engenharia de Minas na forma de reuniões para promover o desenvolvimento docente no curso. Essas reuniões recebem o nome “DEI Talk” (Desenvolvimento, Educação e Inovação).

4. CRONOGRAMA

AÇÃO	PERÍODO
Reformulação do PPC	De julho de 2019 a novembro de 2020
Convênios de estágio	A partir de julho de 2019
Estímulo as visitas técnicas, Congressos, Feiras, Exposições	De julho de 2019 a junho de 2021
Atividades de integração institucional	De julho de 2019 a julho de 2021
Projetos de Pesquisa	A partir de julho de 2019
Projetos de Extensão	A partir de julho de 2019
Implementação do DEI Talk	A partir de 2020

O plano de ação poderá sofrer alterações conforme surgirem demandas dos discentes e docentes. Todas as decisões e sugestões de alteração e melhoria do curso serão discutidas em reunião com o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante.

Profª. Drª. Bárbara Gonçalves Rocha
Coordenadora do Curso de Engenharia de Minas
IECT/UFVJM – *Campus Janaúba*

Prof. Ms. Leonardo Azevedo Sá Alkmin
Vice coordenador do Curso de Engenharia de Minas
IECT/UFVJM – *Campus Janaúba*

ANEXO II – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

Eu _____, portador(a) do número de matrícula _____, venho por meio deste formulário solicitar a migração do currículo 2017 para o currículo 2020 do curso de graduação em Engenharia de Minas do IECT/UFVJM.

Declaro estar ciente das modificações que esta migração irá implicar, tendo sido esclarecido pela coordenação de curso.

É do meu conhecimento que o processo de migração é irreversível, ou seja, não haverá nenhuma possibilidade de retorno ao currículo antigo.

Janaúba _____ de _____ de _____

ANEXO III – PROJETOS DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO

Na Tabela 1 encontram-se os projetos de extensão, pesquisa e ensino, com os respectivos objetivos, nos quais os docentes e os discentes do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM estão envolvidos.

Tabela 1 – Projetos de Extensão, pesquisa e ensino desenvolvidos ou em andamento no IECT.

Títulos dos Projetos	Tipo de Projeto	Objetivos
Amigos da natureza	Extensão	Realizar plantios de árvores em locais públicos e efetuar a manutenção periódica destas árvores plantadas; Multiplicar o conhecimento adquirido durante os plantios, estendendo o projeto para escolas do município; Analisar criticamente os resultados concretos do projeto, de forma a aperfeiçoar continuamente as ações de sustentabilidade ambiental.
Avaliação de extratos naturais como reagentes em processo de flotação de minérios.	Pesquisa	Avaliar o potencial de extratos da naturais de plantas do cerrado de Minas Gerais, como reagentes aplicados na flotação de minerais.
Biolixiviação de ouro	Pesquisa	Estudar bactérias responsáveis por realizar a biolixiviação do ouro de produtos diversos, visando diminuir o impacto ambiental e fomentando o reaproveitamento de material considerado de descarte, como peças de artigos tecnológicos sem aproveitamento; Difundir a técnica, ainda em desuso no território nacional.
Comportamento mecânico das rochas e Esclerômetro de Schmidt	Pesquisa	Investigar do comportamento mecânico das rochas presentes na Mineração Riacho dos Machados.
Conhecendo a dinâmica do fluxo de solos e aquíferos	Ensino	Construir maquetes que representam os diferentes ambientes da natureza que

		armazenam a água subterrânea; Propiciar o entendimento de como ocorrem os aquíferos e como a água flui no subsolo e sua importância para no abastecimento da população, consumo humano, agricultura, indústria e obras de engenharia.
Diagnóstico da sustentabilidade ambiental das atividades minerárias nos municípios de Janaúba e Nova Porteirinha e proposições de melhores práticas de reabilitação ambiental	Pesquisa	Caracterizar as atividades de mineração dos municípios selecionados, através de visitas às empresas e pesquisa; Verificar o processo de reabilitação ambiental das áreas impactadas pela mineração; Identificar oportunidades de melhoria na sustentabilidade das operações produtivas e na recuperação das áreas degradadas; Difundir melhores práticas com relação à preservação dos recursos naturais, no âmbito das operações de lavra e beneficiamento mineral e Desenvolver artigos e publicações acerca dos resultados da pesquisa.

Tabela 1 - (continuação) – Projetos de Extensão, pesquisa e ensino desenvolvidos ou em andamento no IECT.

Títulos dos Projetos	Tipo de Projeto	Objetivos
Desenho e projeto para computador	Ensino	Utilizar novas metodologias na sala de aula que possibilitasse ao discente da unidade curricular desenho e projeto para computador um envolvimento maior com o conteúdo ministrado; Promover interação com discentes de diversos cursos; Apresentar formas de empreendimento usando o software Autocad.
Estudo da caracterização dos resíduos da mineração de ouro e das possíveis formas de reuso destes.	Pesquisa	Caracterizar o resíduo da barragem da mineração de ouro e indicar as possíveis aplicações desse resíduo, visando reduzir o

		volume de rejeito armazenado em forma de barragens.
Mini-planta de beneficiamento de minérios da UFVJM	Extensão	Construir uma mini-planta de beneficiamento de minérios que opera com minério real e divulgar o curso de Engenharia de Minas e a UFVJM aos estudantes do ensino médio do município de Janaúba e região.
Projeto construindo um futuro através da matemática	Extensão	Desenvolver aulas de reforço escolar em matemática, com a finalidade de diminuir a retenção e evasão escolar de adolescentes do abrigo municipal.
Reciclagem de resíduos sólidos na UFVJM em parceria com Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Janaúba	Extensão	Implantar um sistema de coleta seletiva no Campus Janaúba da UFVJM em parceria com Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Janaúba (ASCAJ), e analisar os ganhos sociais resultantes da implantação do programa.
SandRA - Sandbox de Realidade Aumentada	Extensão e Ensino	Construir uma caixa de areia com interação em realidade aumentada para auxiliar o ensino das atividades relacionadas a topografia, evolução de terrenos, de barragens, influências climáticas, entre outros; Despertar o interesse dos discentes e da comunidade externa a universidade, em especial alunos da rede pública e do ensino fundamental no estudo das ciências exatas e da terra.

Tabela 1 – (continuação) – Projetos de Extensão, pesquisa e ensino desenvolvidos ou em andamento no IECT.

Títulos dos Projetos	Tipo de Projeto	Objetivos
Se liga nessa	Extensão	Estudar temas diversos; debater e entender a fundo o conteúdo para transformar toda a

		informação em um vídeo curto, de fácil acesso e entendimento de todos da comunidade para divulgação gratuita em plataformas de compartilhamento de vídeos.
Uso da moringa oleífera no tratamento do resíduo de beneficiamento de ouro	Pesquisa	Analisar a performance do extrato da Moringa Oleífera, potencial coagulante, de origem natural e de baixo custo, no tratamento do resíduo da lixiviação do ouro, visando a recuperação e reuso da água
Uso da Calotropis procera no tratamento de efluentes do processo de flotação de minérios.	Pesquisa	Estudada a capacidade adsorptiva do algodão da Calotropis procera como adsorvente de compostos orgânicos utilizados na flotação de minérios, visando reduzir a carga orgânica do efluente permitindo sua reutilização.

ANEXO IV – RESOLUÇÃO DO ESTÁGIO

RESOLUÇÃO Nº. 01 - COLEGIADO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS, DE 14 DE MAIO DE 2020

*Estabelece as normas de Estágio dos
Discentes do curso de Engenharia de
Minas da Universidade Federal dos Vales
do Jequitinhonha e Mucuri-
UFVJM, Campus Janaúba*

O Presidente do Colegiado do Curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT), da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFMG, no uso de suas atribuições, e considerando a Lei Nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008; a Resolução CNE/CES No 11, de 11 de março de 2002 que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Graduação em Engenharia, e a Resolução nº 21 – CONSEPE, de 25 de julho de 2014, alterada pela Resolução nº 17 – CONSEPE, de 24 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar o estágio como ato educativo, de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionado ao discente pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, realizado em ambiente externo ou interno à Universidade.

Art. 2º O estágio é obrigatório para todos os alunos dos cursos de Engenharia de Minas, conforme a determinação das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de engenharia e dos projetos pedagógicos do curso. Além do estágio obrigatório, é permitido ao aluno realizar estágios não obrigatórios ao longo do curso.

Parágrafo único: Os discentes regularmente matriculados no curso de Engenharia de Minas, que realizarem seu estágio não obrigatório, para fins de computo de horas acadêmicas, deverão cumprir as normas e procedimentos definidos nesta resolução.

Art. 3º O estágio pode ser realizado no Brasil e/ou no exterior, em instituição pública ou privada, em instituição da sociedade civil organizada ou mesmo em Unidade ou Órgão da própria UFMG, desde que desenvolvam atividades propícias ao aprendizado do estagiário.

§ 1º O estágio realizado na UFVJM será acordado entre o Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia e a Unidade ou Órgão concedente do estágio.

§ 2º Em qualquer situação, aulas de disciplinas de cursos regulares da UFVJM não podem ser computadas como estágio.

§ 3º Os estágios realizados no exterior devem atender a todos os termos desta Resolução, inclusive no que diz respeito à supervisão acadêmica.

§ 4º As atividades de extensão, de monitoria e de iniciação científica não poderão ser equiparadas ao estágio.

Art. 4º É facultativa a celebração de convênio de concessão de estágio entre a UFVJM e as Instituições Concedentes.

§ 1º Caso celebrado, neste convênio estará acordado todas as condições de realização do estágio e as atribuições de cada parte envolvida.

§ 2º O Convênio e seus ajustes, caso celebrado, aprovados pela Procuradoria Jurídica da UFVJM, deverão ser publicados no Diário Oficial da União pela Universidade.

Art. 5º O colegiado de curso deverá realizar a indicação de um Coordenador e um Vice Coordenador de estágio, cujas atribuições lhe serão determinadas pelo Colegiado do Curso.

§ 1º O mandato do coordenador de estágio será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º Para a realização do estágio não obrigatório, o contato com instituições concedentes, bem como a tramitação de toda a documentação necessária é de responsabilidade do discente interessado.

§ 3º O Coordenador de Curso deverá informar à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, o nome do Coordenador de Estágio.

§ 4º Tanto o estágio obrigatório quanto o não obrigatório deverão ser realizados sob a orientação de um professor, escolhido pelo discente entre os docentes do curso ou designado pelo Coordenador de Curso, e ser acompanhado de um Supervisor na Instituição Concedente.

§ 5º O discente deverá entregar declaração constando o aceite do Professor Orientador ao

Coordenador de Estágio (Anexo 01).

§ 6º O Professor Orientador deverá comunicar ao Coordenador de Estágio qualquer divergência existente durante o estágio entre as atividades desenvolvidas e o Plano de Estágio.

§ 7º O Professor Orientador avaliará o relatório de estágio segundo os critérios determinados por esta resolução.

Art. 6º Para a realização e conclusão do estágio (obrigatório e não obrigatório) deverão ser apresentados ao Coordenador de Estágio os seguintes documentos:

I - Termo de Compromisso de Estágio;

II - Termo de Aceite de Orientação de Estágio (Anexo 01), com a assinatura do Professor Orientador;

III - Plano de Atividades de Estágio (Anexo 02) a serem realizadas na instituição concedente, aprovado pelo Professor Orientador;

IV. Ficha de Avaliação do Estágio (Anexo 03), preenchida pelo supervisor de estágio da Instituição Concedente.

V - Ficha de avaliação do relatório final estágio (Anexo 04), preenchida pelo Professor Orientador de estágio da UFVJM.

VI - Ficha de auto avaliação do estágio (Anexo 05), preenchida pelo discente.

VII - Relatório de estágio (Anexo 06), elaborado pelo estagiário e avaliado pelo Professor Orientador.

Parágrafo único: O estagiário deverá apresentar, periodicamente, em prazo não superior a seis (06) meses, o relatório de estágio (Anexo 06).

Art. 7º O discente deverá cumprir a carga horária total de 165 horas de modo que a jornada de atividade semanal de estágio deverá ser distribuída nos horários de funcionamento da Instituição Concedente e ser compatível com o horário escolar do estagiário, quando for realizada durante o período letivo, nos termos da legislação vigente.

§ 1º A jornada de trabalho do discente estagiário não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único: A carga horária poderá ser aumentada desde que não prejudique as atividades acadêmicas diárias do Estagiário. No período de férias escolares, a jornada semanal de Estágio será estabelecida de comum acordo entre o(a) Estagiário(a) e a Concedente, sempre com interveniência da Universidade.

Art. 8º Durante o período de estágio, o estudante fará jus ao seguro contra acidentes pessoais.

§ 1º Em se tratando de estágio não obrigatório o seguro deverá ser contratado pela Instituição Concedente.

§ 2º Em se tratando de estágio obrigatório, o seguro deverá ser contratado pela UFVJM.

Art. 9º É facultada à Instituição Concedente a concessão de bolsa ou outra forma de auxílio financeiro ao estagiário em caso de estágio obrigatório; sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte, no caso de estágio não obrigatório.

Art. 10 O estagiário poderá ser desligado do estágio (Anexo 7):

I - A qualquer tempo, no interesse da Instituição Concedente;

II - A qualquer tempo, a pedido do Estagiário;

III - Em decorrência do descumprimento do Termo de Compromisso de Estágio e do Plano de Atividades do Estagiário;

IV - Pela interrupção do curso, por trancamento, desistência ou desligamento.

Art. 11 Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada do estudante qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para obtenção e realização de estágio.

Art. 12 Casos omissos serão analisados pelo Colegiado de curso, e quando necessário submetidos à Congregação do IECT para análise e deliberação.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação pela Congregação do IECT.

Janaúba, 14 de maio de 2020

Profª. Bárbara Gonçalves Rocha

Presidente do Colegiado do curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia,
Ciência e Tecnologia IECT/ UFVJM

ANEXO 1
TERMO DE ACEITE ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI
(Engenharia de Minas, UFVJM/IECT, Campus Janaúba)



TERMO DE ACEITE DO PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Eu, _____, docente do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (UFVJM, Campus Janaúba), aceito orientar o discente _____, matrícula _____, na seguinte área de atuação _____. Comprometo-me a auxiliar o discente na elaboração do relatório final do estágio.

Janaúba, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura do(a) Orientador(a)

ANEXO 2
PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI



PLANO DE ATIVIDADES DO(A) ESTÁGIÁRIO(A)
(Engenharia de Minas, UFVJM/IECT – Campus Janaúba)

Nome do estagiário:

Nome do supervisor de estágio:

Empresa/Instituição

Período de realização do estágio: ____ / ____ /20__ a ____ / ____ /20__

1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/EMPRESA CONCEDENTE E DO(S) SETOR(ES) ONDE SERÁ(ÃO) DESENVOLVIDAS AS ATIVIDADES DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Neste item deverá conter:

a) Descrição sucinta quanto ao ramo de atividade, aos produtos e/ou serviços prestados, forma de organização, quantidade de funcionários e outras informações que permitem ter uma visão geral da Concedente;

b) Descrição do(s) setor(es)/áreas(s) de realização do estágio.

2. FORMAS DE ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DO(A) SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO DA INSTITUIÇÃO/EMPRESA CONCEDENTE.

3. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO(A) ESTAGIÁRIO(A), OS OBJETIVOS E O PERÍODO EM QUE SERÁ EXECUTADA

Relatar de forma detalhada as atividades a serem realizadas no decorrer do estágio.

Atividade	Objetivo	Período

_____, ____ de _____ de 20__

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura do(a) Supervisor(a)

Assinatura do(a) Orientador(a)

ANEXO 3
FICHA DE AVALIAÇÃO DO ALUNO PELO SUPERVISOR DE ESTÁGIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI



FICHA DE AVALIAÇÃO DO(A) ESTÁGIÁRIO(A)
(Engenharia de Minas, UFVJM/IECT – Campus Janaúba)

Nome do estagiário:

Nome do supervisor de estágio:

Empresa/Instituição:

Período de realização do estágio: ____ / ____ /20__ a ____ / ____ /20__

Favor pontuar os critérios abaixo de acordo com o desempenho do estagiário.

Insatisfatório: Nota 1; Regular: Nota 2; Bom: Nota 3; Ótimo: Nota 4; Excelente: Nota 5.

1. Desempenho das atividades;	
2. Conhecimento teórico;	
3. Conhecimentos técnicos;	
4. Capacidade de sugerir e inovar;	
5. Segurança nas decisões;	
6. Capacidade de inquirir e aprender;	
7. Iniciativa e independência de trabalho;	
8. Maturidade;	
9. Capacidade de coordenação;	
10. Assiduidade;	
11. Pontualidade;	
12. Adaptação aos regulamentos internos;	
13. Relacionamento com chefia e funcionários;	
14. Cooperação, disponibilidade;	
15. Interesse;	
16. Responsabilidade, disciplina e zelo;	
17. Pró-atividade;	
18. Capacidade para solucionar problemas;	
19. Segurança na execução das tarefas;	
20. Qualidade do trabalho realizado.	

NOTA FINAL (Somatório das notas acima):	
Parecer do supervisor responsável pelo(a) estagiário(a):	
<p>O aluno/estagiário:</p> <p>() alcançou os objetivos propostos para o estágio supervisionado;</p> <p>() alcançou parcialmente os objetivos propostos para o estágio supervisionado;</p> <p>() não alcançou os objetivos propostos;</p>	
<p>Recomenda:</p> <p>() aprovação do(a) estagiário(a);</p> <p>() repetição de parte do estágio;</p> <p>() reprovação do(a) estagiário(a);</p>	
Observações:	
<p>_____, ____ de _____ de 201__</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do supervisor</p>	

ANEXO 4
FICHA DE AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO PELO
PROFESSOR ORIENTADOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI



FICHA DE AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO - ORIENTADOR
(Engenharia de Minas, UFVJM/IECT – Campus Janaúba)

Nome do estagiário:

Curso:

Nome do supervisor de estágio:

Empresa/Instituição concedente:

Período de realização do estágio: ____ / ____ /20__ a ____ / ____ /20__

Notas de 0 a 100

1. Atingiu objetivos traçados para o estágio;
2. Descreveu sucintamente a empresa concedente;
3. Descreveu setor/área onde realizou o estágio;
4. Cumpriu as atividades propostas para o estágio;
5. Articulou teoria e prática;
6. Apresentou os métodos e técnicas utilizados no estágio;
7. Expôs as experiências adquiridas;
8. Apresentou clareza nas considerações finais;
9. Apresentou posicionamento crítico;
10. Referências, anexos e apêndices atendem as normas da ABNT;
11. Atende as normas gramaticais;

MÉDIA FINAL DA NOTA:

Observações:

_____, ____ de _____ de 20__

Assinatura do(a) Orientador(a)

ANEXO 5
FICHA DE AUTOAVALIAÇÃO DO ALUNO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI



FICHA DE AUTOAVALIAÇÃO DO ALUNO
(Engenharia de Minas, UFVJM/IECT – Campus Janaúba)

DADOS DO ESTAGIÁRIO:

Nome completo: _____

Matrícula: _____ Curso: _____

DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE DO ESTÁGIO:

Instituição/Empresa: _____

Área/Setor de atuação: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Tel.: _____ E-mail: _____

Avaliação	Nota (0 a 10)
1. Adequação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação em relação à atuação durante o estágio	
2. Adequação dos conhecimentos práticos adquiridos ao longo da graduação em relação à atuação durante o estágio	
3. Coerência entre o Plano de Estágio e as atividades desenvolvidas	
4. Capacidade de execução das atividades desenvolvidas	
5. Grau de liberdade para sugerir modificações/ inovações na empresa	
6. Aplicabilidade do treinamento (integração, normas da empresa, segurança etc.) oferecido pela empresa às atividades desenvolvidas	
7. Nível de integração/socialização com colegas e ambiente de trabalho	

8. Atuação do Supervisor de estágio (Empresa)	
9. Atuação do Professor Orientador de estágio (Universidade)	
10. Atuação do Coordenador de Estágio do curso	
MÉDIA FINAL DA NOTA	
Comentários:	

_____, ____ de _____ de 20__

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Anexo 6

RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI**



(Engenharia de Minas, UFVJM/IECT – Campus Janaúba)

MODELO PARA REDAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Engenharia de Minas, UFVJM/IECT, Campus Janaúba

INFORMAÇÕES GERAIS

O presente modelo tem por objetivo padronizar o relatório de atividades que é exigido no estágio supervisionado curricular do curso de Engenharia de Minas. O orientador e o supervisor deverão colaborar na elaboração do relatório pelo estagiário, com sugestões e correções que se fizerem necessárias. Todos os aspectos do relatório como apresentação, redação, ortografia, dentre outros, são de inteira responsabilidade do estagiário. Recomenda-se, redigir o relatório em texto dissertativo, no qual o uso de vocabulário é impessoal.

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

REDAÇÃO: O relatório deverá ser redigido de maneira direta e objetiva, informando todas as atividades importantes realizadas durante o estágio. Trata-se de uma descrição do estágio envolvendo uma introdução, descrição do local, das atividades desenvolvidas, contendo revisão de literatura técnico-científica dos assuntos vivenciados no estágio, além da discussão dos mesmos (caso sejam pertinentes e possam enriquecer o relatório), das conclusões (associada aos objetivos do estágio), resumo das principais atividades e, caso pertinente, de sugestões. A redação deve seguir uma estética com boa estrutura e aparência geral, utilizando fonte Times New Roman 12; espaço 1,5; com margens superior e inferior 2,5 cm; esquerda 3,0 cm e direita 2,5 cm e texto justificado.

CAPA: Deve ser feita em folha comum (A4), caso o relatório seja encadernado com uma folha de plástico transparente e com espiral. A capa não deverá conter figuras ou gráficos.

FOLHA-DE-ROSTO: Deve conter o nome do aluno, área do estágio, local com endereço, período, carga horária realizada, nome do supervisor, nome do orientador, local e a data da elaboração do relatório.

ÍNDICE: O índice deve dar condições de localizar os assuntos que fazem parte do relatório (títulos, subtítulos, etc.) através do número da página onde se encontram.

LISTAS DE TABELAS E FIGURAS: Deverá conter o título esclarecedor do assunto com a respectiva paginação. As tabelas e figuras deverão ser escritas com inicial maiúsculas, tanto nas tabelas e figuras como no texto, seguindo a numeração com algarismos arábicos. Ex.: Tabela 1; Tabela 2; Figura 1; Figura 2, etc. As tabelas e figuras deverão ser citadas no texto antes de serem apresentadas no corpo do relatório.

TÓPICOS: Os capítulos do relatório deverão ser organizados em tópicos. Estes deverão encabeçar a página e receber numeração correspondente (Exemplo: 1. INTRODUÇÃO; 2. DESCRIÇÃO DO LOCAL; 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, etc.).

Os títulos devem ser escritos em letras maiúsculas e os subtítulos apenas a letra inicial maiúscula. Em nenhum caso, sublinhar ou usar ponto final. A paginação do Relatório deve ser feita em números arábicos na borda superior direita da folha, a partir da INTRODUÇÃO.

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, o aluno deve posicionar a área objeto do estágio no âmbito de produção, pesquisa, enfocando, principalmente, a importância da área escolhida. A seguir, traçar considerações sobre as atividades desenvolvidas, apresentando aspectos que proporcionem ao leitor visão prévias do que foi o estágio.

2. DESCRIÇÃO DO LOCAL

A descrição deve ser feita de forma sucinta, abrangendo o local, as instalações, os equipamentos, etc.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O relatório das práticas que constituíram o estágio deverá ser feito de forma concisa e clara. Poderão ser utilizadas tabelas, gráficos, etc. Em qualquer situação, é recomendável que se faça uma análise das atividades desenvolvidas, baseada em revisão da literatura. Caso o estagiário tenha realizado ou colaborado em trabalhos de pesquisa, deverá descrever parte do trabalho (título, autores, objetivos e material e métodos), detalhando sua participação prática e, se for o caso, apresentar os resultados e conclusões.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a. No texto - Neste caso, figura o AUTOR em maiúsculas, entre parênteses ou não, e, entre parênteses, o ano da publicação.

Exemplos:

- Segundo HEINSEMBERG e SCHRÖDINGER (1905), ...
- BOHR *et al.* (1957) propôs que as ideias da mecânica quântica...
- O espaço-tempo é curvo (EINSTEIN, 1917), uma consequência disso é que ...

b. No final do relatório - Os autores e as obras citadas devem aparecer por ordem alfabética do sobrenome, no capítulo REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, de acordo com as normas da ABNT.

5. ANEXOS

Os anexos não pertencem propriamente ao relatório, mas podem servir como subsídios para esclarecimento eventual.

ANEXO 7

RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Janaúba, ____ de _____ de _____.

Pelo presente instrumento legal a empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ no. _____, com sede à (endereço), doravante denominada CONCEDENTE, nos termos da Lei nº 11.788/2008, de 25/09/2008, neste ato representada por (nome do representante legal) e o estagiário (nome do estagiário), CPF nº _____, residente à _____ (endereço), regularmente matriculado no curso de _____ (Nome do curso), matricula nº _____ da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, resolvem de comum acordo RESCINDIR, de fato e de direito, o Termo de Compromisso de Estágio firmado pelas partes em ____/____/_____, tornando-o, a partir desta data, sem nenhum efeito jurídico.

Informamos que o referido estágio foi rescindido na supracitada data pelo seguinte motivo:

ESTUDANTE:

- Trancou a matrícula
- Mudou de curso
- Transferiu-se para outra Instituição de Ensino
- Recebeu outra proposta de estágio/emprego
- Foi efetivado
- Não iniciou o estágio
- Formou-se
- Não se adaptou às atividades propostas, por que? _____
- Outro motivo, especifique: _____

EMPRESA:

- Excesso de faltas no estágio
- Redução de custos e/ou pessoal
- Não atendeu às expectativas da empresa, por que? _____
- Outro motivo, especifique: _____
- Contratação do estagiário em regime CLT
- Por iniciativa da empresa
- Situação irregular de matrícula do estudante
- Por iniciativa do estudante

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres desta Rescisão as partes assinam-na em 03 vias de igual teor, cabendo a 1ª a Unidade Concedente, a 2ª ao (à) Estagiário(a) e a 3ª a Instituição de Ensino.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO
(Carimbo e assinatura)

UNIDADE CONCEDENTE
(Carimbo e assinatura)

ESTAGIÁRIO(A)

ANEXO V – RESOLUÇÃO ATIVIDADES COMPLEMENTARES

COLEGIADO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 14 DE MAIO DE 2020

Estabelece normas para as Atividades Complementares do Curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus de Janaúba.

O Colegiado de curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia – IECT, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, de Janaúba, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação extraída em sua 8ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de maio de 2020, e considerando a Resolução Nº 05– CONSEPE, de 23 de abril de 2010,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º As Atividades Complementares-AC e as Atividades Acadêmico-Científico Culturais-AACC estão previstas como atividades obrigatórias, nas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e no Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Minas.

Parágrafo Único: As AC devem ser realizadas ao longo da graduação do discente, dentro do prazo de conclusão do curso.

Art. 2º As atividades complementares têm como objetivo promover e permitir uma maior interação entre o discente e outras áreas correlatas, sejam elas específicas com sua formação profissional ou não.

Art. 3º Na avaliação das AC desenvolvidas pelo aluno serão consideradas a participação efetiva ou o total de horas dedicadas à atividade, respeitando-se o fator de conversão e limite máximo para cada atividade descrita no Anexo I desta Resolução.

Parágrafo Único: Cada atividade comprovada poderá se enquadrar em apenas um item do Anexo I desta Resolução.

CAPÍTULO II

NORMAS GERAIS

Art. 4º O discente que ingressar no Curso de Engenharia de Minas deverá, obrigatoriamente, integralizar a carga horária de AC, prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo único: Será considerada, para efeito de pontuação, participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso de Engenharia de Minas.

Art. 5º As AC podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;

Art. 6º A participação em AC deverá ter como diretriz a complementação de sua formação; assim, as atividades que não apresentarem esse caráter poderão ser indeferidas pelo Coordenador do Curso e/ou pelo Colegiado dos Curso.

Art. 7º Compete ao Coordenador do Curso:

I - Indicar professor responsável ou comissão organizadora para coordenar as ações das atividades Complementares no âmbito do curso de Engenharia de Minas;

II - Julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

Art. 8º O controle acadêmico do cumprimento dos créditos referentes às AC é de responsabilidade do coordenador das AC e do coordenador de Curso, a quem cabe avaliar a documentação exigida para validação da atividade.

Art. 9º Na avaliação das AC desenvolvidas pelo aluno serão consideradas a participação efetiva ou o total de horas dedicadas à atividade, respeitando-se o fator de conversão e limite máximo para cada atividade descrita nas tabelas de contagem de horas de atividades complementares (AC) do curso de Engenharia de Minas do Campus de Janaúba (ANEXO I) desta Resolução.

Art. 10 Compete ao aluno da UFVJM, matriculado no curso de Engenharia de Minas:

I - Informar-se sobre o Regulamento e atividades oferecidas, dentro ou fora da UFVJM, que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II - Requerer, ao Colegiado do Curso, em Formulário Próprio (ANEXO II), o registro das atividades para integralização como AC.

III - Entregar o Formulário de Registro de Atividades Complementares (ANEXO II), juntamente com a documentação comprobatória anexada, para avaliação e pontuação até a data limite estabelecida pela Coordenação de Curso;

§1º A documentação apresentada será devidamente legitimada pela Instituição emitente e conterà carimbo e assinatura, especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade, e outras formas de registros que forem pertinentes à atividade executada.

Art. 11 O aluno deverá apresentar no mínimo 90 (noventa) horas de Atividades Complementares, conforme o formulário do Anexo III desta resolução e em conformidade com as orientações previstas no Anexo I.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES

Art. 12 As atividades complementares, que podem ser reconhecidas para efeitos de aproveitamento da carga-horária em AC, a respectiva carga horária e a documentação comprobatória requerida são descritas nas tabelas de contagem de horas de atividades complementares (AC) do curso de Engenharia de Minas do Campus de Janaúba (ANEXO I).

Parágrafo único: As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 13 O aluno deverá participar de atividades que contemplem os dois grupos, de acordo com as TABELAS 1 e 2, ANEXO I.

Art. 14 As AC designadas entre os Grupos I e II referentes as TABELA I e II (ANEXO I), estando inclusas:

Grupo I - Atividades de complementação da formação social, humana, culturais e atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;

I - Atividades esportivas - participação em atividades esportivas, tais como, dança, ginástica, lutas e esportes, realizadas sob orientação profissional e desenvolvidas em escolas, clubes, academias ou outros espaços urbanos, sendo que, a cada 12 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC. As atividades serão comprovadas mediante a uma declaração assinada pelo responsável, junto de sua qualificação técnica;

II - Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira, sendo que, a cada 04 horas apresentadas, corresponderão em 01 hora de AC;

III - Participação em atividades artísticas e culturais, tais como, banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, espetáculos (teatro, coral, dança, ópera, circo, mostras de cinema) festivais e outras, sendo que, a cada 12 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

IV - Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural, sendo que, a cada 08 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

V - Participação em exposição artística ou cultural, como expositor, sendo que, a cada 04 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

VI - Participação em projetos de extensão remunerados ou não remunerados e de interesse social, com comprovação institucional da PROEX, sendo que, a cada 04 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

VII - Participação efetiva em Diretórios, Centros Acadêmicos e Entidades de Classe, sendo que, a cada ciclo apresentado, corresponderão 20 horas de AC;

VIII - Participação em Conselhos, Congregações e Colegiados da UFVJM, sendo que, a cada ciclo apresentado, corresponderão 15 horas de AC;

IX - Participação em comissões designadas por portaria, sendo que cada ciclo, corresponderão a 5 horas;

X - Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares, sendo que, a cada 12 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

XI - Participação em atividades beneficentes, sendo que, a cada 12 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

XII - Atuação como instrutor em cursos, seminários, oficinas e palestras técnicas de interesse da sociedade, sendo que, a cada 4 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC.

GRUPO II - atividades de complementação de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

I - Participação e aprovação em cursos, minicursos e oficinas de sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão, sendo que, a cada 4 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

II - Participação e aprovação em disciplinas ou curso de enriquecimento curricular, desde que, aprovadas pelo Colegiado do Curso, sendo que, a cada 04 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

III - Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos, sem apresentação de trabalhos, sendo que, a cada 08 horas apresentadas, corresponderão 02 horas de AC;

IV - Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos, como apresentador de trabalhos e participação em exposições técnico-científicas como expositor, sendo que, a cada 04 horas apresentadas, corresponderão 02 horas de AC;

V - Participação em eventos sem a declaração de carga horária no certificado do evento, sendo que cada dia, corresponderá a 1 hora de AC;

VI - Atividades de iniciação científica remunerada ou não remunerada, com comprovação, sendo que, a cada 04 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

VII - Atividade em projetos vinculados ao Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE) e/ou Programa de Monitoria, sendo que, cada 4 horas de atividade, com ou sem bolsa, corresponderão a 1 hora de AC ou AACC;

VIII - Programa de Educação Tutorial - PET, sendo que, a cada 04 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

IX - Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico, sendo que, a cada dia de evento, corresponderão 02 horas de AC;

X - Publicações em revistas técnicas, sendo que, a cada publicação apresentada, corresponderão 10 horas de AC;

XI - Publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional, sendo que, a cada publicação apresentada, corresponderão 05 horas de AC;

XII - Participação em grupo de estudo, na área de formação profissional, sendo que, a cada 04 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

XIII - Participação em visitas técnicas organizadas pela UFVJM, sendo que, a cada 04 horas apresentadas corresponderão em 01 hora de AC;

XIV - Estágio não obrigatório na área do curso, sendo que, a cada 4 horas apresentadas, corresponderá 01 hora de AC, ficando limitado a 30 horas de AC, por estágio;

XV - Trabalho efetuado pelo aluno, voltado para o empreendedorismo, dentro da área do curso, sendo que, a cada ano apresentado, corresponderão 40 horas de AC;

XVI - Trabalho com vínculo empregatício dentro da área do curso, sendo que, a cada ano apresentado, corresponderão 40 horas de AC;

XVII - Participação em Empresa Júnior e Incubadora Tecnológica, sendo que, a cada ano apresentado, corresponderão 40 horas de AC;

XVIII - Participação no programa Bolsa Atividade, cada 4 horas corresponderá a 1 hora de AC.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Engenharia de Minas, e quando necessário submetidos à Congregação do IECT para análise e deliberação.

Art. 16 Este regulamento poderá ser alterado por sugestão da maioria dos membros do Colegiado do Curso de Engenharia de Minas.

Art. 17 Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Engenharia de Minas.

Janaúba, 14 de maio de 2020.

Profª. Bárbara Gonçalves Rocha

Presidente do Colegiado do curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia,
Ciência e Tecnologia IECT/ UFVJM

ANEXO 1**TABELAS DE CONTAGEM DE HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC) DO CURSO
DE ENGENHARIA DE MINAS DO CAMPUS DE JANAÚBA****TABELA I – ATIVIDADES DO GRUPO I**

Nº	Atividade - Grupo I
1	Atividades Esportivas
2	Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Língua Estrangeira
3	Participação em atividades Artísticas e Culturais
4	Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural
5	Participação em exposição artística ou cultural como expositor
6	Participação em Projeto de Extensão Remunerado ou Não Remunerado (Certificado ou Declaração do professor responsável)
7	Participação efetiva em Diretórios, Centros Acadêmicos e entidades de classe
8	Participação em Conselhos, Congregações e Colegiados da UFVJM
9	Participação em comissões designadas por portaria
10	Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares
11	Participação em atividades beneficentes
12	Participação como instrutor em cursos, seminários, oficinas e palestras técnicas de interesse da sociedade

Legenda: a – Ano(s); c – Ciclo(s); d – Dia(s); h – Hora(s); p – Publicação(ões).

TABELA II – ATIVIDADES DO GRUPO II

N°	Atividade - Grupo II
1	Participação e aprovação em cursos, minicursos e oficinas de sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão
2	Participação e aprovação em disciplinas ou curso de enriquecimento curricular, desde que aprovados pelo colegiado do curso
3	Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos sem apresentação de trabalhos
4	Participação em palestras, congressos e seminários de natureza acadêmico-científico-tecnológicas, com apresentação de trabalhos e participação em exposições técnico-científicas, como expositor
5	Participação em eventos sem a declaração de carga horária no certificado do evento
6	Atividades de Iniciação científica remunerada ou não remunerada (Certificado ou Declaração do professor responsável)
7	Atividade em projetos vinculados ao Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE) e/ou Programa de Monitoria (Certificado ou Declaração do professor responsável)
8	Programa de Educação Tutorial - PET e monitoria remunerada ou não-remunerada (Certificado ou Declaração do professor responsável)
9	Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico
10	Publicações em revistas técnicas
11	Publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional.
12	Participação em grupo de estudo, na área de formação profissional
13	Participação em visitas técnicas organizadas pela UFVJM
14	Estágio não Obrigatório na área do curso
15	Trabalho efetuado pelo aluno, voltado para o empreendedorismo, dentro da área do curso
16	Trabalho com vínculo empregatício dentro da área do curso
17	Participação em Empresa Júnior, Incubadora Tecnológica e Crea Jr.
18	Participação programa Bolsa Atividade

Legenda: a – Ano(s); c – Ciclo(s); d – Dia(s); h – Hora(s); p – Publicação(ões).

ANEXO 2
FORMULÁRIO PARA REQUISIÇÃO DE CONTAGEM DE HORAS DE ATIVIDADES
COMPLEMENTARES (AC) DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS DO CAMPUS DE
JANAÚBA

NOME MATRÍCULA:
SEMESTRE/ ANO DE CONCLUSÃO:
NÚMERO DE HORAS DE AC COMPROVADA:
OBSERVAÇÕES: <p>1. Para a requisição de contagem de horas de AC, são necessários os seguintes documentos:</p> <p>a) Este formulário de requisição devidamente preenchido;</p> <p>b) Tabela de atividades complementares com os campos referentes à HORAS COMPROVADAS NA ATIVIDADE E HORAS DE AC OBTIDAS devidamente preenchidos;</p> <p>c) Fotocópias dos comprovantes de atividades realizadas devidamente numeradas de acordo com a tabela. Tais comprovantes devem ser organizados em ordem numérica crescente.</p> <p>2. As requisições que não estiverem devidamente instruídas não serão avaliadas.</p>

PARA USO DA COORDENAÇÃO

SITUAÇÃO DO(A) ALUNO(A): () APROVADO(A) () REPROVADO(A)

OBSERVAÇÕES:

ANEXO 3



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT)



Formulário de Registro de Atividades Complementares – Engenharia de Minas

Nome: _____ Matricula: _____

N°	Atividade - Grupo I	Horas Ativ.	Un.	Horas AC	Limite de Horas	Qtd	Conversão de Horas
1	Atividades Esportivas	12	h	1	30		0
2	Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Língua Estrangeira	4	h	1	30		0
3	Participação em atividades Artísticas e Culturais	12	h	1	30		0
4	Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural	8	h	1	10		0
5	Participação em exposição artística ou cultural como expositor	4	h	1	10		0
6	Participação em Projeto de Extensão Remunerado ou Não Remunerado (Certificado ou Declaração do professor responsável)	4	h	1	60		0
7	Participação efetiva em Diretórios, Centros Acadêmicos e entidades de classe	1	c	20	30		0
8	Participação em Conselhos, Congregações e Colegiados da UFVJM	1	c	15	30		0
9	Participação em comissões designadas por portaria	1	c	5	15		0
10	Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares	12	h	1	30		0
11	Participação em atividades beneficentes	12	h	1	10		0
12	Participação como instrutor em cursos, seminários, oficinas e palestras técnicas de interesse da sociedade	4	h	1	10		0
N°	Atividade - Grupo II	Horas Ativ.	Un.	Horas AC	Limite de Horas	Qtd	Conversão de Horas
1	Participação e aprovação em cursos, minicursos e oficinas de sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão	4	h	1	10		0
2	Participação e aprovação em disciplinas ou curso de enriquecimento curricular, desde que aprovados pelo colegiado do curso	4	h	1	10		0
3	Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos sem apresentação de trabalhos	8	h	2	30		0
4	Participação em palestras, congressos e seminários de natureza acadêmico-científico-tecnológicas, com apresentação de trabalhos e participação em exposições técnico-científicas,	4	h	2	30		0
5	Participação em eventos sem a declaração de carga horária no certificado do evento	1	d	1	10		0
6	Atividades de Iniciação científica remunerada ou não remunerada (Certificado ou Declaração do professor responsável)	4	h	1	70		0
7	Atividade em projetos vinculados ao Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE) e/ou Programa de Monitoria (Certificado ou Declaração do professor responsável)	4	h	1	40		0
8	Programa de Educação Tutorial - PET e monitoria remunerada ou não-remunerada (Certificado ou Declaração do professor responsável)	4	h	1	60		0
9	Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico	1	d	2	20		0
10	Publicações em revistas técnicas	1	p	10	50		0
11	Publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional	1	p	5	25		0
12	Participação em grupo de estudo, na área de formação profissional	4	h	1	20		0
13	Participação em visitas técnicas organizadas pela UFVJM	4	h	1	30		0
14	Estágio não Obrigatório na área do curso	4	h	1	30		0
15	Trabalho efetuado pelo aluno, voltado para o empreendedorismo, dentro da área do curso	1	a	40	40		0
16	Trabalho com vínculo empregatício dentro da área do curso	1	a	40	40		0
17	Participação em Empresa Júnior, Incubadora Tecnológica e Crea Jr.	1	a	40	40		0
18	Participação programa Bolsa Atividade	4	h	1	60		0

Legenda:
a - Ano(s);
c - Ciclo(s);
d - Dia(s)
h - Hora(s);
p - publicação(ões)

Total	0
--------------	---

Situação do(a) Aluno(a):	Reprovado
---------------------------------	-----------

Janaúba – MG, 28 de janeiro de 2020

Assinatura

ANEXO VI – RESOLUÇÃO TRABALHO DE CAMPO E VISITAS TÉCNICAS

RESOLUÇÃO Nº. 03 - COLEGIADO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS, DE 03 DE JULHO DE 2020

Estabelece as normas de realização de Visita Técnica e Trabalho de Campo do curso de Engenharia de Minas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, Campus Janaúba

O Colegiado do Curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT), da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que deliberou em sua 10ª reunião, realizada em 03/07/2020;

Resolve:

Capítulo I Dos conceitos básicos

Art. 1º Visita Técnica (VT): Atividade complementar dos componentes curriculares do curso de Engenharia de Minas oferecido pelo IECT/UFVJM, caracterizada pelo contato entre os visitantes – docentes, servidores e discentes - e o local visitado, visando avaliar, observar e participar das atividades práticas desenvolvidas por entidades públicas ou privadas.

Art. 2º Trabalho de Campo (TC): Instrumento didático usado para associar teoria e prática nos moldes de um trabalho de pesquisa. É a atividade investigativa e exploratória que ocorre fora do ambiente acadêmico, visando o estudo de determinado fenômeno no local onde ele ocorre naturalmente.

Art. 3º Atividades Complementares (AC): consideradas de enriquecimento e aprofundamento curricular, objetivam permitir ao discente exercitar-se no mundo acadêmico, experimentando e vivenciando oportunidades oferecidas através das áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Capítulo II Das Normas Gerais

Art. 4º Todas as Visitas Técnicas (VT) e Trabalhos de Campo (TC) deverão estar

Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

relacionados às áreas de conhecimento do curso de Engenharia de Minas.

Art. 5º As VT e TC poderão ser realizados em duas modalidades:

I- Como atividades que integram a carga horária teórica e/ou prática dos componentes curriculares, devendo ser detalhadas em seu Plano de Ensino;

II- Como Atividades Complementares (AC), sendo convalidadas por meio de declaração emitida pelo docente responsável e pelo Coordenador de Curso.

§ 1º As VT prescindem contemplar o desenvolvimento de habilidades práticas, restringindo-se a observação da técnica, consulta documental e a entrevista com profissionais e usuários/frequentedores do serviço.

Art. 6º A carga horária destinada à realização de VT ou TC nos moldes do **Art. 5º**, inciso I, será computada na porcentagem da carga horária total da disciplina, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) desta.

Art. 7º Os eventos que podem ser considerados como VT ou TC, conforme o caso, são:

- a) visitas a instituições públicas;
- b) visitas a empresas e/ou institutos de pesquisa, de serviços e/ou produção;
- c) visitas a propriedades rurais ou locais públicos;
- d) visitas em regiões específicas do país para estudo e pesquisa de aspectos industriais, ambientais, geológicos e biológicos.

§ 1º As VT e/ou TC não equivalem e nem substituem o estágio curricular obrigatório.

§ 2º As VT e os TC serão realizados, preferencialmente, em veículos oficiais da Instituição. Em casos especiais, poderá ser utilizado o fretamento de transporte.

Capítulo III

Dos requisitos para realização de VT ou TC

Art. 8º As VT e os TC serão voltados para a(s) turma(s) contemplada(s) pela componente curricular do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Art. 9º Será possível a participação dos discentes regularmente matriculados nos cursos de Engenharia de Minas e Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), conforme previsto nas ementas dos cursos.

Art. 10 É de responsabilidade do docente organizador da VT ou TC estruturar todas as

Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

suas etapas, desde o agendamento com o local de destino até a entrega do relatório final, bem como elaborar roteiro contendo programação das atividades.

Parágrafo Único: O roteiro caracterizará toda a programação e horários que devem ser obedecidos, bem como a descrição das vestimentas, acessórios e ferramentas necessárias à execução das atividades, a critério do docente.

Art. 11 O docente deverá elaborar um projeto de VT ou TC (Anexo 1) devendo constar, pelo menos:

- a) especificação da disciplina (nome e carga horária);
- b) metodologia e objetivos dos trabalhos;
- c) pertinência da temática da VT ou do TC à disciplina (justificativa para realização);
- d) contribuição das atividades para a formação do discente;
- e) local das atividades e cronograma de execução;
- f) forma de avaliação da atividade.

Art. 12 Além do projeto, o docente deverá encaminhar ao coordenador do curso, a “Solicitação de Visita Técnica ou Trabalho de Campo” (Anexo 2) para aprovação.

Art. 13 Após a aprovação da VT ou TC pelo coordenador do curso, o docente responsável deverá dar ciência da atividade à Direção do IECT.

Art. 14 A atividade deverá ser proposta com antecedência mínima de 1 (um) mês de sua realização.

Art. 15 Sendo necessário o uso de veículo oficial da Universidade, deverá ser procedida, ainda pelo docente responsável, a requisição de veículo junto ao sistema eletrônico da UFVJM.

Parágrafo Único: O docente responsável deverá providenciar a assinatura do “Termo de Responsabilidade” (Anexo 3) por todos os discentes ou responsáveis, quando menores, antes da visita.

Capítulo V

Da Visita Técnica ou Trabalho De Campo

Art. 16 O agendamento da visita no local é de responsabilidade do docente responsável.

Parágrafo único: Todos os participantes deverão dar ciência do roteiro organizado pelo docente, incluindo o(s) motorista(s).

Art. 17 É autorizada a participação de mais de um docente nas atividades, favorecendo o processo multidisciplinar.

Art. 18 O embarque e desembarque dos participantes para VT ou TC ocorrerá no local predeterminado pelo docente responsável, no horário previsto e estabelecido na programação.

Art. 19 É obrigatório porte de carteira de identificação estudantil e/ou documento oficial de identificação pelos discentes e docentes participantes, durante toda a VT ou TC.

Art. 20 Caso algum discente esteja em tratamento médico ou faça uso de medicamentos com receitas especiais, o mesmo deverá informar ao docente responsável no mínimo 10 (dez) dias antes da viagem e ainda, em casos específicos, deverá apresentar também o atestado médico autorizando a sua participação.

Art. 21 Em caso de desistência, o discente deverá informar o docente responsável em até 3 (três) dias antes da realização da atividade.

Art. 22 Caso a VT ou TC, já previamente confirmado, não ocorra por qualquer motivo, caberá ao docente responsável informar a todos os envolvidos, em tempo hábil, seu cancelamento ou solicitar seu adiamento. Da mesma forma, o docente deverá ser avisado sobre qualquer motivo que inviabilize a realização da visita.

Art. 23 Todos os participantes da VT ou do TC, sejam eles discentes, docentes ou servidores, deverão usar vestimentas adequadas, conforme descrito no roteiro.

Art. 24 Após o retorno da VT ou TC, o discente deverá registrar as atividades realizadas no “Relatório de Visita Técnica ou Trabalho de Campo” entregue ao docente em prazo estipulado pelo mesmo.

Art. 25 O docente terá 5 dias corridos a partir do término da viagem para preencher e encaminhar o “Relatório Docente de Visita Técnica ou Trabalho de Campo” (Anexo 3) aos órgãos competentes.

Parágrafo Único: A Coordenação de Curso deverá manter um arquivo de todos os Relatórios de atividades realizadas.

Art. 26 Somente será obrigatória a participação dos discentes nas VT ou TC, e os mesmos somente passarão por atividades avaliativas referente a tais atividades, caso a UFVJM fique responsável pelas despesas com transporte e hospedagem.

Capítulo VI Das Proibições

Art. 27 É vedado:

- a) a realização de VT ou TC sem a presença do docente ou servidor responsável em qualquer de suas fases;
- b) a entrada de qualquer discente, docente convidado ou servidor com trajes indevidos em qualquer ambiente durante a VT ou TC;
- c) a presença de pessoas cujos nomes não constam na lista de presença dos participantes da VT ou TC.

Art. 28 Fica estritamente proibido o uso de bebidas alcólicas, fumígenos, equipamentos de som em alto volume dentro do veículo durante o traslado (ou viagem) ou ainda nos locais a serem visitados.

Art. 29 Quando for usado veículo oficial para transporte ou o fretamento ocorrer por conta da Universidade, é vedada a participação de pessoa externa à comunidade acadêmica, exceto quando houver a necessidade de guia, representantes do poder público local ou um técnico/pesquisador específico.

Art. 30 O participante não poderá deixar a atividade de campo ou a base/alojamento sem a anuência do docente responsável.

Art. 31 Os participantes não poderão participar de VT ou TC alcoolizados ou sob efeito de substâncias alucinógenas, que comprometam o seu desempenho físico e psíquico.

Capítulo VII Das Prioridades

Art. 32 As solicitações de viagem somente serão atendidas havendo recursos disponíveis.

Art. 33 Somente serão atendidas solicitações de docentes que constem no Plano de Ensino da disciplina, devendo ser validada pelo coordenador do curso.

Art. 34 Havendo mais de um pedido de visita para a mesma data, será decidido pelo Colegiado do curso.

Art. 35 Os casos omissos serão deliberados pelo Colegiado do Curso.

Capítulo VIII
Procedimentos Gerais

Art. 36 Cabe ao DOCENTE RESPONSÁVEL

- a) contatar previamente o local a ser visitado e verificar a possibilidade da VT ou TC;
- b) elaborar o projeto de VT ou TC, justificando as atividades;
- c) preencher o formulário “Solicitação de Visita Técnica ou Trabalho de Campo” e encaminhar ao coordenador do curso para autorização;
- d) caso autorizado, contatar os responsáveis pelo local a ser visitado para verificar as normas do local (vestuário, permissão de fotografias, etc) e confirmar o agendamento;
- e) elaborar o roteiro da VT ou do TC com data e horários definidos;
- f) caso necessite do uso de veículo oficial, proceder a requisição junto ao sistema eletrônico da UFVJM;
- g) imprimir “Termo de Responsabilidade” e entregar aos participantes VT ou do TC e requerer assinatura;
- h) distribuir aos participantes o roteiro de atividades;
- i) antes do embarque, recolher o “Termo de Responsabilidade” de cada um dos participantes;
- j) verificar as condições especiais de um ou outro discente, caso haja, de forma preventiva;
- k) solicitar os materiais necessários para a realização das atividades, mediante autorização do coordenador do curso;
- l) realizar o cronograma de atividades propostas, conforme roteiro;
- m) elaborar o “Relatório Docente de Visita Técnica ou Trabalho de Campo” e ainda o “Relatório de Viagem”, sendo este último somente quando for o caso;
- n) cobrar, receber e avaliar dentro dos critérios estabelecidos para as avaliações das atividades da Componente Curricular;
- o) encaminhar toda a documentação para arquivamento junto à Coordenação do Curso.

Art. 37 Cabe aos DISCENTES

- a) informar o docente responsável a possibilidade ou não de participar das atividades;
- b) repassar ao docente todos os dados necessários, como nome completo, RG, CPF e outros dados que porventura lhe sejam solicitados;
- c) preencher, assinar e entregar o “Termo de Responsabilidade” ao docente antes do embarque;
- d) no caso de discente menor de idade, solicitar a assinatura da “Autorização” (Anexo 4) aos seus pais ou responsável e entregar ao docente até a data estipulada por este;
- e) solicitar ao docente o roteiro e o cronograma das atividades;
- f) providenciar as vestimentas, materiais e ferramentas necessárias para realização das

atividades;

g) portar documento oficial de identificação e/ou de carteira de identificação estudantil durante todas as atividades;

h) responsabilizar-se pela reposição ou pagamento de qualquer objeto quebrado, danificado, ou desaparecido do local visitado;

i) zelar pela conservação e limpeza do meio de transporte, bem como pela tranquilidade do motorista;

j) elaborar e entregar o “Relatório Discente de Visita Técnica ou Trabalho de Campo” e entregar ao docente em prazo estipulado pelo mesmo.

Art. 38 Cabe ao COORDENADOR DE CURSO

a) receber a “Solicitação de Visita Técnica e Trabalho de Campo”, analisar e efetuar sua autorização, se for o caso;

b) devolver o documento ao docente solicitante, com suas considerações;

c) receber o “Relatório Docente de Visita Técnica ou Trabalho de Campo”;

d) arquivar toda a documentação recebida do docente.

Capítulo IX

Considerações Finais

Art. 39 Os servidores participantes das VT ou TC fora da cidade de origem poderão requerer diárias, conforme Portaria Nº 343, de 17 de fevereiro de 2020 da UFVJM.

Art. 40 A Coordenação de Curso deve criar e manter um acervo de toda a documentação relativa a cada processo de VT ou TC, para consulta e posterior comprovação junto ao órgão fiscalizador (MEC).

Art. 41 Caso os dias para a VT ou TC coincidam com os dias em que outras disciplinas são ministradas, o docente responsável deverá acordar com os demais docentes a reposição das aulas, devendo ser disponibilizada carga horária igual, por conta do responsável, para o docente que irá repor a aula.

Art. 42 A UFVJM não se responsabilizará pelos objetos pessoais dos participantes, bem como seus materiais e equipamentos de estudo e pesquisa.

Art. 43 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso.

Art. 44 Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data.

Prof^a. Bárbara Gonçalves Rocha

Presidente do Colegiado do curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia,
Ciência e Tecnologia IECT/ UFVJM

PROJETO DE VISITA TÉCNICA OU TRABALHO DE CAMPO	
Disciplina:	Carga horária:
Metodologia e Objetivo:	
Justificativa:	
Contribuição das atividades para a formação do discente:	
Cronograma	
Data e Local	Atividade
Métodos avaliativos:	



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Anexo 1



Docente(a) Responsável

Autorização da Coordenação do Curso

Anexo 3

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____,
matrícula _____, portador do RG _____,
CPF _____, declaro estar ciente dos termos contidos na Resolução N° 03
Colegiado do Curso de Engenharia de Minas, de 03 de Julho de 2020, que regulamenta as visitas
técnicas e trabalhos de campo, assim como o descrito no verso deste, e assumo o compromisso
de cumprir suas disposições, apresentar conduta pró ativa de segurança, inclusive prestando
informações adicionais sobre características pessoais, geradoras ou potencializadoras de risco,
tais como: alergias, deficiência ou limitação física, indisposição a determinados agentes físicos,
biológicos, químicos ou radioativos e outras informações relevantes à própria segurança e a de
terceiros. Fica também firmado o compromisso quanto à postura disciplinada, seguindo as
orientações do docente responsável, jamais saindo do roteiro ou atividades programadas,
utilizando os equipamentos de segurança pertinentes. Declaro ainda estar ciente de que, caso
necessite de eventual atendimento médico e/ou de primeiros socorros, esses procedimentos
dependerão sempre das condições do local onde eu me encontrar. No caso de desobediência
às normas impostas, estou ciente de que poderei ser desligado dessa atividade acadêmica
imediatamente, bem como sofrerei as penalidades cabíveis, segundo normativas internas da
UFVJM e legislação correlata.

Pessoa(s) de contato:	
Grau de parentesco:	Telefones:
Descrição das limitações físicas ou incapacidades, bem como os medicamentos que faz uso:	
Descrição sucinta das atividades (de preenchimento do docente responsável):	

Frente

Das responsabilidades do discente:

1. portar documentos de identificação durante todas as atividades;
2. assinar o “Termo de Responsabilidade”, responsabilizando-se pela participação e cumprimento das atividades previstas no Projeto e entregá-lo ao docente responsável antes do embarque;
3. preencher formulário acima, ainda, no que diz respeito a informações gerais e de saúde, declarando-se apto a participar da atividade proposta;
4. cumprir os horários estabelecidos pelo docente, durante a realização da Visita Técnica ou Trabalho de Campo, inclusive os de saída e chegada;
5. realizar as atividades propostas no planejamento das atividades;
6. respeitar as normas e exigências impostas pelo local a ser visitado;
7. custear a hospedagem, refeições ou deslocamento marítimo ou fluvial, quando for o caso;
8. levar consigo itens, acessórios e, inclusive alimentos, para Trabalhos de Campo, quando assim solicitado pelo docente responsável;
9. trajar as vestimentas adequadas ao local a ser visitado;
10. não fazer uso de quaisquer substâncias nocivas à saúde (bebidas alcoólicas, fumíferos, etc.) durante todo o traslado e o período de atividades;
11. zelar pela conservação e limpeza do(s) veículo(s) utilizado(s) para o traslado;

Janaúba, _____ de _____ de 20____

Assinatura do discente

Assinatura do Responsável (quando discente menor)

Assinatura do Docente Responsável

Verso

Anexo 4

RELATÓRIO DOCENTE DE VISITA TÉCNICA OU TRABALHO DE CAMPO

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR OU COLABORADOR EVENTUAL	
NOME: _____	Matrícula SIAPE: _____
CARGO: _____	Função: _____
Órgão de Exercício: _____	

IDENTIFICAÇÃO DO AFASTAMENTO

Percurso:

Autorização do Afastamento (apenas para o exterior):

Saída: _____ Chegada: _____ Nº de Diárias: _____

DESCRIÇÃO SUCINTA DA VIAGEM	
Data	Atividades e Objetivos

Data: _____
Docente Responsável

Frente

Anexo 4

RELATÓRIO DOCENTE DE VISITA TÉCNICA OU TRABALHO DE CAMPO

Resolução nº 18/2009/CONSU/UFVJM – Instruções:

O beneficiário das diárias e passagens concedidas deverá prestar contas no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o retorno, através da apresentação deste relatório de viagem ao Proponente/SCDP.

Anexar:

- Documentos comprobatórios da prestação do serviço ou da participação nas atividades previstas;
- Requisição de diárias e passagens em <http://www.ufvjm.edu.br/proad/diarias.html>;
- Arquivo Fotográfico das Visitas Técnicas e Trabalhos de Campo.

Verso

Anexo 5

AUTORIZAÇÃO

(Quando se tratar de discente menor de idade)

Janaúba, ____ de _____ de 20__

(Especificação do Local a ser visitado)

() Autorizo () Não Autorizo

O(a) discente(a) _____ a participar das atividades referentes ao descrito acima, no período de ____/____/____ a ____/____/____.

Observações: As despesas com o ônibus, hospedagem e refeições serão de responsabilidade de cada discente e terão um valor aproximado de R\$ (escrever por extenso). (Somente quando for o caso) A autorização deverá ser entregue à(o) docente(a) (nome do docente), até (data).

Dados do discente (Favor preencher todos os campos)

Nome completo: _____

Número do RG ou Certidão de Nascimento: _____

Idade: _____

Tem algum tipo de alergia? Utiliza algum medicamento controlado? Citar:

Outras informações: _____

Dados do responsável

Nome do responsável: _____

RG/CPF do responsável: _____

Telefone residencial: _____ Celular: _____

Assinatura do responsável

VISITA TÉCNICA RELAÇÃO DE VISITANTES	VISITA TÉCNICA RELAÇÃO DE VISITANTES	
	Nome completo	Nº do RG

ANEXO VII – FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

FORMULÁRIO 1

Prezado discente;

O questionário a seguir pretende mapear o perfil de aprendizagem dos alunos bem como suas expectativas em relação aos cursos do IECT - UFVJM. A sua identificação (nome e contato) é opcional. Entretanto, informamos que o acesso às informações contidas neste formulário será restrito. O preenchimento retratará suas considerações sobre a UFVJM, seu curso, seus docentes e os componentes curriculares (disciplinas) que você cursará neste e nos próximos semestres. Solicita-se, portanto, sua colaboração para preenchê-lo com seriedade, pois suas respostas serão de grande importância para subsidiar reflexões e orientar possíveis mudanças que retornarão em seu próprio benefício, como melhorias na qualidade do ensino e no atendimento a você como estudante da UFVJM.

Responda as questões abaixo atribuindo notas de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 a nota mínima e 5 a nota máxima, em escala de concordância com as afirmações propostas, seguindo a seguinte legenda:

- 1 = Discordo completamente
- 2 = Discordo moderadamente
- 3 = Indiferente
- 4 = Concordo moderadamente
- 5 = Concordo plenamente

Assinale apenas uma opção, dentro do círculo correspondente à sua resposta, conforme modelo:

Dados do aluno (opcional)

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Cidade de origem: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

1) Você considera a UFVJM – Campus Janaúba como uma opção de excelência em ensino para sua área?

2) Você considera que a UFVJM apresenta infraestrutura e profissionais habilitados para fornecer a qualidade de ensino esperada?

3) Você espera que após concluir o curso na área escolhida estará apto a ingressar no mercado de trabalho?

4) Você acredita que estar empregado em uma área diretamente relacionada ao seu curso escolhido é essencial?

5) Esta é a primeira vez que você ingressa em um curso de graduação?

6) Você considera importante que a Universidade provenha subsídio e suporte em âmbitos variados (financeiro, emocional, acadêmico)?

7) Você acredita que sua formação anterior tenha proporcionado a base do conhecimento necessário para cursar o ensino superior nessa Universidade?

8) Você já tinha ouvido falar sobre o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BC&T) antes de ingressar na UFVJM?

9) Ao completar o BC&T, você pretende ingressar em um curso terminal de Engenharia?

10) Caso a resposta anterior seja sim, indique a engenharia pretendida.

11) Caso tenha algum comentário adicional, sugestão, dúvida, observação, utilize o espaço abaixo:

Perfil 2) Público-alvo: Aluno de transição recém ingressos no curso de Engenharia de Minas da UFVJM/Janaúba

- 1) Considera sua escolha pelo curso de Engenharia de Minas como a melhor opção dentre as demais?
- 2) O que motivou a sua escolha por este curso foi a perspectiva de atuação no mercado de trabalho na região?
- 3) O que te motivou a escolha por este curso foi a infraestrutura apresentada?
- 4) O que te motivou a escolha por este curso dentre as demais opções foi a perspectiva de possibilidade pesquisa na área para impulsionar sua carreira acadêmica?
- 5) Considera a equipe de profissionais atuantes no curso altamente qualificados para auxiliar na sua formação?

Perfil 3) Público alvo: Alunos que se encontram no último período do curso de Engenharia de Minas da UFVJM/Janaúba

- 1) O curso apresenta infraestrutura necessária para a formação de um profissional competente?
- 2) O programa de estágio te auxiliou de alguma forma na inserção do mercado de trabalho? (Dê uma nota de 1 a 5)
- 3) Qual o conceito você atribui ao nível de conhecimento dos docentes do curso durante os períodos que cursou? (Dê uma nota de 1 a 5)

- 4) As aulas práticas e de campo foram satisfatórias na aquisição do conhecimento necessário para o bom desempenho no estágio e trabalho na área?
- 5) Você se sente capacitado a ingressar no mercado de trabalho?
- 6) Você se sentiu atendido pelo estilo de ensino e metodologias aplicadas pelo corpo docente do curso?
- 7) A infraestrutura e atividades de laboratório corroboraram para o seu aprendizado de forma satisfatória?
- 8) Os projetos de ensino, de extensão e de pesquisa em que participou forneceram subsídio, bagagem, conhecimento, competências e consciência das necessidades e desafios que o trabalho externo exige?
- 9) Você se sentiu bem atendido pela secretaria da universidade?
- 10) Você se sentiu bem atendido pela direção do curso?
- 11) Você se sentiu bem atendido pelos funcionários e pela estrutura da biblioteca?
- 12) Você se sentiu bem atendido e contemplado pelos programas de apoio ao discente, como bolsas de extensão, de pesquisa e de auxílio estudantil e monitoria?
- 13) Os projetos de empreendedorismo oferecidos pelo curso atenderam as suas expectativas no sentido de adquirir competências necessárias no mercado de trabalho externo?
- 14) Se sentiu bem orientado e embasado pelos docentes responsáveis pelas orientações dos projetos executados em grupo?

15) As bibliografias indicadas no plano de ensino das disciplinas atenderam suas demandas de estudos e contribuíram para a formação do conhecimento?

16) O curso ofereceu possibilidades de participação de conferências, workshops, congressos, semanas acadêmicas e profissionais para alavancar a troca de experiências, conhecimento e rede de contatos na área?

17) O curso forneceu palestra e contato com professores de outros cursos e universidades para auxiliar na troca de experiências e conhecimento?

Perfil 4) Alunos egressos um ou dois anos após formação no curso de Engenharia de Minas da UFVJM/Janaúba

- 1) Você está exercendo alguma atividade profissional atualmente?
- 2) Está trabalhando em alguma empresa ou instituição na sua área de formação?
- 3) Caso esteja trabalhando, sua área de atuação abrange a região onde a UFVJM está inserida?
- 4) Na região em que você vive, as ofertas profissionais da sua área de formação ocorrem com frequência satisfatória?
- 5) Qual o seu nível de satisfação, na sua situação profissional atual?
- 6) Você acredita que o curso de Engenharia de Minas tenha propiciado os conhecimentos necessários para você se tornar competitivo(a) em relação ao mercado de trabalho?

- 7) Você acredita que o curso de Engenharia de Minas tenha propiciado as competências necessárias para você se tornar competitivo(a) em relação ao mercado de trabalho?
- 8) Nas entrevistas de emprego, se sentiu à vontade e seguro devido ao aprendizado no curso de graduação?
- 9) Você sente necessidade de realizar outro curso ou especialização para ter maior qualificação?
- 10) Você indicaria o curso de Engenharia de Minas da UFVJM/Janaúba?
- 11) Você contrataria um profissional formado pelo curso de Engenharia de Minas da UFVJM/Janaúba?
- 12) Quais são as principais competências e demandas do mercado de trabalho acerca do profissional na área de Engenharia de Minas?
- 13) Você se sente apto para atuar em qualquer empresa de engenharia, em função ao seu conhecimento generalista e visão holística dos processos intrínsecos às engenharias?
- 14) Caso tenha algum comentário adicional, sugestão, dúvida, observação, utilize o espaço abaixo:

FORMULÁRIO 2

Prezado Discente;

O questionário a seguir pretende mapear o perfil de aprendizagem dos alunos bem como suas expectativas em relação ao curso de Engenharia de Minas. A sua identificação é opcional (nome e contato). Entretanto, informamos que o acesso às informações contidas neste formulário será restrito. O preenchimento retratará suas considerações sobre a UFVJM, o curso da Engenharia de Minas, seus docentes e os componentes curriculares (disciplinas) que você cursará neste e nos próximos semestres. Solicita-se, portanto, sua colaboração para preenchê-lo com seriedade, pois suas respostas serão de grande importância para subsidiar reflexões e orientar possíveis mudanças que retornarão em seu próprio benefício, como melhorias na qualidade do ensino e no atendimento a você como estudante da UFVJM.

Responda as questões abaixo atribuindo notas de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 a nota mínima e 5 a nota máxima, em escala de concordância com as afirmações propostas, seguindo a seguinte legenda:

- 1 = Discordo completamente
- 2 = Discordo moderadamente
- 3 = Indiferente
- 4 = Concordo Moderadamente
- 5 = Concordo plenamente

Assinale apenas uma opção, dentro do círculo correspondente à sua resposta, conforme modelo:

Dados do aluno (opcional)

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Cidade de origem: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

1) Você considera que a sua formação como Bacharel em Ciência e Tecnologia foi satisfatória e te preparou para a transição para a Engenharia?

2) Você considera ter domínio dos conhecimentos básicos, das competências e das habilidades desenvolvidos durante o BC&T?

3) O curso de Engenharia de Minas sempre foi uma das opções que você cogitou cursar antes de ingressar na UFVJM?

4) Você já conhecia o curso e a área de atuação da Engenharia de Minas?

5) Você tem conhecimento da matriz curricular e do Projeto Pedagógico de Curso da Engenharia de Minas do IECT?

6) Você acredita que após completar o curso estará apto a ingressar no mercado de trabalho ou área de atuação profissional de forma competitiva?

7) Você tem conhecimento das opções de emprego na região?

8) Você tem a intenção de atuar na região norte de Minas Gerais?

9) Você acredita que o curso de Engenharia de Minas contribui com o desenvolvimento da região onde ele se insere?

10) Você acredita que a estrutura do curso está adequada à sua proposta pedagógica?

11) Caso tenha algum comentário adicional, sugestão, dúvida, observação, utilize o espaço abaixo:

FORMULÁRIO 3

Prezado Discente;

O questionário a seguir pretende mapear o grau de satisfação e as eventuais melhorias que devem ser feitas na visão dos alunos, bem como sua confiança e expectativa em relação ao mercado de trabalho da Engenharia de Minas. A sua identificação é opcional (nome e contato). Entretanto, informamos que o acesso às informações contidas neste formulário será restrito. O preenchimento retratará suas considerações sobre a UFVJM, o curso da Engenharia de Minas, seus docentes e os componentes curriculares (disciplinas) que você cursou. Solicita-se, portanto, sua colaboração para preenchê-lo com seriedade, pois suas respostas serão de grande importância para subsidiar reflexões e orientar possíveis mudanças que retornarão em seu próprio benefício, como melhorias na qualidade do ensino e no atendimento a você como estudante da UFVJM.

Responda as questões abaixo atribuindo notas de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 a nota mínima e 5 a nota máxima, em escala de concordância com as afirmações propostas, seguindo a seguinte legenda:

- 1 = Discordo completamente
- 2 = Discordo moderadamente
- 3 = Indiferente
- 4 = Concordo Moderadamente
- 5 = Concordo plenamente

Assinale apenas uma opção, dentro do círculo correspondente à sua resposta, conforme modelo:

Dados do aluno (opcional)

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Cidade de origem: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

- 1) O curso apresenta infraestrutura necessária para a formação de um profissional competente?

- 2) O programa de estágio te auxiliou de alguma forma na inserção do mercado de trabalho?

- 3) Qual o conceito você atribui ao nível de conhecimento dos docentes do curso durante os períodos que cursou?

- 4) As aulas práticas e de campo foram satisfatórias na aquisição do conhecimento necessário para o bom desempenho no estágio e trabalho na área?

- 5) Você se sente capacitado a ingressar no mercado de trabalho?

- 6) Você se sentiu atendido pelo estilo de ensino e metodologias aplicadas pelo corpo discente do curso?

- 7) A infraestrutura e atividades de laboratório corroboraram para o seu aprendizado de forma satisfatória?

- 8) Os projetos de ensino, de extensão e de pesquisa em que participou forneceram subsídio, bagagem, conhecimento, competências e consciência das necessidades e desafios que o trabalho externo exige?

9) Você se sentiu bem atendido pela secretaria da universidade?

10) Você se sentiu bem atendido pela direção do curso?

11) Você se sentiu bem atendido pelos funcionários e pela estrutura da biblioteca?

12) Você se sentiu bem atendido e contemplado pelos programas de apoio ao discente, como bolsas de extensão, de pesquisa e de auxílio estudantil e monitoria?

13) Os projetos de empreendedorismo oferecidos pelo curso atenderam as suas expectativas no sentido de adquirir competências necessárias no mercado de trabalho externo?

14) Se sentiu bem orientado e embasado pelos docentes responsáveis pelas orientações dos projetos executados em grupo?

15) As bibliografias indicadas no plano de ensino das disciplinas atenderam suas demandas de estudos e contribuíram para a formação do conhecimento?

16) O curso ofereceu possibilidades de participação de conferências, workshops, congressos, semanas acadêmicas e profissionais para alavancar a troca de experiências, conhecimento e rede de contatos na área?

17) O curso forneceu palestra e contato com professores de outros cursos e universidades para auxiliar na troca de experiências e conhecimento?

18) Caso tenha algum comentário adicional, sugestão, dúvida, observação, utilize o espaço abaixo:

FORMULÁRIO 4

Prezado Engenheiro(a);

O questionário a seguir pretende mapear o grau de satisfação e as eventuais melhorias que devem ser feitas no curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM sob a ótica do profissional, bem como sua confiança no curso. A sua identificação é opcional (nome e contato). Entretanto, informamos que o acesso às informações contidas neste formulário será restrito. O preenchimento retratará suas considerações sobre a UFVJM, o curso da Engenharia de Minas, seus docentes e os componentes curriculares (disciplinas). Solicita-se, portanto, sua colaboração para preenchê-lo com seriedade, pois suas respostas serão de grande importância para subsidiar reflexões e orientar possíveis mudanças que retornarão em seu próprio benefício, como melhorias na qualidade do ensino e no atendimento a você como estudante da UFVJM.

Responda as questões abaixo atribuindo notas de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 a nota mínima e 5 a nota máxima, em escala de concordância com as afirmações propostas, seguindo a seguinte legenda:

- 1 = Discordo completamente
- 2 = Discordo moderadamente
- 3 = Indiferente
- 4 = Concordo Moderadamente
- 5 = Concordo plenamente

Assinale apenas uma opção, dentro do círculo correspondente à sua resposta, conforme modelo:

Dados Pessoais (opcional)

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Cidade de origem: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Ano de conclusão do curso: _____

- 1) Você está exercendo alguma atividade profissional atualmente?

- 2) Você está trabalhando em alguma empresa ou instituição na sua área de formação?

- 3) Caso esteja trabalhando, sua área de atuação abrange a região onde a UFVJM está inserida?

- 4) Na região em que você vive, as ofertas profissionais da sua área de formação ocorrem com frequência satisfatória?

- 5) Qual o seu nível de satisfação, na sua situação profissional atual?

- 6) Você acredita que o curso de Engenharia de Minas tenha propiciado os conhecimentos necessários para você se tornar competitivo(a) em relação ao mercado de trabalho?

- 7) Você acredita que o curso de Engenharia de Minas tenha propiciado as competências necessárias para você se tornar competitivo(a) em relação ao mercado de trabalho?

- 8) Nas entrevistas de emprego, se sentiu à vontade e seguro devido ao aprendizado no curso de graduação?

- 9) Você sente necessidade de realizar outro curso ou especialização para ter maior qualificação?

10) Você indicaria o curso de Engenharia de Minas da UFVJM/Janaúba?

11) Você contrataria um profissional formado pelo curso de Engenharia de Minas da UFVJM/Janaúba?

12) Quais são as principais competências e demandas do mercado de trabalho acerca do profissional na área de Engenharia de Minas?

13) Você se sente apto para atuar em qualquer empresa de engenharia, em função ao seu conhecimento generalista e visão holística dos processos intrínsecos às engenharias?

14) Caso tenha algum comentário adicional, sugestão, dúvida, observação, utilize o espaço abaixo:

ANEXO VIII – PROGRAMA DE ACOLHIMENTO AO DISCENTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



RESOLUÇÃO Nº. **XX** - COLEGIADO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS, DE **XX** DE
XXX DE 2020

*Estabelece o Programa de Acolhimento
ao Discente pelo curso de Engenharia
de Minas da Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri-
UFVJM, Campus Janaúba*

A Presidente do Colegiado do Curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT), da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no uso de suas atribuições, e considerando a Resolução CNE/CES No 02, de 24 de abril de 2019 que institui as novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Graduação em Engenharia,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Implementar o Programa de Acolhimento ao Discente pelo curso de Engenharia de Minas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, intitulado de “Entra, fique à vontade”.

Art. 2º Oficializar, em âmbito institucional, as atividades envolvendo o acolhimento aos discentes ingressantes no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BCT) do IECT e no curso de Engenharia de Minas da UFVJM pelo corpo docente e discente do curso de Engenharia de Minas.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 3º O programa objetiva:

§1º Oferecer atividades formativas para a integração dos discentes recém-chegados à universidade e aqueles ingressantes na Engenharia de Minas.

§2º Adotar mecanismos de acompanhamento acadêmico;

§3º Criar condições de acesso e permanência dos discentes na universidade;

§4º Reduzir os índices de retenção e evasão.

CAPÍTULO III DAS ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA

Art. 4º Realizar, semestralmente, os Jogos Minerários da Engenharia de Minas da UFJVM.

§1º Os Jogos Minerários são uma série de atividades lúdicas que remetem aos processos da atividade de mineração, a fim de expor os processos desenvolvidos na indústria mineral e sua importância para a sociedade;

§2º A participação nessas atividades é oferecida para os discentes matriculados no 1º período do BCT;

§3º As atividades promovem interação entre os discentes e um primeiro contato com os veteranos e docentes do curso de Engenharia de Minas;

Art. 5º Incentivar a matrícula dos discentes em Unidades Curriculares de nivelamento, ofertadas pelo BCT.

Art. 6º Promover o encontro dos docentes, discentes e egressos da Engenharia de Minas com os discentes do BCT, na forma de aulas, minicursos, workshops, seminários, roda de conversa etc, de forma presencial ou remota, com anuência do colegiado do BCT;

I – Quando pertinente, a atividade será vinculada a uma Unidade Curricular (UC), com a concordância do docente responsável por tal UC.

Art. 7º Recepcionar os discentes que fizerem o ingresso na Engenharia de Minas.

§1º Elaborar um roteiro introdutório, explicando o funcionamento da Engenharia de Minas e órgãos a ela vinculado (Núcleo Docente Estruturante, colegiado, comissões etc);

§2º Disponibilizar e incentivar os discentes a se inteirarem do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Engenharia de Minas e demais resoluções do curso;

§3º Os membros da Engenharia de Minas deverão se apresentar aos discentes, expondo seus cargos e responsabilidades no âmbito do curso;

§4º O fluxograma de Unidades Curriculares da Engenharia de Minas deverá ser disponibilizado para os discentes;

§5º O coordenador de laboratórios da Engenharia de Minas deverá se apresentar, instruir os discentes nas normas dos laboratórios e do uso destes espaços;

§6º O coordenador de estágio deverá se apresentar e fazer uma introdução sobre o tema, disponibilizando aos discentes a Resolução de Estágio;

§7º Durante esse encontro, deverão ser expostos aos discentes:

I – O funcionamento das UCs, em especial sobre Atividades Complementares;

II – Os projetos de ensino vigentes do curso de Engenharia de Minas;

III – Os projetos de extensão;

IV – Os projetos de pesquisa;

§8º Os discentes deverão ser incentivados a buscar um orientador de Projeto de Conclusão de Curso (PCC) logo no início do ciclo da Engenharia de Minas.

Art. 8º Designar discentes veteranos para atuarem, por pelo menos 1 (um) semestre, como “padrinhos” dos discentes novatos, para manter um diálogo direto com a realidade do curso sob a perspectiva dos estudantes.

§1º Caso não haja veteranos suficiente para que o “apadrinhamento” seja realizada individualmente, um discente veterano poderá dar suporte a mais de um discente novato.

Art. 9º Promover uma avaliação diagnóstica logo no início do segundo ciclo acerca dos conceitos, habilidades e competências desenvolvidos pelos estudantes durante o BCT.

§1º Essa avaliação não terá caráter classificatório, mas servirá para criar estratégias que nivelem os discentes;

§2º O formato e a execução dessa avaliação deverão ser propostos pelo NDE do curso no início de cada semestre letivo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Essa resolução entra em vigor a partir da sua data de aprovação pelo colegiado de curso da Engenharia de Minas

Janaúba, xx de xxxxx de 2020

Prof^a. Bárbara Gonçalves Rocha

Presidente do Colegiado do curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia,
Ciência e Tecnologia IECT/ UFVJM

ANEXO IX – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



RESOLUÇÃO Nº. **XX** - COLEGIADO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS, DE **XX** DE **XXX** DE 2020

Estabelece o Programa de Acompanhamento ao Egresso do curso de Engenharia de Minas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, Campus Janaúba

A Presidente do Colegiado do Curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT), da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no uso de suas atribuições, e considerando a Resolução CNE/CES No 02, de 24 de abril de 2019 que institui as novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Graduação em Engenharia,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Implementar o Programa de Acompanhamento ao Egresso do curso de Engenharia de Minas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, intitulado de “Fica, vai ter bolo”.

Art. 2º Oficializar, em âmbito institucional, as atividades envolvendo egressos do curso de Engenharia de Minas da UFVJM e manter o vínculo com esses indivíduos.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 3º Manter contato com os egressos do curso de Engenharia de Minas e acompanhar
Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

sua trajetória após sua formatura na UFVJM.

Art. 4º Mapear a efetividade do curso de Engenharia de Minas da UFVJM em formar profissionais que sejam absorvidos pelo mercado de trabalho.

Art. 5º Acolher contribuições do egresso a fim de atualizar a matriz curricular do curso de Engenharia de Minas.

Art. 6º Instigar a criação de novos instrumentos e metodologias a partir do diálogo com o egresso a fim de tornar as estratégias do curso mais efetivas e atualizadas em relação à dinâmica do mercado.

Art. 7º Estabelecer um vínculo saudável do egresso com a UFVJM, fomentando as relações interpessoais dos egressos com a instituição.

CAPÍTULO III DAS ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA

Art. 8º Estabelecer canal de diálogo com os egressos da Engenharia de Minas da UFVJM.

§1º O contato com o egresso será feito oficialmente através de e-mail, no mínimo, 1 (uma) vez por ano;

I – O contato poderá também ser feito através de mídia social, tal como LinkedIn, Facebook, Instagram, Whatsapp, Telegram, mediante concordância do mesmo;

§2º Será criado um banco com os dados dos egressos da Engenharia de Minas, mediante concordância dos mesmos, contendo nome, endereço, telefone, e-mail, tempo de conclusão do curso, situação empregatícia atual, empresa ou entidade vinculada, tempo de permanência na empresa/entidade, área de atuação, entre outros que o colegiado da Engenharia de Minas julgue necessários, disponibilizados em forma de formulário.

I – Os dados são sigilosos e é expressamente proibido qualquer divulgação dos mesmos sem concordância prévia do egresso;

II – Todos os campos são de preenchimento facultativo, não sendo necessário o preenchimento das informações em sua totalidade.

III – O banco de dados será atualizado anualmente, via formulário encaminhado por e-
Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

mail, ou mediante comunicação com os egressos.

Art. 9º Promover o encontro dos egressos com os discentes do curso, na forma de aulas, minicursos, workshops, seminários, roda de conversa etc, de forma presencial ou remota.

§1º A atividade, se pertinente, poderá ser vinculada à uma Unidade Curricular (UC) específica;

§2º Caso não se enquadre em uma UC, a atividade será contabilizada como atividade complementar;

§3º As atividades propostas deverão ser elaboradas e executadas pelo egresso, com a ajuda do curso de Engenharia de Minas, quando necessário.

Art. 10º Os egressos do curso de Engenharia de Minas serão convidados a participar da Semana de Engenharias (SEMENG) do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT) no Campus Janaúba da UFVJM, na cidade de Janaúba, Minas Gerais.

§1º O egresso que desejar participar do evento deverá manifestar interesse perante a comissão de organização da SEMENG ou a coordenação da Engenharia de Minas;

§2º O colegiado de Engenharia de Minas poderá prover apoio e suporte ao egresso que desejar participar do evento, mediante disponibilidade, e com a devida homologação do colegiado de curso, no que se refere a recursos financeiros para transporte e permanência na cidade durante o evento;

Art. 11º Os egressos serão convidados para participar das reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Engenharia de Minas, no mínimo, uma vez ao ano.

§1º Os relatos das experiências do egresso contribuirão para estabelecer um panorama atualizado do mercado de Engenharia de Minas;

Art. 12º Os egressos serão convidados a participar do processo de Avaliação do PPC da Engenharia de Minas, que ocorre anualmente.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º Essa resolução entra em vigor a partir da sua data de aprovação pelo colegiado de curso da Engenharia de Minas

Janaúba, xx de xxxxx de 2020

Profª. Bárbara Gonçalves Rocha

Presidente do Colegiado do curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia,
Ciência e Tecnologia IECT/ UFVJM

ANEXO X – RESOLUÇÃO DO PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PCC) DA ENGENHARIA DE MINAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



RESOLUÇÃO Nº. 01 - COLEGIADO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS, DE 13 DE MAIO DE 2021

*Estabelece normas para o Projeto de
Conclusão de Curso de Engenharia
de Minas da Universidade Federal
dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri-UFVJM, Campus Janaúba*

O Colegiado do Curso de Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT), da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no uso de suas atribuições, e considerando:

1. A Resolução Nº. 22 – CONSEPE, de 16 de março de 2017,
2. A normativa ABNT NBR 14724:2005 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos apresentação,
3. A Resolução CNE/CES nº 02/2019,

Resolve:

Capítulo I Do Projeto de Conclusão de Curso

Art. 1º O Projeto de Conclusão de Curso (PCC) é uma atividade acadêmica obrigatória que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do curso, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica e extensão. O PCC tem por finalidade estimular a curiosidade e o espírito questionador do discente, fundamentais para o desenvolvimento da ciência. No curso de Engenharia de Minas, o PCC poderá ter viés científico ou prático, mas deverá ser apresentado na forma de um projeto de Engenharia, relacionado com a área da Engenharia de Minas.

§ 1º Entende-se como **Projeto de Conclusão de Curso** um projeto de engenharia executado individualmente ou em equipes de até três discentes, voltado para solução de um problema aplicado, capaz de refletir e avaliar as competências individuais exigidas no perfil do egresso no Projeto Pedagógico de Curso da Engenharia de Minas.

Capítulo II Das modalidades de PCC

Art. 2º São consideradas modalidades de PCC no âmbito da UFVJM os seguintes formatos:

Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

- I. Monografia;
- II. Artigo Científico;
- III. Livro ou Capítulo de Livro;
- IV. Relatório Técnico Científico;
- V. Trabalho completo publicado em Anais de Congressos, encontros ou outros eventos científicos reconhecidos pela comunidade acadêmica;

§ 1º No âmbito do curso de Engenharia de Minas se entende como tipos de trabalhos técnicos o que está pré-estabelecido de acordo com normas em vigor;

§ 2º Quando tratar de Monografia, Artigo Científico, Livro ou Capítulo de Livro e Relatório Técnico Científico (inclusive projeto técnico), somente serão considerados os trabalhos que possuam relação com a área de conhecimento da Engenharia de Minas;

§ 3º Quando se tratar do que consta no item V, somente serão considerados os trabalhos apresentados em eventos que possuam relação com a área de conhecimento da Engenharia de Minas;

§ 4º Todas as modalidades de PCC constantes nos incisos I ao V no *caput* deste artigo deverão ser transcritos e apresentados na forma de um projeto de engenharia.

Capítulo III Da orientação do PCC

Art. 3º O acadêmico regularmente matriculado no curso de Engenharia de Minas terá um professor orientador, que supervisionará seu PCC.

§ 1º O orientador deverá ser um docente vinculado à UFVJM.

§ 2º O número máximo de trabalhos de conclusão de curso que cada professor poderá orientar será definido pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo único. O discente deverá encaminhar ao Professor da Unidade Curricular (UC) PCC o termo de Aceite-Orientação (Anexo 1) assinado pelo orientador e pelo orientado, no prazo máximo de quinze (15) dias corridos, após a data de início do semestre letivo vigente, segundo o calendário da PROGRAD.

Art. 4º Poderá ser indicado um co-orientador para o PCC com a anuência do responsável pela UC PCC, podendo este ser interno ou externo à comunidade da UFVJM.

Art. 5º Em caso de impedimentos legais e eventuais do orientador caberá ao responsável pela UC PCC a indicação de um novo orientador, ouvidas ambas as partes.

Parágrafo único. Entende-se por impedimentos legais e eventuais, licença para tratamento da saúde, licença-maternidade e afastamentos.

Capítulo IV Das competências do orientador

Art. 6º Compete ao orientador:

- I- Orientar o acadêmico na elaboração, desenvolvimento e redação do PCC;
- II- Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos;
- III- Indicar o co-orientador, quando for o caso;
- IV- Instituir comissão examinadora do PCC, em comum acordo com o orientado;

Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

V- Diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do acadêmico e orientá-lo na busca de soluções;

VI- Agir com discrição na orientação do acadêmico, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e suas capacidades;

VII- Manter o docente responsável pela UC PCC ou a Coordenação do Curso informados oficialmente, sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo orientado, bem como solicitar do mesmo, providências que se fizerem necessárias ao atendimento do acadêmico;

VIII- Solicitar a intervenção do Colegiado do Curso em caso de incompatibilidade entre orientador e orientado.

Capítulo V Do orientado

Art. 7º Compete ao orientado:

I- Escolher, sob consulta, o seu orientador, comunicando oficialmente à Coordenação do Curso ou ao responsável pela UC PCC, mediante apresentação do Anexo I;

II- Escolher, em comum acordo com o orientador, o tema a ser desenvolvido no PCC;

III- Conhecer e cumprir as normas e prazos estabelecidos ao PCC;

IV- Respeitar e tratar com urbanidade, o orientador e demais pessoas envolvidas com o PCC;

V- Demonstrar iniciativa e sugerir inovações nas atividades desenvolvidas;

VI- Buscar a qualidade e mérito no desenvolvimento do PCC;

VII- Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do PCC, para que sejam buscadas as soluções;

VIII- Comunicar ao Coordenador do Curso ou ao responsável pela UC PCC, quaisquer irregularidades ocorridas durante e após a realização do PCC, visando seu aperfeiçoamento, observados os princípios éticos.

Art. 8º São direitos do orientado:

I- Receber orientação para realizar as atividades do PCC;

II- Ser ouvido em suas solicitações e sugestões, quando tiverem por objetivo o aprimoramento do PCC;

III- Solicitar ao Colegiado do Curso, a substituição do orientador, mediante documento devidamente justificado.

Capítulo VI Do Projeto de Conclusão de Curso

Art. 9º O PCC, quando na forma dos itens I e IV do Art. 2º, deverá ser elaborado obedecendo às diretrizes para a redação de Trabalhos Acadêmicos determinados por esta Instituição.

Art. 10º O PCC, quando na forma dos itens II, III e V do Art. 2º, deverá ser elaborado de acordo com as normas de publicação escolhido, as quais deverão ser anexadas ao documento e redigido e apresentado na forma de projeto.

Art. 11° O Relatório Técnico Científico deverá ser elaborado de acordo com as normas da ABNT (NBR 10719).

Art. 12° Os PCCs que envolvam seres humanos e, ou animais como objetos de pesquisa não poderão ser iniciados antes da aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa e, quando necessário, por uma Comissão de Biossegurança.

Capítulo VII Da avaliação do PCC

Art. 13° O PCC deverá ser submetido a uma Comissão Examinadora composta pelo orientador como presidente e no mínimo dois (02) membros titulares e um (1) membro suplente.

§1° Para projetos individuais, o(a) discente terá de quinze (15) a vinte (20) minutos para apresentação e será necessariamente arguido por todos os membros da banca.

§2° Para projetos em equipes, o tempo será definido pela banca no ato da entrega do trabalho, sendo que todos discentes devem participar da apresentação oral.

§3° Caberá ao presidente da banca examinadora determinar e controlar o tempo de arguição.

§4° A comissão avaliadora do PCC deve ser aprovada pelo colegiado de curso.

Art. 14° Orientador e orientando comunicarão através de ofício (Anexo 2), ao professor da UC PCC, a data e a hora sugerida de apresentação do PCC, bem como os nomes da banca examinadora, respeitando-se os prazos estabelecidos dentro do calendário da disciplina.

Art. 15° Constituída a Comissão Examinadora, será encaminhado pelo discente ao respectivo docente orientador o PCC, em formato digital, no prazo mínimo de quinze (15) dias corridos antecedentes a data de avaliação. O docente orientador se responsabilizará por disponibilizar o PCC aos demais membros da banca. Caso solicitado pelos avaliadores, o PCC poderá também ser entregue em formato impresso. Juntamente ao PCC deverá ser anexada uma cópia da carta convite a cada membro da banca examinadora contendo as informações de avaliação (Anexo 3).

Art. 16° A avaliação do PCC realizar-se-á mediante critérios estabelecidos nos Anexos 4 e 4.1.

Art. 17° Realizada a defesa e a avaliação, o Orientador, na qualidade de presidente da banca, preencherá a Ata de Defesa (Anexo 5), dando publicidade oral do resultado ao discente, imediatamente após o encerramento dos trabalhos.

Art. 18° A aprovação na disciplina de PCC está condicionada a realização das modificações e/ou complementações sugeridas pela Banca Examinadora referente ao PCC, a entrega da Ata de Avaliação do PCC (Anexo 5), ao encaminhamento do ofício assinado pelo Orientador (Anexo 6), bem como a entrega da versão final, aprovada e corrigida, em uma (01) via do PCC em papel e uma (01) via em formato *pdf* encaminhada

Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

para o professor da disciplina PCC.

§1º A versão final do PCC deverá ser entregue até no máximo o último dia letivo do semestre vigente, previsto pelo calendário acadêmico da PROGRAD.

Art. 19º Todos os documentos (versão entregue à banca e versão final do PCC e anexos de 1 a 6) devem ser disponibilizados na plataforma digital oficial vigente na instituição pelo docente orientador ao docente responsável pela UC e ao colegiado de curso.

Art. 20º O não cumprimento pelo orientador e orientando das normas, critérios e procedimentos estabelecidos sem uma justificativa aceita pelo Docente da disciplina de PCC acarretará a reprovação do aluno por infrequência.

Art. 21º Caso o PCC seja reprovado pela banca examinadora, o discente poderá refazê-lo e submetê-lo novamente à avaliação dentro do prazo de 15 (quinze) dias à mesma banca examinadora.

Capítulo VIII Das Disposições Finais

Art. 22º Os casos omissos ou controversos deverão ser resolvidos pelo Colegiado do Curso de Engenharia de Minas e homologado pela Congregação do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT).

Art. 23º Esta resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Janaúba, 13 de maio de 2021.

Profª. Bárbara Gonçalves Rocha
Presidente do Colegiado do curso de Engenharia de Minas do Instituto de
Engenharia, Ciência e Tecnologia IECT / UFVJM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



ANEXO 1

TERMO DE ACEITE-ORIENTAÇÃO DO PCC

Eu _____ na
condição de Docente (a) desta Universidade, lotado no

declaro aceitar o discente _____,
matrícula nº _____, para desenvolver o trabalho de PCC
intitulado _____
_____.

Estou ciente de que o período de orientação inicia com o aceite e encerra com a entrega do trabalho final.

Declaro ter pleno conhecimento das atribuições concorrentes à orientação do PCC, conforme Normas ABNT, CONSEPE e do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT).

Janaúba, ____ de _____ de _____.

Docente: (nome)
Orientador(a)

Docente: (nome)
Coorientador(a)

Discente: (nome)
Orientando(a)



ANEXO 2

COMUNICADO INTERNO- BANCA EXAMINADORA E DATA DA DEFESA DO
PCC

Janaúba, _____ de _____ de _____

À Sua Senhoria, O (a) Senhor (a)
(Nome do Docente da Unidade Curricular PCC)
(Docente da Unidade Curricular PCC)
Assunto: Composição de Banca do PCC

Prezado (a) Docente,

Venho por meio deste, comunicar-lhe a composição da Banca Avaliadora do Projeto de
Conclusão de Curso (PCC) do
discente: _____

do Curso de Engenharia de Minas,
intitulado: _____

Prof. (a) _____
Avaliador 1 - Orientador

Sr. (a) _____
Avaliador 2

Sr. (a) _____
Avaliador 3

A data sugerida para defesa do PCC será dia ___/___/___ (conforme agendamento da
coordenação), às ___:___ horas, no seguinte local: _____.

Atenciosamente,

Discente: (nome)
Orientando (a)

Docente: (nome)
Orientador (a)

ANEXO 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



CARTA CONVITE AOS INTEGRANTES DA BANCA EXAMINADORA

Prezado (a) Avaliador (a),

Temos a imensa satisfação de convidar V. S.a para participar como membro Titular da Banca Examinadora da Defesa de PCC do discente _____, orientado pelo Prof. (a) _____ com trabalho _____ intitulado “_____”.

A avaliação do trabalho de conclusão de Curso de Engenharia de Minas deverá ser realizada de duas formas.

Primeiramente a parte escrita (60%), na qual o discente deverá seguir as normas da ABNT e as recomendações do CONSEPE e do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia, sendo avaliada neste campo a redação, coerência do título, formulação dos objetivos, os resultados e a conclusão em relação aos objetivos traçados. É recomendável também uma avaliação da forma cultural do trabalho como um todo.

Na segunda parte (40%), deverá ser observada a clareza na exposição do trabalho, a coerência com a parte escrita, o tempo utilizado para apresentação e a sustentação na arguição.

A apresentação do PCC terá duração mínima de 15 minutos e máxima de 20 minutos para um discente. Trabalhos em equipe terão o tempo estipulado pela banca.

Após a apresentação haverá arguição pelos integrantes da banca examinadora.

Sendo assim, solicito que seja observado o rigor científico na apresentação escrita e oral do discente e que V. S.a seja rígido(a) na análise, para que nossos trabalhos sejam condizentes com o curso que desejamos fazer.

Docente Orientador(a)

ANEXO 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



FICHA DE AVALIAÇÃO DO PCC

Orientando: _____

Orientador: _____

Título: _____

Itens avaliados	NOTAS			
	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média
Trabalho escrito Nota 1: 0 a 60 pontos				
Apresentação oral Nota 2: 0 a 40 pontos				

Trabalho escrito (60%): o conteúdo, a organização sequencial, a correção gramatical e o atendimento às normas para a confecção do PCC.

Apresentação oral (40%): domínio do conteúdo, organização da apresentação e uso de recursos audiovisuais, capacidade de expor as ideias e capacidade de argumentação.

MÉDIA FINAL: (Nota 1 + Nota 2) = _____

Observações: _____

Banca Examinadora

Avaliador 1 (orientador)

Avaliador 2

Avaliador 3

Janaúba, _____ de _____ de _____

Campus Janaúba - Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - CEP: 39447-814 - Janaúba - MG-Brasil / PABX: (38) 3532-6808/Ramal 3107

ANEXO 4.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



FICHA DESCRITIVA DE AVALIAÇÃO DO PCC

Orientando: _____

Orientador: _____

Título: _____

Avaliação do Trabalho Escrito (Nota 1)			
	Descrição de avaliação	Nota	
01	Redação e estruturação do texto	(0 a 10)	60%
02	Coerência em relação às normas vigentes	(0 a 5)	
03	Coerência do título com o conteúdo do trabalho Contextualização, delimitação do problema e formulação dos objetivos	(0 a 5)	
04	Revisão bibliográfica e apresentação da metodologia empregada no trabalho	(0 a 12)	
05	Apresentação dos resultados e análise dos dados	(0 a 15)	
06	Coerência entre as conclusões e os objetivos traçados	(0 a 13)	
Apresentação Oral - (Nota 2)			
07	Clareza na exposição do conteúdo do trabalho	(0 a 15)	40%
08	Coerência com o trabalho escrito	(0 a 5)	
09	Eficiência na utilização do tempo de apresentação	(0 a 5)	
10	Sustentação perante a banca	(0 a 15)	

NOTA ATRIBUÍDA: Nota 1 + Nota 2 = _____

Avaliador: _____

Janaúba, _____ de _____ de _____



ANEXO 5
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



ATA DE AVALIAÇÃO DO PCC

No ____ dia do mês de _____ de _____, sob a presidência do (a)
Prof. (a) _____, reuniram-se os
docentes _____

_____ nas
dependências do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia para avaliar o PCC do
discente _____, que defendeu o trabalho intitulado

_____, como requisito
para a conclusão do Curso de Graduação em Engenharia de Minas desta Universidade.

O discente foi considerado: () Aprovado, () Reprovado, com a
nota _____.

Observações: _____

Por ser verdade, firmamos o presente.

Assinaturas:

Prof.(a): _____
(Avaliador 1 - Orientador)

Sr.(a): _____
(Avaliador 2)

Sr.(a): _____
(Avaliador 3)

Janaúba, ____ de _____ de _____.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO DE ENGENHARIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



ANEXO 6

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DO RESULTADO FINAL DO PCC

A Sua Senhoria, o (a) Senhor (a)
(*Nome do Professor da Disciplina de PCC*)
(*Professor da Disciplina PCC*) – Engenharia de Minas/UFVJM
Assunto: **Resultado de defesa de PCC**

Prezado (a) Docente,

Encaminho em anexo as Fichas de Avaliação (**Anexo 4 e 4.1**) e a Ata de Defesa (**Anexo 5**), e uma (01) cópia digital “.PDF” do Projeto de Conclusão de Curso (PCC), do (a) discente _____, com trabalho intitulado _____ do curso de graduação em Engenharia de Minas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Declaro que todas as alterações sugeridas pela Banca Examinadora foram adequadamente realizadas e o PCC em questão encontra-se dentro das normas estabelecidas pela ABNT e recomendações da resolução do CONSEPE e do IECT.

Atenciosamente,

Docente: (nome)

Orientador (a)

ANEXO XI – REFERENDO DO EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO NDE DA ENGENHARIA DE MINAS

13/05/2021

SEI/UFVJM - 0344955 - Ofício



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia - IECT
Coordenação Engenharia de Minas

OFÍCIO Nº 37/2021/COORDENM-JAN/IECT

Janaúba, 03 de maio de 2021.

Prezados Membros,
COLEGIADO DO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS DO IECT DO CAMPUS JANAÚBA
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Avenida Um, nº 4.050, Cidade Universitária
CEP: 39447-790 – Janaúba/MG

Assunto: Ciência e Aprovação das Ementas e Bibliografias do PPC do curso de Engenharia de Minas do IECT/UFVJM

Prezados Membros

Os Docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturando (NDE) do curso de graduação em Engenharia de Minas do Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia (IECT) de Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFMG, no uso das suas atribuições legais e regulamentares, referendam que as ementas e bibliografias estão adequadas em relação às Unidades Curriculares (UCs) e aos conteúdos descritos no Projeto Pedagógico do curso (PPC), considerando a natureza das UCs.

Atenciosamente,

BÁRBARA GONÇALVES ROCHA
Coordenadora da Engenharia de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Gonçalves Rocha, Coordenador(a)**, em 03/05/2021, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Joaquim Choupina Andrade Silva, Servidor**, em 04/05/2021, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Frederico Pressi, Servidor**, em 04/05/2021, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Jonatas Franco Campos da Mata, Servidor**, em 04/05/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=373930&infra_siste... 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Azevedo Sá Alkmin, Servidor**, em 04/05/2021, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Andrade Nogueira, Servidor**, em 04/05/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luna Alves de Lima, Servidor**, em 05/05/2021, às 07:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emily Mayer de Andrade Becheleni, Servidor**, em 05/05/2021, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0344955** e o código CRC **9668554A**.